

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

SANDRA GOMES RASQUEL

**Um estudo crítico discursivo e das marcas avaliativas da responsividade nas
cartas do leitor relativas à reforma da previdência em jornais paulistas**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

SANDRA GOMES RASQUEL

**Um estudo crítico discursivo e das marcas avaliativas da responsividade nas
cartas do leitor relativas à reforma da previdência em jornais paulistas**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Linha de Pesquisa: Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório
de Oliveira Andrade

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R227e Rasquel, Sandra Gomes
Um estudo crítico discursivo e das marcas
avaliativas da responsividade nas cartas do leitor
relativas à reforma da previdência em jornais
paulistas / Sandra Gomes Rasquel ; orientadora Maria
Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. - São
Paulo, 2020.
263 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.
Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Avaliatividade. 2. Análise Crítica do Discurso.
3. Responsividade. I. Andrade, Maria Lúcia da Cunha
Victório de Oliveira, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Sandra Gomes Rasquel

Data da defesa: 05/11/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 02 de dezembro de 2020.

Maria Lúcia B.V.C. Andrade

(Assinatura do (a) orientador (a))

Dedico este trabalho à minha querida mãe (in memoriam),
como gratidão por todo apoio aos meus estudos, pelo
infinito amor, pelos ensinamentos, por cuidar de mim, me
guiar e orientar pela vida e pela educação que me deu.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Prof.^a Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, por me conceder a oportunidade de estudo e me aceitar como sua orientanda, por tudo que me ensinou, pelas orientações, por sanar as minhas dúvidas e por ter sido sempre tão paciente, disponível e acolhedora em minhas dificuldades. Serei sempre grata pelos seus ensinamentos! Você foi essencial para minha formação e para o desenvolvimento da minha dissertação!

Ao meu querido professor, Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, que não mediu esforços para me ajudar. Obrigada pelos cursos extras, por tudo que me ensinou, pelas horas de reflexão, por me guiar no caminho do aprendizado, por fazer parte da minha qualificação e da minha banca. Acima de tudo, agradeço por toda sua generosidade e disponibilidade. Você foi um dos professores mais importantes para a minha formação e para o desenvolvimento da minha pesquisa.

À minha querida supervisora do PAE, Prof.^a Dra. Ana Rosa Ferreira Dias, por me supervisionar no PAE, por me ensinar e por compartilhar comigo todo seu conhecimento. Sou grata por sempre me deixar participar, ser receptiva às minhas ideias e tão aberta ao diálogo. Obrigada por ter sido sempre tão amável, gentil, delicada e acolhedora em nossos contatos.

À professora Dra. Kelly Cristina de Oliveira, por participar da minha qualificação e da minha banca e por contribuir com minha pesquisa e à professora Dra. Vanda Maria da Silva Elias, por participar da minha banca e contribuir com minha pesquisa.

A todos os meus professores da Pós-Graduação, que contribuíram para que eu ampliasse meus conhecimentos e auxiliaram para a minha formação.

À minha querida mãe (in memoriam), Irene Gomes Rasquel, à minha querida avó (in memoriam), Maria Gonçalves Gomes, e ao meu querido pai, Nivaldo Rasquel, por sempre me incentivarem a estudar, por darem tanto valor à educação e à minha formação. Sou grata pelo esforço financeiro para que eu pudesse continuar a estudar e por sempre me apoiarem em minhas escolhas acadêmicas. Amo vocês.

Às minhas queridas irmãs, Adriane e Andréa, pelo apoio, incentivo, pelas sugestões na minha pesquisa, por darem tanto valor à educação, por me apoiarem em meus estudos e pela constante presença em minha vida. Amo vocês.

Às amigas, Célia Regina Araes e Ana Carolina Pais, tão queridas, por compartilharmos conhecimentos, por tantas alegrias nas aulas, tantas risadas, pelos almoços e lanchinhos tão agradáveis, por toda ajuda, por me ouvirem e por estarem sempre por perto, compartilhando as alegrias e as dificuldades desta intensa jornada da pós-graduação. À amiga Fabiane de Oliveira pelas trocas nas aulas, pelas dicas, pelo apoio e por compartilhar seu conhecimento.

Agradeço o apoio financeiro da CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RASQUEL, S. G. **Um estudo crítico discursivo e das marcas avaliativas da responsividade nas cartas do leitor relativas à reforma da previdência em jornais paulistas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, USP, 2020.

RESUMO

Materializada nos textos (orais ou escritos), a linguagem é o componente social que nos permite interagir com o mundo, com o outro, avaliar e apreciar pessoas, objetos e relatar experiências. Nesta pesquisa, propusemo-nos a compreender de que modo os atores sociais respondem, na carta do leitor, ao discurso circulante sobre um tema de interesse social, a reforma da Previdência. Sobre esse tema, concorrem interesses políticos e do mercado baseados em medidas neoliberais, de um lado, e o interesse da população, de outro. Nesse campo de interesses divergentes, motivou-nos pesquisar como os atores sociais avaliavam e se posicionavam sobre a reforma, constituindo-se como nosso objetivo geral. Os objetivos específicos constituem-se em: 1) identificar os discursos que circulam e sustentam esses posicionamentos; 2) compreender quais recursos linguísticos avaliativos são usados de modo relevante; 3) compreender como se configura o engajamento do leitor-autor em relação aos discursos e às construções das perspectivas que ele produz sobre o tema, em relação aos discursos circulantes e na negociação intersubjetiva de seu posicionamento com outros leitores. Nossa hipótese foi de que o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005) pudesse ser uma ferramenta útil para apreender o nível de responsividade na avaliação e no posicionamento do leitor sobre o tema da reforma, constituindo-se como nossa categoria de análise. O *corpus* deste trabalho concentra-se no gênero Carta do leitor, do qual analisamos 45 cartas que respondiam ao tema da reforma. Os dados foram tratados via Sistema UAM Corpus Tool versão 3.3, de O'Donnell (2019). Este estudo pautou-se na Análise Crítica do Discurso, por Fairclough (1995; 2001; 2004); em Thompson (2011 [1990]; 2014 [1995]), no que compete aos conceitos de ideologia, relações de poder e formas simbólicas; em Charaudeau (2013), referente ao discurso da mídia e ao discurso político e nas noções de dialogismo, heteroglossia, compreensão e atitude responsiva, de Bakhtin (2003 [1979]) e de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]). Os resultados gerados pelo uso do Sistema da AVALIATIVIDADE confirmam que ele se mostrou como um Sistema útil para compreendermos as formas de avaliação e de engajamento do leitor sobre o tema, por ajudar a sistematizar os recursos linguísticos usados em tais avaliações e por permitir compreender os recursos implícitos no texto que indicam as avaliações do leitor, categorizados por meio de seus subsistemas. O uso predominante do engajamento monoglóssico e contrativo, independentemente do posicionamento adotado, forneceu-nos indícios de que o padrão responsivo do leitor-autor prima por restringir, contestar e simular o apagamento de outras perspectivas em face do tema da reforma. A responsividade do leitor-autor de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial” é sustentada por discursos circulantes semelhantes no que compete a não aceitação da proposta do governo para a reforma e diferem no fato de aceitarem (de “aceitação parcial”) ou não (“contra”) a necessidade da reforma. Ambos diferem significativamente dos pontos de discussão trazidos nas cartas “a favor”. Para o posicionamento favorável à reforma, a base de preocupação trazida é de ordem econômica e o leitor engaja-se de modo alinhado aos discursos do governo. Neste, o espaço de responsividade foi relevantemente marcado por discursos que sustentam as ideologias dominantes, reproduzindo as relações de poder e as ideias neoliberais que cercam o tema da reforma. Já nos tipos “contra” e de “aceitação parcial”, os espaços de responsividade foram predominantemente marcados por discursos contestatórios críticos, nos quais há um engajamento não solidário ao discurso do governo. No posicionamento de “aceitação parcial”, há a abertura para que seja feita uma reforma que leve em conta questões diversas da realidade do mercado de emprego, das condições de vida e saúde das pessoas. Portanto, esses valores mobilizados nos posicionamentos “contra” e de “aceitação parcial” foram sustentados por discursos circulantes que entendem que a Previdência Social deve manter os ideais pelos quais foi instituída no Brasil, preservando os direitos de proteção social garantidos pela Constituição de 1988.

Palavras-Chave: Sistema da AVALIATIVIDADE. Análise Crítica do Discurso. Responsividade. Cartas do Leitor. Reforma da Previdência.

RASQUEL, S. G. **A discursive critical study and responsiveness assessment marks in the reader's letters on social security reform in Paulista Newspapers.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, USP, 2020.

ABSTRACT

Materialized in texts (oral or written), language is the social component that allows us to interact with the world, with the other, to evaluate and appreciate people, objects, and to relate experiences. In this research, we proposed to understand how social actors respond, in the reader's letter, to the circulating discourse about a theme of social interest, the reform of the Social Security. On this issue, political and market interests based on neo-liberal measures compete on the one hand and the interest of the population on the other. In that field of divergent interests, it motivated us to research how social actors assessed and positioned themselves on reform, constituting our overall objective. The specific objectives are: 1) to identify the discourses that circulate and sustain these positions; 2) to understand which evaluative linguistic resources are used in a relevant way; 3) to understand how the reader-author's engagement is configured in relation to the discourses and the constructions of the perspectives that he or she produces on the subject, in relation to the circulating discourses and in the intersubjective negotiation of his or her position with other readers. Our hypothesis was that Martin; White (2005)'s EVALUATION System could be a useful tool to understand the level of responsiveness in the evaluation and the reader's position on the subject of the reform, what constituted our category of analysis. The corpus of this work focuses on the reader's letter genre, from which we analysed 45 letters responding to the Reform theme. The data were processed via the UAM Corpus Tool version 3.3 system of O'Donnell (2019). This study was based on Fairclough's Critical Discourse Analysis (1995; 2001; 2004); in Thompson (2011 [1990]; 2014 [1995]), regarding the concepts of ideology, power relations and symbolic forms; in Charaudeau (2013), regarding media discourse and political discourse and the notions of dialogue, heteroglossy, understanding and responsive attitude, by Bakhtin (2003 [1979]) and Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]). The results generated by the use of the EVALUATION system confirm that it has proven to be a useful system for understanding the reader's ways of evaluating and engaging on the topic, by helping to systematise the language resources used in such evaluations and by enabling us to understand the resources implicit in the text that indicate the reader's evaluations, and can be categorised through their subsystems. The predominant use of monoglossic and contractive engagement, regardless of the positioning adopted, has provided us with evidence that the responsive pattern of the reader-author primes for restricting, challenging and simulating the erasure of other perspectives on the subject of reform. The responsiveness of the reader-author of "against" and "partial acceptance" positions is underpinned by similar circulating discourses on whether the government's proposal for reform should not be accepted and on whether they accept (of "partial acceptance") or not ("against") the need for reform. Both differ significantly from the points of discussion in the "pro" letters. For the pro-reform position, the basis of concern brought is economic and the reader engages in a manner aligned with the government's speeches. In this one, the space of responsiveness has been significantly marked by discourses that sustain the dominant ideologies, reproducing the power relations and neoliberal ideas that surround the theme of reform. In the "against" and "partial acceptance" types, the spaces of responsiveness were predominantly marked by critical adversarial discourses, in which there is a non-solidarity commitment to the government's discourse. In the position of "partial acceptance", there is an openness to reform that takes into account diverse issues of the reality of the employment market, of people's living conditions and health. Therefore, these values mobilized in the "against" and "partial acceptance" positions were supported by circulating discourses that understand that Social Security must maintain the ideals for which it was instituted in Brazil, preserving the social protection rights guaranteed by the 1988 Constitution.

Keywords: EVALUATION System. Critical Discourse Analysis. Responsiveness. Letters from the Reader. Social Security Reform.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Composição do Sistema da ATITUDE e seus dados específicos para a análise *do corpus*, baseado no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005).....124
- Figura 2 - Sistema do ENGAJAMENTO, baseado no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005).....126
- Figura 3 - Panorama dos jornais, dos dados das cartas do *corpus* e do posicionamento do leitor.....128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Subsistema do Afeto (Sistema da ATITUDE), categorias baseadas em Martin; White (2005) e ampliadas em Gonçalves-Segundo (2011).....	61
Quadro 2 - Subsistema do Julgamento (Sistema da ATITUDE), categorias baseadas em Martin; White (2005).....	64
Quadro 3 - Subsistema da Apreciação (Sistema da ATITUDE), categorias baseadas em Martin; White (2005).....	66
Quadro 4 - Sistema de ENGAJAMENTO - adaptação a partir de Martin; White (2005) e de Gonçalves-Segundo (2011).....	72
Quadro 5 - Sistema da GRADAÇÃO - adaptação da figura apresentada por Sobhie (2008, p. 65), baseado em Martin; White (2005).....	74
Quadro 6 - Uso predominante dos recursos avaliativos e de posicionamento utilizados nas cartas do leitor, baseados no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005).....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela Comparativa do Subsistema da ATITUDE - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005) nos três tipos de posicionamento.....	259
Tabela 2 - Dados do Subsistema do Afeto - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado.....	260
Tabela 3 - Dados do Subsistema do Julgamento - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado.....	261
Tabela 4 - Dados do Subsistema da Apreciação - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado.....	262
Tabela 5 - Tabela Comparativa dos três tipos de posicionamento acerca da Reforma da Previdência - Sistema do ENGAJAMENTO, extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019).....	263

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 Entendendo a Previdência e a proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro: breve contextualização	24
1.1 O conceito de Previdência e de Seguridade Social e os posicionamentos prós e contrários à reforma previdenciária proposta pelo governo.....	24
1.2 A proposta de reforma no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e do governo interino de Michel Temer (2016-2018).....	28
1.3 A proposta de reforma no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).....	30
1.4 Os posicionamentos pró-reforma da Previdência.....	32
1.5 Os posicionamentos contrários e parciais à reforma da Previdência e os posicionamentos sobre a proposta apresentada pelo governo.....	38
Capítulo 2 Linguística Sistêmico-Funcional - A língua como sistema sociosemiótico, as metafunções da linguagem e o Sistema da AVALIATIVIDADE como categoria de análise do texto e do discurso	51
2.1 A língua como sistema sociosemiótico e as metafunções da linguagem.....	51
2.2 Metafunção Interpessoal e sua relação com o Sistema da AVALIATIVIDADE...56	56
2.3 Definição e Escopo do Sistema da AVALIATIVIDADE.....	57
2.4 A divisão do Sistema da AVALIATIVIDADE e a descrição de seus subsistemas: ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO.....	59
2.4.1 Sistema da <i>ATITUDE</i>	60
2.4.1.1 O subsistema do <i>Afeto</i>	60
2.4.1.2 O subsistema do <i>Julgamento</i>	62
2.4.1.3 O subsistema da <i>Apreciação</i>	65
2.5 Sistema do <i>ENGAJAMENTO</i>	68
2.6 Sistema da <i>GRADAÇÃO</i>	73

Capítulo 3	A manifestação da avaliação subjetiva nas Cartas do Leitor, o Dialogismo e o processo de Compreensão e Atitude Responsiva.....	75
3.1	Gênero textual Carta do Leitor: o espaço propício para a manifestação da avaliação subjetiva do leitor e para o desenvolvimento de perspectivas nos textos.....	75
3.2	A língua para Bakhtin e o Dialogismo como princípio constitutivo da linguagem.....	76
3.3	A manifestação da Compreensão Responsiva e a Atitude Responsiva como partes da produção e da compreensão do texto e do discurso.....	79
Capítulo 4	A vertente da Análise Crítica do Discurso na abordagem de questões sociais e no estudo do texto e do discurso.....	85
4.1	O propósito da Análise Crítica do Discurso (ACD) e alguns conceitos essenciais.....	85
4.2	O conceito de Ideologia em Thompson e o inter cruzamento com os conceitos de poder e relações de dominação no meio social.....	94
Capítulo 5	Algumas considerações sobre a Comunicação de Massa, o Discurso da Mídia e o Discurso Político.....	109
5.1	A Comunicação de Massa e sua relação com as formas simbólicas em Thompson.....	109
5.2	O Discurso da Mídia e o Discurso Político.....	112
Capítulo 6	Procedimentos Metodológicos, Resultados e Análise do <i>corpus</i>.....	121
6.1	Escolha do <i>Corpus</i> e Delimitação.....	121
6.2	Critérios de inclusão e de exclusão.....	121
6.3	Categorias de Análise e Referencial Teórico.....	123
6.4.	Resultados baseados nos dados extraídos do Programa UAM Corpus Tool versão 3.3, de O'Donnell (2019).....	127
6.4.1	Apresentação dos Resultados pelo tipo de posicionamento, dados comparativos e de relevância.....	129
6.5	Procedimentos Metodológicos para a Análise do <i>Corpus</i>	136
6.6.	Análise do <i>Corpus</i>	137

	14
6.6.1. Posicionamento favorável à reforma da Previdência.....	139
6.6.1.1 Posicionamento contrário à reforma da Previdência.....	145
6.6.1.2 Posicionamento parcialmente a favor da reforma da Previdência.....	164
6.6.2 Análise comparativa entre os três tipos de posicionamento.....	173
Conclusão.....	206
Referências Bibliográficas.....	215
Fontes.....	228
Anexos.....	231

Introdução

A busca por uma sociedade mais democrática, pela preservação e conquista de direitos sociais perpassa pelo interesse coletivo e pela aprovação de leis que regem a sociedade; leis que imputam direitos e deveres aos cidadãos e que organizam a coletividade.

Na formação das leis, a esfera política, com seus representantes e o governo, exerce um papel fundamental e detém o poder de gerir os recursos disponíveis, além de poder executar ações capazes de contribuir ou não para o bem social e por um nível maior de igualdade entre todos.

No entanto, o processo de busca pela diminuição das desigualdades sociais é infringido pelo conflito de interesses entre as classes, pela pressão do mercado, pela influência das relações de políticas externas e pela manutenção de privilégios de uma minoria em detrimento da maioria.

A gestão dos recursos financeiros, geralmente, é ponto de conflito nos governos, que em gestões neoliberais primam por um Estado mínimo, pela diminuição de investimentos em políticas públicas e programas sociais, pela falta de atenção à saúde, à educação, à segurança e à seguridade social. Em meio a esse contexto político e econômico, circulam discursos em nome da recessão, da necessidade de contingenciamento, da redução e até do bloqueio de investimentos públicos, a fim de justificar o controle e a melhora das contas públicas e da economia.

A prática discursiva é parte dessas práticas sociais, políticas e econômicas de gestão de recursos e mudanças nas leis e em parte se expressa pelos discursos veiculados pela mídia em defesa das propostas do governo e das ações tomadas para a gestão do país, a gestão da crise, a melhora de investimentos e da economia.

Sobre as recessões econômicas, circulam discursos que naturalizam, como única solução, a diminuição e a extinção de direitos conquistados e a tomada de medidas impopulares que acirram as desigualdades e preservam o alto poder e benesses das classes mais abastadas, na qual se inclui a classe política, ao primarem por seus próprios direitos e pelo lucro do mercado. Com isso, instauram-se as assimetrias de direitos, deveres e de poder.

Discursos políticos e da mídia circulam fortalecendo a crença de que, se há recessão, cortes precisam ser feitos para que o país volte a crescer e, para tal, o sacrifício será de todos. Na prática isso não acontece. Quem governa o país, as leis, o mercado, tem em suas mãos o

poder de gerir os recursos, criar políticas que beneficiam a uns e não a outros e de manter e preservar os direitos de certas classes, inclusive os próprios, em detrimento da maioria. E, em nome dessa recessão, retiram direitos. Tal como preconizado por Bessa; Sato (2018, p. 127), ocorre a “propagação discursiva de um fatalismo segundo o qual se justifica a primazia da economia sobre o indivíduo”.

Por meio de discursos velados e legitimados, cria-se a ilusão de que somos uno e de que o desenvolvimento, a melhora econômica depende do sacrifício de todos, portanto, discursos circulantes argumentam em favor do não investimento em políticas públicas e programas sociais, que são tidos como parte dessa renúncia.

Desse modo, instaura-se de forma naturalizada e hegemônica a diminuição e a restrição de um Estado de direitos e da promulgação de um Estado mínimo, quando de fato, criam-se assimetrias de poder, de direitos e deveres e estimulam-se práticas que priorizam o mercado global e financeiro, que acirram as injustiças e o abuso de poder.

A circulação constante e massiva de discursos engendrados por assimetrias de poder aparecem velados e, se não desvendados, vistos com crítica pela sociedade, para que se concebam a resistência e o enfrentamento para a mudança, podem tornar-se legitimados e dirigirem-se à consolidação de leis que levam à priorização dos direitos de uns em detrimento dos direitos da maioria, à subversão do caráter de proteção social de alguns programas e à extinção de direitos conquistados.

Quando de uma sociedade crítica, a participação, a luta social, os modos de resistência e de enfrentamento são passíveis de promover mudanças e de preservar modos de vida menos desiguais em uma sociedade que preza pela democracia, em que as pessoas podem participar mais das decisões políticas, sociais e econômicas, que muitas vezes, transformam-se em leis e lhes afetam diretamente.

De acordo com Lira; Alves (2018, p. 113), o processo de transformação social “pressupõe conexão entre elementos semióticos e outros elementos da vida social”, em um movimento dialético. Essa mudança é discursivamente orientada, já que ela ocorre primeiramente nos discursos, ao serem recontextualizados.

A linguagem como prática social estabelece-se na interação dialética entre as estruturas sociais, as práticas e os eventos. As estruturas sociais são “entidades mais amplas ou abstratas”; as práticas sociais são as “entidades organizacionais que fazem mediação entre estruturas sociais e eventos”. Os eventos discursivos variam sua determinação estrutural

conforme a esfera social em que se origina (LIRA; ALVES, 2018, p. 107-108). Tal como preconizado pelos autores:

As línguas como estruturas sociais constituem possibilidades, selecionadas por uma rede de práticas sociais no aspecto linguístico, ou ordem de discurso, e se concretizam em textos. Assim, as práticas sociais articulam o discurso como linguagem, juntamente com outros elementos não discursivos (LIRA; ALVES, 2018, p. 107-108).

Pelo poder do discurso em contribuir com mudanças e transformações sociais, a Análise Crítica do Discurso (ACD)¹, ao estudar a linguagem em uso, contribui para identificar as estratégias de poder operadas no e pelo discurso. Ao desvelar tais estratégias, a ACD abre campo para “transformar os mecanismos de controle”, o que expande o escopo de “reorganização dos níveis de poder por meio de representações” por grupos ou pessoas, e por suas redes discursivas, o que contribui, em última instância, para a reconstrução dos papéis sociais (BESSA; SATO, 2018, p. 127). Nas palavras dos autores:

(...) a ADC, no bojo da análise do novo capitalismo, se ocupa prioritariamente dos processos de mudanças, socialmente materializados nas relações entre os gêneros discursivos (elementos semióticos da atividade material/ação), os discursos (elementos semióticos das representações que circulam nas práticas) e os estilos (manifestações semióticas dos indivíduos relacionadas às identidades) (BESSA; SATO, 2018, p. 128).

A análise de um discurso em uso, em uma situação comunicativa particular, é um exemplo de uma prática discursiva e indica os processos de produção, distribuição e consumo textual. Como processos sociais, todos eles fazem referência “aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99).

Pensando-se nas questões supracitadas, escolheu-se como recurso de análise as avaliações subjetivas que o leitor faz nas cartas do leitor de jornais paulistas sobre a reforma da Previdência.

A escolha específica por esse tema foi por considerar que é atual e relevante, sensível à sociedade no contexto vigente, uma vez que sua importância permeia o fato de ser uma questão social que afetará a vida das pessoas e na qual há a presença do poder e controle por parte do governo com propostas que, de modo geral, estão em desacordo com o interesse da

¹ Optamos por manter a nomenclatura como Análise Crítica do Discurso (ACD) durante todo o trabalho. No entanto, quando fizemos a citação literal de algum autor, mantivemos a nomenclatura usada pelo próprio autor, podendo estar como ADC.

maioria. Essa proposta funciona como uma medida impopular e gerou um crescente número de manifestações e ações discursivas em oposição a ela.

Nas primeiras leituras das cartas do leitor, para decisão da composição do *corpus*, observou-se que a apreciação sobre a reforma, o julgamento sobre seus proponentes e a avaliação sobre o sistema previdenciário vigente apareceram de forma relevante, concorrendo posições divergentes.

Por ser um tema que tramitou no Congresso, para a promulgação de uma nova lei do sistema de aposentadoria de nosso país, que afetará a maioria que ainda não se aposentou, isso estimulou o leitor a produzir discursos a respeito e a expressar seu juízo de valor sobre o assunto, o que se torna campo propício para o estudo das avaliações subjetivas do leitor e da negociação intersubjetiva de seus posicionamentos com outros discursos circulantes, como é o interesse e a proposta principal do presente trabalho.

O interesse pelo estudo das avaliações subjetivas no discurso, deve-se ao fato de que, ao ler as notícias políticas publicadas a respeito dessa reforma e as cartas dos leitores, percebeu-se que parte dos leitores (autores das cartas)² demonstraram ter uma noção mais ampla do momento político e econômico vigente e relacionava o tema ao contexto político, econômico e social atual para formar sua avaliação, enquanto outros apresentaram posicionamentos avaliativos que sugeriram uma postura mais acrítica e partidária, o que resultou em realidades discursivas distintas sobre um mesmo acontecimento.

Por sua vez, a notícia política publicada na mídia atende a certas posições sociais, contrárias ou a favor do governo, de acordo com o veículo de produção e o autor de seu texto, merecendo destaque o tratamento dialógico que advém do posicionamento do leitor com o discurso da mídia e com o discurso político, que serão tratados nesta pesquisa também sob o ponto de vista do conceito de dialogismo e de atitude responsiva ativa de Bakhtin (2003 [1979]) e de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]), uma vez que o dialogismo também é um conceito base no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005).

Para atender ao interesse de nossa pesquisa, o objetivo geral do presente trabalho busca deprender de que modo os atores sociais respondem ao discurso circulante na mídia,

² Para diferenciarmos o leitor em geral do leitor autor da “carta do leitor”, que é nosso foco de trabalho, nos referiremos a ele durante nosso trabalho como leitor-autor, sinalizando que ele é, ao mesmo tempo, um leitor que responde, por meio da “carta do leitor”, aos discursos circulantes sobre o tema da previdência e é o autor desta carta, o que vai diferenci-lo de qualquer outro leitor a que possamos fazer referência durante nossa pesquisa.

via carta do leitor, e marcam um espaço de responsividade diante dos discursos sobre o tema da reforma da Previdência.

Para alcançarmos esse objetivo, partimos da hipótese de que o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005) pode ser um recurso útil para apreender ou auferir o nível de responsividade na avaliação e no posicionamento do leitor frente a questões sociais atuais e relevantes, como é o caso dessa reforma.

Os objetivos específicos deste trabalho constituem-se em:

- 1) compreender e identificar os discursos que circulam e sustentam os posicionamentos prós e contra a reforma da Previdência, indicados pelos posicionamentos de valor que o leitor mobiliza na avaliação de um tema social importante;
- 2) compreender quais recursos linguísticos avaliativos são usados de modo relevante nesse processo;
- 3) compreender como se configura o engajamento do leitor-autor em relação aos discursos e às construções de perspectivas/avaliações que ele produz sobre o tema da reforma da Previdência, em relação aos discursos circulantes sobre o mesmo tema e na negociação de seu posicionamento na relação intersubjetiva com outros leitores.

Tendo em vista nossos objetivos, têm-se como perguntas de pesquisa:

Qual a apreciação que o leitor-autor faz do tema e como ele entende as implicações para a sua vida e conquista da aposentadoria?

O leitor-autor apresenta uma atitude responsiva ativa ou apassivada na compreensão do tema da reforma da Previdência?

Ele consegue discriminar a manipulação da mídia e do governo em relação aos fatos?

Quais posicionamentos de valor são mobilizados para avaliar temas sociais e quais recursos linguísticos avaliativos são usados nesse processo?

Como o leitor-autor engaja-se na construção de seus pontos de vista e na negociação de seu posicionamento na relação intersubjetiva com outros leitores?

Ele alinha-se ou afasta-se do discurso do governo de que a reforma da Previdência é uma proposta favorável ao país e aos trabalhadores?

O *corpus* deste trabalho concentra-se no gênero Carta do leitor. A “Carta do Leitor” é um espaço do jornal destinado aos leitores para que eles possam se expressar e comunicar ao outro seu ponto de vista ao construir perspectivas a respeito de diversos temas. Ela

constitui-se como um gênero propício e útil ao estudo das avaliações e dos posicionamentos no discurso, o que justifica nossa escolha pelo uso desse gênero textual.

Para se ter uma abrangência diversificada das manifestações discursivas, optou-se por trabalhar com jornais paulistas de menor e maior visibilidade, especificamente os jornais com edição online que dispõem de espaço para a carta do leitor. As seções das cartas dos leitores e os respectivos jornais analisados foram: o “Painel do Leitor”, do jornal Folha de S.Paulo; o “Fórum dos Leitores”, do jornal O Estado de S. Paulo; a “Tribuna do Leitor”, do jornal JCNET.com.br, de Bauru/S.P. e grande região e a “Cartas” e “Do Leitor”, do jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba/S.P. Durante a coleta do *corpus*, houve, nesse último jornal, a mudança do nome de “Cartas” para “Do Leitor”. Ressaltamos que para os jornais Folha e Estado, as cartas são digitalizadas da versão impressa.

Foi feita uma análise quantitativa e qualitativa de 45 cartas do leitor, da edição online de jornais paulistas, referente ao tema da reforma da Previdência. Considerou-se como delimitação do período de análise o primeiro envio ao Congresso da PEC 287/2016 da proposta de reforma da Previdência do governo interino Michel Temer, em 05 de dezembro de 2016, até o período da aprovação final da proposta, no segundo semestre de 2019, no mandato do atual presidente, Jair Bolsonaro, em 23 de outubro de 2019.

Não foram consideradas as cartas publicadas no período do governo da presidente Dilma Rousseff, pois ela sofreu impeachment antes do envio da PEC da reforma da Previdência ao Congresso.

O critério de seleção das cartas incluiu as fases de aprovação parcial da reforma, segundo a tramitação da proposta, primeiramente na Câmara dos Deputados e depois no Senado até a promulgação da proposta em forma de lei, o que corresponde à sua aprovação final.

Para atender aos nossos propósitos de pesquisa, este estudo pautou-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) e tem como base de categoria de análise o Sistema da AVALIATIVIDADE proposto por Martin; White (2005), uma vez que entendemos que é uma ferramenta fértil para o estudo sistemático das avaliações feitas no discurso, por meio de espaços que permitem construir posicionamentos e perspectivas avaliativas a respeito dos mais diversos assuntos, como nas Cartas do Leitor.

O Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005) permite descrever a construção discursiva do que as pessoas dizem pensar e compreender e de como se

posicionam e alinham-se aos próprios discursos, aos produzidos na mídia sobre um mesmo tema e como negociam intersubjetivamente posicionamentos com leitores em potencial.

Desse Sistema, abordamos dois dos seus três subsistemas: a ATITUDE (afeto, julgamento e apreciação) e o ENGAJAMENTO (monoglossia e heteroglossia). Optamos por não incluir o subsistema da GRADAÇÃO por nosso interesse se centrar nos recursos avaliativos e de engajamento utilizados e não especificamente na propriedade da força com que o recurso foi empregado.

Os dados das cartas foram tratados via Sistema UAM Corpus Tool versão 3.3, desenvolvido por O'Donnell (2019), a fim de sistematizar os resultados encontrados e de se apurar as recorrências, o que facilitou a compreensão dos dados.

Para a compreensão dos efeitos de sentido discursivo, produzidos pelas avaliações e posicionamentos presentes nos textos, foram depreendidas as recorrências e fatores mais relevantes encontrados e foi feita a discussão da relação dialógica das cartas do leitor com outros textos circulantes na mídia. Consideramos a relação estabelecida entre os interlocutores, os posicionamentos avaliativos e as formas de engajamento, com base nas noções de dialogismo e heteroglossia, de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]).

Para a discussão, utilizamos, também, o referencial teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), principalmente por Fairclough (1995; 2001; 2004), considerando o uso da linguagem como prática social e discursiva, como meio de ação, de representação e de compreensão do mundo, tendo-se em conta os jogos de interesses e poder subjacentes aos discursos e a omissão de informação como forma de manipulação e abuso de poder.

Baseamo-nos nas contribuições de Thompson (2011 [1990]) para a compreensão do intercruzamento dos conceitos de poder, relações de dominação no meio social e ideologia. Para a compreensão do discurso político e da mídia, abordamos as contribuições de Charaudeau (2013) e para a compreensão do processo de recepção e apropriação das mensagens da mídia pautamo-nos na teoria social da mídia de Thompson (2014 [1995]).

Fizemos a escolha do estudo pela ACD já que ela exerce seu papel de abordar problemas sociais, ao considerarmos que a proposta de reforma é uma questão social imbricada de formas de poder e de decisão sobre o futuro e os direitos dos cidadãos. Além do mais, por compartilharmos da mesma compreensão do conceito de sujeito desse referencial teórico, que é visto como um sujeito ativo, capaz de reagir às coerções sociais e de contribuir para a mudança do meio e da sociedade.

Para a estruturação e apresentação da nossa pesquisa, dividimos os capítulos da seguinte forma: No primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico da Previdência no sistema brasileiro e o posicionamento de estudiosos sobre o assunto, que vai desde a aceitação da necessidade da reforma e aceitação total da proposta do governo até posicionamentos contrários ou parcialmente a favor, que reconhecem a necessidade de reforma do sistema, mas contestam a proposta apresentada pelo governo.

Ainda neste capítulo, apresentamos um breve histórico da proposta de reforma no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e de seu substituto, quando do seu impeachment, o governo interino Michel Temer (2016-2018) e a reformulação da proposta no atual governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

No segundo capítulo, abordamos conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday; Matthiessen (2004), por ser a base de nossa categoria de análise, o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005), além de abordar a noção da língua como sistema sociosemiótico e as metafunções da linguagem.

Apresentamos, também, o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005) propriamente dito, sua definição, subdivisões e escopo de estudo. Fizemos a descrição de seus subsistemas focando nos dois que utilizamos em nossa pesquisa: a ATITUDE e o ENGAJAMENTO. Propusemos uma ampliação no uso do subsistema da Apreciação (Sistema da ATITUDE), considerando seu uso para objetos semióticos que não apresentam um caráter estético, como é o tema da reforma.

No terceiro capítulo, tratamos da manifestação da avaliação subjetiva nas cartas do leitor, focando em alguns conceitos inerentes a esse processo, como os conceitos de compreensão e atitude responsiva ativa de Bakhtin (2003 [1979]) e de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]); a materialização dessa avaliação por meio da Carta do Leitor, considerada como espaço propício para a manifestação de avaliações e o desenvolvimento de perspectivas nos textos, o conceito de língua para Bakhtin e o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem.

No quarto capítulo, tratamos de alguns conceitos importantes da Análise Crítica do Discurso na abordagem de temas sociais e no estudo dos textos e do discurso, ao considerar as relações de poder que se estabelecem entre as instâncias governamentais e a sociedade, a aprovação de políticas públicas e de leis, como o caso da reforma no sistema da aposentadoria

dos brasileiros. Dentre esses, abordamos os conceitos de: poder, ideologia, hegemonia e os modos de produção, transmissão, recepção e compreensão das formas simbólicas.

No quinto capítulo, discutimos como as formas simbólicas, mediadas pela comunicação de massa e pelos meios técnicos de comunicação, podem contribuir para a produção e a disseminação da ideologia e podem influenciar nos modos de compreensão e recepção dessas ideologias por parte do leitor-autor.

Abordamos, também, o discurso da mídia e o discurso político como instâncias que influenciam na opinião pública e como instâncias (midiática e política) de poder, que controlam a produção e a transmissão das formas simbólicas, além de discutirmos acerca do papel da mídia.

No sexto capítulo, tratamos dos procedimentos metodológicos adotados, dos resultados e da análise do *corpus*, enfatizando os dados relevantes das Cartas do leitor. Neste, tecemos uma análise articulando-a ao referencial teórico escolhido, aos nossos objetivos e às perguntas de pesquisa, para a compreensão do que foi ou não alcançado e inter-relacionamos esses dados aos sistemas histórico, político e econômico vigentes, a fim de contextualizarmos nossa análise.

Encerramos nosso trabalho com a seção de conclusão, com nossas considerações acerca dos resultados encontrados, os quais correlacionamos à nossa hipótese, perguntas e objetivos de pesquisa. Destacamos, também, o valor acadêmico e social de nossa pesquisa, bem como parte de suas limitações.

Capítulo 1: Entendendo a Previdência e a proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro: breve contextualização

1.1 O conceito de Previdência e de Seguridade Social e os posicionamentos prós e contrários à reforma previdenciária proposta pelo governo

De acordo com Santos et al. (2018) e Castro (2012), a Previdência é uma forma de trazer segurança às pessoas na idade avançada, com o benefício da aposentadoria ou como um suporte financeiro quando da impossibilidade de trabalhar, como nos casos de acidentes de trabalho; afastamentos por doença, por licença-maternidade ou por reclusão (auxílio-reclusão). A ideia que se traz é de solidariedade e volta-se a pessoas, grupos e famílias que estão em situação de vulnerabilidade em função do ciclo vital, como na velhice, ou por algum tipo de risco como nos acidentes ou casos de invalidez (temporária ou permanente).

Conforme esclarecem Marçal; Zucchetti (2017, p. 441), a “necessidade de proteção social” surgiu em função das “várias formas violentas de opressão”, “castigos” e “precarização do ambiente de trabalho”, que geravam aos trabalhadores sequelas físicas, morais, patrimoniais e/ou psíquicas.

Em 1966, unificou-se o sistema previdenciário com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), agregando todos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Em meados de 1970, foram criadas novas categorias de benefícios previdenciários: o salário-família e o salário-maternidade e, ainda, foram incluídos os profissionais que antes não eram cobertos, como os jogadores de futebol, os autônomos, os temporários, as empregadas domésticas e o trabalhador rural (MARÇAL; ZUCCHETTI, 2017).

Segundo Marçal; Zucchetti (2017, p. 448), a proteção social diz respeito a uma “proteção universal (saúde)”, “compensatória (assistência)” e “obrigacional (previdência)”, pautando-se no tripé da Seguridade Social, que engloba a previdência social, a assistência social e a saúde como direitos.

Cabe ressaltar que a Previdência social não possui o caráter de universalização tal como a assistência social, prestada a quem precisa, e a saúde, considerada direito de todos. Ela depende da contribuição e é proporcional à alíquota desse aporte; exceções se fazem em relação a algumas categorias, como o trabalhador rural, considerado como segurado especial, do qual não se exige a contribuição para a garantia do benefício (ABREU, 2016).

Paim; Mota; José (2017, p. 39), em referência à Constituição de 1988, afirmam que a solidariedade está prevista no artigo 3º/I como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. A seguridade social, em especial a Previdência, é a “representação mais evidente do princípio da solidariedade”, sistema no qual as contribuições devem ser em prol da coletividade e não exclusivas a quem as procedeu e busca-se, com isso, diminuir as diferenças sociais.

De acordo com o site da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, em Brasil (2015c), a Previdência no Brasil “é um direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 entre os Direitos e Garantias Fundamentais”, que assegura renda de um salário mínimo ao trabalhador e sua família, conforme previsto no art. 201 da Carta Magna. Ela organiza-se em três regimes distintos e independentes entre si, a saber:

1. O RGPS (art. 201 CF/88): tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), “autarquia Federal a ele vinculada”. É um regime de caráter contributivo e obrigatório e inclui: contribuintes individuais; empregadores; assalariados; domésticos; autônomos e trabalhadores rurais (com regras diferenciadas).
2. O RPPS (art. 40 CF/88): tem suas políticas elaboradas e executadas pelo Ministério da Previdência Social e inclui os servidores públicos concursados. Suas regras são definidas pela Emenda Constitucional (EC) n.º 41/2003. Excluem-se dessa categoria: os agentes políticos; os servidores temporários, os cargos de confiança e os filiados ao RGPS. É um regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
3. O RCP (art. 202 CF/88): tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social e executadas pela PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência complementar), de adesão facultativa. É um sistema de previdência complementar e facultativo dos funcionários públicos.

No entanto, na Constituição Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), apresentada em Brasil (2016b, p. 120), o art. 201, encontrado no Título VIII, Capítulo II da CF/88, na Seção III, que trata especificamente da Previdência Social prescreve que: “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei a: (EC n.º 20/98, EC n.º 41/2003 e EC n.º 47/2005)”. Portanto, segundo a Constituição de 1988, o único sistema previdenciário que abrange a Seguridade Social é o RGPS.

O artigo 195 da Constituição Federativa de 1988, em Brasil (2016b, p. 117) diz que:

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (EC n.º 20/98, EC n.º 42/2003 e EC n.º 47/2005).

No parágrafo único do artigo 194, subitem VII, a Constituição de 1988 preconiza que a seguridade social seja de “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados” (BRASIL, 2016b, p. 117).

Os artigos 194 e 195 fazem parte do Título VIII, Capítulo II da CF/88, que trata da Seguridade Social. O artigo 194 diz que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (EC n.º 20/98)” (BRASIL, 2016b, p. 117).

Para que o governo cumpra sua parte na contribuição, foram criadas a CSLL (contribuição sobre o lucro líquido) e a COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), além do uso de parte do PIS-PASEP.

Gentil (2006, p. 32-33) ressalta as cinco fontes de arrecadação da Previdência, previstas na Constituição de 1988, artigo 195, para o sustento do sistema da Seguridade Social:

1. a COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social);
2. a CPMF (contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores ou de créditos e direitos de natureza financeira);
3. a CSLL (contribuição sobre o lucro líquido);
4. a contribuição ao INSS (contribuição dos empregadores e dos trabalhadores à seguridade social);
5. a receita de concursos de prognósticos (loterias e apostas).

De acordo com Marques; Batich; Mendes (2003), a crescente crise fiscal-financeira do Estado, o crescimento do trabalho informal e das taxas de desemprego, somados ao fraco desempenho da economia, fizeram o governo começar a questionar os direitos assegurados pela Constituição no que se refere à proteção social, o qual entende que a instituição desses direitos provocou desequilíbrios no sistema previdenciário, o que leva ao fortalecimento do discurso sobre a necessidade de reformar a previdência social.

As propostas de reforma baseiam-se sempre na consideração de que a Previdência é um sistema deficitário e que piora cada vez mais devido ao envelhecimento populacional e ao consequente aumento do número de inativos sustentados pelos ativos, o que não é coerente, já que deixa de lado as outras fontes de custeio do sistema, criadas especificamente para atender às necessidades da Previdência Social, como citado anteriormente.

Das propostas de reforma que circulam para discussão em qualquer governo, há representantes e especialistas no assunto que se posicionam a favor da existência do déficit do sistema previdenciário e os que dizem que o sistema é superavitário. As opiniões divergentes são influenciadas pela posição que os opinantes exercem na sociedade e pela metodologia que adotam para chegar às contas que atestam os saldos da Seguridade Social, do qual a Previdência faz parte.

Segundo Santos et al. (2018), em tempos de crise, o governo busca fazer ajustes no pagamento dos benefícios, por meio de reformas, visando à taxa de fecundidade, à expectativa de vida, à equivalência entre inativos e ativos, a fim de promover a sustentabilidade do sistema.

Em meados dos anos 90, mais de 20 propostas sobre a reformulação da seguridade social e da previdência surgiram, dividindo-se com base em dois parâmetros: as que consideravam a proteção social como obrigação do Estado e as que entendiam que era de responsabilidade do cidadão. Essa última, de caráter claramente neoliberal, justificava que apenas com a adoção de um sistema privado e de capitalização as pessoas teriam motivação para melhorar seu rendimento e para poupar, viabilizando-se, assim, a sustentação financeira do desenvolvimento do país (MARQUES; BATICH; MENDES, 2003).

No outro polo, os que consideram o Estado como responsável pela proteção social defendiam, além da continuidade de contribuição por parte de empregadores e empregados, a diversificação das fontes de custeio do sistema para manter a sustentabilidade em épocas de crise e baixa de contratações no mercado formal. A unanimidade entre os diferentes posicionamentos foca no fim das aposentadorias especiais e por tempo de serviço (MARQUES; BATICH; MENDES, 2003).

Para a consideração das despesas e justificativas de reforma, os governos incluem os três sistemas previdenciários: o RGPS (Regime Geral de Previdência Social), o sistema do funcionalismo público, o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) e o RCP (Regime

Complementar do setor público), além dos valores gastos com as reformas e pensões da classe militar (BRASIL, 2017a). Isso tanto em governos anteriores quanto no governo atual.

1.2 A proposta de reforma no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e do governo interino de Michel Temer (2016-2018)

A Previdência é um assunto que geralmente é pauta de mudança nos governos, ressurgiu em 2015 no governo Dilma e ganhou força na gestão do presidente Michel Temer (2016-2018), que justificavam a necessidade de reforma (BRASIL, 2015d) em função de considerarem um grande e constante déficit no sistema previdenciário.

Em outubro de 2015, o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 676/2015³, dando origem à Lei 13.183/2015, que instituiu uma nova regra para a aposentadoria. A então presidente, Dilma Rousseff, sancionou essa lei em novembro desse mesmo ano, desautorizando a desaposentação⁴ (BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015e).

Tal medida alterou a regra “85/95”⁵ aprovada em maio (1995) pelo Congresso. Nessa regra, atingindo a pontuação de 85 (mulheres) e 95 (homens), resultante da soma da idade e da contribuição, a integralidade do salário estava garantida. A presidente Dilma reestruturou essa regra, com aumento da pontuação dessa soma a cada dois anos (cálculo progressivo), iniciando a primeira contagem dessa nova soma em dezembro de 2018, com a justificativa de que isso melhoraria as contas da Previdência (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015f).

De acordo com Cruz; Dias (2016), em 07 de janeiro de 2016, em sua primeira entrevista do ano, a presidente Dilma anunciou em rede nacional a necessidade de uma nova reforma da Previdência.

³ BRASIL. **Medida provisória nº 676, de 17 de junho de 2015**. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Brasília: Presidência da República. Secretaria-Geral, 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/mpv/mpv676impresao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁴ A Desaposentação refere-se ao cancelamento de uma aposentadoria anteriormente concedida ao segurado, seja pelo RGPS ou pelo RPPS, para a concessão de um novo benefício mais benéfico.

⁵ BRASIL. **Fator 85/95**. De acordo com a Lei 13.183/2015, foi a opção proposta pelo governo federal ao fator previdenciário. O novo fator garante aposentadoria integral para quem se enquadrar nas novas regras. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 2015a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fator-85-95>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Em 02 de dezembro de 2015, iniciou-se o processo de impeachment de Dilma Rousseff, com a cassação do seu mandato concluído em 31 de agosto de 2016, não havendo o envio da sua proposta de reforma para votação no Congresso. No mesmo dia, Michel Temer foi empossado presidente interino da República (BRASIL, 2016e).

O presidente Temer apresentou para apreciação do Congresso Nacional, em 05 de dezembro de 2016, a PEC 287/2016⁶ (Proposta de Emenda à Constituição), que pretendia alterar o acesso à aposentadoria e reorganizar a proteção social aos brasileiros (MARQUES; UGINO, 2017).

Para que uma PEC possa ser avaliada e aprovada/reprovada, segue uma tramitação, como é o caso da PEC da Previdência. Tal como posto no site do Senado, em Brasil (s./d.), a PEC segue uma tramitação e regras específicas para passar a vigorar como uma lei:

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pode ser apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas, desde que cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus componentes. Não podem ser apresentadas PECs para suprimir as chamadas cláusulas pétreas da Constituição (forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos poderes e direitos e garantias individuais). A PEC é discutida e votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e será aprovada se obtiver, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49) (BRASIL, s./d.).

De acordo com Brasil (2005), ao ser apresentada à Câmara, a PEC é avaliada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que advoga sobre sua legalidade, constitucionalidade e sobre a técnica legislativa da proposta. Em seguida, passa por uma Comissão Especial que avalia seu conteúdo.

Após o parecer da Comissão Especial, a PEC segue para votação na Câmara dos Deputados, votada em dois turnos. São necessários 3/5 dos votos, em cada uma das duas votações, para sua aprovação (308 votos) (BRASIL, 2005).

Se aprovada nesta fase, segue para o Senado e recebe o parecer da CCJ; se aprovado o texto vindo da Câmara, sem quaisquer alterações, passa por dois turnos de votação no Senado. Caso contrário, o texto volta para a Câmara para ser alterado e reavaliado (“pingue-pongue”), até que possa ser aprovado pelas duas casas. No meio de cada uma das fases, são marcadas sessões para discussão e alteração de pontos específicos da proposta (BRASIL, 2005).

⁶ BRASIL. **PEC 287/2016**. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016d. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

Por intervenção federal do Estado do Rio de Janeiro, em função da segurança, e por ser um ano de eleição, a PEC da Previdência (BRASIL, 2017b) no governo de Michel Temer ficou suspensa e não seguiu adiante. No entanto, ela se manteve como uma das principais pautas do governo seguinte, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), e seu texto original sofreu mudanças até sua aprovação final em 23 de outubro de 2019.

1.3 A proposta de reforma no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)

No dia 20 de fevereiro de 2019, a equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro entregou ao Congresso um novo texto sobre a proposta de reforma da Previdência (PEC 06/2019)⁷, seguido de ampla divulgação na mídia televisiva, jornalística e de coletivas de imprensa para esclarecimento da proposta. O texto do governo traz regras mais duras para a conquista da aposentadoria quando comparada à proposta do governo anterior, de Michel Temer.

A imprensa publicou o discurso do governo em defesa da reforma no mesmo dia da entrega do texto ao Congresso e incluiu a íntegra de seu discurso e proposta, como vistos, respectivamente, no jornal O GLOBO.com (2019), por meio da matéria intitulada: “Reforma é fundamental para Previdência não quebrar e será 'justa e para todos', diz Bolsonaro em pronunciamento” e no site UOL (2019a), com a matéria intitulada: “Leia a íntegra da proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro”⁸.

As notícias publicadas sobre o tema, no mesmo dia de envio do texto da reforma ao Congresso (20.02.2019), e em dias subsequentes, podem ser consultadas por meio digital⁹ ou em jornais impressos.

⁷ BRASIL. **PEC 06/2019**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019f. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2192459>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁸ GLOBO.COM. Reforma é fundamental para Previdência não quebrar e será 'justa e para todos', diz Bolsonaro em pronunciamento. **Globo.com**. 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/20/reforma-e-fundamental-para-que-previdencia-nao-quebre-diz-bolsonaro-em-pronunciamento.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

UOL. Leia a íntegra da proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro. **UOL**. 20 fev. 2019a. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/20/leia-a-integra-da-proposta-de-reforma-da-previdencia-do-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁹ Exemplos de fontes online: ELIAS, J. Nova Previdência dificulta acesso e pode aumentar pobreza, diz economista. **UOL**. 21 fev. 2019a. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/21/especialistas-avalia-reforma-previdencia.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

De acordo com a Cartilha da Nova Previdência, dentre os princípios da reforma estão: um sistema mais justo e igualitário (rico se aposentará na idade do pobre); maior proteção social (assistência física) e separação entre assistência e previdência (BRASIL, 2019c).

Conforme Brasil (2019b), a proposta da reforma também foi apresentada com o discurso de que abrangeria a todos e o benefício seria para o crescimento do país e para o bem das pessoas, do qual foi afirmado: “A Nova Previdência é a mais abrangente, justa e duradoura mudança do sistema previdenciário brasileiro. O mais importante é que garantirá aos futuros aposentados a dignidade de uma velhice tranquila”. Além disso, foi argumentado que:

A Nova Previdência veio para fixar regras há muito tempo necessárias, para que o Brasil possa reequilibrar suas contas, atrair investimentos, gerar empregos e retomar o crescimento econômico, garantindo que todos possam se aposentar no futuro. Essas novas regras também foram pensadas para as futuras gerações: trabalhadores que farão parte de um país com uma economia cada vez mais sólida (BRASIL, 2019b).

A proposta da Previdência, no governo de Bolsonaro, seguiu os trâmites legais para aprovação no Congresso, dando continuidade à luta de interesses entre o governo, o mercado e as diversas classes sociais e trabalhadoras.

Dentre as novas regras mais criticadas por especialistas que se opõem à proposta de reforma, estão: diminuição das pensões e dos benefícios de idosos de baixa renda (BCP); aumento do tempo de contribuição dos ruralistas; aumento do tempo de trabalho e de contribuição do setor privado, somado à diminuição da porcentagem para cálculos do valor da aposentadoria (fator previdenciário); a exclusão dos Estados e Municípios e a exclusão da classe militar na proposta de reforma, que, proporcionalmente, gera um gasto excessivo ao sistema de aposentadorias, superior aos do setor privado.

Segundo a equipe do governo, a proposta de reforma para os militares será enviada ao Congresso em PEC paralela (PEC 1645/2019)¹⁰ e levará em conta as especificidades da

FOLHA DE S.PAULO. Governadores criticam pontos da reforma da previdência. **Folha de S.Paulo**. 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/governadores-criticam-pontos-da-reforma-da-previdencia.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

EL PAÍS BRASIL. Proposta de reforma da Previdência impõe primeiro teste ao Governo Bolsonaro. **El País Brasil**. 20 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/20/politica/1550665728_241052.html>. Acesso em: 14 mar. 2019.

¹⁰ BRASIL. **PEC 1645/2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9.12.1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4.5.1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17.8.1964 - Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10.11.1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8.8.2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019h. Disponível em: <

categoria; e a inclusão de Estados e Municípios será proposta pela PEC paralela (PEC 133/2019)¹¹, buscando lidar com a resistência dos prefeitos e governadores para sua aprovação (BRASIL, 2019h; BRASIL, 2019g).

Os representantes do governo e especialistas que se posicionam a favor da reforma argumentam que o sistema é deficitário e que as pessoas que se aposentam cedo no sistema vigente não fazem parte dos mais pobres, o que acirra as desigualdades e mantém-se o privilégio de uma minoria.

Por fim, a proposta de reforma passou por sua última fase de votação no dia 23.10.2019 e foi aprovada no Senado. Sua promulgação ocorreu em 12 de novembro de 2019, passando a vigorar as novas regras de aposentadoria do nosso país, nesse mesmo dia.

Em seguida, veremos os argumentos relevantes que circulam na mídia a favor e contra a reforma; discursos esses que são trazidos também nas cartas dos leitores, como argumentos em defesa de sua apreciação sobre o tema da reforma e de seu posicionamento de alinhamento ou distanciamento com discursos que circulam na mídia, considerados em uma relação dialógica.

1.4 Os posicionamentos pró-reforma da Previdência

Após a promulgação da Constituição de 1988, o discurso neoliberal passou a ganhar força e defendia a flexibilização do trabalho, as privatizações, o favorecimento do mercado financeiro, a abertura da economia ao comércio internacional, a redução do custo da mão de obra, dentre outras medidas econômicas.

No caso da seguridade social, seus defensores advogavam em favor da sua privatização, mesmo que parcial, em favor da “descentralização para as entidades privadas”, no sentido de reduzir as ações estatais ao mínimo necessário para combate à miséria, com inclusão de pessoas no mercado consumidor. Defendiam a redução de direitos sociais, “substituindo-se as políticas sociais por ações compensatórias” (ABREU, 2016, p. 112).

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194874>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

¹¹ BRASIL. **PEC 133/2019**. Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 2019g. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138555>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

De acordo com Caetano (2007), o pagamento de aposentadorias e pensões para os setores públicos e privados somam 12% do PIB do Brasil, comprometendo o investimento em outras áreas que poderiam ajudar em taxas de crescimento, como educação ou saúde, e por outro lado, dificultam a redução das cargas tributárias.

Conforme Caetano (2007), o custo do gasto com a Previdência no Brasil é medido pelo método de Data Envelopment Analysis (DEA). A técnica é empírica e não paramétrica, assim, os resultados dos estudos indicam o alto gasto do Brasil com o sistema previdenciário quando comparado a outros países, inclusive de primeiro mundo. O autor aponta para a contradição que esse resultado indica, já que o país é tido, nesse ranking, como um país de extensa rede de proteção social, considerado como um lado positivo, mas que gera um alto custo, tido como o lado negativo da questão.

Para Costanzi (2017), a reforma da Previdência não afetará os mais pobres, já que no sistema vigente eles apresentam dificuldade em contribuir por 30 anos ou mais, o que gera a aposentadoria deles por idade. Quando não atingem os 15 anos mínimos de contribuição, aposentam-se pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim, essa realidade será mantida e eles não serão prejudicados.

Em defesa da reforma da Previdência, outro ponto criticado por Costanzi (2017) é que os aposentados precoces não estão entre os mais pobres e estão em torno dos 50 anos de idade, em plena capacidade laboral, além de possuírem qualificação acima da média e continuarem a trabalhar mesmo depois de aposentados.

A crítica reside no fato de ele considerar a subversão do mecanismo da aposentadoria, que em vez de funcionar como substituição de renda está funcionando como complementação de renda. O pagamento de aposentadoria para esse grupo de maior renda gera aumento da desigualdade, ao se considerar a renda média de todas as fontes (COSTANZI, 2017).

Costanzi (2017) considera a reforma uma necessidade populacional, por entender que as regras atuais são inadequadas. Defende que o mercado de trabalho para pessoas na faixa dos 55-64 anos não é um problema, uma vez que os índices de desemprego nessa faixa etária são baixos (3,6%) quando comparado à taxa de desemprego dos jovens na faixa dos 16-24 anos (22,8%).

O parâmetro considerado por Costanzi (2017) é o do Pnad (Plano Nacional por Amostra de Domicílios) /IBGE de 2015, porém ele adverte que a taxa de busca de emprego na faixa dos 55-64 anos é menor, o que pode influenciar nos resultados. Ainda que considere esse

fator, o autor justifica a menor taxa de desemprego entre a idade avançada como um índice favorável à elevação da idade mínima para a aposentadoria, como preconiza a proposta de reforma da Previdência.

O último ponto de defesa de Costanzi (2017, p. 89) é o grau de investimento que se pode aportar em outras áreas com a economia que se faria com a reforma, uma vez que se teria um “maior espaço fiscal, com efeitos positivos sobre o crescimento econômico, e consequentemente, sobre o incremento do emprego formal”.

Otoni; Barbosa Filho (2017, p. 37-38) classificam o sistema previdenciário atual como “extremamente generoso”, no qual há a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição, sem uma idade mínima, o que afeta a arrecadação em função da diminuição do número de contribuições pagas.

Conforme afirmam Otoni; Barbosa Filho (2017, p. 37-38), os prejuízos ao país, calculados por meio de uma “estratégia de variáveis instrumentais”, em função das aposentadorias precoces, incluem os dados retirados do Pnad/IBGE e enfatizam a mudança de postura das pessoas, que ao conseguirem se aposentar cedo optam pela inatividade ou pela busca de empregos com menor salário em troca de menos horas trabalhadas ou de uma ocupação com maior satisfação.

Esse cenário é entendido pelos autores como prejuízos causados à renda agregada da economia pela aposentadoria precoce de pessoas com 65 anos ou menos. Essa perda é vista como um ponto a ser corrigido na proposta de reforma, que é tido como os ganhos que poderiam ser obtidos mediante a elevação da idade mínima de 65 anos para se aposentar (OTTONI; BARBOSA FILHO, 2017).

De acordo com Costanzi; Sidone (2018), o processo de envelhecimento populacional tem demandado ajustes constantes nos sistemas previdenciários, tanto no Brasil quanto em outros países. Na Europa e na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), muitos países vêm reformando seus sistemas de seguridade desde meados da década de 1990 e, no caso dos países emergentes, como o Chile, que fez sua reforma na década de 1980, acabou servindo de modelo para diversos países na América Latina e países em desenvolvimento.

No Brasil, há uma tentativa de estabelecer idade mínima para a aposentadoria e o fim da aposentadoria por tempo de contribuição desde meados da década de 1990. Embora tenham sido feitas importantes reformas em 1998, 2003 e 2012, alguns aspectos básicos e

fundamentais, como o fim gradual da aposentadoria por tempo de contribuição, continuam sem solução (COSTANZI; SIDONE, 2018).

Também foram feitos ajustes importantes nas regras de pensão por morte em 2015, mas seus efeitos foram em boa parte prejudicados pela contrarreforma estabelecida em meio à flexibilização da aplicação do fator previdenciário pela regra 85/95 progressiva, a qual, na prática, permitiu a inaplicabilidade do redutor no valor de concessão de benefícios para muitos casos de aposentadorias em idades precoces (COSTANZI; SIDONE, 2018).

De acordo com Brasil (2019b), a Nova Previdência, como é chamada no governo atual, é vista como um grande passo para a construção de um país melhor e há referência ao fato de ela ser aprovada pela maioria do povo brasileiro, já que abre a possibilidade de mais investimentos em infraestrutura, educação e saúde. Em contrapartida, o governo preconiza que sem a aprovação da reforma os benefícios estariam em risco e o país poderia cessar seus pagamentos em função da falta de verba, decorrente do descompasso entre a arrecadação e o pagamento dos benefícios.

Para o economista Paulo Tafner, citado por Elias (2019b), nenhuma reforma é perfeita, mas necessária. Ele defende a proposta de reforma em função do excessivo gasto do país com os benefícios, conforme afirma em:

O Brasil tem um gasto previdenciário astronômico, em especial considerando que ainda é um país jovem e usa esses recursos para benefícios que vão, em grande parte, para as classes mais altas. O grande mérito dessa proposta é que ela abrange mudanças em todos os grupos. Hoje os pobres se aposentam por idade, em média aos 66 anos, e os mais ricos por contribuição, aos 55. Ao igualar isso, a proposta promove uma redução significativa das desigualdades e injustiças da Previdência (TAFNER apud ELIAS, 2019b).

De acordo com o governo federal, em informação divulgada por Elias (2019b) no site UOL, a reforma é necessária e tem potencial para uma economia de R\$ 1,167 trilhão em uma década, comparada à economia de R\$ 400 bilhões estimada no governo de Temer.

Segundo Elias (2019b), o economista José Márcio Camargo alega que o déficit primário ficará em torno de R\$ 110 bilhões nesse ano, enquanto o da Previdência deve atingir a marca dos R\$ 300 bilhões, o que prejudica as contas do governo e o aumento da dívida pública. Disso, decorre a diminuição da credibilidade do país frente ao mercado internacional, gera-se a necessidade de elevação das taxas de juros e compromete-se a capacidade de o governo ampliar e investir em outras áreas.

Para o Ministro da Economia do atual governo, Paulo Guedes, a Nova Previdência é uma reforma do Estado e trará maior equidade e justiça ao país. Segundo o ministro:

O sistema previdenciário brasileiro é insustentável e injusto. É um buraco fiscal que ameaça engolir o Brasil. (...). O sistema está condenado à quebra. Já está tecnicamente em déficit, muito antes de a população brasileira envelhecer. As disfunções são evidentes. A insustentabilidade financeira é evidente em todas suas modalidades. (...). A velha Previdência quebrou. E é injusta, pois transfere renda perversamente dos mais pobres para os mais favorecidos, sejam eles servidores públicos, militares, legisladores (BRASIL, 2019e).

Na primeira audiência pública da Comissão especial da Câmara dos Deputados, que discute a PEC da Previdência, Guedes afirmou que o Congresso encaminhará a proposta no sentido de que todos possam participar de um sistema mais igualitário e se aposentem com as mesmas possibilidades: “um político, uma dona de casa, uma empregada doméstica, todos convergirão para uma Previdência republicana” (MÁXIMO, 2019).

O ministro Guedes afirmou que o Brasil gasta por ano mais de R\$750 bilhões com a Previdência, o que supera os gastos com a saúde, a educação e a segurança. Alguns governos locais despendem mais de 70% da verba recebida pelo estado ou município com gastos previdenciários dos servidores aposentados (MÁXIMO, 2019). Segundo ele, o déficit do sistema é alarmante:

O déficit da Previdência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que engloba os trabalhadores da iniciativa privada e das estatais, está em torno de R\$ 190 bilhões. Nos estados e municípios, a Previdência dos servidores locais tem déficit de R\$ 100 bilhões. Segundo o ministro, o déficit está em torno de R\$ 50 bilhões para a Previdência dos servidores locais e em torno de R\$ 20 bilhões para os militares (MÁXIMO, 2019).

Guedes alega que a tributação sobre a folha de pagamentos contribui para o desequilíbrio, uma vez que os encargos trabalhistas dificultam a criação de empregos com carteira assinada, “criando uma massa de 50 milhões de brasileiros que vivem na informalidade” e não contribuem com a Previdência. Outro agravante, para o ministro, é que o sistema atual mistura previdência e assistência social (MÁXIMO, 2019).

O ministro destaca, ainda, que a previdência está em saldo negativo antes mesmo de a população começar a envelhecer, que se agrava e gera o risco de futuramente os benefícios serem cortados por falta de dinheiro do governo para arcar com essa despesa. Ele garantiu que ninguém receberá menos do que um salário-mínimo e de que a nova previdência “evitará que poucos ganhem muito e muitos recebam pouco” (BRASIL, 2019e).

De acordo com a manifestação do então secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho¹², as mudanças no perfil da sociedade exigem a atualização do sistema previdenciário, uma vez que o brasileiro está vivendo mais e tendo menos filhos. Conforme alega, essa redução na taxa de fecundidade tem um impacto direto sobre a receita futura da previdência que é financiada por repartição simples: “nossos estudos mostram que a média cai de 4,1 filhos, em 1980, para 1,7 filho, a partir de 2030” (BRASIL, 2019e).

Marinho afirma que a proporção entre trabalhadores ativos e inativos também tem peso no déficit do sistema: “em 1980, a relação era de 14 trabalhadores em idade ativa para um aposentado. Em 2060, essa proporção será de apenas dois para um” (BRASIL, 2019e).

Um dos problemas do regime atual, com um sistema de repartição simples, precisa ser fortemente subsidiado pela União e gera um déficit que dificulta o investimento em outros setores: “Este ano, por exemplo, o gasto com Previdência e Assistência é estimado em R\$ 903 bilhões, ou seja, 64,8% do orçamento da União. Já as despesas com saúde deverão ser de R\$ 132 bilhões e em educação, de R\$ 122 bilhões” (BRASIL, 2019e).

Cabe destacar que, o dito pelo secretário especial da Previdência, em audiência pública, sobre o sistema previdenciário ser de repartição simples, subsidiado pela União, como exposto acima, não está de acordo com o preconizado nos artigos 194 e 195 da Constituição de 1988 (BRASIL, 2016b), que considera que o subsídio do sistema previdenciário é dever da sociedade e do Estado, por meio de 5 fontes de custeio, com dois impostos criados justamente para que o governo cumpra sua parte na contribuição do sistema, como discutido no início deste capítulo.

Outro problema que a Nova Previdência pretende atacar, segundo Marinho, é a disparidade entre os salários dos trabalhadores que fazem parte do RGPS, que ganham em média R\$ 1.371,25, e a média da aposentadoria dos trabalhadores do Poder Legislativo, que fica em torno de R\$ 29.195,40 por mês. De acordo com o secretário especial, o regime atual subsidia quem tem mais e isso vai mudar com a reforma. “Hoje, os mais pobres se aposentam, em média, dez anos depois dos mais ricos. É um sistema injusto” (BRASIL, 2019e).

O então secretário da Previdência do Ministério da Economia, José Rolim Guimarães¹³, afirmou que o sistema se torna insustentável devido à crescente despesa previdenciária comparada ao crescimento do PIB brasileiro, que não acompanha esses gastos. O governo

¹² Marinho foi substituído por Bruno Bianco em 06 fevereiro de 2020.

¹³ Em janeiro de 2020, Rolim foi exonerado do cargo para assumir a Presidência do INSS e Narlon Nogueira o substituiu em fevereiro.

federal alega que esse gasto comprime o orçamento público para investimentos em saúde, educação, infraestrutura e assistência social (CASTRO, 2019).

O secretário entende que a reforma aperfeiçoará a distribuição de renda, o que é contestado pelo professor da UNICAMP, Henrique Nogueira de Sá Earp, que diz que os subsídios para os mais pobres vão diminuir e não aumentar, como alega Guimarães (CASTRO, 2019).

Por meio de um estudo feito com as planilhas de cálculos oficiais do governo, Earp mostrou que os cálculos são incoerentes e que o sistema é superavitário, além do que a reforma prejudicará os mais pobres, que contribuirão mais, por mais tempo e receberão menos, e isso aumentará o número de pessoas que atingirão o patamar da pobreza (CASTRO, 2019).

1.5 Os posicionamentos contrários e parciais à reforma da Previdência e os posicionamentos sobre a proposta apresentada pelo governo

Para a ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); Fundação ANFIP (2016), o governo contraria a Constituição ao incluir os regimes dos servidores e militares para computar como déficit. Para esses órgãos, ainda que se cortem os benefícios dos trabalhadores e os recursos da seguridade social, não se consegue pagar as despesas dos regimes dos servidores e dos militares.

Paim; Mota; José (2017) corroboram essa ideia ao afirmarem que o governo inclui na conta da previdência as despesas com os regimes de aposentadoria do setor público, das pensões dos militares e dos que estão em reserva, os quais têm despesas mais elevadas do que receitas. Essa manobra é inconstitucional, uma vez que os regimes previdenciários estão em artigos diferentes da Constituição e constituem-se como regimes distintos, com regras diferenciadas.

O regime dos militares é um ônus para o sistema público, pois não prevê contribuições para as reformas, há apenas uma contribuição para as pensões, uma vez que, teoricamente, os militares não se aposentam. Para esse regime, a Constituição não estabelece um “caráter contributivo” e uma “natureza previdenciária propriamente dita”, além de não estar sujeito a regras de equilíbrio financeiro e atuarial, o que se conclui:

Independentemente das razões que justifiquem esse regime dos militares e as suas regras de contribuição, os dados desse regime nunca poderiam ser somados às contas de seguridade social. Muito menos os seus dados de receitas e despesas serem utilizados para cálculos de equilíbrio de regimes

previdenciários ou da seguridade. Como concluir por déficit se contabilizamos regimes não contributivos e que não são regidos por exigências de equilíbrio financeiro e atuarial? Na prática, como não há receitas, acrescentamos apenas as despesas (ANFIP; FUNDAÇÃO ANFIP, 2016, p. 39).

Gentil (2006, p. 231) diz que no regime público há regimes especiais diferentes para magistrados, congressistas e militares. Ainda que considerado pelo governo na conta da previdência, as conclusões do estudo de Gentil levam ao superávit, indicando sobra de R\$ 18,3 bilhões em 2004 e de R\$19,9 bilhões em 2005. Uma parte da receita da previdência é destinada de “forma ilegítima ao pagamento de aposentadorias e pensões do regime próprio dos servidores públicos, que é atribuição do Tesouro Nacional e não do INSS”.

As regras para policiais militares e corpo de bombeiros são específicas para cada federação. As Forças Armadas têm sua contribuição previdenciária providas pela União. Já os descontos dos pagamentos dos militares destinam-se a custear as pensões familiares, em caso de morte. Embora os militares não se aposentem, entram para a reserva após 30 anos de trabalho e podem ser chamados à ativa se necessário, e assim, continuam recebendo proventos (PAIM; MOTA; JOSÉ, 2017).

Na década de 1990, por cinco anos, o orçamento fiscal cobriu a previdência dos funcionários públicos, mas após 1999, os proventos superaram os gastos (GENTIL, 2006). A autora completa dizendo:

Recursos vinculados à saúde pública, à assistência social e à aposentadoria dos trabalhadores do setor privado vêm financiando a aposentadoria de servidores públicos, incluindo os do Legislativo e Judiciário, cujas aposentadorias têm valores elevados, se comparados ao salário mínimo, piso e nível da maioria das aposentadorias do RGPS (GENTIL, 2006, p. 59).

Para a ANFIP; Fundação ANFIP (2016, p. 38-39), há superávit no sistema, considerando como base metodológica a Constituição Federativa do Brasil de 1988. Segundo o relatório de “Análise da Seguridade Social 2015”, a seguridade social inclui exclusivamente o RGPS como sistema previdenciário, conforme artigo 195 da CF/88, e não leva em conta os demais sistemas.

A ANFIP; Fundação ANFIP (2016, p. 41-42) alertam para o fato de que o governo inclui na conta da seguridade social os benefícios que não competem à seguridade, tais como o auxílio-alimentação e o plano de saúde pago aos servidores, os quais devem ser considerados como “encargos patronais e direito dos servidores” e não como seguridade

social. Igualmente, as despesas com assistência médica prestada aos militares, por meio de hospitais próprios e convênios firmados, não competem ao orçamento da seguridade social.

Também é incluída na conta, indevidamente, a contribuição patronal para os fundos de pensão complementar dos servidores públicos. Portanto, conclui-se que: “Como resultado de todos esses enxertos, que basicamente retiraram receitas e acrescentaram despesas, o governo consegue florear o seu discurso de déficit da Seguridade Social” (ANFIP; FUNDAÇÃO ANFIP, 2016, p. 41-42).

A Previdência é apresentada no discurso do governo como o fator de maior gasto público, o que não confirma, uma vez que os gastos com juros da dívida pública, segundo o estudo da ANFIP; DIEESE (2017), superam qualquer investimento social e político em nosso país:

Os gastos do Tesouro Nacional, direcionados para o pagamento dos juros foram quase seis vezes maiores que os direcionados para a Previdência. (...) É importante sublinhar que os gastos com juros beneficiam algumas centenas de indivíduos e instituições financeiras, e os gastos com a Previdência beneficiam, direta e indiretamente, mais de 90 milhões de brasileiros de menor renda (ANFIP; DIEESE, 2017, p. 20).

O estudo da ANFIP; DIEESE (2017) mostra que o discurso do déficit previdenciário é de longa data e acentuou-se em 1988, 1990 e 2000, o qual voltou a tomar força em 2016. No entanto, é ressaltado que por mais de 30 anos a Previdência não sucumbiu conforme as projeções do poder público, o que denunciou a falácia dos dados alarmantes do governo.

O modelo atuarial, que projeta a piora do cenário, não é de conhecimento público e não está acessível a nenhum estudioso no assunto. Nas projeções das Leis de Diretrizes Orçamentárias, pesquisadores constataram inúmeros erros nos cálculos do governo nos anos de 2012 a 2015, portanto, consideram que se em 4 anos de projeções houve distorções, as projeções que o governo faz agora, para 40 anos correntes, não serão confiáveis (ANFIP; DIEESE, 2017).

Guilherme Delgado, pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que contribuiu com a CPI da Previdência, também corrobora a ideia de que as projeções do governo são falhas e que devem ser feitas “a médio prazo, com transparência, separando-se o que é receita e despesa previdenciária legítima e o que não é”. A comparação dos gastos previdenciários com tabelas internacionais, que coloca o Brasil no ranking de ser um dos 15 países que apresentam maiores gastos previdenciários, também é falha, já que há três sistemas distintos no Brasil (PAIM et al., 2017, p. 24-25).

No relatório do Balanço da CIPREV em Paim et al. (2017), Dom Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB, considera que não é adequado comparar o Brasil a países ricos para se justificar a proposta de reforma, já que há diferenças significativas quanto à expectativa de vida, à estruturação e características do mercado de trabalho e ao nível de escolaridade e de salário dos trabalhadores de cada um desses países que o governo apresenta em comparação.

Estudiosos ressaltam que as variáveis demográficas não atuam isoladamente, mas funcionam em consonância com as políticas sociais e econômicas e influenciam positivamente a Previdência quando há aumento de empregos, maiores salários e, conseqüentemente, aumento da adesão ao sistema previdenciário (ANFIP; DIEESE, 2017).

Outro dado de estudo que preocupa é que, em 2015, cerca de 80% dos trabalhadores aposentaram-se por idade, segundo dados da Folha de S.Paulo, citados no Relatório da CPI, os quais não teriam o requisito de 25 anos de contribuição (PAIM et al., 2017).

Levantamentos indicam que 2/3 dos aposentados recebem um salário mínimo e 52% não conseguem completar 25 anos de contribuição, tempo inicialmente proposto no texto da proposta de reforma, o que sugere a grande dificuldade dessas pessoas em alcançarem a aposentadoria (PAIM et al., 2017).

Para os economistas e os estudiosos no assunto da Previdência e Seguridade Social, o que o governo chama de déficit é a parte dele no financiamento do sistema, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101/2000) é clara ao declarar que a previdência social é um “sistema formado pela contribuição dos três participantes - empregadores, trabalhadores e Estado” (GENTIL, 2006, p. 34).

O estudo da ANFIP; DIEESE (2017) compartilha da mesma visão de Gentil, ao afirmar que o déficit que surge nas contas do governo deve-se ao fato de ele não considerar sua parte no modelo de sustentação do sistema (com a CSLL, a COFINS e parte do PIS/PASEP), posto que desde 1989, os governos consideram na conta somente a contribuição dos trabalhadores e empregadores.

Para Gentil (2006, p. 32-33), o déficit previdenciário surge do fato de o governo não considerar “todas as cinco fontes de arrecadação da Previdência” previstas na Constituição de 1988, no artigo 195: COFINS; CPMF; CSLL; contribuição ao INSS e a receita de concursos de prognósticos (loterias e apostas).

Nesse mesmo artigo (195), é citado que “a seguridade social será financiada também pelos recursos do orçamento da União”, o que se entende, portanto, que o governo deve usar

tais recursos para atender à demanda da seguridade social, somados às cinco fontes anteriormente mencionadas (GENTIL, 2006, p. 34). Desse modo, fica claro que a premissa de que os ativos sustentam os inativos não é plausível, já que há outras fontes criadas para sustentar o sistema.

A consideração das diversas fontes para o uso da previdência firmou-se na Constituição de 1988 para que os recursos da seguridade social não ficassem atrelados apenas às folhas de pagamento, o que seria prejudicial em momentos de crise econômica, desemprego e aumento de empregos informais em detrimento dos formais (GENTIL, 2006). Esse cenário de crise é constatado nos dias de hoje (2019-2020), e há então, esses outros recursos para que o governo faça uso para dar conta dos gastos com o sistema previdenciário.

Tal como exposto por Gentil (2006, p. 36-37), a diversificação da captação da receita, incluindo as “contribuições sociais sobre o faturamento, a apuração das loterias, a movimentação financeira” contribui para a seguridade social, para que esteja “menos vulnerável ao ciclo econômico”, portanto, não faz sentido o governo excluir tais fontes de recursos da conta da Previdência.

Diante da negação em considerar no balanço do sistema essas outras fontes de custeio da previdência, pode-se entender que o governo se utiliza dessa manobra para justificar o déficit e levar à conclusão da necessidade urgente de reforma, o que configura o abuso de poder por meio do controle e da manipulação dos dados.

Tal manobra gera a descaracterização do que se compreende por seguridade social sob os termos da lei, além da desatenção ao processo histórico de construção do sistema. Para Gentil (2006), o art.195 da Constituição de 1988 é claro ao afirmar que a COFINS, a CSLL e a CPMF são receitas de financiamento da seguridade social.

No entanto, Gentil (2006) alerta para o fato de que a Lei de Responsabilidade Fiscal 05/2000 (LRF) fere esses princípios ao criar em seu artigo 68 o Fundo do Regime Geral da Previdência Social, pertencente ao Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de pagar os benefícios do RGPS.

Dessa forma, a LRF entende a COFINS, a CSLL e a CPMF como “externos ao orçamento da previdência”, considerando-as como recursos transferidos da União. Origina-se daí o entendimento de que a Previdência é deficitária e de que o uso desses recursos é destinado a sanar tal déficit (GENTIL, 2006, p. 39).

Tal como preconizado por Gentil (2006, p. 39): “Essa interpretação distorce a verdadeira natureza da questão e dá margem a uma análise defeituosa que coloca a previdência social como alvo de reformas urgentes por ameaçar o equilíbrio fiscal do governo geral”.

Outra manobra usada pelo governo, de unificar o orçamento fiscal com o da seguridade social, ao considerar indistintamente as receitas e despesas dos dois, fere o artigo 165, § 5 da Constituição, que determina que o Poder Executivo deve elaborar e executar três orçamentos distintos: o fiscal; o de investimento das empresas da União e o da seguridade social. Com essa unificação, o déficit do orçamento fiscal fica “camuflado” e é atribuído à previdência, indevidamente (GENTIL, 2006, p. 52).

A consideração separada dos orçamentos, para Gentil (2006), tornaria evidente que a seguridade social não é deficitária e que o desequilíbrio advém do orçamento fiscal, que recebe e utiliza os recursos da seguridade social e não o contrário. A distinção dos orçamentos mostraria também que a causa dos problemas econômicos são provenientes da política econômica, da crise e da instabilidade que atinge os serviços sociais, dos quais a seguridade faz parte.

De acordo com Romero (2017), há 16 anos a ANFIP divulga o relatório de Análise da Seguridade Social baseado em informações do próprio governo, o que mostra a condição superavitária da seguridade social. Mesmo com a crise de 2015, a seguridade ficou com saldo positivo e o governo tem a consciência disso, no entanto, propaga que há déficit no sistema para justificar sucessivas necessidades de reforma, a fim de ampliar seu caixa para uso destinado a assuntos de seu interesse, mas não em benefício dos trabalhadores.

Em sua tese de Doutorado, baseada nos dados dispostos na Constituição Federal de 1988 e nos dados estatísticos de execução orçamentária do governo federal, Gentil (2006) afirma que o sistema da seguridade social é autossustentável e dispõe de recursos excedentes. A autora ressalta que parte significativa das receitas é desviada para outros setores que não a seguridade, da qual fazem parte a previdência, a saúde e a assistência social.

Gentil (2006, p. 18) informa que o mecanismo da DRU (desvinculação das receitas da União), permite ao governo desvincular até 20% das receitas da contribuição social para uso em outros gastos, no entanto, desvincula além do permitido por lei e usa boa parte para pagamento de juros da dívida pública.

Cabe lembrar que a PEC 31/2016 alterou a DRU de 20% para 30% até 2023, de autoria do deputado federal André Figueiredo (PDT/CE) e outros (BRASIL, 2016a; ROMERO, 2017).

Em Guimarães (2016), há um questionamento feito pela professora Sara Granemann (UFRJ) que denuncia uma incompatibilidade entre afirmar que há déficit e aumentar a DRU ao longo do tempo, gerando uma retirada de verba da seguridade de até R\$120 bilhões por ano. A professora levanta a questão: “se há déficit, de onde o governo tira os 30% para a DRU”?

Para Gentil (2006, p. 27), a mídia colabora muito com a ideia de déficit na previdência ao publicar muitas “avaliações sombrias” sobre o assunto, o que faz com que até estudiosos acreditem na urgência da necessidade de reforma da Previdência: “a imprensa noticia dados trágicos acompanhados de linguagem dramática sobre a situação da previdência social”.

Gentil (2006, p. 30) atenta para a importância de esclarecer a população sobre os dados da Previdência e indica que não é uma tarefa fácil “desmistificar esse panorama sombrio que se construiu em torno da previdência social”, já que a mídia contribui fortemente para que se mantenha tal representação sobre o assunto, ao focar no déficit do sistema e não trazer informações suficientes para que as pessoas entendam o jogo de interesses que permeia a ideia de uma reforma previdenciária.

Gentil (2006, p. 32-33) observou que o governo deixou de aplicar em serviços da previdência, da saúde e da assistência social para aplicá-los no orçamento fiscal, o que gerou “superávits primários elevados” nos últimos tempos. A autora estudou os dados da Previdência e da Seguridade Social no período de 1990-2005 e concluiu que, em raros momentos o sistema estava em déficit, o que só ocorreu devido à recessão econômica, mas o governo dispôs dos “recursos excedentes” nos outros momentos.

Como resultado de seus estudos, Gentil (2006) verificou que do período de 1995-2005, a seguridade social foi superavitária, ao confrontar receitas e despesas, com excedente de R\$ 4,3 bilhões em 1995 e de R\$ 58,1 bilhões em 2005. No entanto, os intensos desvios desses recursos, além do permitido por lei, resultaram em retirada de R\$267 bilhões, dos quais R\$ 107 bilhões são inconstitucionais, ultrapassando os 20% limitados pela DRU na época.

Gentil (2006) constatou, ainda, que a seguridade social tinha R\$4,3 bilhões de excedentes em 1995 e R\$58,1 bilhões em 2005, e que, durante os dezesseis anos estudados,

exceto em 1995 e 1998, a DRU excedeu os 20% permitido por lei. Desse modo, constatou-se que o desvio superou o gasto anual em saúde no período de 2000 a 2005.

Do estudo feito de 1990-2005, de um total de dezesseis anos, apenas em cinco o resultado da previdência ficou negativo. Nos demais, foi positivo, com saldo excedente de R\$ 8,2 bilhões em 2004 e R\$ 921 milhões em 2005 (GENTIL, 2006).

Constatar o superávit não indica a não necessidade de se reformar o sistema, mas sim de se fazer reformas que façam cumprir seu papel de seguridade social e mudanças nas formas de gerenciar o sistema para a redução das sonegações, fraudes, melhoria dos serviços prestados, recuperação de crédito, incentivo à filiação e redução de gastos administrativos (GENTIL, 2006).

Portanto, as reformas necessárias não são decorrentes de um déficit, nem do envelhecimento populacional, mas de outras questões que possam tornar o sistema “mais inclusivo e autossustentável no futuro” (GENTIL, 2006, p. 235-236).

Para se considerar um cálculo rigoroso, a categoria do RPPS dos servidores federais não deve entrar na conta da previdência, já que recebe contribuições específicas de seus beneficiários pela PSS (Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor) e recebe a contribuição patronal da União, mediante repasses do orçamento fiscal (GENTIL, 2006).

Em seu estudo, Gentil (2006) incluiu na conta todos os proventos e despesas que estão previstos na Constituição de 1988 para a previdência e mostrou dados gerais da seguridade social. Incluiu os orçamentos e despesas da saúde e da assistência social e provou que, mesmo considerando o sistema como um todo, não se pode falar em déficit.

Assim como Gentil, a ANFIP também contesta as contas do governo e adota a “vertente constitucionalista”. Para tanto, computa as despesas e receitas da seguridade social que atendem à Constituição e considera somente a RGPS no balanço do orçamento, além de inserir as outras fontes destinadas ao sustento do sistema e de não aplicar a DRU (PAIM; MOTA; JOSÉ, 2017).

A ANFIP, em seu documento Análise da Seguridade Social 2015, denuncia que o governo faz duas operações de subtração de valores: a DRU e a desconsideração de recursos que resultam das aplicações financeiras dos diversos órgãos da Seguridade Social, além de não incluir no balanço todas as fontes orçamentárias destinadas à previdência, o que, logicamente, cria um falso déficit no sistema (PAIM; MOTA; JOSÉ, 2017). Esses dados corroboram os estudos de Gentil (2006).

Um exemplo são os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que tendo aplicações no BNDES, recebe recursos de suas aplicações, que em 2015, ficou em torno de R\$14 bilhões (PAIM; MOTA; JOSÉ, 2017).

Gentil (2006) nos chama a atenção para outro agravante, que faz com que o governo divulgue que algumas fontes de receita da Seguridade Social (COFINS; CSLL, CPMF e receitas de concursos de prognósticos) sejam consideradas como transferências da União e não recursos próprios, pelo simples fato de que tais receitas são arrecadadas e administradas pelo Ministério da Fazenda¹⁴ e depositadas no Banco Central, portanto, não são geridas diretamente pelo INSS.

Assim, na falta do recurso próprio, arrecadado e gerido pelo INSS, o Tesouro Nacional repassa esses demais recursos à previdência. No entanto, pela Constituição, independentemente do órgão que faz a gestão desses recursos, eles são para uso da seguridade social (GENTIL, 2006).

Gentil (2006, p. 43-44) afirma que essa “falta de independência financeira dos órgãos de seguridade social” abre brecha para o discurso do governo de considerar a previdência como deficitária, que fala de transferências de recursos, sem esclarecer que é recurso da própria previdência administrada por outro órgão. As únicas receitas próprias, geridas pelo INSS, são a contribuição social dos empregadores e dos trabalhadores previstas em folha de pagamento, conhecidas como desconto do INSS. Conforme a autora:

Essas receitas, entretanto, continuam vinculadas à seguridade social e por ela geridas, ou seja, devem ser aplicadas em saúde, assistência social e previdência, ainda que sejam arrecadadas, fiscalizadas, lançadas e normatizadas pela Receita Federal, pois os órgãos da seguridade social têm assegurada a gestão de seus recursos pela Constituição Federal, conforme estabelece, adicionalmente, o inciso I, §2º do art. 195 (GENTIL, 2006, p. 44).

O balanço geral da CPI destaca que o governo elabora a contabilidade previdenciária “a partir de suas convicções e não do estrito postulado legal e constitucional sobre este tema”, ou seja, o governo não inclui nos cálculos todas as fontes que servem à seguridade social, gerando inconsistências na conta, o que resulta em um falso déficit. Para agravar o quadro, o

¹⁴ O Ministério da Fazenda foi extinto em 1 de janeiro de 2019 por meio da Medida Provisória 870/2019 e reestruturado como Ministério da Economia. AGENDA DE AUTORIDADES. Ministério da Economia. **Estrutura do Ministério da Economia entra em vigor.** Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <<http://antigo.economia.gov.br/Economia/noticias/2019/01/estrutura-do-ministerio-da-economia-entra-em-vigor>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

governo inclui na conta gastos que devem ser financiados pelo orçamento fiscal e que não competem à seguridade social (PAIM et al., 2017, p. 42-44).

Os estudos do governo sobre a questão demográfica, a expectativa de vida e o PIB são inconsistentes, distorcendo ainda mais os dados. Além disso, o governo age em contribuição à perda de receita do sistema, prosseguindo com as desonerações, as renúncias, a má gestão da cobrança de dívidas previdenciárias e da fiscalização de fraudes no setor (PAIM et al., 2017).

O estudo organizado pela ANFIP; DIEESE (2017) busca propor ao Brasil alternativas para se enfrentar o problema do envelhecimento populacional, os gastos com a Previdência e, acima de tudo, esclarecer que o sistema não é deficitário, e que muitas informações do governo são manipuladas para justificar a necessidade de reforma.

Das propostas apresentadas estão: o entendimento de que o envelhecimento populacional não é um problema demográfico, mas sim de que o Brasil não dispõe de um “modelo econômico compatível com as necessidades de seu desenvolvimento”. A sugestão de se fazer igual a outros países produtores de Petróleo, como a Noruega, que obteve sucesso ao instituir o “Fundo Soberano Incidente sobre receitas de petróleo e gás”, o qual passou a financiar a Previdência e a saúde (ANFIP; DIEESE, 2017, p. 18).

Esse sucesso obtido pela Noruega mostrou que, ao se considerar somente o indicador “razão dependência de idosos”, chega-se a uma falsa premissa de que o pagamento da Previdência depende somente dos ativos no mercado de trabalho, como se fosse a única fonte para sustentar os inativos, o que não é verdade, haja vista as outras fontes de arrecadação que são garantidas pela Constituição à Previdência (ANFIP; DIEESE, 2017, p. 18).

De acordo com Romero, presidente da ANFIP, esse órgão colabora com o governo desde o início de sua formação, inclusive fez estudos que atestaram fraudes e sonegações no sistema previdenciário (PAIM et al., 2017).

Recursos destinados à Previdência foram usados em grandes obras, das quais: construção de Brasília (US\$ 52,5 bilhões); na Transamazônica; na ponte Rio-Niterói; nas usinas de Itaipu e Volta Redonda. O governo se apropriou de R\$ 400 bilhões da Previdência, o que motivou o deputado Paulo Paim a criar projetos de lei para que os valores fossem repostos, já que foi um grande desvio, que atualizados chegariam a R\$ 1,5 trilhão (PAIM et al., 2017).

Para Romero, a Previdência Social tirou em torno de 30 milhões de brasileiros da miséria e é “o mais barato e mais amplo seguro destinado à sociedade brasileira”, desse modo,

considera que a reforma não resolverá os desequilíbrios dos benefícios rurais, militares e dos Estados e Municípios, até dos servidores, pois esses não foram considerados na reforma (PAIM et al., 2017, p. 11).

Conforme Paim et al. (2017, p. 11): “A conta estaria sendo atribuída aos servidores públicos civis da União, aos beneficiários de prestação continuada, e aos trabalhadores do RGPS, sem alcançar questões fundamentais que precisam ser discutidas”.

Paim et al. (2017) ressaltam, ainda, que o governo só considera os números, sem levar em conta que afetará a vida dos brasileiros, dos quais 112 milhões têm ligação com a previdência, tanto na condição de contribuinte quanto de beneficiário.

A ANFIP, segundo Romero, não se opõe à necessidade de reforma, mas não aceita a proposta tal como apresentada pelo governo. O órgão considera que há primeiro a necessidade de se corrigirem as distorções, de se acabarem com as renúncias, com as isenções fiscais, com as desonerações em folha e corrigir o desequilíbrio do subsistema rural, que é por volta de R\$ 100 bilhões, bem como aumentar a fiscalização e a recuperação dos créditos da dívida ativa, a fim de se aumentar a receita da Previdência, antes de se propor uma reforma que afetará a todos os trabalhadores que nela forem inseridos (PAIM et al., 2017).

O levantamento do “Programa de Regularização Tributária”, o Refis, publicou dados que indicavam dívidas aproximadas de R\$ 3 bilhões de deputados e senadores, os quais atuam para anistiar suas próprias dívidas tributárias, o que prejudicará o sistema da previdência (PAIM et al., 2017, p. 9).

Para justificar sua posição, Romero lembra que o governo projeta uma economia de R\$ 750 bilhões em dez anos com a aprovação da reforma, mas não leva em conta as desonerações “desenfreadas”, que foram próximas a R\$ 450 bilhões em um período de 5 anos. As desonerações tinham o objetivo de melhorar a economia, gerar emprego e aumentar, portanto, a receita da previdência, mas teve seu efeito contrário: um número crescente de desempregados e a crise econômica, conforme visto desde 2011. Para Romero, “é o trabalhador quem paga a conta do insucesso da política de incentivos, via crescimento das desonerações e das contribuições para a seguridade social” (PAIM et al., 2017, p. 15).

Em contribuição à CPI da Previdência, Gentil apresentou dados alarmantes da política do governo que prejudicaram o sistema fazendo escoar altos valores da seguridade social e que deveriam ter sido usados em benefício da população, dos quais: desonerações em 2015 - R\$ 151 bilhões, com previsão de R\$ 220 bilhões para 2017; sonegações em 2015 - R\$ 103,7

bilhões; DRU R\$63,8 bilhões; dívida ativa previdenciária - R\$ 374,9 bilhões, como resultado do “sucateamento da Procuradoria da Fazenda Nacional”; parcelamento da dívida previdenciária que perdoa 90% das multas e juros, mais o impacto da reforma trabalhista sobre a previdência (PAIM et al., 2017, p. 17).

Para Rivânia Moura, que também contribuiu com o relatório da CPI, “o que se observa é a tentativa de diminuir os gastos com as demandas e necessidades dos trabalhadores e da proteção social, para se privilegiar a rentabilidade do capital”. Rivânia afirma que “O verdadeiro problema não é a previdência, mas o modelo econômico adotado, que canaliza os recursos da previdência para o mercado financeiro, privilegiando as instituições financeiras e os fundos de pensão” (PAIM et al., 2017, p. 19-20).

Na mesma linha de pensamento, Abreu (2016) ressalta a incompatibilidade entre a alegação do déficit do sistema e o uso dos recursos previdenciários:

O argumento da insustentabilidade do sistema de seguridade como premissa de uma reforma tornava-se tentador também para permitir a apropriação de seus recursos para outros fins. Paradoxalmente, era o sistema previdenciário, então considerado deficitário, que financiaria os estipêndios financeiros impostos pela estratégia de estabilização monetária (ABREU, 2016, p. 113).

A CIPREV reuniu, em 1 de junho de 2017, os maiores devedores do sistema previdenciário, de acordo com o “Relatório da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)”, para entendimento do tamanho do endividamento deles junto ao sistema. Esse foi o primeiro de sucessivos encontros com outros devedores, os quais, por manobras jurídicas, negaram serem devedores do sistema e justificaram que estão em acordo com o governo, em refinanciamento ou “em compensação” (PAIM et al., 2017, p. 38).

Da análise de todos os encontros com esses devedores, a CPI observou que as empresas negaram estar inadimplentes e que “os débitos eventualmente apurados se referem a matérias tributárias judicializadas, quando essas empresas entendem que a cobrança é indevida”, o que dificulta a recuperação desses valores (PAIM et al., 2017, p. 41).

Neste capítulo, vimos posicionamentos diversos acerca do tema da reforma da previdência e os fatores a serem ponderados no processo de aprovação de uma PEC tão complexa quanto esta, uma vez que influenciará a vida de muitos brasileiros no que concerne à conquista da aposentadoria.

No próximo capítulo, abordaremos a língua como sistema sociosemiótico, baseando-nos na teoria de Halliday; Matthiessen (2004) e discutiremos sobre o sistema da AVALIATIVIDADE enquanto sistema que possibilita a manifestação da subjetividade no

discurso e que permite compreender a avaliação de eventos comunicativos e temas sociais de forma sistematizada, o que nos auxiliará na compreensão dos posicionamentos do leitor sobre o tema em questão.

Capítulo 2: Linguística Sistêmico-Funcional - A língua como sistema sociosemiótico, as metafunções da linguagem e o Sistema da AVALIATIVIDADE como categoria de análise do texto e do discurso

2.1 A língua como sistema sociosemiótico e as metafunções da linguagem

A Linguística Sistêmico-Funcional é assim denominada por conceber a língua como uma rede de sistemas interrelacionados que permite ao falante produzir significados no evento comunicativo a partir de escolhas, considerada, portanto, como um sistema de significados (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

De acordo com Gonçalves-Segundo (2011), a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), consiste em um modelo teórico-analítico que integra categorias analíticas que descrevem a língua em uso, por meio da produção textual, e a língua enquanto sistema, potencial de significação.

Para a Gramática Sistêmico-Funcional, a linguagem é um sistema sociosemiótico que está organizado em estratos e baseia-se na gramática, caracterizando-se por sua diversidade funcional condicionada a fatores extralinguísticos: o contexto de situação (registro) e o contexto de cultura (gênero). Ela abrange um amplo potencial de significação que possibilita ao homem construir experiências e estabelecer relações sociais organizadamente (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; FUZER; CABRAL, 2014).

A linguagem constituiu-se, também, como modo de agir, dar e solicitar informações, bens e serviços. É usada como um instrumento de ação, e a partir de seu sistema, a gramática, o falante/escritor poderá fazer escolhas lexicais que estejam apropriadas à situação e que permitirá que ele cumpra seu objetivo comunicativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; FUZER; CABRAL, 2014).

Santos (2014) considera a linguagem como um sistema semiótico, no qual uma escolha feita pelo falante é sempre carregada de valores sociais e pressupõe a recusa de outras escolhas que poderiam ter sido feitas e não foram, o que gera a construção de significados específicos.

Santos (2014) aponta para a importância de o linguista considerar em sua análise essas escolhas linguísticas e o significado que elas produzem no contexto de comunicação. Daí

advém o fato de a gramática ser considerada como funcional, por compreender a linguagem em uso, que é influenciada pelo contexto situacional e cultural.

Entender o sistema da língua como sociossemiótico consiste em compreender a linguagem como uma rede de recursos de que as pessoas fazem uso para construir significados e como um elemento integrante da vida social (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014).

Os significados construídos pelo uso da linguagem envolvem o contexto cultural e o situacional. O contexto cultural engloba os gêneros, os estilos, os discursos e as ideologias. Já o contexto situacional integra a configuração espaço-temporal, a diversidade de suportes e as condições físicas da comunicação, a atividade planejada, a relação entre os participantes e as diferenças de poder. Ambos funcionam, ao mesmo tempo, como elementos de coerção e de facilitação (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014).

Um dos princípios fundamentais para Halliday; Matthiessen (2004, p. 33) é a noção de que a linguagem opera em contexto e é teorizada, descrita e analisada dentro de um ambiente de significados. A noção de contexto abrange a situação que ocorre nos eventos comunicativos particulares, na interação entre pessoas que constroem significados nessa situação e um potencial contextual de uma comunidade (contexto de cultura).

Segundo Halliday; Matthiessen (2004), a cultura pode ser vista como um ambiente no qual operam vários significados semióticos: a linguagem; a paralinguagem - que inclui os gestos, a qualidade e o timbre de voz - dentre outros sistemas de significados expressos pelo corpo humano, como: a dança, os desenhos e a arquitetura.

O sistema semântico da língua incorpora um potencial de significados pertinentes ao contexto de cultura. Em um uso particular, o sistema semântico baseia-se em um contexto social situacional específico, no qual o texto está funcionando. Todo uso linguístico que se faça textualmente insere-se em um determinado contexto e há uma relação sistemática entre a organização funcional da linguagem e o meio social (FUZER; CABRAL, 2014).

A Semântica é a interface entre a vertente léxico-gramatical e o contexto, para a qual o texto é sua unidade básica, e nele, a linguagem opera no contexto. Ela transforma as experiências e os relacionamentos interpessoais em significados linguísticos, enquanto a vertente léxico-gramatical transforma esses significados em palavras e adota a perspectiva do falante (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Como um sistema, a linguagem se materializa em texto, em um ordenamento paradigmático que representa as opções que o falante tem disponível no sistema da língua para fazer escolhas (FUZER; CABRAL, 2014).

Por sua vez, o texto pode ser entendido como uma entidade semântica na qual se constroem significados, funcionando como uma “troca social de significados” dentro de um contexto de situação e de cultura. Ele mantém padrões de relação com a situação, constituindo os registros: “o registro é, portanto, a configuração de significados que acontece por causa da situação” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 22-25).

As autoras afirmam que o texto e o contexto funcionam em uma relação dialética em que o texto carrega aspectos do contexto em que foi produzido, refletindo suas influências na configuração linguística:

Ao mesmo tempo em que as dimensões contextuais delimitam e influenciam o que é dito e como é dito, a intenção com que é dito, os papéis sociais assumidos pelos interactantes, dentre outros aspectos, também a forma como o texto está construído permite deduzirmos o contexto de sua produção (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27).

Há uma relação dinâmica que se estabelece entre o texto e suas condições de produção, que perpassam pelo contexto em que foi produzido e no qual será negociado. Como aponta Santos (2014, p. 169): “As escolhas linguísticas constroem o contexto social em que o texto é negociado ao mesmo tempo em que são determinadas por esse mesmo contexto, portanto, um não opera sem o outro”.

Para que um texto possa ser compreendido e faça sentido, é importante que se conheça não só o contexto de situação como o de cultura, que se associa ao ambiente sociocultural mais amplo, com suas ideologias e convenções sociais e está ligado às práticas institucionalizadas, às crenças e aos valores partilhados por grupos sociais determinados (FUZER; CABRAL, 2014).

Os “propósitos sociais” também fazem parte do contexto de cultura: “grupos de pessoas que usam a linguagem para propósitos semelhantes” desenvolvem, ao longo do tempo, “tipos comuns de textos escritos e falados, ou seja, *gêneros* que alcançam objetivos comuns” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 29).

Os conceitos de sistema e função são centrais para a Linguística Sistêmico-Funcional, para a qual a língua é organizada nos eixos sintagmático (estrutura/sistema) e paradigmático (escolhas). O eixo paradigmático permite a produção de significados em contextos particulares de uso, uma vez que o falante se beneficia do amplo leque de opções do sistema

para utilizar recursos linguísticos que lhe convém, fazendo escolhas que possam levá-lo a atingir seu propósito comunicativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Ao fazer sua avaliação sobre a reforma da Previdência, o leitor retira do sistema da língua recursos linguísticos para emitir sua opinião, de acordo com os valores sociais vigentes e dos quais acredita. Ao fazer uma escolha, ele abdica de outras que poderiam ter sido feitas, construindo representações e significados específicos sobre o tema que avalia em um determinado contexto de situação.

Esse contexto do qual o leitor participa está inserido em uma rede mais ampla da qual sofre influências, o contexto cultural. Desse modo, suas escolhas dialogam com os valores vigentes na sociedade em que vive e que o faz se aproximar de discursos que circulam na mídia sobre o mesmo tema, e ao mesmo tempo, o afasta de outros discursos, também circulantes, que são contrários ao que ele acredita e, assim, pode, pela linguagem, simular o apagamento de redes discursivas das quais não compartilha significados e propósitos semelhantes e/ou convergentes aos seus.

De acordo com a teoria de Halliday, o contexto de situação é formado por *campo*, *relação* e *modo*. O *campo* refere-se à atividade desenvolvida pelos participantes, à natureza da ação social e seus objetivos específicos. A *relação* refere-se aos participantes, aos papéis sociais que desempenham, à relação entre eles, ao nível de controle que um exerce sobre o outro e à distância social ou formalidade de sua interação. O *modo* remete à função exercida pela linguagem e ao veículo utilizado na situação comunicativa; trata do papel da linguagem - “constitutivo ou auxiliar”; do “compartilhamento” - dialógico ou monológico - entre os participantes; do “canal” - gráfico ou fônico - e do “meio oral” - escrito e/ou não verbal (FUZER; CABRAL, 2014, p. 30).

Essas variáveis do contexto de situação estão diretamente ligadas as três metafunções da linguagem, que são as manifestações no sistema linguístico dos propósitos do uso da língua. A *metafunção ideacional* refere-se a compreender o meio (campo); a *metafunção interpessoal* refere-se a relacionar-se com outros (relação) e a *metafunção textual* compreende a organização da informação (modo) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; FUZER; CABRAL, 2014).

A combinação dessas três variáveis do contexto de situação define um espaço semiótico multidimensional, em que opera o sistema de significados realizado pela linguagem e por outros sistemas semióticos e sociais e incorpora diferentes usos da língua e da troca de

significados que são constituídos em uma determinada situação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Valores de campos ecoam os significados ideacionais; os valores das relações ecoam significados interpessoais e os valores de modo ecoam os significados textuais. Tem-se, assim, a correspondência entre a linguagem e o contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

As metafunções são consideradas por Halliday; Matthiessen (2004) como as funções que a linguagem desempenha e atendem aos propósitos subjacentes ao uso da língua: compreensão do meio (metafunção ideacional); relacionamento com outros (metafunção interpessoal) e organização da informação (metafunção textual).

De acordo com Halliday; Matthiessen (2004) e Gonçalves-Segundo (2011), a língua permite construir a experiência humana por meio da nomeação, categorização e rótulos que atribuímos às coisas; para tanto, ela dispõe de recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais. A metafunção ideacional é a responsável por essas funções. Ela é dividida em dois modos de construção de experiência: o componente experiencial e a lógica.

O componente experiencial, da metafunção ideacional da linguagem, refere-se à expressão da experiência do mundo material e do mundo interior (o mundo da consciência), que incluem: a percepção; a emoção; as lembranças; a imaginação; as reações e a reflexão. A experiência exterior inclui as ações ou eventos e tudo o que acontece pela ação de atores sociais, as quais são experiências que podem ser representadas por meio da linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; FUZER; CABRAL, 2014).

A lógica, da metafunção ideacional, define “unidades complexas”, o que denota a linguagem como a construção de certas relações lógicas gerais. Essas unidades complexas referem-se às orações e a grupos de frases complexas, em que há uma combinação de palavras construídas com base em uma relação lógica específica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 362).

Por sua vez, a metafunção interpessoal possibilita a representação dos intercâmbios que ocorrem entre os atores sociais, abrangendo seus relacionamentos pessoais e sociais. Nesse sentido, a linguagem abre espaço para a “construção da (inter)subjetividade dos atores sociais envolvidos em eventos sociodiscursivos” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 146).

A última metafunção a ser discutida, a metafunção textual, é a responsável pela “organização dos significados experienciais e interpessoais em um todo coerente”, que

organiza a oração como mensagem (FUZER; CABRAL, 2014, p. 127). A língua abre espaço para o estabelecimento de “sequências organizadas de discurso”, o que facilita o “gerenciamento do fluxo discursivo, de forma a estabelecer coesão e continuidade ao longo da produção textual (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 146-147).

Neste subcapítulo, comentamos brevemente sobre as metafunções e daremos destaque, a seguir, à metafunção interpessoal, uma vez que ela estabelece uma relação mais estreita com nossa categoria de análise, o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005).

2.2 Metafunção Interpessoal e sua relação com o Sistema da AVALIATIVIDADE

O Sistema da AVALIATIVIDADE, categoria de análise adotada neste trabalho, consiste em um sistema semântico-discursivo e dialoga com a metafunção interpessoal e inclui: o modo, a modalidade e o sistema de avaliação, trabalhada nos estratos léxico-gramatical e no semântico-pragmático, especificamente, embora sofra a influência dos outros níveis de estratificação da linguagem, a saber: o contexto situacional (registro); o contexto cultural (gêneros) e as ideologias (discurso) (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014).

Fuzer; Cabral (2014) destacam que o sistema *MODO* é a parte da oração que desempenha a metafunção interpessoal, por meio da qual a linguagem possibilita que se negociem relações. *MODO* (em maiúsculo) é o nome dado ao sistema interpessoal primário, ou seja, à gramaticalização do sistema semântico das funções da fala, o que se diferencia de *modo* (em minúsculo), uma das variáveis do contexto de situação.

A oração representa a realidade e a interação entre falante e ouvinte, desempenhando as funções da fala (dar e solicitar), além de carregar dois tipos de valores que podem ser trocados: informações ou bens e serviços (FUZER; CABRAL, 2014).

A partir dessas duas categorias, têm-se as quatro funções primárias da fala: “oferta, comando, declaração e pergunta”. Cada uma dessas funções relaciona-se a reações do outro, podendo se constituir como respostas de apoio ou de confronto, de forma verbal ou não-verbal (FUZER; CABRAL, 2014, p. 103-104).

De acordo com Halliday; Matthiessen (2004), o uso da linguagem e da gramática da nossa língua não é apenas uma *figura*, como ocorrência de um processo, mas se estabelece como uma *proposição* ou *proposta*, pelas quais podemos expressar nossa avaliação e atitude a

respeito do que/de quem tratamos, e a respeito de com quem lidamos. Desse modo, toda mensagem é sobre algo e dirige-se a alguém.

Fuzer; Cabral (2014) afirmam que quando a língua é usada para trocar informações, a função semântica da oração aparece como uma *proposição*, que pode ser questionada, posta em dúvida, negada ou confirmada. Já na troca de bens e serviços, a oração não pode ser questionada ou negada e é denominada de *proposta*. É no sistema interpessoal primário (MODO) que se realizam as proposições e propostas no nível léxico-gramatical, o que permite a realização da interação entre os participantes, considerado o papel exercido por eles e a natureza da negociação em curso.

Ressaltamos que a abordagem de todos esses conceitos foi feita com o propósito apenas de situar o Sistema da AVALIATIVIDADE, por ser ele um sistema que emana da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday; Matthiessen (2004), os quais não foram devidamente aprofundados por desviar do propósito deste trabalho.

2.3 Definição e Escopo do Sistema da AVALIATIVIDADE

O Sistema da AVALIATIVIDADE, proposto por Martin; White (2005), emana da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday; Matthiessen (2004) e permite explorar e compreender quais recursos léxico-gramaticais e semânticos-discursivos são usados no texto para que as pessoas façam avaliações sobre eventos comunicativos, expressando suas opiniões, pensamentos, sentimentos, crenças, valores e atitudes frente à realidade.

A AVALIATIVIDADE viabiliza a manifestação subjetiva do escritor/falante nos textos e discursos, favorecendo a negociação de posicionamentos, permitindo que experiências e vivências possam ser marcadas discursivamente por meio de recursos léxico-gramaticais e semântico-discursivos (MARTIN; WHITE, 2005).

Conforme descrito em Martin; White (2005), o Sistema da AVALIATIVIDADE preocupa-se com a presença subjetiva dos escritores/falantes e a face interpessoal da linguagem, a fim de compreender como eles adotam posturas no texto em relação ao próprio material que produzem, aos produzidos pelos locutores com os quais se comunicam, e em relação ao público a que se destina, considerados como respondentes ideais ou potenciais.

Segundo Martin; White (2005), a atenção do Sistema da AVALIATIVIDADE é dirigida às construções textuais em que sentimentos e valores são compartilhados e ao uso que

fazem dos recursos linguísticos para que esses sentimentos, emoções, preferências, atitudes e avaliações normativas sejam marcadas discursivamente.

Esse sistema pondera o quanto os escritores/falantes estão alinhados ou não com os discursos com os quais dialogam e o quanto os aprovam, desaprovam, criticam, aplaudem ou os abominam. O escopo estende-se à identidade autoral que os escritores/falantes constroem para si mesmos no texto, a persona textual (“personae”) (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1).

White (2004, p. 177) e Martin; White (2005) preconizam que a AVALIATIVIDADE é uma abordagem que permite analisar de forma sistemática a avaliação e a perspectiva criadas nos textos e interessa-se pelas “funções sociais desses recursos”. Nos textos, os escritores/falantes adotam “posições de valor determinadas socialmente” e aproximam-se ou afastam-se das “comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão”.

White (2004, p. 177) e Martin; White (2005) afirmam que o sistema se preocupa, também, em compreender como essas avaliações e significados são negociados intersubjetivamente e como os autores constroem nos textos “comunidades” que compartilham sentimentos, valores e avaliações normativas semelhantes.

Oliveira (2014, p. 256-257) reitera que o objetivo desse sistema se constitui em identificar os recursos avaliativos usados na avaliação da realidade e na negociação em relações interpessoais. A seleção léxico-gramatical escolhida para fazer avaliações nos eventos comunicativos “têm a função de estabelecer relações entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte”. É por meio da função interpessoal que a língua proporciona a interação entre as pessoas.

Para Vian Jr (2009), a língua dispõe de inúmeros recursos para que o produtor de textos possa se posicionar em relação ao que ele expressa, emitindo avaliações sobre eventos, pessoas, objetos e elementos das relações sociais negociados no dia a dia:

A maneira como o produtor de um texto oral ou escrito se posiciona em relação ao seu leitor ou a seu interlocutor e a forma como julga o mundo concebido no texto que produz traz à tona diferentes tipos de avaliação. Tais avaliações evidenciam, em termos léxico-gramaticais, os tipos de atitudes negociadas no texto, bem como a força dos sentimentos em relação ao objeto de avaliação (VIAN JR, 2009, p. 100).

A ativação dos significados das avaliações no texto ocorre por meio explícito (direto), em que termos escolhidos apresentam sentidos positivos ou negativos, e de modo implícito, que dependerá das inferências de quem lê e de suas interpretações sobre os “eventos

descritos”, que serão realizadas a partir do sistema de valores trazidos para o texto (WHITE, 2004, p. 180).

Martin; White (2005) listam uma série de itens lexicais que podem ativar avaliações negativas ou positivas no discurso e atentam para o fato de que um dado item lexical pode variar seu significado atitudinal de acordo com o contexto, o que merece a atenção do analista.

Martin; White (2005) e Scherer; Motta-Roth (2015) compartilham a visão de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]) a respeito de que toda comunicação verbal é dialógica e retoma em certa medida o que já foi dito a respeito do mesmo tema, e simultaneamente, pode antecipar possíveis respostas de interlocutores potenciais, reais ou imaginários.

Bakhtin considera que as esferas do uso da linguagem fazem “referência direta aos enunciados concretos que se manifestam no discurso” e constituem-se como uma abordagem linguística centrada na função comunicativa. Enunciado e discurso pressupõem a dinâmica dialógica de troca entre sujeitos discursivos no processo de comunicação. Os gêneros com finalidade de comunicação e expressão propiciam a manifestação da cultura e precisam ser pensados na dimensão de espaço e tempo (MACHADO, 2012, p. 156-157).

2.4. A divisão do Sistema da AVALIATIVIDADE e a descrição de seus subsistemas¹⁵: ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO

A divisão do Sistema da AVALIATIVIDADE, conforme Martin; White (2005), é feita pelos subsistemas da *ATITUDE*, *ENGAJAMENTO* e *GRADAÇÃO*. A *ATITUDE* tem como primeira divisão: o *afeto*, o *juízo* e a *apreciação*. O *ENGAJAMENTO* é dividido, primeiramente, em *monoglossia* e *heteroglossia*. A *GRADAÇÃO*, em primeira instância, é dividida em *força* e *foco*. As ramificações de cada um desses sistemas serão apresentadas no decorrer deste subcapítulo.

Conforme resumem Rodrigues; Cabral (2010), a *ATITUDE* compete aos significados com os quais os escritores/falantes atribuem valores intersubjetivos ou fazem asserções sobre os participantes e os processos no que diz respeito às emoções e aos valores socioculturais. O

¹⁵ Em função das muitas ramificações do Sistema da AVALIATIVIDADE, adotaremos a perspectiva do foco do que tratamos no momento e o consideraremos como *Sistema*. Portanto, só utilizaremos o termo *Subsistema* quando estivermos fazendo referência a um *Sistema* anterior que o comporta, como por exemplo: Ao nos referirmos ao Sistema da AVALIATIVIDADE (nosso foco neste momento), consideraremos como subsistemas: a *ATITUDE*, o *Engajamento* e a *GRADAÇÃO*. No entanto, ao tratarmos da *ATITUDE* (nosso foco neste momento) nos referiremos a ela como o *Sistema* da *ATITUDE*, e conseqüentemente, ao *afeto*, ao *juízo* e à *apreciação* como *Subsistemas* do *Sistema* da *ATITUDE*.

ENGAJAMENTO recobre os recursos linguísticos que posicionam o escritor/falante face às perspectivas presentes no texto. A GRADAÇÃO, por sua vez, é um sistema pelo qual o escritor/ falante gradua o impacto pessoal de seu discurso e acentua ou ameniza os efeitos valorativos atribuídos às pessoas, aos processos ou aos objetos avaliados.

2.4.1. Sistema da *ATITUDE*

De acordo com Martin; White (2005), a *ATITUDE* é dividida em: *afeto*, *juízo* e *apreciação*. Os escritores/falantes ao se engajarem nas relações interpessoais mobilizam um conjunto de recursos semânticos que lhes permitem expressar avaliações afetivas (“a emoção”), avaliações de comportamento (“a ética”) e a apreciação das coisas (“a estética”). Essas três dimensões semânticas correspondem, respectivamente, às categorias de avaliação do afeto, do juízo e da apreciação (OLIVEIRA, 2014, p. 252).

2.4.1.1 O subsistema do *Afeto*

Segundo Martin; White (2005), o afeto é dividido em três tipos:

(In)felicidade: que diz respeito às emoções ligadas ao coração e inclui a tristeza, a raiva, o amor, a felicidade, dentre outros.

(In)segurança: ligada ao bem-estar social e ao quanto a pessoa confia ou não no ambiente.

(In)satisfação: diz respeito aos nossos sentimentos de satisfação e/ou frustração em relação às atividades em que estamos envolvidos, às nossas metas e objetivos e inclui nosso papel como participantes ou espectadores do meio.

Em Gonçalves-Segundo (2011), encontramos um quarto tipo em que o afeto pode ser classificado, a *Inclinação*, que está relacionada à avaliação sobre a desejabilidade de algo, como nos casos em que há expressão de expectativas por parte do escritor/falante. Adotaremos esta quarta classificação também na análise de nosso *corpus*.

O afeto inclui os sentimentos e as reações emocionais e pode ser explícito no texto, quando estão presentes recursos léxico-gramaticais avaliativos, com polaridade negativa, positiva ou ambígua; ou pode ser implícito, quando não há um recurso lexical claro, mas há a possibilidade de o leitor fazer a inferência da presença e da polaridade do afeto por meio da compreensão global do texto, ao focar-se no sentido semântico-discursivo e na construção de

sentido que emana das pistas textuais (WHITE, 2004; OLIVEIRA, 2014). Na polaridade ambígua, o sentimento expresso não é claramente positivo ou negativo (PRAXEDES FILHO; MAGALHÃES, 2015).

A manifestação da avaliação em Gonçalves-Segundo (2011), um dos autores que tomamos como referência, é classificada como inscrita ou invocada, o que corresponde à manifestação explícita ou implícita em Martin; White (2005).

Tomamos como referência a proposta de Gonçalves-Segundo (2011) que considera, além do proposto por Martin; White (2005), a classificação da responsabilidade autoral e não autoral. Entendemos que categorizar o Sistema da ATITUDE também na subcategoria de responsabilidade autoral permite-nos explorar dados que corroborarão o nível de engajamento do leitor em seu posicionamento no texto.

De acordo com White (2004, p. 183), as três categorias da ATITUDE estão interligadas na medida em que todas se relacionam à expressão do afeto. Nele, a ação da emoção é direta e os sentimentos são vistos como reações dos sujeitos a estímulos determinados. Já o Julgamento e a Apreciação são considerados como “sentimentos institucionalizados” e representados com qualidades pertencentes ao fenômeno sob avaliação.

No quadro 1, a seguir, serão apresentadas as características do afeto, com exemplos ilustrativos, representadas com o grau de refinamento que será utilizado na análise de nosso *corpus*.

Quadro 1 - Subsistema do Afeto (Sistema da ATITUDE), categorias baseadas em Martin; White (2005) e ampliadas em Gonçalves-Segundo (2011)

<i>Sistema</i>	<i>Subsistema</i>	<i>Aspectos</i>		<i>Categorias</i>	<i>Exemplos</i>
A T I T U D E	Afeto	Polaridade	Positiva Negativa Ambígua	(In)Satisfação	interesse/ tédio/ prazer/ fúria
				(In)Segurança	(des)confiança em relação ao ambiente
				(In)Felicidade	alegria/ tristeza/ antipatia/ afeição
				Inclinação	desejo/ expectativa/ esperança de que algo aconteça
		Responsabilidade	Autoral		Responsabilidade atribuída à voz autoral
			Não-autoral		Responsabilidade atribuída à Voz alheia/ vozes trazidas ao texto
		Manifestação	Inscrita	-	Marca avaliativa linguística clara
			Invocada	-	Por Inferência

Fonte: Elaboração Própria

2.4.1.2 O subsistema do *Julgamento*

Como preconizado em Martin; White (2005), o julgamento é dividido em *Estima Social* e *Sanção Social*.

De acordo com esses autores, a *estima social* relaciona-se à:

Normalidade: quão normal/(in)comum alguém é.

Capacidade: o quanto alguém é ou não capaz.

Tenacidade: quão resoluto/seguro/perseverante alguém é ou não.

Ainda segundo Martin; White (2005), o julgamento de *sanção social* divide-se em:

Propriedade: está ligada à conduta e à ética e há o questionamento do quanto a pessoa é alguém honrado ou não, justo ou injusto, corrupto ou não.

Veracidade: no qual o questionamento dirige-se ao quanto a pessoa é honesta ou desonesta, sincera ou mentirosa.

Os julgamentos de *estima social* envolvem a aprovação ou reprovação sem implicações legais, que geralmente se instauram nas relações sociais. Nesse quesito, o compartilhamento de valores e o modo como devemos ou não nos comportar são fundamentais para a formação das redes sociais nas quais nos inserimos: família, amigos, colegas e vizinhança (MARTIN; WHITE, 2005; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011; CABRAL; NUNES, 2013).

Já a *sanção social* envolve implicações legais e é mais frequente em codificações por escrito, por meio de decretos, regras, regulamentos, normas e leis que se ligam a instituições de poder como a Igreja e o Estado, em que podem estar presentes punições aos que não seguirem o que for estabelecido. Ela envolve a consideração de um conjunto de regras morais e legais que são vigentes em uma determinada cultura e que regem a sociedade (MARTIN; WHITE, 2005; CABRAL; NUNES, 2013; FERREIRA DA SILVA, 2015).

De acordo com Martin; White (2005), reiterado em Avelar; Azuaga (2003), o *julgamento* é uma categoria de posicionamento atitudinal em que é avaliado o comportamento humano intrinsecamente relacionado à exteriorização da cultura e é concernente aos sistemas que regem a sociedade, como: a (i)legalidade; a (a)moralidade; a (a)normalidade e a (in)capacidade e está, também, associado aos sistemas sociais que não perduram, tais como a moda e alguns costumes.

Refere-se aos juízos de comportamento que fazemos sobre atitudes que aprovamos, criticamos, admiramos ou condenamos. É baseado na cultura, nas ideologias dos grupos, nas experiências pessoais dos indivíduos e relaciona-se ao que é certo e está ligado à moral e à ética. O julgamento é classificado como positivo ou negativo e ativado de forma inscrita ou invocada (MARTIN; WHITE, 2005).

Ainda que os julgamentos inscritos ocorram por meio do uso de recursos lexicais que carregam seu valor positivo ou negativo, de aprovação ou reprovação, a depender do contexto podem ter seu significado alterado, tal como o afeto (CABRAL; NUNES, 2013).

Os julgamentos invocados ocorrem por meio das marcas implícitas no texto, os chamados “tokens de julgamento”, que carregam normas socialmente compartilhadas e que sofrem influências do contexto. Ao considerar a visão de mundo de cada pessoa, tais marcas podem ou não ser percebidas no processo de interpretação (CABRAL; NUNES, 2013, p. 252-253).

As pessoas farão julgamentos acerca do que elas acreditam e têm como valor social, além do “enquadramento cultural e ideológico” do qual fazem parte e compartilham. O posicionamento ideológico dos participantes determina, em geral, que o mesmo evento seja alvo de julgamentos diferentes ou opostos (AVELAR; AZUAGA, 2003, p. 36).

Cabral; Barros (2006) atentam para o fato de que o julgamento realizado dependerá da posição social de cada pessoa e da ideologia de cada grupo e sofrerá variações de acordo com crenças, opiniões e visões de mundo.

No caso do julgamento sobre o tema da reforma da Previdência, a avaliação do leitor-autor nas cartas leva em consideração as normas e os valores vigentes e compartilhados no meio social, expressos nos sistemas de valores trazidos ao texto.

Desse modo, o julgamento feito dependerá da posição social que o leitor-autor ocupa; da ideologia dos grupos aos quais pertence e de suas crenças, opiniões e visão de mundo, o que corrobora a ideia de Cabral; Barros (2006), ao afirmarem a presença desses quesitos nos julgamentos feitos pelos sujeitos sociais.

Atestamos nas cartas que um mesmo tema gera diferentes avaliações e perspectivas por parte dos seus autores, que se posicionam conforme suas visões de mundo e avaliam o evento de modo dialógico, o que gera a solidarização ou o afastamento com discursos circulantes na sociedade em que estão inseridos.

Nesse sentido, esses discursos fazem parte de uma rede dialógica e respondem a enunciados proferidos por outros, concordando ou não com eles, além de abrirem espaço para a possibilidade de novas respostas, dando continuidade a essa rede dialógica. Esse movimento torna os enunciados produzidos parte do elo da comunicação verbal e, a carta do leitor, por ser uma resposta dada a algo já abordado por outros, tem-se por parte do leitor-autor uma atitude responsiva, nos termos de Bakhtin (2003 [1979]).

No quadro 2, a seguir, serão apresentadas as características do julgamento, com alguns exemplos ilustrativos, representadas com o grau de refinamento que será utilizado na análise de nosso *corpus*.

Quadro 2 - Subsistema do Julgamento (Sistema da ATITUDE), categorias baseadas em Martin; White (2005)

<i>Sistema</i>	<i>Subsistema</i>	<i>Aspectos</i>		<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Exemplos</i>	
A T I T U D E	Julgamento	Polaridade	(+) Aprovação	Estima Social	Normalidade (<i>usualidade ou especialidade</i>)	natural/ familiar/ previsível/ estável/ obscuro/ excêntrico/ encantador/ azarado	
					Tenacidade (<i>resolução ou perseverança</i>)	corajoso/ paciente/ flexível/ teimoso/ perseverante/ fraco/ dependente/ covarde/ incansável/ desanimado	
					Capacidade (<i>capacidade ou competência</i>)	in(capaz)/ saudável/ maduro/ educado/ ingênuo/ estúpido/ ignorante/ (in)competente	
			Sanção Social		Propriedade (<i>civismo/ ética transparência</i>)	bom/ modesto/ caridoso/ respeitoso/ altruísta/ imoral/ corrupto/(in)justo/ avarento/ arrogante	
					Veracidade (<i>honestidade ou sinceridade</i>)	honesto/ manipulador/ sincero/ puro/ discreto/ traiçoeiro/ mentiroso/ franco/ farsante/ desonesto	
		Responsabilidade	Autoral	Responsabilidade atribuída à voz autoral			
			Não- autoral	Responsabilidade atribuída à voz alheia no texto			
		Manifestação	Inscrita	Marca linguística avaliativa clara			
			Invocada	Por inferência			

Fonte: Elaboração Própria

2.4.1.3 O subsistema da *Apreciação*

O terceiro subsistema da ATITUDE, a apreciação, refere-se às proposições sobre o valor das coisas, ao que elas valem ou não em um determinado campo e, envolvem no discurso, as avaliações de fenômenos semióticos e naturais. Recobre nossas reações às coisas - se elas nos agradam ou não; à composição dos objetos - referente ao equilíbrio e à complexidade - e ao valor das coisas, em termos de valor social e em termos de utilidade - se é inovadora, autêntica, oportuna, útil, além de levar em conta o risco ao indivíduo (MARTIN; WHITE, 2005; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011).

Segundo Martin; White (2005, p. 56), a *apreciação* é dividida em:

Reação: que corresponde às reações afetivas emotivas ou desiderativas que as coisas causam nas pessoas, que engloba:

Reação-Impacto - detectada por meio de perguntas como: é algo bem recebido? “mexe” comigo?

Reação-Qualidade: respondida por perguntas como: as coisas nos chamam a atenção? Trazem-nos prazer ou desprazer?

Composição: recobre os sentimentos correspondentes à avaliação do equilíbrio e da complexidade das características intrínsecas aos objetos ou aos processos avaliados. É dividida em:

Composição-Equilíbrio: responde às perguntas: É algo bem elaborado? Bem desenvolvido?

Composição-Complexidade - Foi fácil ou difícil de entender? É claro, compreensível?

Valoração: refere-se ao grau de inovação, autenticidade e relevância do objeto, situação ou evento avaliado. Responde às perguntas: Isso valeu a pena? É relevante? É autêntico?

Conforme Cabral; Barros (2006, p. 726), a apreciação pode referir-se a “objetos, artefatos, processos e estados de coisas” em que se faz uma “avaliação estética da composição, estrutura e forma, da apresentação, do conteúdo e da disposição de objetos e artefatos”, e ainda, pode se tratar dos seres humanos, que podem ser apreciados sob o ponto de vista estético (bonito/feio).

De acordo com Gonçalves-Segundo (2011, p. 174), as apreciações constroem avaliações de caráter estético ou de valor social dirigidos a fenômenos semióticos ou naturais. Na *Reação*, a avaliação estética é baseada na “afeição emotiva ou desiderativa”. Diz respeito

à construção discursiva acerca de uma propriedade intrínseca a determinado objeto ou processo.

A *Reação-Impacto* recobre os exemplos de afeição emotiva, tais como: “fascinante, dramático, intenso, sensacional, entediante, monótono” e a *Reação-Qualidade* recobre as afeições desiderativas, como: “bom, esplêndido, chamativo, feio, repulsivo” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 174).

Na *Composição*, a avaliação estética dirige-se a aspectos da percepção e organização quanto ao *equilíbrio* - “simétrico, lógico, consistente, falho, contraditório, distorcido” e quanto à *complexidade* - “simples, elegante, claro, rico, extravagante, plano, monolítico” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 174).

Na *Valoração*, a avaliação baseia-se na “utilidade, importância, eficácia ou risco para os indivíduos - “importante, original, autêntico, real, útil, insignificante, comum, falso, convencional, perigoso” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 174).

Gonçalves-Segundo (2011) alerta para o fato de que as fronteiras entre as categorias não são claras, o que nos leva a casos ambíguos ou dupla inscrição, além das mudanças nas formas linguísticas mediante o contexto em que se inserem.

No quadro 3, a seguir, serão apresentadas as características da apreciação, com alguns exemplos ilustrativos. No caso da apreciação, utilizaremos na análise de nosso *corpus* somente até a divisão: Reação; Composição e Valoração, sem as subcategorias que são apresentadas no quadro 3, uma vez que faremos uma adaptação (vide p. 125) desse subsistema, a fim de atender aos propósitos de nosso *corpus*.

Quadro 3 - Subsistema da Apreciação (Sistema da ATITUDE), categorias baseadas em Martin; White (2005)

<i>Sistema</i>	<i>Subsistema</i>	<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Exemplos</i>
A T I T U D E	Apreciação	Reação	Impacto	Cativante/ envolvente/ dramático/ notável
			Qualidade	Atraente/ linda/ bem-vindo/ repulsivo/ revoltante
		Composição	Equilíbrio	Equilibrado/ harmonioso/ unificado/ simétrico/ consistente
			Complexidade	Simples/ complexo/ claro/ preciso/ extravagante
		Valoração	-	Valioso/ original/ inovador/ de boa ou má qualidade

Fonte: Elaboração Própria

Ao considerarmos o tema da avaliação do leitor-autor, que é a proposta da reforma da Previdência, e o conceito do sistema de apreciação em Martin; White (2005), que foca no valor estético e social de fenômenos semióticos ou naturais, torna-se necessário adaptarmos esse sistema para recobrirmos a avaliação que é feita acerca dessa proposta, que não abrange uma categoria semântica estética, mas sim de valor social.

Em função de avaliar a reforma da Previdência em diferentes aspectos, as apreciações do leitor-autor não podem ser enquadradas unicamente como valor social, o que nos levaria a desprezar as nuances sutis e importantes das inscrições das avaliações subjetivas no texto, o que justifica, por conseguinte, sua adaptação para atendermos às necessidades de nosso objeto de pesquisa. Essa adaptação será pormenorizada em nossos procedimentos metodológicos (vide p. 124-125), ao serem consideradas as especificidades de nosso *corpus*.

A proposta de reforma recebeu apreciações positivas e negativas por meio de duas fontes principais, ainda que com propósitos diferenciados: por um lado, precisou ser avaliada pelos representantes do Congresso para ser transformada em lei.

Essa proposta circulou como uma PEC em diversas fases no Congresso, e, como tal, foi avaliada por meio de apreciações positivas e negativas, para que recebesse os pareceres parciais de sua aprovação ou reprovação em cada uma das fases de tramitação até sua fase final, para que, ao ser aprovada, se tornasse o novo sistema de pagamento de aposentadorias e pensões de nosso país.

Paralelamente, mediante discursos circulantes na mídia, essa mesma proposta recebeu apreciações por parte dos leitores, incluindo as cartas dos leitores, nas quais os leitores-autores responderam ao tema da reforma por meio de suas apreciações e opiniões, além de formarem representações mentais do que essa proposta significa para eles e do que eles entendem que ela poderia afetar sua vida e a conquista de sua aposentadoria.

Pontos da proposta despertaram afeições emotivas e desiderativas (*Reações*) nos seus avaliadores (congressistas, leitores e leitores-autores) em termos de agrado e desagrado, de impacto para a vida da população, para o mercado e para a economia do país, expressas por meio de apreciações positivas ou negativas com relação à proposta.

Essas avaliações abrangeram a proposta do governo, que figurou em forma de texto, e houve a apreciação de seu conteúdo e de cada um dos pontos que a compõem (*Composição*), que por fim, levou os avaliadores a fazerem apreciações sobre o valor global dos benefícios ou malefícios da implementação de um novo sistema previdenciário no Brasil (*Valoração*),

com apreciações sobre os benefícios e riscos de sua implementação à população que ainda não se aposentou; sobre o valor de sua importância para a economia, para o mercado, para as contas públicas e para o Brasil.

O leitor-autor, ao produzir sua carta, também fez apreciações sobre essa proposta, avaliando-a sob os mais variados aspectos, dentre eles: o conteúdo do texto da proposta, conforme o que é circulado na mídia; o impacto que terá para sua vida, em termos de benefícios e malefícios; o quanto resolverá o problema do desequilíbrio financeiro do país; o quanto é uma proposta justa que trata indistintamente a todos os brasileiros e as mais diversas categorias (civil, militar, políticos, funcionários públicos e privados); o quanto mantém ou deforma o conceito de seguridade social; o quanto respeita ou fere a Constituição de 1988, que deveria reger as leis do nosso país, e o quanto preserva os direitos sociais conquistados.

Nesse sentido, vimos que é possível serem feitas apreciações sobre um fenômeno semiótico que não atende ao campo estético, como é o caso do tema da reforma, e que não cabe na classificação unânime de valor social, como já apontado. Se aceitarmos isso como verdadeiro, temos que compreender que os subsistemas de *reação* e *composição* do sistema de *apreciação* podem recobrir os mais diversos campos semânticos e não se limitar ao estético, tal como priorizado no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005). Neste trabalho, é com essa perspectiva que vamos proceder às análises de nosso *corpus*.

Faz-se necessário o estudo da apreciação aplicada a outros fenômenos semióticos, abstratos e naturais que não comportem o campo estético para sistematizar com solidez o que sinalizamos. Estudo que será feito em um trabalho a parte, já que não cabe no espaço desta pesquisa por dispersar os nossos objetivos.

2.5 Sistema do *ENGAJAMENTO*

O Sistema de *ENGAJAMENTO* permite ao escritor/falante posicionar-se em relação às proposições de valor referenciadas no texto em relação ao seu próprio discurso e em relação a outras vozes e posições alternativas, com as quais pode ou não se solidarizar, o que o leva a concordar, discordar e assumir ou não a validade de outros pontos de vista. Esse conceito preocupa-se em compreender os efeitos associados a esses posicionamentos e ao que está em jogo quando uma postura é escolhida em detrimento de outras (MARTIN; WHITE, 2005).

Em White (2004, p. 184), é reiterada a noção de que a “funcionalidade intersubjetiva” dos valores do Sistema de ENGAJAMENTO é dada com base nos conceitos de dialogismo e heteroglossia de Bakhtin.

Ao se basear nessas noções, os indivíduos reconhecem discursos anteriores e solidarizam-se ou não com eles (LOVATO, 2009). No entanto, há enunciados que simulam o apagamento dessa rede dialógica, denominados enunciados monoglóssicos.

Martin; White (2005) alertam para o fato de que a solidariedade em relação a outros posicionamentos alternativos não significa, necessariamente, a aceitação e a concordância com outras perspectivas, atitudes e representações, mas sim, ela age no sentido de mostrar tolerância a pontos de vista diversos e diferentes do seu, o que indica que a voz autoral está preparada a se envolver e a ser compreensível com outras visões e dispõe-se ao diálogo.

De acordo com Martin; White (2005), o *ENGAJAMENTO* divide-se em *monoglossia* e *heteroglossia*. Ainda que os autores considerem que todo texto é heteroglóssico, em função de fazerem parte da cadeia de comunicação verbal, nos termos de Bakhtin (2003 [1979]), e serem uma resposta e uma projeção em relação a outros textos circulantes, eles consideram que a monoglossia pode figurar em um texto quando nele as vozes autorais simulam o apagamento dessa rede dialógica e anulam seu efeito.

Na monoglossia, é construída uma concepção da realidade como se fosse única, verdadeira e aceita pela comunidade discursiva e que não faz referência a outras vozes e pontos de vista. Conforme Gonçalves-Segundo (2016, p. 156), os enunciados monoglóssicos simulam o apagamento da rede de alternativas dialógicas e bloqueiam as “condições de emergência de perspectivas alternativas sobre a realidade, de modo que as proposições sejam tidas como certas e factuais”.

Essa simulação gera o efeito de não reconhecimento de outros posicionamentos. Cria-se um “efeito de verdade que pretende inviabilizar o questionamento” acerca da validade e verdade das proposições (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, p. 16).

Na heteroglossia, coexistem diversas perspectivas e posicionamentos em função da ampliação do espaço dialógico possibilitado pelas formulações que reconhecem outras possibilidades na rede dialógica, além do posicionamento da voz autoral. Nela, outras vozes e posições são invocadas e ela é composta por duas aberturas dialógicas: a expansão e a contração (SCHERER, 2013).

A expansão dialógica “levanta posições e vozes dialógicas alternativas” e a contração “age no sentido de desafiar, dispersar ou restringir o escopo dessas posições ou vozes” (WHITE, 2004, p. 194).

Nesse contexto heteroglóssico, o enunciado é “uma estrutura intrinsecamente respondente a outros enunciados” e, por conseguinte, engaja-se de modo “resistente ou complacente” em relação aos “discursos, ações e representações de outros atores sociais e/ou instituições”, o que nos leva a entender o texto como um produto discursivo que serve de campo para entendermos como a voz autoral deseja que “suas proposições, propostas e posições valorativas sejam lidas pelos consumidores textuais” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 175).

O processo de expansão dialógica denota o reconhecimento de outras vozes e possibilita a abertura ao diálogo por reconhecer a existência de outros pontos de vista e outras perspectivas, do qual a voz autoral uma das muitas possíveis, o que diminui a responsabilidade enunciativa, por um lado, porém, há a abertura para um diálogo mais democrático (OLIVEIRA, 2014; GONÇALVES-SEGUNDO, 2011; NININ; BARBARA, 2013).

Na expansão dialógica, o tópico é apresentado pela voz autoral como uma questão em aberto, a ser discutida, “produzindo um efeito de convite a alternativas dialógicas ou posicionamentos alternativos” (LOVATO, 2009, p. 157).

De acordo com Gonçalves-Segundo (2014, p. 17); Lovato (2009) e Ninin; Barbara (2013), a expansão associa-se à ideia de reconhecimento da legitimidade ou da validade de alternativas dialógicas e é dividida em:

Ponderação/Consideração: em que há o reconhecimento de alternativas dialógicas.

Atribuição: que é o discurso relatado direto ou indireto, em que há reconhecimento de outras concepções da realidade. Ocorre por meio de citação ou relato e desvincula a voz autoral das vozes trazidas para o texto, diminuindo, assim, a responsabilidade enunciativa. Seus subtipos são: *Reconhecimento* e *Distanciamento*.

Reconhecimento: há presença de um discurso relatado atribuído a outras vozes e o leitor pode adotar, por vezes, uma atitude que possa parecer neutra em primeira instância. Pode ser representado pelos verbos falar, dizer e comentar e, geralmente, utiliza-se de processos verbais, com a função de reportar a fala de outras pessoas.

Distanciamento: não há a validação do discurso do outro, o que denota o distanciamento e a não solidarização da voz autoral com discursos alheios trazidos ao texto. Pode ser representado pelos verbos “alegar, ouvir dizer” etc. Esse subtipo explicita, ainda mais, a dissociação das vozes autorais e externas.

Por sua vez, a contração dialógica indica a rejeição parcial ou total de alternativas dialógicas, o que restringe o espaço de troca e aceitação, de acordo com Martin; White (2005).

Conforme Martin; White (2005) e Gonçalves-Segundo (2014), a contração dialógica é dividida em *Contraposição* e *Proposição*:

Contraposição/Refutação: anula as alternativas dialógicas. Seus subtipos são: *Negação* e *Contraexpectativa*.

Negação: anula totalmente uma dada realidade e pode ser representada por marcas de polaridade negativa, tais como: não, nunca ou ninguém.

Contraexpectativa: Mantém-se uma expectativa, ou seja, uma dada representação ou alternativa dialógica que não é aplicada ao evento enunciado e pode ser representada por operadores concessivos e adversativos.

Proposição/Declaração: sinaliza a rejeição parcial de alternativas dialógicas. Seus subtipos são: *Expectativa Confirmada/Concordância*; *Pronunciamento/Afirmação* e *Endosso*.

Tal como exemplificado em Gonçalves-Segundo (2014, p. 17), suas características são: *Expectativa confirmada/concordância*: constrói-se um interlocutor que partilha das ideias apresentadas pela voz autoral e pode ser representada por expressões como: “evidentemente”, naturalmente, “é óbvio que” ou certamente.

Pronunciamento/afirmação: gera-se a polêmica entre a voz autoral e o interlocutor. Pode ser representado por expressões como: “o fato é que”, “a verdade é que” ou “você tem que concordar que”.

Endosso: a voz autoral valida e ratifica o discurso de outros e pode ser representado por verbos como: “provar”, “mostrar” ou demonstrar.

No quadro 4, a seguir, serão apresentadas as características do ENGAJAMENTO, com alguns exemplos ilustrativos, representadas com o grau de refinamento que será utilizado na análise de nosso *corpus*.

Quadro 4 - Sistema de ENGAJAMENTO - adaptação a partir de Martin; White (2005) e de Gonçalves-Segundo (2011)

<i>Sistema</i>	<i>Espaço Dialógico</i>	<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Marcas linguísticas</i>
E N G A J A M E N T O	Expansão Dialógica <i>aceitação da validade ou reconhecimento da legitimidade das alternativas dialógicas</i>	Ponderação	-	pode/ poderia/ talvez/ é possível que/ parece que
		Atribuição	Reconhecimento	dizer/ segundo/ conforme/ de acordo com/ lembrar/ alertam/ citar/ informar/ acredita que/ pensa que/ divulgou/ publicou
			Distanciamento	alegar/ reivindicar/ argumentar/ insiste que/ reclamou/ defendeu/ avaliou que
	Contração Dialógica <i>rejeição parcial ou total de alternativas dialógicas</i>	Proposição	Endosso	apontar/ mostrar/ demonstrar/ demonstrou que/ provou que/ confirmou/ apresentou
			Expectativa Confirmada	naturalmente/ obviamente/ de fato/ evidentemente/ é claro que/ com certeza/ certamente/ é óbvio que/ por certo
			Pronunciamento	a verdade é que/ o fato é que/ considero que/ no fundo/ na verdade/
		Contraposição	Negação	não/ jamais/ nunca/ nada/ ninguém/ nem sequer
			Contraexpectativa	apesar de/ embora/ mas/ entretanto/ ainda que

Fonte: Elaboração Própria

Tal como no julgamento, o *ENGAJAMENTO* refere-se a posicionamentos retrospectivos quando o sujeito faz referência a proposições prévias realizadas por outros, e a posicionamentos prospectivos quando antecipam as “respostas e argumentações de um destinatário”, podendo aceitar ou discordar das posições com as quais interage (LIMA; COROA, 2010, p. 129). No caso das cartas do leitor, o posicionamento é retrospectivo em

função de elas serem uma resposta às notícias publicadas sobre o tema da reforma, dialogando, portanto, com um evento consumado. A prospecção ocorre quando o leitor-autor antecipa futuras respostas de leitores potenciais ou ideais em suas cartas.

Os Sistemas de *ENGAJAMENTO* e de *GRADAÇÃO* não dizem respeito à instanciação de posições valorativas no discurso, mas recobrem os recursos linguísticos usados pelos escritores/falantes para adotarem posicionamentos em relação às posições valorativas presentes no texto e às quais se dirigem. O Sistema do ENGAJAMENTO baseia-se na noção de heteroglossia do Círculo de Bakhtin (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011).

2.6 Sistema da *GRADAÇÃO*

O último Sistema da AVALIATIVIDADE, a *GRADAÇÃO*, funciona em dois eixos de escalabilidade, classificada em função da *força*, representada pela intensidade e quantidade, em uma escala graduável ao longo das polaridades positiva e negativa; e em função do *foco*, representado pela “prototipicidade” e “precisão”, que operam no sentido de intensificar ou suavizar/amenizar o grau de positividade ou negatividade da avaliação feita (MARTIN; WHITE, 2005, p. 137-138).

Optamos por não incluir o subsistema da *GRADAÇÃO* por nosso interesse se centrar nos recursos avaliativos e de engajamento utilizados e não especificamente na propriedade da força com que o recurso foi empregado.

No quadro 5, a seguir, serão apresentadas as características da *GRADAÇÃO*, com alguns exemplos ilustrativos, ainda que a categoria não tenha sido utilizada na análise de nosso *corpus*.

Quadro 5 - Sistema da GRADAÇÃO - adaptação da figura apresentada por Sobhie (2008, p. 65), baseado em Martin; White (2005)

Sistema	Eixos	Categorias	Subcategoria	Tipos	Subtipos	exemplos	
G R A D A Ç Ã O	Força	Quantificação	Número	-	-	alguns/ muitos/ poucos	
			Massa / Presença	-	-	minúsculo/ pequeno/ grande/ enorme	
		Extensão	Proximidade	Tempo			recente chegada
				Espaço			distante/ perto
			Distribuição	Tempo			curta/ longa duração
				Espaço			passagem estreita/ notícia amplamente difundida
		Intensificação	Qualidade (grau)	-	-	um pouco triste/ muito triste	
			Processo (vigor)	-	-	ligeiramente perturbado	
		Isolamento	-	-	-	um pouco miserável totalmente miserável	
		Infusão	-	-	-	Chateado/ triste/ acabado	
	Foco		-	-	-	jazz de verdade/ tipo jazz/ parecido com jazz	

Fonte: Elaboração Própria

Capítulo 3: A manifestação da avaliação subjetiva nas Cartas do Leitor, o Dialogismo e o processo de Compreensão e Atitude Responsiva

3.1 Gênero textual Carta do Leitor: o espaço propício para a manifestação da avaliação subjetiva do leitor e para o desenvolvimento de perspectivas nos textos

Com o surgimento da era digital, cresceu a demanda por tecnologias que atendessem às possibilidades de interação por meio de suportes virtuais. Nesse contexto, a Carta do Leitor, enviada a jornais e revistas por meio virtual ganhou espaço e é amplamente utilizada por leitores, o que substitui, muitas vezes, o envio das cartas por meios físicos e impressos.

Por meio da carta do leitor, os leitores podem emitir suas opiniões sobre os mais diversos assuntos/matérias que circulam nos jornais, podem questionar, discutir, enviar suas críticas e elogios tanto referente aos temas publicados quanto a outros aspectos, como críticas à pessoa do jornalista ou ao próprio jornal ou revista (ANDRADE, 2008).

A carta do leitor exerce uma importante função social e constitui-se como um meio relevante para o exercício da cidadania, uma vez que abre espaço para que o leitor possa posicionar-se sobre os mais diferentes temas sociais que fazem parte de sua vida e que lhe atinge, direta ou indiretamente, de forma positiva ou negativa.

Nesse sentido, a carta do leitor funciona como um espaço propício para a manifestação da avaliação do leitor e para que se criem posicionamentos diversos sobre um mesmo assunto, abrindo-se um espaço para reflexão e debate sobre as perspectivas variadas pelas quais se pode compreender um mesmo objeto de discurso.

De acordo com França (2010), a carta do leitor é um gênero textual escrito por indivíduos que acompanham o noticiário do país e do mundo e seguem fatos e acontecimentos cotidianos, caracterizando-os como agentes produtores que se informam e se posicionam diante de temas sociais veiculados pela mídia e manifestam-se publicamente contra ou a favor de um tema por meio da carta que produz.

Conforme Batista da Silva (2013), a carta do leitor funciona também como instrumento de manifestação, em que o leitor faz sua avaliação e manifesta seu ponto de vista sobre temas atuais que estão circulando na mídia. As cartas são escritas em resposta a edições anteriores e, geralmente, não há uma referência direta à matéria publicada. O autor postula que o processo de escrita de uma carta inicia-se na esfera social em que se encontra o leitor e

que gera nele uma necessidade de manifestação pública, a fim de demonstrar suas frustrações, indignações, fazer suas críticas e avaliações em geral.

Para Batista da Silva (2013, p. 10), escrever a um jornal ou revista e não ao alvo do julgamento diretamente traz ao leitor a vantagem de ter seu enunciado “revestido de um discurso de autoridade”, uma vez que a voz do leitor beneficia-se com a “relevância da voz da revista” ou jornal.

Como alerta Andrade (2008), em alguns jornais, a carta do leitor pode ser editada e, assim, configurada como uma carta em co-autoria, posto que há a intervenção do jornalista no conteúdo publicado. Esse dado corrobora o que encontramos em nosso *corpus*, como as cartas editadas em jornais de grande circulação (Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo).

3.2 A língua para Bakhtin e o Dialogismo como princípio constitutivo da linguagem

Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975], p. 114-115) entendem a língua como um fenômeno social, histórico e ideológico que deve ser compreendida na situação concreta por meio das enunciações com foco na interação verbal e no seu caráter dialógico e polifônico. A palavra, como signo, é extraída do que os autores chamam de “estoque social de signos disponíveis”, dada sua realização no enunciado ser determinada pelas relações sociais.

A forma linguística se apresenta aos locutores “no contexto de enunciações precisas”, uma vez que a situação e os participantes imediatos configuram a forma e o estilo dessa enunciação. A comunicação verbal só pode ser compreendida vinculada à interação concreta, que deve ser entendida em relação à situação extralinguística, que engloba a situação imediata e o contexto social mais amplo (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2006 [1895-1975], p. 96).

De acordo com Machado (2005, p. 145), “a palavra que entra para a enunciação é uma unidade cultural do discurso-língua vivo, dinâmico; como tal, é dotada de tudo que é próprio da cultura, sobretudo as significações cognitivas, éticas e estéticas”.

O estágio inicial da enunciação ocorre “na alma”, da qual a atividade mental do indivíduo é tão social quanto sua objetivação exterior. Tal como apresentam Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975], p. 116), “o grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social”. O caminho percorrido da atividade mental, “o conteúdo a exprimir”, até a objetivação externa, a “enunciação”, situa-se em um território social.

Para Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975], p. 125-126), a “verdadeira substância da língua” é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada por meio de enunciações, que inclui não só o diálogo face a face, mas qualquer outro tipo de comunicação verbal. O discurso escrito faz parte, também, de uma discussão ideológica da cadeia de comunicação verbal: ele responde a algo, rejeita, confirma, antecipa respostas e objeções e busca apoio.

Essa comunicação verbal “ininterrupta” representa um momento na evolução de um grupo social determinado. As relações entre discursos enunciados constituem-se das relações do discurso “com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com o outro” (BARROS, 2005, p. 33).

De acordo com Zavala (2009, p. 154), a comunicação é interativa e toda a resposta demanda outra resposta, na qual o ouvinte torna-se falante: “não há palavra sem resposta, de tal modo que as relações entre falante e ouvinte, escritor e leitor, emissor e receptor, se modificam no próprio processo de comunicação”. Todo ato cultural vive nas fronteiras entre o contexto próprio e o contexto alheio, o que configura a “vida dupla” da palavra.

O diálogo supõe um movimento dinâmico, de diferenças, de vozes e sentidos e de troca com o outro e com a cultura alheia. Segundo Zavala (2009, p. 153-154), isso significa “abrir perguntas ao outro, e ao mesmo tempo, buscar, no outro, respostas para as suas interpelações, descobrindo, assim, novas possibilidades de sentido”.

Para Bakhtin (2003 [1979]), o discurso é social porque se constrói entre interlocutores que são seres sociais e porque mantém relação com outros discursos, no qual o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. O autor considera duas concepções do princípio dialógico: o diálogo entre os interlocutores e o diálogo entre discursos.

O dialogismo configura o texto como “um tecido de muitas vozes ou de muitos textos, ou discursos que se entrecruzam, completam-se, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto, e nesse meio é ressaltado o “caráter ideológico dos discursos” (BARROS, 2005, p. 33).

O texto, enquanto objeto, define-se como “objeto de significação” e “produto da criação ideológica ou de enunciação” e abarca o “contexto histórico, social, cultural” (BARROS, 2005, p. 26).

Barros (2005, p. 34) esclarece a diferença entre os termos dialogismo e polifonia, dado que o dialogismo refere-se ao “princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso”, e a polifonia caracteriza os textos em que o dialogismo “se deixa ver”, naqueles em que as múltiplas vozes são percebidas, opondo-se aos textos em que os diálogos que os constituem ficam mascarados, os chamados textos monofônicos. Todo texto é dialógico, porém, as estratégias discursivas empregadas vão configurá-lo como polifônico ou monofônico, que são, portanto, efeitos de sentido que decorrem dos “procedimentos discursivos” e da constituição dialógica.

Zoppi-Fontana (2005, p. 111) afirma que as relações dialógicas definem o acontecimento da linguagem e são as relações de sentido estabelecidas nos enunciados, frutos da interação verbal. As vozes dos enunciados se enfrentam e representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos em que se baseiam a enunciação: “As vozes são sempre vozes sociais que manifestam as consciências valorativas que regem a, isto é, que compreendem ativamente os enunciados”.

Machado (2005, p. 135) afirma que enquanto visão de mundo, o dialogismo não se limita a uma única focalização. Bakhtin o situa no campo do diálogo socrático, definindo-o como “um debate tenso de ideias em que as palavras de um se confrontam com as palavras do outro no interior de um único discurso” e, como fenômeno de “bi ou multivocalidade”, pode ser focalizado como uma manifestação de oralidade da qual deriva a polifonia.

Segundo Machado (2005, p. 135), o “confronto das entoações e dos sistemas de valores que posicionam as mais variadas visões de mundo dentro de um dado campo de visão” definem mais a dialogia do que a oposição direta ao monologismo.

Para Fiorin (2005, p. 219-220), o que é diálogo no discurso são “posições de sujeitos sociais, são pontos de vista acerca da realidade”. A relação polêmica entre os discursos é vista por meio da apreensão dos diferentes discursos que circulam numa dada formação social, subdividida em classes, subclasses, grupos de interesses divergentes e diferentes pontos de vista.

Menegassi (2009, p. 158) postula que, nas relações estabelecidas entre interlocutores há um território comum de compartilhamento de sentidos que emana das trocas verbais, das quais circulam “elementos carregados de proposições valorativas”.

De acordo com Marinho (2005, p. 235), quando há citação no discurso, a análise se centra na dinâmica que se estabelece entre o contexto narrativo e o discurso citado. Nessa

dinâmica, ocorre a delimitação que separa a palavra alheia daquela que cita, que por sua vez, constrói “a solidariedade”, a “inferência”, a “proximidade ou a distância” do narrador em relação ao discurso citado. A mistura de vozes pode ocorrer em um discurso que se dá de modo convergente ou divergente, dado que diálogos sociais ressoam no discurso polifônico.

De acordo com Souza (2005):

Cada um de nós encontra um mundo que já foi articulado, elucidado, avaliado de muitos modos diferentes já falado por alguém. A linguagem nunca está completa, ela é um projeto sempre caminhando e sempre inacabado. O conhecimento depende não apenas da linguagem, mas também do juízo de valor nela implicado (SOUZA, 2005, p. 324).

Desse modo, as avaliações dos leitores-autores, feitas nas cartas do leitor, funcionam como uma resposta a discursos circulantes e apresentam-se como vozes sociais que fazem ecoar valores que circulam na sociedade e das quais emerge o confronto de um sistema de valores, criando-se, por meio do recurso do engajamento, relações de solidariedade ou de distanciamento com outras vozes e posicionamentos, constituindo-se o dialogismo, base do Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005).

3.3 A manifestação da Compreensão Responsiva e a Atitude Responsiva como partes da produção e da compreensão do texto e do discurso

Os conceitos de Compreensão Responsiva e de Atitude Responsiva são trabalhados por Bakhtin (2003 [1979]) e relacionam-se às respostas dadas a enunciados anteriores e que, ao mesmo tempo, criam a possibilidade de novas respostas e dão continuidade ao elo da comunicação verbal.

A compreensão responsiva é o primeiro passo para que possamos ter uma atitude responsiva ativa, ela é a “fase inicial e preparatória para uma resposta, (seja qual for a forma de sua realização)”. Pode realizar-se no ato, tal como na execução de uma ordem, ou apresentar um efeito tardio, podendo permanecer, “por certo lapso de tempo”, como “compreensão responsiva muda” ou de “efeito retardado”, conquanto o que foi ouvido encontrará um “eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte” (BAKHTIN (2003 [1979], p. 292).

Bakhtin (2003 [1979], p. 291-292) postula que a compreensão passiva das significações do discurso ouvido é “apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela compreensão responsiva ativa” e que essa compreensão passiva apenas

“duplicaria seu pensamento no espírito do outro”, uma vez que o que se espera é “uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução etc.” Essa responsividade esperada do interlocutor, pelo locutor, se expressa por concordância; adesão; discordância; estímulo à ação; simpatia; adaptação; objeção; execução e complementação.

Para Bakhtin (2003 [1979], p. 290-291), o modelo esquemático de locutor-receptor e de comunicação, entendido pela linguística do século XIX, iniciada em W. Humboldt, coloca o interlocutor no lugar de um receptor “passivo” do objeto de comunicação, relegado ao segundo plano, já que o foco da interação é dada ao locutor, o que distorce o “processo complexo da comunicação verbal”. Nas palavras do autor:

O ouvinte dotado de uma compreensão passiva, tal como é representado como parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da linguística geral, não corresponde ao protagonista real da comunicação verbal. O que é representado é o elemento abstrato do fato real da compreensão responsiva ativa em seu todo, geradora de uma resposta (resposta com que conta o locutor) (...). O resultado é que o esquema distorce o quadro real da comunicação verbal cujos princípios essenciais são eliminados. O papel ativo do outro no processo da comunicação verbal fica minimizado ao extremo (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 292-293).

A compreensão de uma fala leva à possibilidade de resposta, dado que o próprio locutor é, em certo grau, um respondente, uma vez que não é o primeiro a enunciar, o que pressupõe tanto a existência do sistema da língua que utiliza quanto a existência de enunciados anteriores aos quais seu enunciado responde, que estão vinculados por algum tipo de relação, como a de concordância, discordância ou polemização, o que configura cada enunciado como um elo da cadeia complexa de outros enunciados (BAKHTIN, 2003 [1979]).

Tal como preconizado pelo autor:

O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 291).

Compreender um discurso escrito envolve a orientação do autor em função do seu leitor e, deste em função daquele e da contrapalavra que advém do processo de interação,

caracterizando-se a enunciação e a instauração de uma relação dialógica (ANGELO; MENEGASSI, 2011).

Angelo; Menegassi (2011, p. 217-219), baseados na teoria de Bakhtin, apresentam o conceito de atitude responsiva ativa “criativa”, no qual o leitor age sobre a palavra do outro, ao confrontá-la com suas próprias experiências e convertê-la em “palavra própria”.

Conforme Angelo; Menegassi (2011, p. 217-219), a compreensão responsiva ativa só é criativa se a resposta do leitor exprimir atitudes de continuidade do diálogo ao acionar a “situação pragmática extraverbal”, o que demonstra uma atitude de reflexão pessoal, na qual se pode perceber nas respostas do outro o discurso que advém de seu grupo social. É um claro exemplo em que a “palavra própria” é marcada por valores e ideais sociais.

O processo de compreensão responsiva envolve a conexão do discurso verbal com a “situação pragmática extraverbal”, pois são componentes essenciais para a compreensão do sentido dos enunciados, o que contribui para a interação entre os interlocutores. Essa situação pragmática engloba: o universo de informações e conhecimentos compartilhados pelos interlocutores e o conhecimento e a compreensão comuns, o que possibilita a compreensão mútua, necessária para a interação e para a avaliação feita pelos interlocutores (ANGELO; MENEGASSI, 2011, p. 202-203).

A avaliação do extralinguístico é fundamental para a compreensão do que se lê, uma vez que o processo de compreensão se associa ao processo de descodificação, que envolve o reconhecimento do código escrito e sua associação com o significado que esses signos pretendem no texto. Ao descodificar, o leitor considera “a enunciação particular, portanto, os valores sociais e as significações ideológicas da interação em curso” (ANGELO; MENEGASSI, 2011, p. 205).

Stella (2007) afirma que ao interagirmos com a palavra do outro, dialogamos diretamente com os valores sociais, meio pelo qual expressamos nosso ponto de vista em relação a esses valores, os quais devem ser apreendidos e confirmados ou não pelo interlocutor.

Apenas reconhecer o código escrito e sua associação com o significado é denominado como o processo de decodificação. Já o ato de descodificar implica que o leitor considerou a enunciação particular e, conseqüentemente, os valores sociais e as significações ideológicas da interação vigente. A compreensão da palavra no seu sentido particular (descodificação) e o

reconhecimento do sinal (decodificação) são dois processos diferentes (ANGELO; MENEGASSI, 2011).

O processo de descodificação corresponde à compreensão e não deve ser confundido com o processo de identificação, em que é decodificado o sinal, tal como nas palavras de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]):

Assim, o elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2006 [1895-1975], p. 95).

De acordo com Angelo; Menegassi (2011, p. 209-210), as características da compreensão responsiva são:

- a compreensão sempre abrange a situação extraverbal, pragmática e intrínseca ao enunciado;
- os julgamentos de valor acerca de um discurso são atos sociais regulares e essenciais e não individuais;
- a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos, impregnada de significações ideológicas;
- compreender é opor uma contrapalavra, que é o resultado da ressignificação da palavra do outro (a “palavra minha”);
- compreender é descodificar e isso significa levar em conta a interação, os valores sociais e as significações ideológicas;
- a compreensão revela-se de forma: imediata; pronunciada ou no ato e mostra-se em outras interações sociais.

Conforme propõem Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975], p. 96), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. Compreendemos não as palavras pronunciadas ou as que escutamos, “mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis etc.”. Somente reagimos às palavras que “despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”.

De acordo com Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975], p. 114), “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” e, se não há um interlocutor real, ele pode ser substituído por um representante do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor e sofrerá variação de acordo com suas características: se

ele faz ou não parte do mesmo grupo social do locutor, se há ligação entre eles por meio de laços sociais e de sua posição na escala social. Os autores atentam para o fato de que “interlocutor ideal” está situado em uma determinada época, tal como afirmam em:

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2006 [1895-1975], p. 115).

Tal como postulado por Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975], p. 115), a “palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. Ela é o “produto da interação do locutor e do ouvinte”.

Do diálogo entre interlocutores, o campo central de estudo se concentra na interação verbal entre sujeitos e na intersubjetividade. Nessa dinâmica da interação, Bakhtin considera a questão da avaliação, na qual os interlocutores avaliam-se entre si por meio de conteúdo ou da expressão, tal como a entonação (BARROS, 2005).

De acordo com Bakhtin (2003 [1979], p. 314), a palavra do outro traz um tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, reacentuamos e nasce a “palavra nossa” a partir da luta com os pensamentos dos outros, o que possibilita a responsividade inerente ao processo de interação com o outro.

No entanto, essa contrapalavra só se constitui como “palavra minha” se trazer algo novo. Se permanecer no nível da repetição, sem nada de novo, não há a constituição da “palavra minha”, o que se configura como um processo passivo. A transformação da palavra do outro em “palavra minha” demanda uma atitude responsiva ativa: “a apropriação da palavra do outro gera, necessariamente, um novo dizer, marcado pelas características de seu novo locutor” (MENEGASSI, 2009, p. 155). No processo ativo:

(...) como é ativo, ao ser interiormente processado, acaba-se somando às experiências do sujeito que dela se apropria (a que podemos chamar de eu) e se converte em minha palavra. Dessa forma, esse processo de transformação da palavra do outro em minha palavra assinala, mais uma vez, o caráter eminentemente responsivo das práticas sociais efetivadas pela língua, visto que é a resposta à palavra do outro que produz a minha palavra (MENEGASSI, 2009, p. 155).

Neste capítulo, tratamos acerca da responsividade do leitor e dos aspectos inerentes a esse processo. Neste trabalho, a responsividade do leitor-autor e seu grau de concordância e de alinhamento ou não com os enunciados a que responde serão investigados pelo Sistema da

AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005), das quais as avaliações do leitor-autor serão compreendidas pelo Sistema da ATITUDE, por meio dos subsistemas do julgamento e da apreciação; e a interação que o leitor-autor estabelece no evento comunicativo em curso será compreendida pelo sistema do ENGAJAMENTO; interação estabelecida com seu próprio enunciado, com o enunciado a que responde e com seus interlocutores em potencial.

Capítulo 4: A vertente da Análise Crítica do Discurso na abordagem de questões sociais e no estudo do texto e do discurso

4.1 O propósito da Análise Crítica do Discurso (ACD) e alguns conceitos essenciais

Conforme Melo (2011), a Análise Crítica do Discurso (ACD) se configura como uma abordagem teórico-metodológica que objetiva investigar como as formas linguísticas agem na reprodução, manutenção e transformação social. A partir dela, torna-se possível desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes agem em função de influenciarem o conhecimento, as atitudes, as opiniões e as ideologias compartilhadas socialmente.

A ACD é um conjunto de abordagens científicas inter e transdisciplinares para o estudo crítico da linguagem como prática social (VIEIRA; MACEDO, 2018). Toda prática social é uma articulação de diversos elementos sociais em uma configuração relativamente estável, do qual o discurso é imprescindível (FAIRCLOUGH, 2004).

Relações, identidades sociais, valores culturais e consciência são em parte discursivos. Desse modo, a preocupação da ACD é analisar as relações dialéticas entre o discurso, que inclui a linguagem e outras formas de semiose, a linguagem corporal, imagens visuais, além de outros elementos da prática social. Sua preocupação remonta a uma análise interdiscursiva e integra uma análise linguística, uma análise dos textos e de seus diferentes gêneros e estilos (FAIRCLOUGH, 2004).

A ACD constitui-se de uma teoria e de um método que permitem compreender as conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder que se estabelecem na sociedade. A preocupação se estabelece em como o discurso figura nas redes das práticas sociais e nos processos de mudança social (FAIRCLOUGH, 2004).

Gonçalves-Segundo (2018) atenta para o fato de que uma abordagem crítica do discurso e da vida social deve levar em conta aspectos importantes que nos permitam denunciar as relações de poder e dominação, a fim de viabilizar uma sociedade mais democrática e justa, ou seja, devemos considerar as coerções estruturais das práticas em que estamos inseridos e primar pela capacidade humana para agir, refletir e resistir.

Para a compreensão do discurso é importante a conexão entre “a materialização textual com as práticas de produção, distribuição, consumo e interpretação, ao considerarmos sua

ancoragem social”, na qual o outro é sempre um elemento que deve ser considerado no discurso, uma vez que o texto dirige-se a ele (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 81).

Para melhor compreensão do discurso e da prática social, Gonçalves-Segundo (2018, p. 90) estabelece a ligação de equivalência entre eventos, práticas e estruturas sociais para o domínio da linguagem, em que apresenta a seguinte correspondência: as estruturas sociais situam-se no nível de “abstração das línguas”, as práticas sociais correspondem às ordens do discurso e os eventos equivalem ao texto.

Ao corroborarem a ideia de Gonçalves-Segundo (2018), Lira; Alves (2018) afirmam que o processo social pode ser melhor compreendido na interação entre três elementos fundamentais: as estruturais sociais (estruturas mais amplas e abstratas), os eventos e as práticas sociais (entidades organizacionais que medeiam as estruturas e os eventos).

Conforme Lira; Alves (2018, p. 108-109), as práticas sociais consideram o discurso como linguagem associada a elementos não discursivos. O próprio discurso é uma prática social, uma vez que a compreensão de seu uso ocorre como um “modo de ação historicamente situado e socialmente constituído”, articulando as dimensões econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Toda prática social engloba os seguintes elementos: atividades; sujeitos e suas relações sociais; instrumentos; objetos; tempo e lugar; formas de consciência; valores e o discurso, que internaliza e é internalizado por outros elementos semióticos, em uma relação dialética (FAIRCLOUGH, 2004).

De acordo com Fairclough (2004, p. 206), as práticas sociais ligadas em rede constituem uma ordem social, tal como a ordem neoliberal emergente em nível global ou a ordem da educação em nível local. O aspecto discurso/semiótico de uma ordem social é o que chamamos de “ordem do discurso”.

A ordem do discurso é uma ordenação social particular das relações entre diferentes formas de fazer sentido - diferentes discursos, gêneros e estilos - das quais há formas dominantes e marginais. É um sistema aberto que está sempre em risco pelo que acontece nas interações sociais (FAIRCLOUGH, 2004).

Segundo Melo (2011), uma das principais preocupações da ACD é compreender como a linguagem é usada para manter ou desafiar as relações de poder e ideologia que se estabelecem nas práticas sociais e discursivas, e nesse sentido, estudar os textos e desvendar

as pistas textuais que carregam os significados dessas relações sociais é uma das funções de uma análise crítica. E nesse processo, o estudo do contexto é fundamental.

O texto é considerado como a unidade mínima de estudo da ACD, uma vez que integra as práticas culturais e sociais de um grupo, incorporando “as interações e as relações sociais, com suas crenças, seus valores, seus contextos, suas ideologias” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 49).

Os textos são entendidos por Fairclough (2004) como eventos sociais, meio pelo qual um indivíduo pode agir e interagir ao escrever. Eles não são somente efeitos de estruturas linguísticas e ordens de discurso, mas sim efeitos de outras estruturas e práticas sociais. As práticas sociais são articulações de diferentes tipos de elementos associados a áreas específicas da vida social, uma vez que articulam o discurso a outros elementos sociais não discursivos.

Lira; Alves (2018, p. 111) chamam a atenção para a importância do contexto na interpretação textual, o qual traz informações das realidades sociais e dos eventos específicos, como o “contexto de situação”. Além da influência do contexto, os autores ressaltam a importância de três outros conceitos para a compreensão textual: a coerência, a intertextualidade e a interdiscursividade.

Por sua vez, a análise textual comporta o aspecto interpessoal - interação entre as pessoas - e o aspecto ideacional - enquanto representação de mundo. As escolhas linguísticas, discursivas e textuais são influenciadas pelo “conjunto de convenções sociais institucionalizadas que vivemos” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 65).

Os textos são parte de eventos sociais que são moldados pelo efeito do exercício de poderes das estruturas sociais, incluindo as línguas, as práticas sociais, as ordens do discurso e os agentes sociais. A conexão entre texto e prática social é mediada pela prática discursiva. A produção e a interpretação dos textos são moldadas e moldam a natureza da prática social (FAIRCLOUGH, 2004).

A análise da prática discursiva interessa-se pelas questões sociocognitivas e pelos aspectos da produção e da interpretação de textos. Com isso, a análise volta-se à explicação de como os participantes produzem e interpretam os textos e se concentra na relação estabelecida entre o evento discursivo e a ordem do discurso, além da investigação de quais práticas discursivas são aplicadas e em quais combinações. A análise do evento discursivo como prática social refere-se a diversos níveis de organização social (FAIRCLOUGH, 2004).

Concordamos com Vieira; Macedo (2018) de que o texto pode ser compreendido como interação, representação de mundo e traz as marcas dos atores sociais que dele se utilizam. Ele engloba uma relação dialética entre sociedade e discurso, que se influenciam e se constituem mutuamente, o que é de interesse de estudo da ACD por permitir a análise das estruturas e dos eventos sociais, das relações de poder, de discriminação e de controle presentes no discurso.

Por isso, a linguagem exerce um papel importante nas lutas, nas mudanças, nas transformações sociais e nas relações de poder. O sujeito da linguagem transforma e é transformado pelas práticas discursivas, ora se conforma às ordens do discurso, ora contesta-as ou ressignifica-as e transforma-as (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Fairclough (2004, p. 14) acredita que todo texto tem características sociais, cognitivas, morais e materiais, além de consequências e efeitos, no qual a compreensão desses elementos é fundamental para questionarmos as sociedades contemporâneas e as transformações do “novo capitalismo”. Na análise das ideologias em um texto, é necessário que o analista faça uma análise social e enfoque os efeitos que ela tem em termos de instaurar e manter as relações de dominação e exploração.

Conforme Fairclough (2004), os discursos são formas de representar aspectos do mundo, incluindo o mundo social (eventos sociais, relações etc.), as estruturas do mundo físico/material (processos, relações, parâmetros temporais e espaciais) e o mundo mental (as crenças, pensamentos, sentimentos e sensações). Incluem representações de como as coisas foram ou são e representações imaginárias de como poderiam ou deveriam ser.

Os discursos envolvem formas de representar que articulam a linguagem com os elementos do meio social em uma relação dialética. As representações acerca da realidade são produzidas diferentemente em cada discurso, gerando diferentes perspectivas sobre o mundo, uma vez que refletem as relações que cada pessoa tem com o mundo, com o lugar social que ocupa, com sua identidade pessoal e com as relações sociais que estabelece (FAIRCLOUGH, 2004).

Essas representações não são uma cópia fiel da realidade, mas sim envolvem representações imaginárias de mundos possíveis, diferentes do mundo real. Na recontextualização produzida acerca da representação dos eventos sociais, elementos desses eventos são filtrados seletivamente, dos quais alguns são excluídos e outros incluídos, conforme o destaque que recebem. Esse processo afeta o modo como os eventos são representados, avaliados, explicados e legitimados (FAIRCLOUGH, 2004).

Fairclough (2004, p. 27) baseia-se na Linguística Sistêmico-Funcional para a análise dos textos, uma vez que o referencial de Halliday preocupa-se com a relação entre a linguagem e outros aspectos da vida social e orienta a análise dos textos para o seu caráter social. O autor sinaliza sua preferência por tratar como “tipos principais de significado” em vez de tratar como metafunções.

Ao fazer um paralelo com as metafunções descritas por Halliday; Matthiessen (2004), Fairclough (2004) considera, então, três tipos principais de significado: representação, ação e identificação, relacionando essa multifuncionalidade da linguagem a outros elementos que sustentam sua obra: os gêneros, os discursos, os estilos e os modos principais como o discurso funciona como prática social (modo de representar, de ser e de agir). As pessoas agem e interagem dentro das práticas sociais e interpretam e representam para si e para os outros o que fazem, moldando e reformulando seu modo de agir.

Vieira; Macedo (2018) compreendem que há um consenso entre os estudiosos da ACD de que os que se dedicam às análises linguísticas, semióticas e discursivas consideram como conceitos centrais da análise textual os conceitos de discurso, poder e ideologia.

O uso do termo discurso no plural (discursos) significa “discurso como prática”, enquanto seu uso no singular (discurso) refere-se a “parte dessas práticas”. Nesse sentido, discurso é entendido como:

É modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e também é modo de representação; constitui elemento da vida social intimamente interligado com outros elementos; é moldado e restringido pela estrutura social e contribui para a constituição das dimensões dessa estrutura social. Logo, se o discurso é um dos momentos das práticas sociais - outros momentos são relações que revelam o poder, as crenças, os valores, os rituais das instituições -; se o discurso é elemento social e histórico, a ADC constitui ferramenta essencial no trabalho de revelar as condições de produção que caracterizam esse discurso para evidenciar seu caráter ideológico (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 57).

Os discursos são recursos usados para que as pessoas se relacionem por meio de “competição”, “cooperação” e “dominação”. O discurso figura de três formas nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2004, p. 206):

1. figura como parte da atividade social dentro de uma prática - ex: o assistente de loja usará a linguagem de uma determinada forma;
2. o discurso figura como representações - os atores sociais produzem representações sobre as mais diversas práticas, inclusive as “representações reflexivas” de sua própria prática. A

representação social é um processo de construção de práticas e será influenciada pela posição que o ator social ocupa dentro dessas práticas;

3. o discurso figura na constituição de identidades, uma vez que as identidades são linguisticamente constituídas.

Por seu turno, o conceito de poder é importante para a ACD, pois engloba em sua base o conceito de dominação, além de ter relação com o conceito de hegemonia. As relações de poder surgem do meio social e estabelecem assimetrias nas relações sociais, no entanto, são passíveis de transformação: “o poder é instável, as relações assimétricas de poder podem ser mudadas, invertidas, superadas, por conta da concepção dialética da relação linguagem e sociedade” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 58).

Já o conceito de poder, enquanto hegemonia, diz respeito à hegemonia como liderança e dominação que podem ocorrer no âmbito econômico, político e cultural, mas por ser instável é passível de mudança (VIEIRA; MACEDO, 2018).

De acordo com Fairclough (1995), a hegemonia integra a economia, a política e a ideologia e atribui um lugar autêntico a essa integração dentro do espaço político e de poder e nas relações dialéticas entre as diferentes classes. Ela ocorre em nível social enquanto os discursos ocorrem em nível local e para compreendê-la é preciso considerar as particularidades dos domínios institucionais.

A hegemonia no nível social requer uma grande integração de recursos locais. Qualquer análise da hegemonia e da luta hegemônica dentro de uma instituição precisa incluir a análise das práticas discursivas e dos relacionamentos de domínio, oposição e confronto (FAIRCLOUGH, 1995).

A hegemonia “se estabelece mais pela construção de alianças, pela integração e pelo consentimento do que pela simples dominação”. Ela refere-se às “alianças e a integrações” que se formam por meio de concessões, assim, o consenso é muito mais forte na hegemonia do que as coerções (VIEIRA; MACEDO, 2018; LIRA; ALVES, 2018, p. 109).

É por isso que “a prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e a interpretação de textos, facetas da luta hegemônica, contribuem para a reprodução ou para a manutenção da ordem do discurso e das relações sociais”. A hegemonia baseia-se em relações de consentimento, envolvendo a naturalização de práticas, nas quais as representações ideológicas são parte desse processo (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 57-58).

Essas alianças criadas na hegemonia estabelecem um equilíbrio temporário. Elas são

construídas por meios ideológicos ou por concessões e são um foco de luta constante em torno de pontos de maior instabilidade entre as classes, em busca de se construir, sustentar ou quebrar alianças e relações de subordinação/dominação. Essa luta hegemônica estabelece-se, principalmente, em instituições sociais da sociedade civil, como em: sindicatos, escolas e famílias e é fonte de desigualdades entre diferentes níveis e domínios (FAIRCLOUGH, 1995).

A hegemonia, como foco de instabilidades, favorece a luta para a “manutenção ou a transformação de relações sociais assimétricas e da ordem do discurso” (LIRA; ALVES, 2018, p. 109). Fairclough (2004, p. 24) afirma que a ordem do discurso pode ser entendida como uma “rede de práticas sociais em seu aspecto linguístico, dos quais seus elementos são os discursos, os gêneros e os estilos que não são puramente linguísticos”. A ordem do discurso pode ser vista como “a organização social e o controle da variação linguística”.

Para Fairclough (1995) uma das lutas da hegemonia é a desnaturalização das convenções existentes e cita como exemplo o padrão das consultas médicas, em que os médicos fazem perguntas pré-determinadas e os pacientes apenas respondem, nas quais predomina um tom impessoal, em que o foco é o conjunto dos sintomas e não o paciente como um todo. Esse é um exemplo de uma relação hegemônica convencional na medicina, e isso, reproduz suposições ideológicas acerca da natureza da medicina, das identidades sociais de médicos e pacientes e da relação médico-paciente, que em parte, constituem traços de relações hegemônicas.

A forma de resistência e enfrentamento, neste caso, que assegura relações de poder e dominação, portanto, da ideologia nesse tipo de relação, é um modelo alternativo de atendimento médico em que prevaleça o diálogo. Na luta contra isso, mediante a luta hegemônica, a ordem do discurso tende a ser enfraquecido, dando lugar a outras práticas mais simétricas, como no caso exemplificado por Fairclough, tal como as práticas médicas de aconselhamento, em que há uma troca mais simétrica na relação médico-paciente (FAIRCLOUGH, 1995).

Há uma dupla relação do discurso com a hegemonia. Primeiro, as práticas e as lutas hegemônicas tomam a forma de prática discursiva - na fala, na escrita e na interação. O segundo ponto é que o próprio discurso é uma esfera de hegemonia cultural. A hegemonia de um grupo ou classe sobre toda a sociedade é, em parte, uma questão do quanto esse grupo tem a capacidade de moldar as ordens do discurso e as práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 1995).

Fairclough (1995) esclarece que ao usar o termo discurso em vez de usar o uso da linguagem remete ao fato de que a fala e a escrita ocorrem na reprodução e na negociação das relações de poder e em processos ideológicos. O conceito de hegemonia acarreta o desenvolvimento de práticas discursivas que naturalizam relações e ideologias. À medida que convenções são naturalizadas, os pressupostos ideológicos também o são, o que se constitui como um mecanismo eficaz para sustentar e reproduzir os aspectos culturais e ideológicos da hegemonia.

De acordo com Fairclough (1995), qualquer prática discursiva pode ser interpretada em relação às ordens do discurso existentes, em relação aos problemas e às estruturas sociais, em relação às ideologias e às relações de poder, e com isso, é possível avaliar se essas práticas estão apenas reproduzindo as normas ou se estão buscando transformá-las de forma criativa.

Por seu turno, a ideologia para a ACD estabelece e sustenta relações de dominação e é observada na representação do discurso, que envolve processos ideológicos. Na perspectiva de Fairclough, ideologia refere-se às significações da realidade construída nas dimensões das práticas discursivas, as quais contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação e são mais eficientes quanto mais naturalizadas forem. Elas podem ser modificadas nas lutas ideológicas das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 1995).

Vieira; Macedo (2018) ressaltam que tanto para Thompson quanto para Fairclough, as ideologias são caracterizadas por relações de dominação dentro de uma sociedade, portanto, nem todo texto é ideológico.

Para Fairclough (2004), as ideologias são representações que também influenciam o modo social de agir dos agentes sociais. Do mesmo modo, uma estruturação social particular pode se tornar parte do senso comum e ser legitimada e passar a sustentar as relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2004).

Conforme conceituam Lira; Alves (2018, p. 109), na perspectiva da ACD, as ideologias são representações de elementos da realidade “que podem contribuir para instaurar, sustentar ou transformar relações sociais de poder, dominação e exploração”.

Gonçalves-Segundo (2018, p. 86) afirma que as ideologias contribuem para a hegemonia em função do conflito que se estabelece entre “diferentes agências, práticas e discursos” que se pautam no consenso de um grupo social sobre outros, assegurados pelo processo de “naturalização das práticas”. A naturalização, por sua vez, considera os elementos de uma prática social dada como corretos, verdadeiros, legítimos e não abre espaço para que

os atores questionem sua veracidade e necessidade, o que os leva a condenar “alternativas de ação, identificação e representação”.

Quando políticas públicas antipopulares, como a reforma da Previdência, são legitimadas, propaga-se o discurso do fatalismo e a prioridade de fatores econômicos sobre o direito social do indivíduo. Nesse sentido, a ACD, no contexto do neoliberalismo, preocupa-se com os processos de mudanças sociais que se materializam:

(...) nas relações entre os gêneros discursivos (elementos semióticos da atividade material/ação), os discursos (elementos semióticos das representações que circulam nas práticas) e os estilos (manifestações semióticas dos indivíduos relacionadas às identidades) (BESSA; SATO, 2018, p. 128).

De acordo com Fairclough (2004, p. 204), a ordem econômica é, em grande parte, conduzida pelo discurso. A mudança social inclui o papel da linguagem e do discurso como nas caracterizações das economias contemporâneas, como “economias do conhecimento” ou como “sociedades da informação”. Isso se atrela à forma como a informação e o conhecimento são produzidos, distribuídos e consumidos e concebem, neste caso, discursos neoliberais.

Para a ACD, o problema/questão social é passível de mudança, mas exige do ator social um olhar crítico para compreender que o sistema não é abstrato, portanto, comporta a possibilidade de mudanças e transformações. A ACD, em face do poder exercido pelo neoliberalismo, tem como uma de suas funções desvelar as estratégias de poder e os mecanismos de controle e busca, com isso, contribuir para que as pessoas conscientizem-se dessas formas atuantes na manutenção das desigualdades e da dominação, para que, por meio da reflexividade, reestruturem suas representações práticas discursivas em prol da transformação social (BESSA; SATO, 2018).

Desvendar os “mecanismos de convencimento implícitos em determinados textos que manipulam o pensamento das pessoas” é tarefa fundamental para diminuir as desigualdades sociais, já que o controle da sociedade, pelas instâncias de poder, acirra-se frente a pessoas menos esclarecidas (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 50). Essa perspectiva corrobora a importância do uso do pensamento crítico para que o sujeito possa lutar e combater as injustiças sociais, tal como preconizado por Allen (2004 [1997]).

De acordo com Allen (2004 [1997]), como ato social, o raciocínio e o pensamento crítico nos ajudam a compreender melhor o meio em que vivemos e fazem do indivíduo um

membro ativo na sociedade, capaz de exigir seus direitos e de agir com responsabilidade, pois, a partir do momento em que ele compreende o meio é capaz de envolver-se em questões que precisam ser mudadas e pode criar estratégias de enfrentamento e lutar para melhorar a vida da comunidade e para combater injustiças sociais.

Nesse sentido, a ideia central é descrita por Vieira; Macedo (2018, p. 50), ao afirmarem que, “se a ADC considera os sujeitos ativos, e não passivos”, ponderamos que, quanto mais esclarecidos os cidadãos forem, mais perceberão quando estão sendo controlados e mais resistirão.

4.2 O conceito de Ideologia em Thompson e o inter cruzamento com os conceitos de poder e relações de dominação no meio social

O termo ideologia originou-se na França no final do século XVIII e foi instituído pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796. O conceito faz referência ao projeto de Tracy de constituir uma nova ciência dirigida à sistematização das ideias e sensações e à geração, combinação e consequências delas. Rapidamente, o termo tornou-se uma “arma numa batalha política, travada no terreno da linguagem” e ocupou um lugar central no desenvolvimento do pensamento político e social (THOMPSON, 2011 [1990], p. 44).

O conceito surgiu como parte do desenvolvimento das ideias do Iluminismo no contexto das revoltas sociais e políticas que marcaram o surgimento das sociedades modernas. As mudanças constantes no conceito tiraram seu status de “ciência positiva e eminente” e deram lugar à ideologia como “ideias abstratas e ilusórias”, digna de “ridicularização e desprezo” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 48).

De acordo com Thompson, o emprego do conceito de ideologia carrega os traços dos muitos usos que foram feitos dele durante toda sua história, e, mesmo com tantas mudanças, o conceito ainda está ligado aos ideais do Iluminismo, principalmente aos ideais da compreensão racional do mundo (mundo sócio-histórico) e da “autodeterminação racional dos seres humanos” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 48).

Conforme Thompson (2011 [1990], p. 47), o conceito foi mudando radicalmente quando associado à política e foi atacado por Luís Napoleão Bonaparte em função de sua queda e de seu império. Originalmente, era entendido como uma “ciência superior”, como a “ciência das ideias”, que se tornaria a base para um conhecimento científico e facilitaria a

“regulação natural da sociedade em particular”.

Com esse ataque de Napoleão ao termo, e ao que ele chamava de “ideólogos”, o conceito de ideologia foi sendo associado ao republicanismo e a qualquer tipo de pensamento religioso ou político, transformando-se praticamente em um termo político, o qual foi “jogado contra os filósofos”. Com isso, deixou de se referir às ciências das ideias e começou a ser usado para tratar das ideias em si mesmas (THOMPSON, 2011 [1990], p. 47).

Thompson (2011 [1990]), em seu livro *Ideologia e Cultura Moderna*, propôs-se a traçar o histórico do conceito de ideologia e a reformulá-lo, referindo-se a um dos principais filósofos e sociólogos que estudaram e abordaram este conceito, Karl Marx.

A concepção de ideologia de Thompson (2011 [1990], p. 76) apoia-se no que ele denominou de “concepção latente” da ideologia de Marx, no entanto, com algumas alterações no conceito, dos quais, o critério de negatividade. Para ele, há uma característica fundamental que define a ideologia: o critério de sustentação das relações de dominação.

Thompson (2011 [1990]) propõe uma concepção crítica da ideologia, com um enfoque orientado para a análise dos fenômenos sócio-históricos. Sua concepção interessa-se em compreender como as formas simbólicas interagem com as relações de poder e como o sentido é mobilizado e favorece que grupos e pessoas ocupem posições de poder e, por concordarmos com sua concepção, assumiremos esse conceito de ideologia para guiar nossas análises.

De acordo com Fairclough (2004), a visão crítica do conceito de ideologia como uma modalidade de poder difere das visões descritivas que a consideram como posições, crenças, perspectivas e atitudes de um grupo social, sem menção às relações de poder, dominação e exploração.

Thompson (2011 [1990], p. 183) considera que as formas simbólicas são “ações”, “gestos”, “rituais”, “manifestações verbais”, “textos”, “programas de televisão” e “obras de arte”. O autor as descreve como:

(...) um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não linguísticas ou quase linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras) (THOMPSON, 2011 [1990], p. 79).

Thompson (2011 [1990], p. 182-185) descreve cinco aspectos característicos das

formas simbólicas: “intencional”; “convencional”; “estrutural”, “referencial” e “contextual”.

1. *aspecto intencional*: as formas simbólicas são expressões de um sujeito dirigidas a outros, que ao produzi-las ou empregá-las atendem a certos objetivos, com o propósito de dizer algo ao outro. A forma simbólica é recebida como uma mensagem a ser entendida, interpretada e compreendida. O modo de compreensão do que o produtor intencionou dizer não corresponde exatamente ao que ele disse ou quis dizer e nem ao que foi interpretado pelo receptor.

2. *aspecto convencional*: tanto a produção quanto a circulação e a recepção das formas simbólicas obedecem a regras, códigos ou convenções diversos, que variam entre as regras gramaticais, convenções de expressão e estilo e incluem as regras de ação e interação na expressão, no recebimento e na interpretação dessas formas simbólicas. Tais regras fazem parte do conhecimento social (conhecimento tácito), que ocorre implicitamente.

3. *aspecto estrutural*: significa que as formas simbólicas são construções com uma estrutura articulada, com elementos que se relacionam uns com os outros. O significado de uma forma simbólica e os elementos que a constitui depende de inúmeros fatores. Os elementos que se inter-relacionam em uma forma simbólica podem ser analisados da mesma forma que se pode analisar a “justaposição de palavras e de imagens em uma figura ou a estrutura narrativa de um mito” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 187).

Thompson (2011 [1990], p. 188) esclarece que a estrutura de uma forma simbólica é um “padrão de elementos que podem ser discernidos em casos concretos de expressão, em efetivas manifestações verbais, expressões ou textos”.

Já os elementos sistêmicos existem independentemente de uma forma simbólica particular, embora se realize nelas. Esses dois fatores são importantes, uma vez que o sentido das formas simbólicas é “construído com traços estruturais e elementos sistêmicos”, além dos aspectos referenciais e contextuais (THOMPSON, 2011 [1990], p. 188).

4. *aspecto referencial*: significa que as formas simbólicas representam algo, referem-se a algo e dizem alguma coisa. Em um determinado contexto, uma forma simbólica pode substituir ou representar um indivíduo, um objeto ou situação, tal como no exemplo dado por Thompson (2011 [1990], p. 190-191), em que uma “pintura renascentista” pode representar “a maldade humana” ou o “diabo”. Ao dizer algo, elas afirmam, declaram, projetam ou retratam características dessa forma simbólica.

5. *aspecto contextual*: é primordial na análise das formas simbólicas, uma vez que elas estão “inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio

dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 192).

Na visão de Thompson, o fato de as formas simbólicas serem falhas, errôneas ou ilusórias não determina que elas sejam, necessariamente, ideológicas, tal como é compreendido na concepção de ideologia de Marx e Engel - “concepção polêmica de Marx” - adotada também por Napoleão Bonaparte. Este critério de negatividade não é adotado por Thompson (2011 [1990], p. 76), que não está preocupado com o caráter de verdade ou falsidade das formas simbólicas, entendido por ele como um aspecto contingencial.

Há três aspectos relevantes que predominam no conceito de ideologia adotado por Thompson (2011 [1990], p. 79): a noção de sentido (sentido das formas simbólicas), inserido nos contextos sociais e circulantes no mundo social; a noção de dominação e o modo pelo qual o sentido contribui para estabelecer as relações de dominação.

As formas simbólicas estão “implicadas na constituição das relações sociais como tais”. O sentido é, então, mobilizado por elas, para estabelecer essas relações. Por meio de um “contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas”, o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação e gerar assimetrias de poder, modo pelo qual se constitui a operacionalização da ideologia (THOMPSON, 2011 [1990], p. 79).

O espaço e tempo de produção e recepção das formas simbólicas podem coincidir, tal como ocorre na interação face a face, ou diferirem totalmente, como é o caso em que se escreve uma carta em um contexto e ela é lida em outro (THOMPSON, 2011 [1990]).

As ideologias surgem nas sociedades de classes em que há relações de dominação. Ao se transcender e cessar as relações de dominação transcende-se, também, a ideologia. Essa visão é a negação por Fairclough (1995) de que a ideologia é uma forma de cimento social. A ideologia funciona, muitas vezes, camuflando seu caráter ideológico e naturalizando as práticas como algo do senso comum.

Para sistematizar o conceito de ideologia e facilitar sua análise em contextos de comunicação, Thompson (2011 [1990], p. 80-82) propõe cinco modos de operação da ideologia, que segundo ele, não são os únicos possíveis. Esses modos são realizados por meio de estratégias típicas de construção simbólica, tais como seguem:

1. Legitimação: relações de dominação podem ser instauradas e sustentadas por serem representadas como legítimas, como sinalizado por Max Weber, citado por Thompson (2011 [1990]). A legitimação baseia-se no fato de que as representações de dominação são vistas como justas e dignas de apoio, dividida por Weber (apud Thompson, 2011 [1990], p. 82) em

três fundamentos:

racionais - que apelam para a legalidade das regras dadas;

tradicionais - que apelam para a “sacralidade de tradições imemoráveis”;

carismáticos - que apelam para o “caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade”.

A legitimação, segundo Thompson (2011 [1990], p. 82-83), pode ocorrer por meio da *Racionalização*, da *Universalização* ou da *Narrativização*:

Racionalização: o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que busca defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais como algo bom, legítimo e digno de apoio, objetivando, também, ter a adesão das pessoas.

Universalização: os interesses de um grupo de indivíduos ou de alguns são apresentados como interesse de todos.

Narrativização: o presente é tratado como parte de uma tradição “eterna e aceitável”, viabilizada por meio de histórias do passado que são contadas para firmar essa perspectiva.

2. *Dissimulação*: ocorre quando as relações de dominação são representadas de modo a desviar nossa atenção, ou por serem “ocultadas, negadas ou obscurecidas”. Conforme Thompson (2011 [1990], p. 83), três são as estratégias pelas quais a dissimulação se materializa: o *Deslocamento*; a *Eufemização* e o *Tropo* (sinédoque, metonímia e metáfora):

Deslocamento: um termo usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa passa a ser usado para outros, transferindo-se, também, suas conotações positivas ou negativas. Com isso, o novo objeto ou pessoa passa a ter uma característica/atributo (positivo ou negativo), que, na verdade, não é seu.

Eufemização: ações, relações sociais e instituições são descritas como de valor positivo, aparecendo de modo sutil, havendo uma mudança de sentido por meio das palavras empregadas. Como no exemplo dado por Thompson (2011 [1990], p. 84) - uma supressão violenta de um protesto é descrita como a “restauração da ordem”.

Tropo: como uso figurativo da linguagem, abrange: a *sinédoque* - com o uso de um termo que se refere a uma parte, é usado para fazer referência ao todo e vice e versa. Nesse caso, o efeito causado é da criação de uma “confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas”. Neste caso, termos genéricos como “os ingleses”, por exemplo, são usados para se referir a “governos particulares ou a grupos dentro de um estado-nação” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 84-85).

Metonímia: o referente pode estar suposto ou é avaliado em associação com algo, recebendo as características dele.

Metáfora: levanta uma tensão na sentença, uma que vez que combina termos extraídos de campos semânticos diferentes, o que pode gerar um “sentido novo e duradouro”. Com isso, a metáfora pode dissimular relações sociais por meio da representação de indivíduos ou grupos nela envolvidos e atribuir-lhes características que esses indivíduos ou grupos não possuem. Via metáfora, certas características são acentuadas à custa de outros, arraigando neles um tom valorativo positivo ou negativo (THOMPSON, 2011 [1990], p. 85).

3. *Unificação*: no nível simbólico, uma forma de unidade interliga indivíduos numa identidade coletiva, desprezando suas diferenças e divisões. A unificação ocorre por meio de: *Padronização* e da *Simbolização da Unidade*. Segundo Thompson (2011 [1990]), suas características são:

Padronização: um padrão é proposto para as formas simbólicas como um fundamento compartilhado e aceitável de troca simbólica. Essa estratégia é usada pelas autoridades do Estado, ao desenvolverem uma “linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e linguisticamente diferenciados” e serve para estabelecer uma “identidade coletiva entre grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos dentro dos limites de um estado-nação” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 86).

Simbolização da unidade: suprime as diferenças ao criar “símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas”, difundidas pelos grupos, como por exemplo: as bandeiras e o hino nacional (THOMPSON, 2011 [1990], p. 86).

4. *Fragmentação*: o sentido de unificação se perde e as relações de dominação são mantidas ao segmentarem pessoas ou grupos capazes de se transformar em um desafio para os grupos dominantes, os quais são vistos como um grupo “mau, perigoso ou ameaçador”, sobre os quais são dirigidas “forças de oposição potencial”. A fragmentação ocorre por meio de estratégias de construção simbólica como: a *Diferenciação* e o *Expurgo do Outro* (THOMPSON, 2011 [1990], p. 87).

Diferenciação: é dada uma ênfase na divisão e diferença entre pessoas e grupos, como se isso fosse um impeditivo para que houvesse a união entre eles e para que lutassem por um bem comum. Nesse sentido, são representados como impossibilitados de serem participantes efetivos no exercício do poder (THOMPSON, 2011 [1990], p. 87).

Expurgo do Outro: o outro é visto como um inimigo (interno ou externo), tido como “mau,

perigoso e ameaçador”, contra o qual se convoca a coletividade a resistir a ele e a expurgá-lo (THOMPSON, 2011 [1990], p. 87).

5. *Reificação*: as situações transitórias e históricas são retratadas como se fossem permanentes, materiais e atemporais e os processos são tratados como coisas, das quais se nega seu caráter social e histórico. Portanto, há a eliminação ou a ofuscação dos fenômenos na estratégia de reificação. Ela ocorre de três formas: pela *Naturalização*; pela *Eternalização* e pelas *Nominalização e Passivização*.

Naturalização: um “estado de coisas que é uma criação social e histórica” é tratado como um acontecimento natural ou como um “resultado inevitável de características naturais”.

Eternalização: fenômenos sócio-históricos são “esvaziados de seu caráter histórico” e passam a serem vistos como “permanentes, imutáveis e recorrentes”. É o que acontece com relação a costumes e tradições, em que se perdem os traços de sua origem e sua finalidade torna-se arraigada, impedindo, de certa forma, qualquer tipo de questionamento a respeito. Com isso, eles se “cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente histórico” é continuamente reafirmado por meio das construções simbólicas, das repetições, e com isso, eternaliza-se o contingente, que passa a ser visto, cegamente, como necessário e obrigatório (THOMPSON, 2011 [1990], p. 88).

Nominalização e Passivização: são recursos sintáticos e gramaticais que “apagam os atores e a ação” e tendem a “eliminar referências a contextos espaciais e temporais específicos”, passando a representar os processos “como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas”. A nominalização ocorre quando sentenças, ou parte delas, como a descrição das ações e de seus participantes, são apresentadas como nomes e apaga-se, com isso, o sujeito e suas ações. Já na passivização, os verbos são colocados na voz passiva, como quando usamos a sentença “o suspeito está sendo investigado”, no lugar de usarmos “os policiais estão investigando o suspeito” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 88).

Thompson (2011 [1990], p. 76) estabelece que os fenômenos simbólicos não são ideológicos em si mesmos, mas tornam-se ideológicos quando, em situações particulares, servem para instaurar ou manter relações de poder: “não podemos derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos”. A ideologia só pode ser analisada quando situarmos o fenômeno simbólico dentro de um contexto sócio-histórico e em situações específicas, uma vez que ela somente estará presente quando esses fenômenos

contribuírem para instaurar ou manter relações assimétricas de poder.

Para tanto, é necessária a análise da interação entre sentido e poder, compreendida em situações específicas e reais, nas quais é possível averiguar se há a instauração dessa relação assimétrica de poder e de dominação: “somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados” é que podemos analisar a ideologia (THOMPSON, 2011 [1990], p. 76).

Os contextos sociais estruturados são constitutivos tanto da produção, da transmissão quanto da recepção e do entendimento das formas simbólicas. Como preconizado pelo autor:

Descrever esses contextos e processos como “socialmente estruturados” é dizer que existem diferenciações sistemáticas em termos da distribuição ou do acesso a recursos de vários tipos. As pessoas situadas dentro de contextos socialmente estruturados têm, em virtude de sua localização, diferentes quantidades e diferentes graus de acesso a recursos disponíveis. A localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder” (...) (THOMPSON, 2011 [1990], p. 79-80).

Estrutura social refere-se às “assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam os campos de interação e as instituições sociais”, o que afeta a distribuição de acesso a recursos variados, as oportunidades e chances na vida e o nível de poder que o indivíduo poderá ou conseguirá alcançar. Estudar tais estruturas é conseguir reconhecer e compreender os critérios, as categorias e os princípios subjacentes a elas (THOMPSON, 2011 [1990], p. 198).

Thompson (2011 [1990]) esclarece que, de modo geral, o poder significa a capacidade que o indivíduo tem de agir em busca de seus objetivos e interesses e pode intervir em e alterar uma sequência de eventos. Dentro de uma instituição ou campo, o indivíduo dotado de poder tem a capacidade de tomar decisões e segue uma trajetória que sem o poder não seria possível.

Quando as relações de poder são sistematicamente assimétricas, tem-se instaurada a dominação. As relações de poder tornam-se assimétricas quando determinados indivíduos ou grupos possuem o poder de maneira estável e excluem ou tornam o poder inacessível a outros grupos. Derivam-se desse tipo de relação, os grupos “dominantes”, os grupos “subordinados” e os que assumem uma “posição intermediária” em determinado campo. Sobressaem-se os grupos dominantes que se vinculam a características estruturais que se repetem em diferentes contextos (THOMPSON, 2011 [1990], p. 199).

Os contextos e os processos simbólicos são estruturados de várias maneiras: por meio

de “relações assimétricas de poder”, por “acesso diferenciado a recursos ou por mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 181).

As formas simbólicas complexas como os textos, os discursos, os programas de televisão e as obras de arte, tal como exemplificado por Thompson (2011 [1990], p. 192), são constituídas, circulam e são recebidas no mundo social e têm seu sentido influenciado pelas instituições e contextos que as “geram, medeiam e mantêm”.

A interpretação do discurso e o peso a ele atribuído condicionam-se “ao fato de que essas palavras foram expressas por esse indivíduo, nessa ocasião, nesse ambiente, e de que são transmitidas por esse meio (um microfone, uma câmera de televisão ou um satélite)”; o que significa concluir que, ao se mudar os elementos contextuais, mudam-se o sentido e o valor atribuído por quem os recebe (THOMPSON, 2011 [1990], p. 192).

Com isso, constata-se a importância de se considerar os elementos contextuais na análise das formas simbólicas, além dos dados estruturais e sistêmicos. Esses dados contextuais fazem toda a diferença na forma de recepção das formas simbólicas pelo interlocutor e englobam: o ambiente e a ocasião do discurso, seu modo de transmissão e de recepção e a relação entre produtor e a audiência, que se constituem como parte dos “processos, instituições e contextos sociais dentro dos quais o discurso é pronunciado, transmitido e recebido”. Fazem parte também dessas considerações: a “análise das relações de poder, formas de autoridade, tipos de recursos e outras características desses contextos” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 192-193).

Thompson (2011 [1990], p. 194) ressalta que da mesma forma que o estudo do contexto é importante, o estudo da ação e interação são fundamentais para a compreensão das formas simbólicas. Nos contextos sociais, um conceito imprescindível é o de “campos de interação”, desenvolvido por Pierre Bourdieu.

Segundo esse conceito, citado por Thompson (2011 [1990], p. 195), indivíduos particulares estão situados em certas posições dentro de um espaço social e seguem determinadas trajetórias, ambas determinadas pelo volume e distribuição de diversos tipos de “recursos” ou “capital”.

Desses recursos, Thompson (2011 [1990]) destaca três tipos que ele considera principais e que são trabalhados por Pierre Bourdieu:

capital econômico: que são os bens financeiros, materiais e as propriedades;

capital cultural: que abarca o conhecimento, as habilidades e as qualificações educacionais;
capital simbólico: que engloba os méritos acumulados e o prestígio e reconhecimento associados à pessoa e à posição que ela ocupa no meio.

Conforme Bourdieu (1986), é impossível explicar a estrutura e o funcionamento do mundo social sem expandir o conceito de capital para além do que considera a teoria econômica, que segundo ele, é uma construção histórica do capitalismo, para tanto, em sua teoria social, estabeleceu outras formas de capital.

Para Bourdieu (1986), capital é compreendido como ativos econômicos, culturais e sociais que são acumulados por um indivíduo ao longo do tempo, que viabilizam a mobilidade social em uma sociedade estratificada, funcionando como sinônimos de poder. Significa, não somente os bens financeiros e riquezas econômicas acumuladas, como, também, todos os recursos ou poder que se manifesta em uma atividade social. O autor elaborou uma tipologia com três formas fundamentais de capital e uma quarta forma (capital simbólico), que engloba esses três: capital econômico, cultural e social.

O capital econômico pode ser diretamente conversível em dinheiro, patrimônio e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedades (BOURDIEU, 1986).

O capital cultural são os ativos sociais ligados a uma pessoa e inclui sua educação, intelecto, estilo de fala e de vestimentas. Na forma institucionalizada, inclui o reconhecimento adquirido por suas qualificações educacionais, títulos e diplomas. Como bens culturais, podem ser incluídos os livros, dicionários, máquinas etc. Não pode ser acumulado além das capacidades apropriadas de um agente individual, tendo em vista sua capacidade biológica e sua memória (BOURDIEU, 1986).

No capital cultural, é considerada a singularidade biológica e a transmissão hereditária, portanto, combina os méritos da propriedade inata com os da transmissão. Pelas condições sociais de sua transmissão e aquisição serem mais sutis do que as do capital econômico, predispõe-se a funcionar como capital simbólico (BOURDIEU, 1986).

O capital social é constituído pela rede de contatos sociais e pelas relações que um indivíduo constrói durante sua vida. Constitui-se como o conjunto de recursos atuais e potenciais ligados a relacionamentos duradouros, inclusive os institucionalizados, que podem ser úteis para garantir ganhos materiais ou simbólicos. Ele funciona pela lógica do conhecimento e reconhecimento, portanto, funciona como capital simbólico (BOURDIEU, 1986).

O capital simbólico consiste em qualquer das formas apresentadas anteriormente, apreendido simbolicamente em uma relação de conhecimento e reconhecimento e pressupõe a intervenção do habitus como uma capacidade cognitiva socialmente constituída. Ele pode surgir da união de ambos - capital cultural ou social - e é considerado uma medida de prestígio ou carisma de um indivíduo ou uma instituição, que permite ao indivíduo desfrutar de uma posição de destaque em campos específicos (BOURDIEU, 1986).

De acordo com Bourdieu (1986), o capital econômico está na raiz de todos os outros tipos de capital, uma vez que essas formas transformadas e disfarçadas podem ser convertidas, com certo custo, a capital econômico. Há bens e serviços aos quais o capital econômico dá acesso imediato e outros podem ser obtidos em virtude de um capital social de relacionamentos (ou obrigações sociais), que demandam custos secundários ou certos esforços para se converter em capital econômico.

Dentro de qualquer campo de interação, os indivíduos tomam por base esses recursos (capitais) para atingir seus objetivos, o que define o poder que eles têm, e para tanto, empregam os recursos que lhe estão disponíveis, que dependerá da posição que ocupam no meio ou em determinadas instituições (THOMPSON, 2011 [1990]).

Thompson (2011 [1990], p. 201) considera que o processo de recepção das formas simbólicas não é um “processo passivo de assimilação; ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído”. Os indivíduos que recebem as formas simbólicas estão situados em contextos sócio-históricos determinados e influenciam no modo como essas são “recebidas, entendidas e valorizadas”.

O estudo da recepção e apropriação das mensagens é fundamental, uma vez que leva em conta não só fatores sócio-históricos como também enfoca o modo como as pessoas entendem e incorporam as mensagens às suas vidas (THOMPSON, 2011 [1990]).

Segundo Thompson (2011 [1990]), uma das características da apropriação das mensagens centra-se nos meios técnicos de transmissão, na presença de habilidades, capacidades e recursos exigidos para a compreensão das mensagens recebidas, além das regras, convenções e exigências práticas ligadas a essa compreensão.

Thompson (2011 [1990]) ressalta que há dois outros aspectos que devem ser levados em conta na compreensão da recepção das formas simbólicas, a saber: as maneiras como as mensagens são compreendidas e recebidas pelo receptor/interlocutor e o papel que esta

atividade desempenha em sua vida.

Desse modo, podemos compreender o quanto esses significados mobilizados servem para “reafirmar ou questionar pressupostos tradicionais e divisões já estabelecidas e para sustentar ou destruir relações sociais existentes”. Só assim, podemos entender o quanto e como as formas simbólicas produzidas e difundidas pelos meios técnicos da comunicação de massa são ideológicas (THOMPSON, 2011 [1990], p. 402).

No caso da compreensão sobre o tema da reforma da Previdência, posto que é um tema político e social bastante complexo, de interesse da população, permeado por muitas regras e detalhes específicos para cada caso, demanda do leitor certa compreensão e busca por informações sobre a economia do país, a gestão dos recursos destinados à previdência, suas fontes de custeio, a fim de que ele possa ter uma base mais sólida para emitir sua opinião sobre o assunto e, a partir de então, conseguir avaliar o discurso do governo sobre a necessidade de tal reforma e avaliar as implicações dela para a sua vida e conquista da aposentadoria.

Nesse sentido, a compreensão do leitor ficaria facilitada mediante a busca pela informação em fontes verdadeiras e confiáveis, a fim de que pudesse ponderar, analisar e julgar melhor a situação. Além do mais, a situação, também, demanda que o leitor faça uso de seu capital cultural e de sua capacidade crítica e de discernimento para compreender como a decisão do governo sobre as mudanças nas leis da aposentadoria do país afetará sua vida no que compete à conquista desse direito.

No processo de recepção das formas simbólicas, o indivíduo produz um significado para elas: “ao receber e interpretar formas simbólicas, os indivíduos baseiam-se em recursos, regras e esquemas a eles disponíveis”. Com isso, o modo como as formas simbólicas são avaliadas e valorizadas podem diferir de um indivíduo para outro e dependem das posições que ele ocupa em instituições ou campos socialmente estruturados (THOMPSON, 2011 [1990], p. 201).

O processo de recepção das formas simbólicas envolve “conjecturas e expectativas” pessoais inerentes à história do próprio indivíduo e, predominantemente, pressuposições e expectativas trazidas por esse indivíduo e que possuem um “caráter social e histórico mais amplo”. Essas conjecturas apropriam-se de conhecimentos implícitos que os indivíduos adquirem por meio de um “processo gradual de inculcação” e fornecem-lhes uma “estrutura para interpretar e assimilar o que é novo” (THOMPSON, 2014 [1995], p. 69).

Por essa bagagem pessoal do indivíduo, que se soma às pressuposições de caráter social e histórico, o modo de compreensão dos produtos da mídia varia de pessoa para pessoa, de grupo para grupo e de um contexto sócio histórico a outro, tal como cita o autor:

Antes, o significado ou o sentido de uma mensagem deve ser visto como um fenômeno complexo e mutável, continuamente renovado e, até certo ponto, transformado pelo próprio processo de recepção, interpretação e reinterpretação: O significado que uma mensagem tem para um indivíduo dependerá em certa medida da estrutura que ele ou ela traz para o sustentar (THOMPSON, 2014 [1995], p. 70).

As mensagens da mídia são “elaboradas discursivamente” e compartilhadas com outros, e a partir daí, retransmitidas para outros contextos de recepção e transformadas em função de passarem por um “processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário, riso e crítica” (THOMPSON, 2014 [1995], p. 71).

Os indivíduos também podem, no contexto de recepção, relatar seus pensamentos, sentimentos e experiências e podem integrar aspectos de suas vidas às mensagens recebidas, dando uma resposta a elas, o que leva a um processo de elaboração discursiva (THOMPSON, 2014 [1995]). Esse processo ocorre em circunstâncias variadas, tal como na carta do leitor, modo pelo qual a forma simbólica recebida é interpretada pelo leitor que faz comentários a respeito de um tema que circula na mídia.

Segundo Thompson (2014 [1995], p. 71), nesse processo de recepção e apropriação das mensagens da mídia, os indivíduos constroem, gradativa e implicitamente, certa compreensão de si, de quem ele é e de onde se situa no tempo e no espaço, uma vez que isso amplia seus horizontes, seus conhecimentos e lhe desperta sentimentos. E nesse processo, mensagens são retidas, outras esquecidas e algumas se tornam a base para a nossa ação e reflexão. Esse processo se soma a outros na “auto formação do mundo moderno”.

Outro ponto destacado por Thompson (2011 [1990], p. 406), refere-se ao que ele chama de “interpretação da doxa”, que é a “interpretação dos entendimentos e crenças comuns às pessoas que constituem o mundo social” e, nesse sentido, os “produtos comunicativos” não são apenas para serem consumidos, são também mensagens a serem compreendidas pelas pessoas. O autor explica que:

Ao receber as mensagens, as pessoas se apoiam em, e empregam convenções de vários tipos, que as possibilitam decodificar e tornar compreensivas as mensagens, e nesse processo elas podem também avaliar as mensagens, aceitá-las ou rejeitá-las, tomar posição diante delas etc. (THOMPSON, 2011 [1990], p. 406).

O analista, por sua vez, ao buscar compreender essas formas de apropriação das mensagens, age no sentido de tentar reconstruir o sentido que os receptores/interlocutores dão às mensagens que recebem e procura deixar claro as convenções implícitas que sustentam essa interpretação das mensagens examinadas, e também, busca esclarecer as atitudes que os interlocutores tomam frente a isso, que pode ser explícita ou implícita (THOMPSON, 2011 [1990]).

Thompson (2011 [1990], p. 409) entende que as formas de apropriação das mensagens pelos interlocutores são um “processo ativo e potencialmente crítico”, no qual as pessoas se esforçam para compreender as mensagens, para integrá-las à sua vida e para dar um sentido a elas, avaliando-as e compartilhando-as com outros e, com isso, buscam, também, (re)entender-se a si mesmos.

É um “mito” ver os receptores/interlocutores das mensagens como “espectadores passivos, esponjas inerentes que simplesmente absorvem o material jogado sobre eles”, o que não corresponde ao verdadeiro sentido da apropriação (THOMPSON, 2011 [1990], p. 409).

Ao serem recebidas, as formas simbólicas são objetos de constantes avaliações e podem ser valorizadas, aplaudidas, contestadas. Diversos tipos de “valor” são atribuídos às formas simbólicas, o que é chamado por Thompson (2011 [1990], p. 193) de “processos de valorização”, que pode levar ao que ele considera como “conflito da valorização simbólica”.

Segundo Thompson (2011 [1990]), esse conflito surge pelo fato de a mesma forma simbólica ser avaliada de várias formas por diferentes indivíduos e ele ocorre dentro de um contexto social estruturado, caracterizado por diferenças e assimetrias.

De acordo com Thompson (2011 [1990], p. 203), as formas simbólicas sofrem um “processo de valorização” ao serem recebidas e isso ocorre por meio de dois tipos: a “valorização simbólica” e a “valorização econômica”.

Na valorização simbólica, as formas simbólicas são estimadas pelos indivíduos que as produzem e as recebem e são apreciadas, condenadas, aprovadas, reprovadas ou menosprezadas. Na valorização econômica, é atribuído um valor econômico às formas simbólicas, as quais são mercantilizadas como “bens simbólicos” e tornam-se “objetos que podem ser comprados ou vendidos por um dado preço em um mercado”. As formas simbólicas mercantilizadas é parte crescente e essencial da emergência e do desenvolvimento da comunicação de massa, que será abordada com mais detalhes no próximo capítulo deste trabalho (THOMPSON, 2011 [1990], p. 203).

O valor recebido por uma forma simbólica terá um menor ou maior peso dependendo da posição que ocupa o indivíduo que lhe atribuiu o valor, dado que os que estão em melhores posições do que outros podem até impor certas valorizações. Ao receber certa valorização, a forma simbólica pode ser legitimada e reconhecida como legítima pelo seu produtor e pelos receptores, uma vez que esses respeitam e admiram a posição que ocupam os produtores. Com isso, tem-se a valorização não só da forma simbólica, como também do seu produtor, que será “honrado”, “prestigiado” e “respeitado” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 203).

Ao considerarmos a importância da posição ocupada pelo indivíduo no contexto social, tal como preconizado no conceito de “campos de interação” de Bourdieu (1986), podemos compreender que, nesta situação de valorização do produtor, seu capital simbólico acaba sendo reforçado, uma vez que sua posição de prestígio diante da sociedade é enaltecida nesse processo de valorização das formas simbólicas.

No próximo capítulo, discutiremos como as formas simbólicas, mediadas pela comunicação de massa e pelos meios técnicos de comunicação, podem contribuir para a produção e a disseminação da ideologia e influenciar na recepção das formas simbólicas.

Abordaremos, também, aspectos do discurso da mídia e do discurso político, que também influenciam na opinião pública e, como instâncias de poder (instância midiática e política), controlam a produção e a transmissão das formas simbólicas.

Capítulo 5: Algumas considerações sobre a Comunicação de Massa, o Discurso da Mídia e o Discurso Político

5.1 A Comunicação de Massa e sua relação com as formas simbólicas em Thompson

Segundo Thompson (2011 [1990], p. 219-220), é provável que as origens da comunicação de massa estejam ligadas ao século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutenberg foram assumidas por instituições nos centros comerciais da Europa, a fim de serem feitas múltiplas cópias de manuscritos e textos. A comunicação de massa se intensificou na segunda metade do século XV, combinada ao desenvolvimento e à ampliação das técnicas de impressão nos principais centros comerciais da Europa e ao desenvolvimento das primeiras formas de produção capitalista e do comércio.

A partir de então, as formas de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas mudou totalmente, o que é chamado por Thompson de “mediação da cultura moderna”, processo que caminhou em paralelo com a expansão do capitalismo industrial e com a “formação do sistema moderno de estado-nação”. A definição de nossa cultura como “moderna” refere-se ao fato de que a produção e circulação das formas simbólicas tornaram-se parte de um processo de “mercantilização e transmissão” de caráter global desde o final do século XV (THOMPSON, 2011 [1990], p. 167).

De acordo com Thompson (2011 [1990]), o surgimento da comunicação de massa e da circulação dos jornais nos séculos XIX e XX alterou profundamente o modo como recebemos a informação sobre os acontecimentos em geral, além do nosso meio social imediato. Todo o conhecimento que adquirimos desses fatos são intermediados pela mídia e pela comunicação de massa.

O desenvolvimento inicial da imprensa e das publicações estava interligado ao exercício do poder político, uma vez que as autoridades responsáveis pelos “aparatos administrativos dos estados-nações emergentes utilizavam os jornais para selecionar o que seria publicado, ao fazer “proclamações oficiais de vários tipos” e ao restringir o que consideravam como material “perigoso”. Com o advento da imprensa, esse controle tornou-se mais rígido e secular, porém o tipo de censura variava de um país a outro (THOMPSON, 2011 [1990], p. 233).

A capacidade de o estado exercer sua autoridade passa por vários tipos de poder, dos quais um deles é o poder cultural ou simbólico, que se origina na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas (THOMPSON, 2014 [1995]).

A premissa de Thompson (2011 [1990]) é de que a concepção estrutural da cultura fornece a base para se pensar na emergência e desenvolvimento da comunicação de massa, o que remete ao conceito de “mediação da cultura moderna”. Nas palavras do autor:

A comunicação de massa é, certamente, uma questão de tecnologia, de mecanismos poderosos de produção e transmissão; mas, também, é uma questão de formas simbólicas, de expressões significativas de vários tipos, que são produzidas, transmitidas e recebidas por meio de tecnologias desenvolvidas pela indústria da mídia. Assim, a emergência e o desenvolvimento da comunicação de massa pode ser vista como uma transformação fundamental e contínua das maneiras como as formas simbólicas são produzidas e circulam nas sociedades modernas (THOMPSON, 2011 [1990], p. 167).

Ao descrever o conceito estrutural de cultura, Thompson (2011 [1990], p. 166) afirma que por essa concepção os fenômenos culturais podem ser compreendidos como “formas simbólicas em contextos estruturados” e a análise cultural pode ser entendida como o “estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas”.

Segundo Thompson (2011 [1990], p. 253), a indústria da mídia, vem há algum tempo passando por grandes mudanças na era moderna em função do desenvolvimento que ocorreu no nível da economia política e na tecnologia. A indústria da mídia nas sociedades ocidentais são “organizações comerciais ou quase comerciais” e sofrem pressões por conta de incentivos financeiros de vários outros tipos, além das pressões políticas que “afetam essas indústrias enquanto interesses comerciais”.

O desenvolvimento tecnológico também afeta a indústria da mídia e traz novas formas de transmissão, armazenamento e acesso à informação. Esses desenvolvimentos estão transformando a indústria da mídia e integrando-a a outras indústrias de difusão e de controle da informação e comunicação (THOMPSON, 2011 [1990]).

O recebimento das formas simbólicas é mediado pela mídia e pelas instituições da comunicação de massa, e vem daí, a maior parte do nosso conhecimento sobre os líderes políticos, suas políticas, formas de gestão, além do que conhecemos como as greves, massacres, guerras e outros fatos históricos. Com isso, nossa experiência passa a ser composta pelo “resultado de uma série de práticas institucionalizadas que conferem a elas um status de notícia” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 285).

As formas simbólicas são apresentadas em formas de textos, imagens, informações e ideias, de forma constante, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão, internet e influenciam a vida moderna, tornando-se “pontos de referência comuns para milhões de indivíduos”, que embora não interajam diretamente, partilham de uma “experiência comum e de uma memória coletiva” em função de sua “participação numa cultura mediada” (THOMPSON, 2011 [1990], p. 219).

Muitos textos que circulam são mediados pelos meios de comunicação de massa, por meio das indústrias da mídia. Essa mediação envolve um processo complexo denominado de “cadeias” ou “redes” de textos, que liga o movimento do significado de uma prática social para outra, de um evento para outro e de um texto para outro. Influenciar pessoas por meio da mediação é um aspecto importante do poder exercido nas sociedades contemporâneas (FAIRCLOUGH, 2004, p. 30).

As sociedades modernas são complexas e envolve a articulação de redes de vários domínios ou campos - econômico, político, familiar e educacional - em nível nacional, local e global. E nessa rede, os textos são uma parte crucial, em que as ordens do discurso são associadas a redes de práticas sociais e aos encadeamentos e conexões que se estabelecem entre diversos textos (FAIRCLOUGH, 2004).

De acordo com Fairclough (2004), as transformações no novo capitalismo incluem transformações na articulação de práticas sociais, nas ordens do discurso e no encadeamento e criação de redes de texto e cadeias de gêneros, facilitadas por novas tecnologias de comunicação, como a internet.

As cadeias de gênero significam que os diferentes gêneros são interligados e contribuem para que eventos sociais diversos possam ligar-se a práticas sociais diversas, em épocas distintas e em diferentes países, o que facilita o aumento da capacidade de ação à distância, viabilizada pela globalização, o que favorece o exercício do poder e a capacidade de controlar processos e de influenciar pessoas (FAIRCLOUGH, 2004).

Thompson (2011 [1990], p. 286-287) ressalta que o desenvolvimento da comunicação de massa afeta a organização social da vida cotidiana, influencia e cria formas de ação e interação que ocorrem em função dos novos meios técnicos, o que ele chamou de “impacto interacional dos meios técnicos”. O termo “massa” é usado para definir que os produtos da mídia estão disponíveis a uma pluralidade de receptores, mas que não deve ser entendido, como se costuma, como “amontoados inertes e indiferenciados” de pessoas.

As formas simbólicas nas sociedades modernas são mediadas pelos mecanismos e instituições da comunicação de massa, visto que sua produção e circulação são intensamente mediadas pelas indústrias da mídia. A comunicação de massa tornou-se o canal principal para que circule a informação e comunicação de diferentes tipos e o papel da ideologia, nas sociedades modernas, perpassa por essa questão (THOMPSON, 2011 [1990]).

A mediação das formas simbólicas, geralmente, é um processo de mão única e há uma limitação na possibilidade de o receptor intervir no processo comunicativo (THOMPSON, 2011 [1990]). Tal como Thompson, Charaudeau (2013) também diz que não há o diálogo e a troca entre as instâncias de produção e recepção, posto que esta última não participa ativamente do processo de produção e não pode interpelar as mensagens que são produzidas e transmitidas pela instância midiática, o que se configura como uma atividade unilateral que gera assimetrias de poder em relação à instância de produção e de recepção.

Thompson (2011 [1990], p. 348) adverte que, ainda que a “natureza da mídia e das quase-interações mediadas” define amplos espaços para circular a ideologia, é necessário “relacionar essas mensagens a contextos específicos dentro dos quais elas são recebidas”, e somente nesse contexto de recepção é que as mensagens mediadas poderão ou não constituírem-se como ideológicas.

O espaço social é heterogêneo e a significação dos acontecimentos que ocorrem nesse espaço depende do “olhar lançado sobre ele por diferentes atores sociais e da realidade construída por meio do discurso midiático” (CHARAUDEAU, 2013, p. 131).

5.2 O Discurso da Mídia e o Discurso Político

Segundo Van Dijk (2008, p. 7), as “elites simbólicas” têm acesso privilegiado ao discurso público e por meio dele controlam a “reprodução discursiva da dominação na sociedade”, sustentando e mantendo a desigualdade e as injustiças sociais. Exemplos de elites simbólicas são: “políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas (...)”, podendo esses serem considerados como “poderosos”.

Van Dijk (2008, p. 22) nos alerta para o fato de que, embora possamos analisar criticamente um discurso público como uma notícia, propaganda política ou um livro, teremos a limitação de acesso a todas as informações, já que não poderemos ter acesso ao “tipo de interação discursiva que ocorre no topo”, tais como as reuniões realizadas entre os

líderes políticos ou entre os editores e jornalistas. Quando tratamos do discurso da mídia não temos acesso ao que acontece nos bastidores (nas reuniões editoriais, nas decisões de seus líderes e diretores), o mesmo ocorre com relação ao discurso político. As pessoas não têm o poder de participar das decisões do que será ou não posto em pauta e divulgado nas notícias, acesso este que é facilitado para as classes privilegiadas, como é o caso da classe política.

O campo político envolve muitos elementos como: os sistemas gerais, as ações macrossociais (governo, legislação e tomadas de decisão) e as ações microssociais (relações sociais, debates, discursos, normas, valores e ideologias políticas). Esse campo político constitui-se do jogo de interesses e da luta de poder pelos seus membros que, muitas vezes, opõem-se aos interesses da população (CHARAUDEAU, 2013).

O controle do discurso em um evento comunicativo é uma forma de poder na medida em que pessoas ou grupos específicos decidem as pautas que circularão na sociedade. Esse poder é exercido pelo envolvimento de diversos órgãos da estrutura social e gera uma rede de interesses. Essa assimetria no acesso à instância de produção, em função do acesso privilegiado de uma minoria aos meios de comunicação, contribui para o uso e o abuso do poder. E é por meio das assimetrias de acesso, da possibilidade de influenciar ou não a pauta midiática e do discurso político veiculado pela mídia que parte desse poder é exercido (VAN DIJK, 2008).

No discurso político, pode haver interesses e manipulações implícitas, o que é um recurso valioso do governo, já que o “controle do discurso público é controle da mente do público”, e, indiretamente, é um controle sobre suas ações, tal como sugere Van Dijk (2008, p. 23). O autor afirma ainda: “não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”.

De acordo com Charaudeau (2013, p. 58), as mídias se apresentam como um “organismo especializado” que busca responder a uma demanda social em função da democracia. Nesse contexto, o papel do jornalista é o de tornar público o que seria “ignorado, oculto ou secreto”, cumprindo sua função de servir à sociedade. No entanto, esses ideais esbarram em outra questão de ordem econômica. Em meio à concorrência, os jornais precisam filtrar o que publicar e precisam apelar à sedução do leitor, podendo ser conflitivo ao seu papel de “serviço ao cidadão”, com o agravamento de o discurso da mídia vir carregado das posições ideológicas de cada jornal.

Charaudeau (2013, p. 73) considera como “instância midiática” a instância global de

produção, que integra os diferentes atores que contribuem para determinar a instância da enunciação discursiva. Diversos atores trabalham em prol de as notícias fazerem sucesso junto ao público: os membros da direção, que cuidam da economia da empresa e da competitividade; os da programação, para gerar audiência, além da redação e técnicos que tratam a notícia de acordo com sua linha editorial.

Nesse sentido, a responsabilidade pela notícia sofre os efeitos da “instância midiática de produção” e não se sabe quem pode ser considerado o responsável pelo que foi publicado, mesmo que assinado por um jornalista, já que por interferência dos atores e elementos da instância em si, a enunciação discursiva, tomada isoladamente, tem seu propósito transformado (CHARAUDEAU, 2013, p. 74).

Para manter válido o critério de credibilidade, o cuidado com a manipulação deveria ser um dos focos da indústria da mídia, mas o impacto de certas notícias junto ao público faz com que esse cuidado seja, por vezes, negligenciado. Outro problema que se encontra é a descontextualização, porquanto a informação pode gerar efeitos de rumores e boatos (CHARAUDEAU, 2013).

Charaudeau (2013, p. 77-78) afirma que o jornalista deve desempenhar seu papel que é atrelado aos da instância midiática, o que pode produzir contradições no “contrato de informação”. Ao exercer seu papel, o jornalista apresenta-se como um mediador entre os acontecimentos e o público, exercendo o papel daquele que vai revelar a informação oculta, fazendo com que ele assuma um papel de “adversário dos poderes instituídos e de aliado do público, procedendo a interrogatórios, instruindo questões, aspirando aos papéis de juiz ou de detetive”.

O autor ressalta que a indústria da mídia tem como foco querer compreender as expectativas e interesses do público, a fim de atender aos seus anseios enquanto consumidores de um produto comercial, a mídia. Tal como posto pelo autor:

A instância midiática não age mais como construtora de informação, mas como responsável por uma empresa empenhada em rentabilizar seu produto da melhor forma possível, isto é, captar o maior número de consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores) (CHARAUDEAU, 2013, p. 82).

Segundo Charaudeau (2013, p. 91), para cativar o público, a indústria da mídia precisa se preocupar não só com a credibilidade, mas em como atingir emocionalmente o seu público, que em geral, não é passivo: “ele possui suas próprias faculdades de interpretação”. Uma dupla missão se faz à indústria da mídia: buscar informar com credibilidade e mobilizar a

afetividade do público, despertando seu interesse pelo consumo do material que ela produz.

Para Charaudeau (2013), a finalidade do contrato de informação e de comunicação midiática perpassa por duas principais questões: informar o cidadão, cumprindo uma função social e o fazer sentir, visando à captação de um maior número de consumidores, o que permite às instituições midiáticas sobreviverem à concorrência.

O comentário jornalístico, constituído pelo aspecto duplo credibilidade/captação do contrato de comunicação midiática, oscila entre o “engajamento moral” e o “distanciamento”; o “entusiasmo” e a “frieza”; o argumento sustentado pela crença (saber compartilhado) e o sustentado pelo conhecimento (saber reservado); entre o informar e o esclarecer, o “revelar sem acusar” e o denunciar e entre o desmascarar ou “alimentar boatos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 187).

O aspecto informativo da mídia tem um compromisso com a verdade dos fatos. E a verdade na informação está mais ligada à questão da veracidade, com uma descrição verossímil e autêntica das informações. Charaudeau explica que autenticar significa fazer “crer na coincidência, sem filtragem nem falsas aparências, entre o que é dito e os fatos descritos”. Quando essa transparência não ocorre, a mídia busca “desvendar o oculto” por meio de entrevistas, busca de novas fontes de informação e/ou de provas por demonstrações (ex: provas científicas ou técnicas) e por meio de imagens (CHARAUDEAU, 2013, p. 88).

Na contrapartida de informar das mídias, cumprindo um papel social, tem-se o cidadão que precisa compreender o mundo que lhe é apresentado pelo discurso das mídias, e para tanto, é preciso que ele possa exercer sua capacidade crítica para discernir todas essas nuances que se apresentam no discurso midiático.

Para satisfazer ao princípio da emoção, a indústria da mídia precisa conhecer seu público, atender aos “apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural” e basear-se no conhecimento das crenças que circulam. Tal como posto pelo autor:

As emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. Essa regulação, por um lado, segue os movimentos da afetividade e, paralelamente, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais (CHARAUDEAU, 2013, p. 92).

Conforme Charaudeau (2013, p. 93), nesta tensão, quanto mais a mídia pende para a credibilidade, em uma “austeridade racionalizante”, menos toca o público; e quanto mais pende à captação, atendendo às suas emoções, menos credível se torna.

De acordo com Charaudeau (2013, p. 187), para se equilibrar nesse paradoxo e

compensar os efeitos suscitados, o comentário midiático busca multiplicar os pontos de vista e apresentar perspectivas contraditórias em um mesmo “plano de igualdade”, o que pode ser a fonte para a falta de “análise crítica”, ainda que por sua “fragmentação” e pela multiplicidade dos pontos de vista apresentados, fornece os elementos para viabilizar a construção de uma “verdade mediana”, sobre a qual a mídia adota uma “atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante”.

A busca dessa “verdade mediana” pelo espaço público o transforma em um lugar de construção de opinião. É um espaço no qual há o surgimento e o confronto de análises e julgamentos feitos sobre os acontecimentos, promovendo o debate social (CHARAUDEAU, 2013, p. 187).

No que concerne à informação, num ato de comunicação, o papel da imprensa é descrever os “acontecimentos brutos” de forma interpretada, o que se configura como notícia. Essa interpretação será influenciada pelo modo como a instância midiática imagina a instância receptora, a qual fará novas interpretações e ressignificará, a seu modo, todo o material recebido e consumido (CHARAUDEAU, 2013, p. 114).

Segundo Charaudeau (2013), a estruturação do espaço social depende da indústria da mídia para fornecer a informação e dar visibilidade pública aos acontecimentos. Para a produção e transmissão da informação, contrapõe-se a instância receptora, que se constitui de atores sociais que participam da vida pública e reagem às notícias que consomem.

O público, considerado como a instância de recepção, se diferencia de acordo com o suporte de transmissão - leitores (imprensa), ouvintes (rádio) e telespectadores (televisão). As respostas intelectuais e afetivas também mudam de um público a outro, posto que os suportes também apresentam diferenças nas formas de produção e transmissão. Os diferentes suportes midiáticos funcionam com regras próprias e trabalham com material e recursos distintos de outros suportes, não produzindo efeitos semelhantes no público (CHARAUDEAU, 2013).

Os efeitos visados pela mídia não necessariamente serão os efeitos produzidos no interlocutor, posto que este reconstrói o significado da mensagem a partir de suas experiências, conhecimentos e crenças. Para atender à ânsia do leitor e cativá-lo a consumir a informação, as mídias recorrem a vários tipos de discursos (CHARAUDEAU, 2013).

Num discurso informativo, busca-se o modelo da credibilidade, criando-se um efeito de verdade, de “autenticidade, de verossimilhança e de dramatização”. O discurso informativo da mídia tem relação com o imaginário do saber, do poder e presume a existência de uma

autoridade que sabe e que vai informar outro que, supostamente, não sabe. Ao considerarmos a mídia em uma escala coletiva, podemos dizer que a mídia detém parte do poder social (CHARAUDEAU, 2013, p. 63).

Como instância de poder, as mídias exercem o poder por serem uma influência na construção da opinião pública, que afeta o pensamento e o sentimento e, nesse sentido, a instância de produção é “poderosa em seu conjunto”, em virtude de o poder emanar da “máquina midiática” e não de seus elementos isoladamente (só do redator, só do jornalista etc.) (CHARAUDEAU, 2013, p. 125).

No entanto, nesse processo de produção e recepção, não podemos afirmar de modo generalizado que a mídia deseja manipular as pessoas e que essas aceitam passivamente todas as informações sem qualquer nível crítico. Quando ocorre a manipulação no discurso midiático é algo sutil e, a própria mídia, sofre manipulações externas. O processo de manipulação, para ser compreendido, envolve a consideração dos suportes midiáticos e de outros fatores em conjunto (CHARAUDEAU, 2013).

Tal como posto por Charaudeau (2013, p. 252), a instância midiática, nesse sentido, pode ser considerada como “um manipulador manipulado”. Ela funciona no paradoxo de ser uma máquina poderosa e frágil, manipuladora e manipulada. A própria mídia sofre pressões internas (representação da mídia sobre o alvo da informação, sobre o interesse e a afetividade do alvo) e pressões externas (atualidade, o poder político e a concorrência).

Como parte das pressões internas sofridas pela mídia, essas representações tendem a privilegiar a emoção sobre a razão. Há também uma autorrepresentação que a mídia faz dela mesma, o que gera um engajamento supostamente neutro do ponto de vista político, mas de modo engajado moral e socialmente (CHARAUDEAU, 2013).

Para se autoafirmarem e legitimarem, as próprias mídias executam procedimentos para fazer o público reconhecer a autenticidade das informações midiáticas e, assim, bloqueiam uma autocrítica e a crítica da opinião pública e visam a manterem-se no papel de especialistas, e de se “submeterem às condições de discurso que lhe são impostas”. Nesse sentido, a instância midiática é vítima de seu próprio sistema de representação, posto que, no lugar de efetuar a troca entre ela e o cidadão, a troca decorre da relação com os “atores da máquina econômica” e visam a sustentar sua própria promoção (CHARAUDEAU, 2013, p. 259).

Em função da pressão externa por atualidade, as notícias acabam por representar o mundo por meio de uma visão espacial e temporal fragmentada. Isso decorre do fato de que as

mídias precisam manter sua visibilidade em alta, a fim de não sucumbirem à concorrência (CHARAUDEAU, 2013).

O poder político configura-se como uma forte pressão externa, porquanto participa de modo bastante interessado na construção da agenda midiática e no jogo da manipulação. A guerra simbólica que emana da relação entre a indústria midiática e os políticos visa influenciar a opinião pública. Cria-se uma armadilha na relação entre a “verdade” e o discurso midiático (CHARAUDEAU, 2013, p. 257).

Ao mesmo tempo em que a mídia utiliza-se de recursos dos mais variados para ascender à verdade e confirmar a veracidade dos fatos e, até mesmo, para denunciar as mentiras, é obrigada a divulgar as declarações dos políticos e abrem espaço para o curso de seus efeitos, que pode ser o de uma opinião pública crente em uma suposta veracidade das mentiras ou deformações divulgadas pela mídia (CHARAUDEAU, 2013).

Segundo Van Dijk (2008), o discurso da mídia, ao pautar o discurso político, também influencia a opinião pública. O discurso político influencia o modo de pensar e agir das pessoas, exercendo um controle e um poder sobre a formação da opinião pública. Nesse sentido, o uso e o abuso de poder que se processa por meio da manipulação, da persuasão, da sedução e da doutrinação anulam a necessidade da coerção física e/ou imediata.

A indústria da mídia faz um recorte da realidade e apresenta ao espaço público uma realidade construída, posto que o acontecimento não é apresentado em seu estado bruto, mas resulta de uma série de fatores que passam a compor um recorte do real, filtrados por determinados critérios de seleção dos fatos, dos atores participantes e do tratamento e visibilidade que é dado a esse acontecimento. A mídia recorta e apresenta acontecimentos específicos que nem sempre correspondem à expectativa do público e, ao mesmo tempo em que ela, muitas vezes, deforma a informação, essa ação não necessariamente é proposital (CHARAUDEAU, 2013).

A captura da realidade passa pelo filtro de um ponto de vista particular, que constrói um objeto particular (fragmento do real), produzindo um “real construído”. A partir da notícia de uma morte, relatada pelo discurso da mídia, constrói-se o significado de “vítimas do destino”, de “genocídio” ou de “solução final” no momento em que se inserem em “discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais”, ou seja, o acontecimento só existe a partir do momento em que é nomeado (CHARAUDEAU, 2013, p. 131).

No campo da instância de recepção, Charaudeau (2013, p. 120) esclarece que a opinião pública pertence a um “vasto domínio do crer”, que tem relação com o imaginário do saber. No entanto, contrapõe algumas diferenças entre a crença e a opinião, que não deve ser confundida com o conhecimento. O conhecimento independe do sujeito que sabe, e a opinião, remete-se a ele e revela seu ponto de vista sobre um saber.

A opinião assemelha-se à crença por ser a favor ou contra algo, mas distingue-se pelo “cálculo de probabilidade”, que não existe na crença. A opinião age no campo de confrontar a notícia à verossimilhança e leva a sua aceitação por meio do “cálculo de probabilidade” de os fatos serem credíveis. No campo da crença, esse cálculo não é tomado em conta, mas resulta de um “juízo hipotético” do interlocutor a respeito do material recebido. Tal como esclarece Charaudeau (2013, p. 121-122): “a opinião não enuncia uma verdade sobre o mundo, ela remete ao sujeito”.

Charaudeau (2013, p. 122) considera que a apreciação do leitor participa da avaliação do conhecimento, mas não procede de um movimento em direção a esse conhecimento e, sim, funciona como uma “reação do sujeito diante de um fato”, mantendo a distinção entre “saber e crença”. Na apreciação, tal como na crença, não há o “cálculo da probabilidade”, mas a “atitude reativa imediata” desempenhada em um universo afetivo e não racional: “com relação a um fato, o sujeito sente, identifica, dá um parecer positivo ou negativo, mas não calcula”.

A apreciação é polarizada com base em um “sistema de triagem e codificação de emoções” que se pautam em um sistema de avaliação de comportamento dentro de uma sociedade e constitui o que é considerado uma “moral”. Portanto, a opinião sobre um fato transita no campo intelectual enquanto a apreciação transita no campo de uma reação afetiva (CHARAUDEAU, 2013, p. 122).

Convém esclarecermos que, ainda que os conceitos trazidos por Charaudeau (2013) - avaliação, julgamento e apreciação - apresentem uma nomenclatura coincidente aos termos postulados no Sistema da AVALIATIVIDADE em Martin; White (2005), utilizados neste trabalho, o sentido usado e as premissas que os sustentam diferem nesses autores.

Mesmo que possam apresentar raras semelhanças em sua descrição, como o fato de a apreciação (no subtipo reação) em Martin; White (2005) e em Charaudeau (2013) ser postulada como uma reação afetiva, elas diferem completamente nos dois outros subtipos (composição e valoração social), nos quais o aspecto do conhecimento/racional se faz

presente.

Outro ponto divergente é que Charaudeau (2013) não distingue a apreciação para objetos inanimados e julgamento para pessoas, tal como no Sistema da AVALIATIVIDADE. O ponto de convergência é que os termos, em ambos, são utilizados para fazer avaliações do mundo, foco principal deste trabalho, e que o sistema de avaliações feito pelo sujeito em relação ao mundo pauta-se no nível social, de acordo com as normas e regras vigentes em uma sociedade, e não no nível individual.

No próximo capítulo, trataremos da análise do *corpus* e dos procedimentos metodológicos utilizados para tal análise e depreenderemos aspectos relevantes no processo de avaliação do leitor-autor sobre o tema da reforma da Previdência, bem como sobre os aspectos subjacentes que interferiram nesse processo.

Capítulo 6: Procedimentos Metodológicos, Resultados e Análise do *corpus*

6.1 Escolha do *Corpus* e Delimitação

Foi feita uma análise quantitativa e qualitativa de 45 cartas do leitor, da edição online de jornais paulistas, referente ao tema da reforma da Previdência. Considerou-se como delimitação do período de análise o primeiro envio ao Congresso da PEC 287/2016 da proposta de reforma da Previdência do governo interino Michel Temer, em 05 de dezembro de 2016, até o período da aprovação final da proposta, no segundo semestre de 2019, no mandato do atual presidente, Jair Bolsonaro, em 23 de outubro de 2019. Não foram consideradas as cartas publicadas no período do governo da presidente Dilma Rousseff, dado que ela sofreu impeachment antes do envio desta PEC ao Congresso.

Nesta pesquisa, optamos por trabalhar com jornais paulistas de alta visibilidade (Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo) e de baixa visibilidade (JCNET.com.br e jornal Cruzeiro do Sul). Além de uma abrangência diversificada de manifestações discursivas que esta escolha proporciona, pode-se observar a diferença da tratativa dos jornais quanto à opinião que é dada pelo leitor por meio de sua carta, o que será discutido nas análises.

No processo de escolha do *corpus*, tivemos acesso e fizemos busca de cartas em outros jornais paulistas, como: o Jornal Comércio do Jahu (que encerrou suas atividades em 05 de maio de 2019), o Jornal de Piracicaba, o Diário do Grande ABC etc., mas que pela ausência de publicações de cartas sobre o tema da reforma, somada aos critérios adotados, ficaram fora da composição final de nosso *corpus*.

6.2 Critérios de inclusão e de exclusão

Dentro do período delimitado, o critério utilizado para a seleção das cartas abrangeu o intervalo do tempo (2016-2019) e as datas importantes na tramitação da proposta de reforma da Previdência, que reativavam as discussões sobre o tema. Neste último ano de coleta das cartas (2019), foram selecionadas as cartas publicadas após cada uma das fases de aprovação parcial da PEC 287/2016 na Câmara dos Deputados e no Senado, até a aprovação final da proposta, como detalhado adiante.

O intervalo de coleta foi determinado pensando-se, também, no tempo para a realização das análises, considerando o tempo hábil para a conclusão da pós-graduação. Desse modo, os períodos para cada ano abrangeram:

Ano de 2016 (presidente interino Michel Temer): Em 05 de dezembro de 2016, o presidente enviou ao Congresso a PEC 287/2016 para apreciação. Considerou-se a data a partir desse envio até o último dia do ano, ou seja, o período de 05.12.16 a 31.12.2016, totalizando 26 dias.

Ano de 2017 (presidente interino Michel Temer): Considerou-se o período de um mês, contados após os 30 primeiros dias da retomada dos trabalhos na Câmara dos Deputados, ou seja, o período de 02.03.17 a 01.04.17.

Ano de 2018 (presidente interino Michel Temer): Considerou-se o período de um mês, contados após os 30 primeiros dias da retomada dos trabalhos na Câmara dos Deputados, ou seja, o período de 05.03.18 a 04.04.18.

Ano de 2019 (presidente Jair Bolsonaro): Considerou-se o período de 04.07.19 a 13.07.19, passando por importantes fases de aprovação na Câmara dos Deputados, antes de ser encaminhada para votação no Senado. Como segue:

(04.07) - Data de aprovação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

(10.07) - Terceira fase de aprovação, no primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados, com aprovação do texto-base da reforma.

(12.07) - Votação das sugestões dos partidos sobre os pontos de destaque para alteração e ajuste do texto-base a ser votado no segundo turno da Câmara, no segundo semestre de 2019. Considerou-se até a data seguinte desta parte da votação (13.07).

Envio da proposta ao Senado e aprovação final da proposta:

(23.10 - 25.10) - Votação e aprovação final da proposta de reforma (23.10.19) e mais dois dias seguinte a essa fase final.

Foram excluídas as cartas nas quais a reforma da Previdência não era o tópico discursivo principal e nas quais o assunto foi totalmente desviado. Excluímos também as cartas que não continham conteúdo relevante para a análise da avaliação do leitor-autor sobre o tema da reforma.

6.3 Categorias de Análise e Referencial Teórico

Para as categorias de análise, utilizamos o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005), abordando dois dos seus três subsistemas: ATITUDE e ENGAJAMENTO. Do Sistema da *Apreciação*, utilizamos somente a primeira divisão que inclui: a *Reação*; a *Composição* e a *Valoração Social*. Dos demais, utilizamos todas as subdivisões propostas por Martin; White (2005).

Os dados das cartas foram tratados pelo programa UAM Corpus Tool versão 3.3, desenvolvido por O'Donnell (2019), para sistematizar melhor os resultados e, assim, auxiliar na análise do *corpus*.

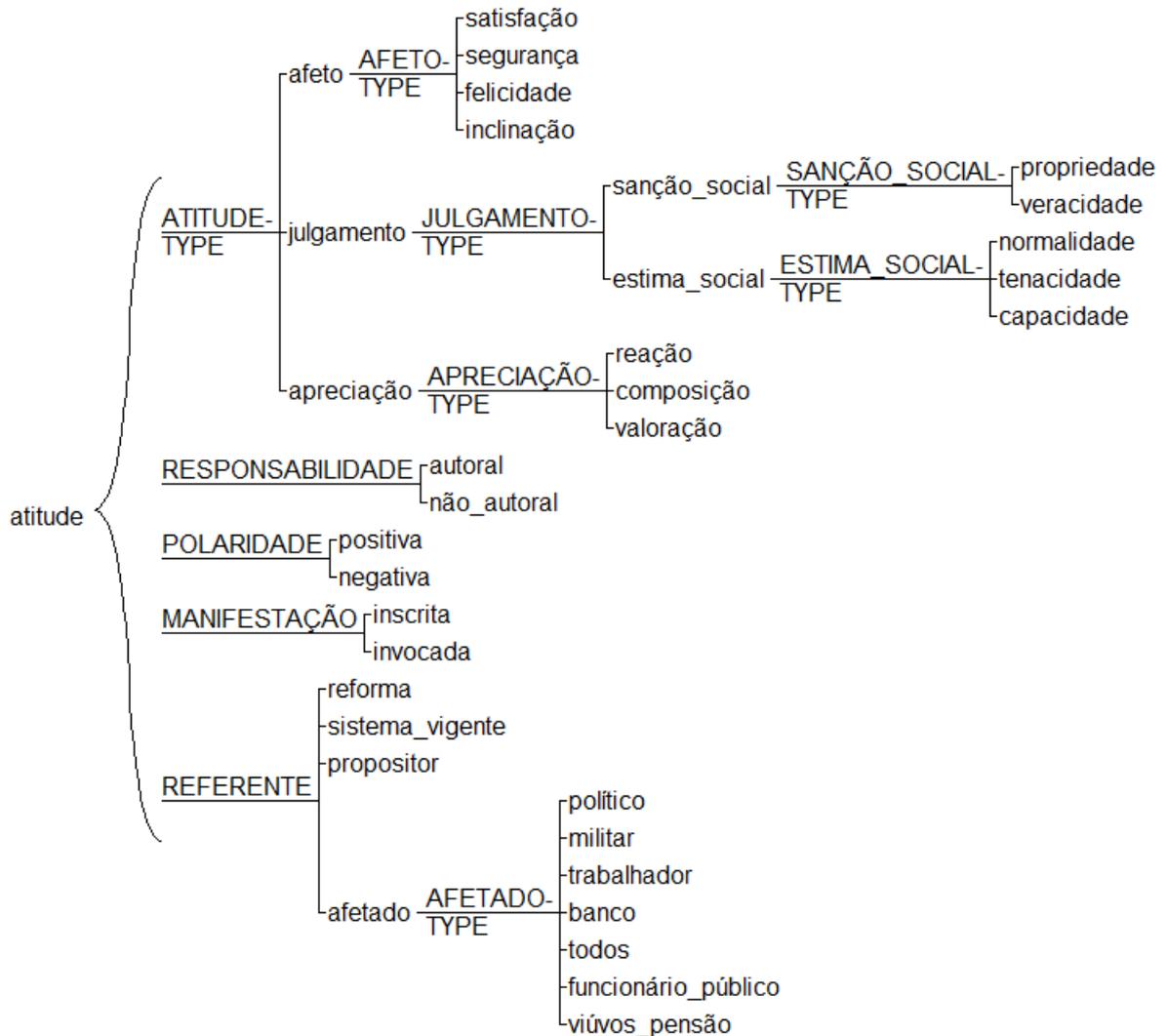
As categorias utilizadas para a análise dos recursos avaliativos empregados pelo leitor-autor, bem como os componentes específicos estabelecidos para a compreensão desses recursos estão representados na Figura 1, a seguir e compõem o Sistema da ATITUDE (afeto, julgamento e apreciação). Esses dados específicos foram incluídos a partir do estudo das cartas, nas quais se observou que eram aspectos da reforma avaliados pelo autor da carta.

Ao analisarmos as cartas, percebemos que o foco de avaliação sobre o tema da reforma estendia-se a outros referentes que remetem a este principal (a proposta de reforma), que estão presentes em várias cartas. Dentre eles, estão: o sistema vigente (sistema de aposentadoria atual do Brasil); o proponente da reforma (que engloba o governo e os representantes da Câmara e do Senado) e os afetados (qualquer pessoa ou categoria que será afetada, positiva ou negativamente, pela proposta de reforma).

Desses afetados, os focos de julgamentos (positivos ou negativos) foram: os políticos; os militares; o trabalhador (setor privado); os bancos¹⁶, os funcionários públicos, os viúvos que recebem pensão e “todos” (quando o leitor-autor cita as pessoas indiscriminadamente, não fazendo referência específica a qualquer uma das categorias anteriores).

¹⁶ O banco é considerado um “beneficiário” da proposta, uma vez que circulam discursos de que com o endurecimento da regra para a aposentadoria aumentaria a procura pela previdência privada (produto dos bancos). Em notícia publicada no caderno de economia do jornal R7, por exemplo, é estimado que, após a reforma da Previdência, o investimento em Previdência Privada aumentou 35,4% no terceiro trimestre de 2019, comparado ao ano anterior (R7, 2019).

Figura 1 - Composição do Sistema da ATITUDE e seus dados específicos para a análise *do corpus*, baseado no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005)



Fonte: Extraído do Programa UAM Corpus Tool versão 3.3 (O'DONNELL, 2019)

A avaliação que o leitor-autor faz da situação política e econômica atual do nosso país também serviram de base para a tomada de posição quanto ao tema da reforma, no entanto, a avaliação desses elementos contextuais foi considerada na análise discursiva, mas não computada nas categorias do Sistema da AVALIATIVIDADE.

Para atendermos às especificidades de nosso *corpus*, adaptamos o Sistema da *Apreciação* de Martin; White (2005). Consideramos que a categoria *Reação* será utilizada para abranger o impacto (positivo ou negativo) que a reforma causará sobre os afetados

(positiva ou negativamente) e qual a avaliação que eles fazem dos pontos específicos da proposta (composição) ao avaliarem partes de seu conteúdo, como por exemplo: tempo de contribuição; idade para a aposentadoria; regras de transição; regras para cada classe, ao pensar na igualdade entre funcionários públicos, privados, classe de políticos, militares e nas pensões por morte e Benefício de Prestação Continuada (BCP).

A categoria *Valoração* fará referência ao potencial de solução dos problemas enunciados ou propostos; recobre o quanto ela atende ou não a necessidade (do país, da população e da economia) e considera a avaliação que o leitor-autor faz do escopo de solução a que o projeto se propõe a entregar, conforme divulgado na Cartilha da Nova Previdência e no site do governo federal (vide capítulo 1, p. 30-31, subtópico 1.3) (BRASIL, 2019b; BRASIL, 2019c).

Sobre a adaptação que fizemos neste Sistema (*apreciação*), conforme indicamos no capítulo do Sistema da AVALIATIVIDADE, no subtópico 2.4.1.3 “O subsistema da *Apreciação*” (vide capítulo 2, p. 65), apresentaremos neste espaço os pormenores de nossos ajustes, a fim de atender às especificidades de nosso *corpus* de pesquisa.

Para nortear e facilitar uma classificação mais adequada das apreciações feitas pelos leitores-autores sobre o tema da reforma da Previdência, definimos perguntas diretrizes conforme o tipo de *apreciação*, estabelecendo uma pergunta equivalente em Martin; White (2005). Portanto, nosso norte de análise da apreciação seguiu os seguintes parâmetros:

Reação: A proposta de reforma:

É bem recebida ou não?

Afeta (impacta) as pessoas negativa ou positivamente?

Corresponde ou não às expectativas, de acordo com o que ela propõe de solução?

Composição: O conteúdo da proposta de reforma (novas regras para a aposentadoria/pensões):

É bem elaborado?

Contempla a todos indistintamente, parecendo equilibrado?

As regras estabelecidas para a concessão dos benefícios são claras?

O conteúdo é de fácil ou difícil compreensão?

Valoração: A reforma da Previdência:

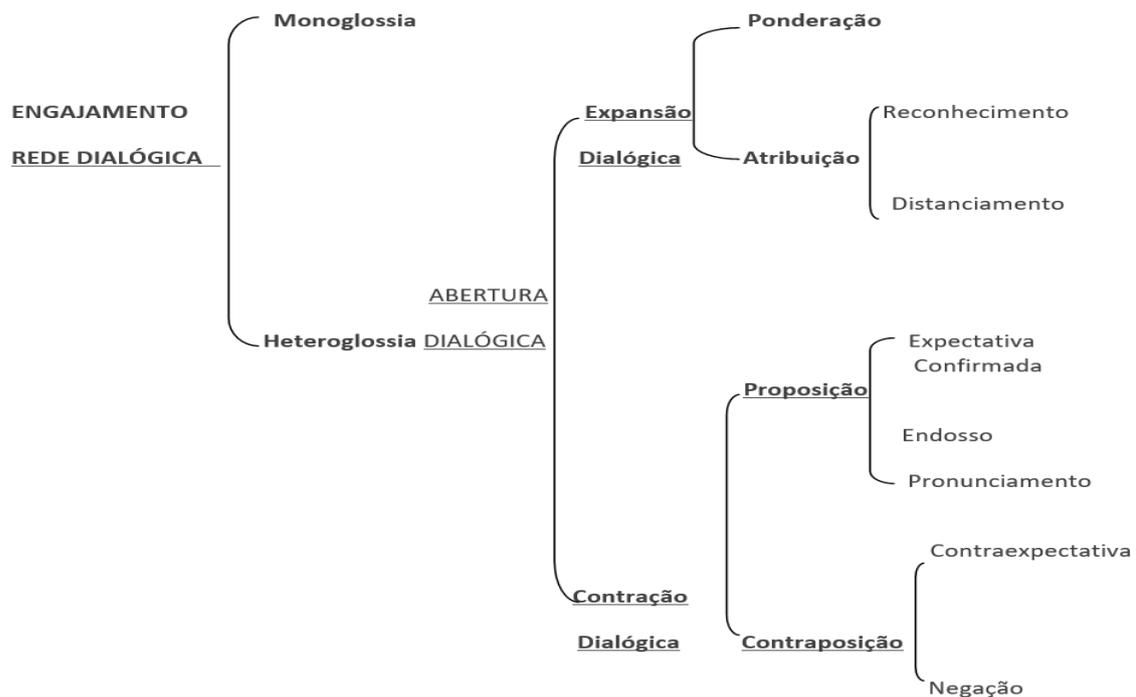
É algo que valha a pena?

Traz uma solução adequada aos problemas do país, conforme o proposto pelo governo?

É necessária ou desnecessária?

A figura 2, a seguir, apresenta o Sistema do ENGAJAMENTO e denota os recursos da rede e da abertura dialógica marcados no engajamento do leitor-autor sobre o tema da reforma.

Figura 2 - Sistema do ENGAJAMENTO, baseado no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005)



Fonte: Elaboração Própria

Para a compreensão dos efeitos de sentido produzidos pelas avaliações e posicionamentos expressados, foram depreendidas as recorrências e fatores mais relevantes encontrados, a partir do qual fizemos a discussão da relação dialógica das cartas do leitor-autor com textos circulantes na mídia sobre o tema da reforma e baseamo-nos nas noções de dialogismo e heteroglossia de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]).

Para a análise crítica discursiva, utilizamos o referencial teórico de Fairclough (1995; 2001; 2004), levamos em conta o uso da linguagem como prática social e discursiva, como meio de ação, de representação e compreensão do mundo; os jogos de interesses e poder subjacentes aos discursos; a omissão de informação como forma de manipulação e abuso de

poder e abrangemos o discurso político e o da mídia, com apoio das considerações de Charaudeau (2013).

Utilizamos, também, as contribuições de Van Dijk (2008) no que concerne às discussões sobre o acesso diferenciado que as elites simbólicas têm nas formas de controle da produção, transmissão e circulação de discursos da mídia, por meio da comunicação de massa, do qual se estabelecem relações assimétricas de acesso e poder e consideramos a interrelação entre discurso, poder e acesso.

O trabalho, também, foi fundamentado na teoria social da comunicação de massa e no discurso da mídia, de Thompson (2011 [1990]; 2014 [1995]), referente aos aspectos do processo de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas e de conteúdos da mídia, no qual levamos em conta os conceitos relevantes como a hegemonia, a ideologia e as relações de poder e dominação, conceitos igualmente importantes para a ACD, a fim de se compreender os discursos (circulantes) que sustentam as avaliações e posicionamentos do leitor-autor.

6.4. Resultados baseados nos dados extraídos do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019)

Das 45 cartas analisadas em nosso *corpus* (vide Fig. 3, p. 128), 28 são do jornal O Estado de S. Paulo; 4 da Folha de S.Paulo, 11 do JCNET.com.br, de Bauru/S.P. e apenas 2 do Jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba/S.P. Desse montante, temos 32 cartas (71.11%) editadas, dos jornais de grande visibilidade (O Estado e a Folha) e 13 cartas (28.89%) não-editadas, dos jornais de baixa visibilidade (JCNET.com.br e Cruzeiro do Sul).

Ao fazermos nossa coleta de cartas, observamos uma disparidade na quantidade de cartas publicadas em cada um dos jornais, com um número mais expressivo de cartas publicadas no jornal O Estado e um baixo número no Jornal Cruzeiro do Sul, o que causou um desequilíbrio no total de cartas estudadas para cada jornal.

Do período definido para a coleta de cartas (2016-2019), 2019 foi o ano em que mais as cartas do leitor sobre o tema da reforma estavam disponíveis, justamente por ser o ano em que a proposta transitou no Congresso e teve sua aprovação consumada.

Nessas cartas, predominou o posicionamento “contra a reforma” (26 cartas), e das demais, 9 são “a favor da reforma”, 9 são “parcialmente a favor” (aceitam a reforma, mas não a proposta do governo) e apenas 1 apresentou um “posicionamento neutro”.

Como o posicionamento neutro apareceu em uma única carta, ele não será considerado nas análises, uma vez que não há dados suficientes e relevantes para tecer qualquer hipótese a respeito. Portanto, faremos a discussão dos outros três tipos de posicionamento ora citados.

A Figura 3, apresentada a seguir, mostra um panorama acerca dessas características das cartas que compõem o nosso *corpus*.

Figura 3 - Panorama dos jornais, dos dados das cartas do *corpus* e do posicionamento do leitor

Feature	N	Percent
Total Units	45	
JORNAL	N=45	
- estado_de_s_paulo	28	62.22%
- jc.net_bauru	11	24.44%
- folha_de_s_paulo	4	8.89%
- j_cruzeiro_do_sul	2	4.44%
ANO	N=45	
- 2016	10	22.22%
- 2017	7	15.56%
- 2018	2	4.44%
- 2019	26	57.78%
EDIÇÃO_DAS_CARTAS	N=45	
- editadas	32	71.11%
- não_editadas	13	28.89%
POSICIONAMENTO	N=45	
- a_favor_da_reforma	9	20.00%
- contra_a_reforma	26	57.78%
- aceita_a_reforma__m	9	20.00%
- neutro	1	2.22%

Fonte: Extraído do Programa UAM Corpus Tool 3.3 (O'DONNELL, 2019)

Para a apresentação dos resultados¹⁷ e para as análises, optamos por fazer a divisão, primeiramente, pelo tipo de posicionamento adotado pelo leitor-autor quanto ao tema da reforma, uma vez que a tomada de posição em nosso trabalho é um dos dados de maior interesse.

Ao nos referirmos a cada tipo de posicionamento, apresentaremos a seguinte abreviação, uma vez que serão dados mencionados muitas vezes no trabalho:

1 - Posicionamento favorável à reforma da Previdência = “a favor”

2 - Posicionamento contrário à reforma da Previdência = “contra”

3 - Posicionamento parcialmente a favor da reforma da Previdência (aceita a necessidade da reforma, mas não a proposta do governo) = “aceitação parcial”¹⁸.

A partir dos posicionamentos, faremos os comentários dos resultados relevantes tendo em conta os padrões predominantes da responsividade do leitor-autor, medidos pelo uso frequente de determinados recursos avaliativos e de engajamento, conforme resultados extraídos do programa UAM Corpus Tool 3.3, de O’Donnell (2019), usado em nossa pesquisa.

A sequência da apresentação dos dados seguirá as nossas categorias de análise do Sistema da AVALIATIVIDADE: subsistema da ATITUDE (afeto, julgamento e apreciação) e subsistema do ENGAJAMENTO. Ao final, apresentaremos a comparação entre os três tipos de posicionamento, considerando os recursos avaliativos e de engajamento predominantemente utilizados pelo leitor-autor para avaliar a proposta de reforma do sistema previdenciário.

6.4.1 Apresentação dos Resultados pelo tipo de posicionamento, dados comparativos e de relevância

1. Posicionamento favorável à reforma da Previdência

No Sistema da ATITUDE¹⁹, predominou o uso do recurso da apreciação com 16 ocorrências (72,73%) e, em porcentagem igual (13,64%) foram usados os recursos de afeto e

¹⁷ Para a composição do *corpus*, não fizemos um cálculo de amostra específico para definir qual a quantidade ideal de textos para estudo, o que tornaria os resultados encontrados mais consistentes e poderiam ser generalizados para outros discursos responsivos sobre o tema da reforma da Previdência. Desse modo, como nosso *corpus* foi de apenas 45 cartas, os resultados apresentados devem ser lidos como indícios de dados relevantes ou como hipóteses.

¹⁸ Este tipo de posicionamento aparece nas tabelas do programa UAM Corpus Tool 3.3 como “aceita-a-refo”.

juízo. O número de manifestações do afeto foi de 3 ocorrências (13,64%). Desses, o afeto predominante foi a (in)segurança, com 2 ocorrências (9,09%), com um total de 100% de polaridade negativa²⁰ e de manifestações inscritas, e como segunda opção, foi usado o recurso do afeto de (in)satisfação, com 1 ocorrência (4,55%), ambos tiveram como referente principal o proponente. A responsabilidade autoral foi de 100% nas ocorrências.

No juízo, todos os casos foram do subtipo estima social por incapacidade, com polaridade negativa²¹ e manifestações inscritas em mais da metade dos casos, direcionados prioritariamente ao proponente da reforma. A responsabilidade autoral foi de 100%. Não houve nenhum juízo por sanção social.

Na apreciação, preponderou o subtipo valoração positiva com 14 ocorrências (63,64%), com mais da metade dos casos com polaridade positiva²² e manifestações inscritas, na qual a reforma foi o referente predominante. A responsabilidade autoral foi de 100% nas ocorrências.

No Sistema do ENGAJAMENTO²³, o número de manifestações foi de 63 ocorrências. Os resultados indicam a leve predominância da resposta de engajamento pela rede dialógica monoglossia, com 33 ocorrências (52,38%), em detrimento da heteroglossia, com 30 ocorrências (47,62%). No entanto, como a diferença foi mínima, cabe destacar também os tipos de recursos heteroglossicos utilizados.

Nesse, foi significativa a contração dialógica contraposição com 22 ocorrências (34,92%), no qual predominou a negação com 13 ocorrências (20,63%), seguido da contraposição contraexpectativa com 9 ocorrências (14,29%). A expansão dialógica teve baixo uso, com apenas 5 ocorrências.

¹⁹ Os dados dos resultados encontrados no Sistema da ATITUDE podem ser consultados nos anexos, na Tabela 1 - Tabela Comparativa do Subsistema da ATITUDE - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005) nos três tipos de posicionamento, na página 256.

²⁰ Os dados referentes à polaridade do afeto, à forma de manifestação, à responsabilidade autoral e ao referente ou afetado podem ser consultados nos anexos, na Tabela 2 - Dados do Subsistema do Afeto - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado, na página 257.

²¹ Os dados referentes à polaridade do juízo, à forma de manifestação, à responsabilidade autoral e ao referente ou afetado podem ser consultados nos anexos, na Tabela 3 - Dados do Subsistema do Juízo - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado, na página 258.

²² Os dados referentes à polaridade da apreciação, à forma de manifestação, à responsabilidade autoral e ao referente ou afetado podem ser consultados nos anexos, na Tabela 4 - Dados do Subsistema da Apreciação - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado, na página 259.

²³ Os dados dos resultados encontrados no Sistema do ENGAJAMENTO podem ser consultados nos anexos, na Tabela 5 - Tabela Comparativa dos três tipos de posicionamento acerca da Reforma da Previdência- Sistema do ENGAJAMENTO, extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019), na página 260.

2. Posicionamento contrário à reforma da Previdência

No Sistema da ATITUDE, predominou o uso do recurso da apreciação com 56 ocorrências (46,67%) e, em segundo lugar, foi utilizado o recurso do julgamento com 48 ocorrências (40%). O número de manifestações do afeto foi de 16 ocorrências (13,33%). O afeto predominante como recurso avaliativo foi a (in)satisfação com 11 ocorrências (9,17%), com polaridade negativa e predominância da manifestação inscrita e referiu-se ao afetado pela reforma, predominantemente, o trabalhador como um afetado negativamente. A responsabilidade autoral foi de 100% nas ocorrências.

No julgamento, o tipo que sobressaiu foi a sanção social com 29 ocorrências (24,17%), com 19 ocorrências (15,83%) do subtipo propriedade, com polaridade negativa (100%) e manifestações inscritas e invocadas marcadas em porcentagens iguais no texto (50% em cada), seguida do julgamento de estima social (in)capacidade, com 18 ocorrências (15%). O referente predominante no julgamento foi o propositor. A responsabilidade autoral foi de 100% nas ocorrências.

Na apreciação, preponderou o subtipo valoração com 28 ocorrências (23,33%), com polaridade negativa e teve uma leve discrepância na forma das manifestações invocadas em detrimento das manifestações inscritas. O subtipo composição teve 16 ocorrências (13,33%) e, por último, a reação, com 12 ocorrências (10%). O referente relevante na apreciação foi a reforma. A responsabilidade autoral foi de 100%.

No Sistema do ENGAJAMENTO, o número de manifestações foi de 196 ocorrências. O recurso da rede dialógica foi levemente preponderante pelo uso de enunciados heteroglóssicos, com 104 ocorrências (53,06%), em detrimento do uso de enunciados monoglóssicos, com 92 ocorrências (46,94%). Porém, pela diferença mínima, cabe discutirmos também os resultados obtidos pelo uso dos recursos de engajamento por meio da heteroglossia.

Nesse, preponderou a contração dialógica contraposição com 69 ocorrências (35,20%), prevalecendo o subtipo negação, com 60 ocorrências (30,61%), seguida da contração proposição expectativa confirmada com 10 ocorrências (5,10%). Para a contração dialógica contraposição contraexpectativa, os resultados indicaram 9 ocorrências (4,59%).

3. Posicionamento parcialmente a favor da reforma

No Sistema da ATITUDE, predominou o uso do recurso da apreciação com 24 ocorrências (48,98%), seguido do uso do recurso de julgamento, com 17 ocorrências (34,69%). O número de manifestações do afeto foi de 8 ocorrências (16,33%). Sobressaiu o afeto do subtipo (in)satisfação com 7 ocorrências (14,29%), com polaridade negativa (100%), marcado principalmente de forma inscrita, com uma parcela mínima de manifestações invocadas e referiu-se, sobretudo, ao afetado trabalhador. A responsabilidade autoral foi de 100%.

No julgamento, o subtipo relevante foi o de sanção social com 11 ocorrências (22,45%), das quais 10 delas do subtipo propriedade (20,41%) e referiu-se, prioritariamente, ao propositor. A responsabilidade autoral foi de 100%.

Na apreciação, houve um equilíbrio nos subtipos reação com 9 ocorrências (18,37%), composição com 8 ocorrências (16,33%) e valoração com 7 ocorrências (14,29%), nas quais predominou a polaridade negativa, destinadas ao referente reforma. A responsabilidade autoral foi de 100%.

No Sistema do ENGAJAMENTO, o número de manifestações foi de 118 ocorrências. Houve uma diferença mínima na responsividade do leitor marcada por enunciados monoglóssicos, com 63 ocorrências (53,39%), em detrimento dos enunciados heteroglóssicos, com 55 ocorrências (46,61%). A abertura dialógica relevante foi a contração dialógica com 40 ocorrências (33,90%), com relevância para o subtipo contraposição negação com 25 ocorrências (21,19%), seguida da contraexpectativa, com 15 ocorrências (12,7%).

4 - Dados comparativos dos três tipos de posicionamento

Dos dados comparativos dos três tipos de posicionamento, temos o seguinte cenário:

Como as cartas de posicionamento “contra” são as prevalentes em nosso *corpus*, compondo 57,78% das cartas totais, era esperado que neste tipo fosse encontrado um maior número de ocorrências para cada recurso avaliado. As cartas de “aceitação parcial” e “a favor” compõem 20% das cartas cada. Assim, como sua porcentagem é igual, seus resultados são menos influenciados pelo número total de cartas, quando comparadas entre si (“aceitação parcial” versus “a favor”).

Do Sistema da ATITUDE, o afeto foi o recurso avaliativo menos utilizado. O afeto de insatisfação prevaleceu nas cartas “contra” e nas de “aceitação parcial” e o afeto de insegurança prevaleceu nas cartas “a favor”. O afeto negativo referente ao proponente se sobressaiu nas cartas “a favor” e teve como referente principal o afetado trabalhador nas cartas “contra” e de “aceitação parcial”.

A responsabilidade autoral foi manifestada em 100% das ocorrências do Sistema da ATITUDE dos três tipos de posicionamento. Já a forma de manifestação inscrita foi de 100% na expressão do afeto das cartas “a favor”, ocorreu no nível de 68,75% nas cartas “contra” e de 75% na de “aceitação parcial”.

No julgamento, ocorreu um maior número de manifestações no posicionamento “contra” (48 ocorrências), o que era esperado, seguido da “aceitação parcial” (17 ocorrências) e do “a favor” (apenas 3 ocorrências). O julgamento do tipo sanção social não apareceu no posicionamento “a favor” e nos outros dois tipos foi mais equilibrado e predominou a polaridade negativa. Nos três tipos de posicionamento, este recurso avaliativo referia-se, prioritariamente, ao proponente da reforma.

No julgamento, as manifestações inscritas prevaleceram no posicionamento “a favor” (66,67%), as invocadas foram prevalentes na “aceitação parcial” (76,47%) e tiveram uma menor prevalência (54,17%) no posicionamento “contra”. Assim, nas cartas em que há certa restrição na aceitação da reforma ou sua recusa, há um aumento das avaliações invocadas.

A apreciação preponderou (como esperado) como recurso avaliativo utilizado pelos leitores-autores com posicionamento “contra” (56 ocorrências), seguido do posicionamento de “aceitação parcial” (24 ocorrências) e “a favor” (16 ocorrências).

A apreciação do subtipo valorção foi relevante no posicionamento “a favor”, (63,64%). Não houve uso do subtipo reação e apenas 9,09% do subtipo composição, apresentando baixo uso quando comparado aos outros dois tipos de posicionamento, que tiveram a apreciação por reação, composição e valorção apresentadas de forma mais equilibrada. A apreciação em todos se referiu predominantemente à reforma: 93,75% no “a favor”, 82,14% no “contra” e 70,83% no de “aceitação parcial”.

Na apreciação, as manifestações inscritas prevaleceram no posicionamento “a favor” (56,25%). As invocadas foram prevalentes na “aceitação parcial” (62,50%) e tiveram uma menor prevalência (53,57%) no posicionamento “contra”.

Do Sistema da ATITUDE, o recurso avaliativo mais utilizado no “a favor” foi a apreciação (72,73%), e dos outros dois recursos (afeto e julgamento) houve apenas 13,64% para cada. No “contra”, o recurso mais utilizado foi a apreciação (46,67%), seguida do julgamento (40%) e do afeto (13,33%). No de “aceitação parcial”, o mais utilizado foi a apreciação (48,98%), seguida do julgamento (34,69%) e do afeto (16,33%).

Portanto, nos três tipos de posicionamento a apreciação foi o recurso avaliativo mais utilizado e o afeto foi o menos utilizado. O julgamento é um recurso proporcionalmente relevante nos posicionamentos “contra” e de “aceitação parcial”.

O engajamento dos leitores-autores nos textos foi marcado de forma equilibrada com discursos monoglóssicos e heteroglóssicos nos três tipos de posicionamento, com predominância mínima do uso da monoglossia nos posicionamentos “a favor” (52,38%) e de “aceitação parcial” (53,39%) e de heteroglossia no “contra” (53,06%).

Na comparação entre os três tipos de posicionamento, o uso da Expansão Dialógica no Sistema do ENGAJAMENTO foi baixo e não ultrapassou os 7,94% em cada caso de comparação. O uso da Contração Dialógica foi bastante elevado. O uso do recurso de contração dialógica, especialmente a contraposição negação, foi significativamente relevante nos três tipos de posicionamento em detrimento da expansão dialógica que foi baixa em todos.

As únicas formas de respostas avaliativas do leitor-autor que foram semelhantes (100%) foram na responsabilidade autoral e na alta incidência da polaridade negativa dos recursos avaliativos, ainda que haja uma diferença no referente e nas justificativas envolvidas nessas avaliações.

5 - Nível de Relevância dos dados, indicados pelo Programa UAM Corpus Tool 3.3 (O'DONNELL, 2019)

O programa UAM Corpus Tool 3.3, desenvolvido por O'Donnell (2019), permite-nos fazer a comparação entre as categorias para que possamos verificar o nível de relevância dos resultados encontrados, o que é indicado pelos sinais + (relevância mínima) ++ (média relevância) e +++ (alta relevância).

Para esses casos, tem-se a interpretação de que os resultados encontrados não são aleatórios, e sim, poderão ser semelhantes se aumentarmos nosso *corpus*. No entanto, cabe ressaltar que para que esses dados sejam mais consistentes, um cálculo de amostra para

determinação do *corpus* torna-se fundamental, tal como explicado no início deste capítulo (vide nota de rodapé, p. 129).

No UAM Corpus Tool 3.3, na comparação entre as categorias de análise nos três tipos de posicionamento, alguns dados deram indícios de terem média e alta relevância e há uma possibilidade significativa de a responsividade do leitor-autor sobre o tema da reforma ser semelhante quando da ampliação do *corpus*, ao prevalecer o uso dos mesmos recursos avaliativos e das mesmas formas de engajamento na avaliação desse tema.

Das categorias avaliadas, correlacionamos os dados do Sistema da ATITUDE entre si e os dados do ENGAJAMENTO entre si, comparando-os em cada um dos tipos de posicionamento, seguindo a probabilidade de comparação entre os três tipos: “a favor” versus de “aceitação parcial”, “a favor” versus “contra” e de “aceitação parcial” versus “contra”.

Ressaltaremos, a seguir, somente os resultados dos dados comparativos que apresentaram um mínimo de relevância (+) ou níveis de relevância superiores, portanto, os que não apresentaram qualquer relevância indicada pelo sistema, não serão destacados.

i - Relevância no Afeto:

Nas cartas “a favor”, há relevância mínima (+) para o afeto de insegurança gerado pelas ações do proponente quanto à proposta de reforma e média relevância (++) quanto à polaridade negativa desse afeto.

Nas cartas “contra”, há média relevância (++) quanto ao afeto negativo de insatisfação por parte do trabalhador no que compete ao referente reforma.

ii - Relevância no Julgamento:

Há relevância mínima (+) no equilíbrio entre as manifestações inscritas e invocadas no uso do recurso avaliativo do julgamento, independentemente da posição tomada pelo leitor-autor.

Nas cartas “contra”, há relevância mínima (+) no uso do julgamento pelo subtipo sanção social e nas cartas “a favor”, pelo subtipo estima social. Assim, ainda que tenha dado 100% do uso da estima social nas cartas “a favor”, como observado nos resultados, pelo cálculo estatístico de relevância do programa UAM Corpus Tool 3.3, a ocorrência desta forma responsiva não é intensamente provável no uso de *corpus* mais expressivos, dado que sua relevância foi mínima (+).

iii - Relevância na Apreciação:

Nas cartas “contra”, há alta relevância (+++) para o uso da apreciação por valorção, média relevância (++) para o uso da apreciação por composição e baixo uso da reação (+).

iv - Relevância no ENGAJAMENTO:

Independentemente do posicionamento adotado, há alta relevância (+++) no uso da contração dialógica do subtipo contraposição negação e alta relevância (+++) no baixo uso da expansão dialógica como recurso de engajamento na responsividade sobre o tema da reforma.

6.5 Procedimentos Metodológicos para a Análise do *Corpus*

Para a análise e discussão dos dados, adotaremos o mesmo critério utilizado nos resultados, portanto, apresentaremos as categorias de avaliação (Sistema da ATITUDE) e de posicionamento (Sistema do ENGAJAMENTO) e consideraremos os resultados dos dados comparativos e de relevância apresentados no subtópico 6.4.1 (vide p. 129), a fim de destacarmos os padrões de responsividade do leitor-autor, enfatizando a análise discursiva. Destarte, procederemos da seguinte forma:

i - Compreensão dos tipos de recursos avaliativos do Sistema da ATITUDE (afeto, julgamento e apreciação), da polaridade e das formas de manifestação (inscrita ou invocada) que predominaram nas avaliações sobre o tema da reforma da Previdência.

ii - Compreensão de como se configura o engajamento (Sistema do ENGAJAMENTO) do leitor-autor e de como ele se posiciona sobre as diferentes perspectivas presentes nos textos, tanto criadas por ele quanto na interação intersubjetiva com outros posicionamentos trazidos ao texto e negociados com o interlocutor a que se destina.

iii - Discussão de como se processa(m) o(s) nível(eis) de responsividade do leitor-autor acerca dos padrões dessas avaliações e posicionamentos por ele apresentados. Para melhor compreensão do padrão responsivo, depreendemos as recorrências e fatores mais relevantes encontrados e discutimos a relação dialógica das cartas do leitor com outros textos circulantes na mídia, no qual consideramos as noções de dialogismo e heteroglossia.

iv - Ao final, faremos uma análise crítica discursiva para compreender os discursos que circulam e sustentam as avaliações e posicionamentos do leitor-autor. Por conseguinte, serão abordados conceitos centrais da ACD, tais como: ideologia; hegemonia; relações de poder e dominação, além de conceitos da teoria social da comunicação de massa de

Thompson (2011 [1990]) referentes aos aspectos dos processos de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas e de conteúdos da mídia.

Cabe esclarecer que a divisão apresentada funciona apenas para fins didáticos. Não pretendemos com isso apresentar uma análise “engessada” e “estática” e desconsiderar a dinâmica e a complexidade dos elementos (discursivos e não-discursivos) que engendram a tomada de posição e as avaliações do leitor-autor construídas nas Cartas do Leitor.

Na próxima seção, será feita a discussão dos dados ora apresentados, a fim de que possamos compreender o sentido e o efeito social que esses recursos avaliativos e de engajamento cumpriram no texto e nos discursos nele subjacentes. Será feita, também, a interpretação desses padrões de responsividade por meio de uma análise discursiva.

6.6. Análise do *Corpus*

Ao analisarmos os resultados, temos como cenário geral da responsividade do leitor-autor algumas semelhanças nos recursos avaliativos e de posicionamento utilizados quando comparamos os três tipos de posicionamento (“a favor”, “contra” e de “aceitação parcial”).

No entanto, há particularidades nas considerações que os leitores-autores fizeram quanto ao sistema de aposentadorias e ao cenário político e econômico atual que, conseqüentemente, influenciaram em suas apreciações sobre a proposta de reforma, no seu julgamento sobre os propositores, em suas justificativas para a adoção de seu posicionamento e no modo de negociação com outras perspectivas, o que será pormenorizado nas análises.

O quadro 6, a seguir, representa uma visão geral do uso predominante dos recursos avaliativos e de posicionamento conforme o Sistema da AVALIATIVIDADE, em cada um dos três tipos de posicionamento frente à reforma, a partir do qual procederemos com as análises.

Quadro 6 - Uso predominante dos recursos avaliativos e de posicionamento utilizados nas cartas do leitor, baseado no Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005)

Posicionamento	Favorável à reforma	Contrário à reforma	Parcialmente a favor da reforma
ATITUDE			
Afeto	insegurança	insatisfação	insatisfação
referente	propositor	afetado-trabalhador	afetado-trabalhador
Julgamento	estima social	sanção social	sanção social
subtipo	incapacidade	propriedade	propriedade
referente	propositor	propositor	propositor
Apreciação	valoração	valoração	reação e composição
referente	reforma	reforma	reforma
ENGAJAMENTO			
Predominância mínima para:	monoglossia	heteroglossia	monoglossia
Prevalente na Heteroglossia	contração dialógica	contração dialógica	contração dialógica
subtipo	contraposição negação	contraposição negação	contraposição negação

Fonte: Elaboração própria

6.6.1. - Posicionamento favorável à reforma da Previdência

Os excertos das cartas e as cartas completas²⁴, a seguir, ilustram os recursos avaliativos e de posicionamento utilizados na avaliação do tema da reforma no tipo de posicionamento “a favor” e estarão destacados em negrito e com símbolos sobrescritos, os quais serão discutidos posteriormente:

(1) “Ou se aprova de uma vez por todas a reforma da Previdência ou o País continua a andar em marcha ré. (...) A economia ficou estagnada, o desânimo chegou, a desesperança está cada vez mais presente e tudo **parece**¹¹ estar andando a passos lentos. **No entanto**¹, a grande **aposta**² para o Brasil voltar a crescer e poupar os cofres públicos, a reforma da Previdência **apresentada**³ pelo governo em fevereiro, que continua nas mãos dos 594 congressistas, esta semana finalmente começa a andar. (...) **O fato é que**⁴ o Estado brasileiro está quebrado e precisa retomar o mais rápido possível sua credibilidade junto aos organismos nacionais e internacionais para que retornem os investimentos. Por isso que a equipe do governo tem se empenhado para garantir a votação. A previsão inicial do governo era de poupar R\$ 1,2 trilhões em dez anos, **mas**¹ com as alterações da Comissão o valor já baixou para algo em torno de R\$ 900 a R\$ 933 bilhões e a grande **preocupação**⁵ do governo é exatamente a mudança que o texto sofre ao passar pelos trâmites democráticos. (...) **Não**⁶ tem milagre se tratando de política, agora ou vai ou racha, senhores congressistas”. (**carta 27/ O Estado**)

Legenda:¹ contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valoração/ ³ contração proposição endosso/
⁴contração proposição pronunciamento/ ⁵afeto de (in)segurança/ ⁶contração contraposição negação/
¹¹ expansão ponderação

(2) “(...) aprovaram o texto-base da reforma. **Fato notável**², **não**⁶ só por acordar o “gigante adormecido”, como a passos gigantes rumar para o progresso. (...) agora a promessa se cumpre e, aprovada a reforma no Senado, teremos um Brasil que assume sua vocação de país líder, que, corajoso, sacode de sua aba os apaniguados que lhe dificultam os passos, a fim de rumar para a justiça social eficaz, a ser espargida a todos numa efetiva justiça distributiva, quando se dá “o seu a seu dono”, na medida da necessidade e do mérito. (...)”. (**carta 28 / O Estado**)

Legenda:¹ contração contraposição **contraexpectativa**/ ² apreciação **valoração**/ ³contração proposição endosso/
⁴contração proposição pronunciamento/ ⁵afeto de (in)segurança/ ⁶contração contraposição negação/
¹¹ expansão ponderação

(3) “A reforma da Previdência morreu, **embora**¹ também seja uma **prioridade nacional**². Esse episódio expõe de modo claro a falta de planejamento das políticas públicas. **Não**⁶ é de hoje que os economistas **alertam**⁷, com análises demográficas e matemáticas **inquestionáveis**², que a conta da Previdência ficaria **insustentável**² (...). Se as medidas necessárias, em ambos os casos, tivessem sido tomadas no momento certo, **não**⁶ estaríamos hoje assistindo, com imensa **preocupação**⁵, ao choque constitucional de duas **prioridades nacionais**². (...) São problemas que vêm retardando nosso ingresso no rol das nações desenvolvidas (...)”. (**carta 29/ Cruzeiro do Sul**)

²⁴ Priorizamos por manter excertos das cartas quando elas eram muito extensas, selecionando apenas os trechos mais ilustrativos dos recursos avaliativos e de posicionamento utilizados para avaliar o tema da reforma, ou quando o trecho se mostrou importante para a análise discursiva. Para as cartas mais curtas, priorizamos por mantê-las por inteiro.

Legenda:¹ contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valoração/ ³ contração proposição endosso/ ⁴ contração proposição pronunciamento/ ⁵ afeto de (in)segurança/ ⁶ contração contraposição negação/ ¹¹ expansão ponderação

(4) “A aprovação da **fundamental**² reforma da Previdência **é evidente que**⁸ deve ser comemorada, independentemente de uma análise mais crítica que se possa fazer sobre o seu real alcance, com destaque para os setores que dispõem de lobbies para pressionar, pois nos permite pensar que outras reformas essenciais possam avançar e distorções sejam corrigidas mais à frente. Dentre estas, a grandiosa, **injusta e injustificável disparidade**¹⁴ entre o teto de aposentadoria de assalariados do setor privado e o dos servidores públicos”. (**carta 41 completa/ O Estado**)

Legenda:¹ contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valoração/ ³ contração proposição endosso/ ⁴ contração proposição pronunciamento/ ⁵ afeto de (in)segurança/ ⁶ contração contraposição negação/ ¹¹ expansão ponderação

(5) “A duras penas o governo conseguiu aprovar a reforma da Previdência, que há pelo menos quatro décadas se tem como **necessária**², **mas**¹ só agora avança. A votação no Senado foi tão importante que o mercado reagiu imediatamente, com a bolsa chegando a 107 mil pontos e o dólar recuando 1,34% (23/10, B1 e B8). **Mas**¹ é bom lembrar que isso **não**⁶ resolve todos os problemas. Executivo e Legislativo têm agora de se debruçar sobre as reformas administrativa e tributária, que desinche a máquina pública e racionalize os impostos. E fazer as reformas sem que haja paternidades institucionais ou pessoais, lembrando que elas são **imperativos da Nação**². (...)”. (**carta 42/ O Estado**)

Legenda:¹ contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valoração/ ³ contração proposição endosso/ ⁴ contração proposição pronunciamento/ ⁵ afeto de (in)segurança/ ⁶ contração contraposição negação/ ¹¹ expansão ponderação

Verificamos nestas cartas que no tipo de posicionamento “a favor”, a insegurança foi causada pelas ações do propositor e pelas situações ou pessoas que impediram ou atrasaram a aprovação da reforma e indica o julgamento negativo do subtipo estima social de incapacidade dirigido ao propositor da reforma, por considerá-lo incapaz de lutar contra as adversidades que estavam protelando a votação e a aprovação da proposta.

A insatisfação manifestada (afeto de insatisfação) inclui o fato de as mudanças no texto da reforma diminuírem a quantidade de recursos a serem poupados e ao fato de a reforma não ser vista como prioridade pelo Congresso, segundo a compreensão do leitor-autor.

De acordo com Martin; White (2005), o sentimento de (in)segurança está ligado ao bem-estar relativo ao meio social em que estamos inseridos e considera o nível de segurança ou insegurança que sentimos.

Já a (in)satisfação, segundo Martin; White (2005), diz respeito aos nossos sentimentos de satisfação e/ou frustração em relação às atividades em que estamos envolvidos, às nossas metas e objetivos e inclui nosso papel como participantes ou espectadores do meio. Portanto,

ao ver situações e pessoas que dificultam o andamento e a aprovação da reforma, o leitor-autor sente-se inseguro e insatisfeito e julga negativamente a capacidade de enfrentamento do outro, no caso, do proponente da reforma.

Conforme Avelar; Azuaga (2003, p. 36), o julgamento é uma “categoria de posicionamento atitudinal” em que é avaliado o comportamento humano dirigido às normas sociais. Na estima social, que não envolve implicações legais, a capacidade mede o quanto alguém é ou não capaz de lidar com uma situação, e no caso, o propositor foi julgado como alguém incapaz de lidar com os impeditivos que retardaram a aprovação da reforma.

No tipo de posicionamento “a favor”, o leitor-autor entende que a reforma da Previdência trará benefícios ao país, é fundamental para que a economia melhore e para a atração de investimentos, denotando uma resposta de apreciação valorização positiva quanto à reforma, que é avaliada como “*necessária*”, “*fundamental*”, como uma “*prioridade nacional*”, “*imperativo da Nação*” e vista como uma “*aposta*” para o crescimento do país e para a “*atração de investimentos*”, conforme vimos nos excertos e cartas ilustradas anteriormente.

Em contrapartida, o fato de a reforma não ter sido aprovada antes é motivo que despertou insegurança no leitor-autor, que entende que prejuízos foram gerados ao Brasil, como o fato de o país continuar a “*andar de marcha ré*”, de ainda não ter entrado “*no rol das nações desenvolvidas*”, de o sistema previdenciário ser deficitário e tornar-se cada vez mais “*insustentável*”.

De acordo com Martin; White (2005) e ratificado em Gonçalves-Segundo (2011), as apreciações constroem avaliações de caráter estético ou de valor social dirigidas a fenômenos semióticos ou naturais.

Ao considerarmos a avaliação sobre o tema da reforma, compreendemos que houve, no posicionamento “a favor”, uma avaliação geral positiva do valor social da reforma (apreciação valorização), no entanto, não foram feitas avaliações dirigidas à composição de seu conteúdo, com análise de pontos específicos da proposta (apreciação composição).

Esse recurso avaliativo, a apreciação composição, foi utilizado como recurso pelo leitor-autor para avaliar o sistema previdenciário vigente (carta 41), apreciado como um sistema que traz disparidades entre o teto de aposentadoria do funcionário público e do setor privado.

Conforme Cabral; Barros (2006), a apreciação pode referir-se a objetos, processos e estados de coisas em que se faz uma avaliação estética de sua composição, estrutura, forma,

apresentação e conteúdo. No entanto, a avaliação do sistema previdenciário vigente, feita na carta do leitor, nos permitiu verificar que uma avaliação de composição de um fenômeno semiótico sem um caráter estético, também, é possível.

Tal como na adaptação e ampliação do conceito de apreciação que propusemos no início deste mesmo capítulo, no item 6.3 (vide p. 123), essa apreciação foi feita pelo leitor-autor em relação a um fenômeno semiótico no qual não está presente o caráter estético, mas que foi possível, ainda assim, que ele fizesse uma avaliação de conteúdo e equilíbrio, componentes integrantes do recurso da apreciação composição, o que viabilizou a avaliação do sistema previdenciário vigente como um sistema em que não há um equilíbrio no pagamento das aposentadorias, entendido pelo leitor-autor como um sistema que gera grande disparidade no pagamento de benefícios entre o setor público e privado, como ilustrado na carta 41.

No tipo de posicionamento que está em discussão (“a favor”), bem como no posicionamento de “aceitação parcial”, predominam levemente o posicionamento monoglóssico, indicando a presença de afirmações categóricas e factuais que suprimem as possibilidades dialógicas alternativas, tal como descrito em Martin; White (2005).

Nas cartas, o engajamento monoglóssico está fortemente ligado a discursos específicos em cada um dos três tipos de posicionamento. No posicionamento “a favor”, o engajamento monoglóssico foi usado nos seguintes tipos de discursos:

(6) “Ou se aprova de uma vez por todas a reforma da Previdência ou o País continua a andar em marcha ré. (...). Como sabemos, tudo agora vai depender do “é dando que se recebe” e “uma mão lava outra” na Câmara e no Senado. (...)”. (**carta 27/ O Estado**)

(7) “Parabéns ecoam dos rincões da Pátria para o plenário da Câmara: por 379 votos a 131, os deputados aprovaram o texto-base da reforma. (...). Ontem amanhecemos outros. (...). A esmola forma o mendigo e o indolente, já a justiça distributiva forma o forte, o impávido colosso, cujo futuro de grandeza, retratado no nosso Hino, enfim, chegou”. (**carta 28/ O Estado**)

(8) “(...). Além da Previdência, da segurança e da educação, o fracasso do "jeitinho" nas políticas públicas reflete-se com clareza em graves gargalos brasileiros, como saneamento básico, habitação, infraestrutura e saúde. São problemas que vêm retardando nosso ingresso no rol das nações desenvolvidas” (...). (**carta 29/ Cruzeiro do Sul**)

(9) “(...). Precisamos oferecer segurança para atrair os necessários investimentos”. (**carta 42/ O Estado**)

(10) “É o fim desta novela que durava anos, vespeiro em que somente Bolsonaro teve a coragem de mexer, descascando o abacaxi. Era a reforma **necessária**² para o País seguir adiante. (...)”. (**carta 44/ O Estado**)

Por meio do estudo dessas cartas, compreendemos que predomina o uso do engajamento monoglóssico em discursos que entendem que a reforma da Previdência é o caminho para que o país possa se desenvolver e que ela é imprescindível, tanto é que a demora na sua aprovação é avaliada negativamente como algo que atrasa o progresso do país e que só a reforma poderá trazer segurança aos investidores para aplicarem seus recursos no Brasil.

Outros discursos monoglóssicos fazem referência à questão da disparidade entre salários do setor público e privado, mas, diferentemente dos outros tipos de posicionamento, neste, os leitores-autores entendem que a reforma corrigirá essa disparidade e trará mais igualdade entre as categorias.

Tal como entendido por Bakhtin (1981), afirmações categóricas como essas indicam que esses discursos buscam unificar a linguagem e mantê-la afiliada e alinhada a posicionamentos hegemônicos ou dominantes. O tipo de discurso monoglóssico apoia-se em uma única voz autoral e se opõe ao caráter dialógico da linguagem, mesmo que esteja ligado a outros discursos e não seja totalmente novo.

Nessa mesma linha, Martin; White (2005) entendem que o engajamento do tipo monoglóssico gera o efeito de trazer discursos factuais, não permite a abertura de espaço para outras perspectivas que são alternativas às pronunciadas pelo falante/escritor e não dá margem à discussão e ao diálogo.

No engajamento monoglóssico, o escritor/falante tem a possibilidade de enunciar algo pressuposto ou que não dá margem a questionamentos, uma vez que esses enunciados são apresentados como únicos e verdadeiros e eliminem a presença de alternativas que o contradizem, ignorando a diversidade da cadeia dialógica:

Proposições, declaradas de modo absoluto, são tratadas como certas, indiscutíveis, ou como não-problemáticas, baseadas em conhecimento consensual, em fatos, eventos conhecidos e aceitos pela comunidade discursiva (NININ; BARBARA, 2013, p. 132).

Por seu turno, no uso que o leitor-autor faz de enunciados heteroglóssicos, há pouca abertura para a aceitação de outros posicionamentos e prevalece o engajamento de alta responsabilidade autoral por meio do uso do recurso de contração dialógica contraposição negação, que reduz o espaço dialógico de negociação e aceitação de outras vozes e perspectivas. Segundo Sobhie (2008), neste tipo de engajamento, a voz autoral coloca-se em

desacordo ou rejeita a posição contrária à enunciada, embora reconheça sua existência e negue-a, o que simula seu apagamento da rede dialógica.

Por meio do uso desse recurso de engajamento contrativo, o leitor-autor compreende que o déficit da Previdência é um problema “antigo”, que a reforma não resolverá todos os problemas financeiros do país, mas que, ainda assim, ela precisa ser feita, já que não há “*milagre*” na política para solucionar os problemas econômicos do Brasil.

O recurso de contração dialógica contraposição contraexpectativa aparece como uma forma de engajamento também relevante nas cartas, posto que é o segundo tipo de engajamento heteroglóssico mais utilizado pelo leitor-autor.

Por vezes, essas formas de engajamento aparecem combinadas com outras em uma mesma sentença e reforçam a restrição do espaço para negociação e aceitação de outras perspectivas, como ocorre na carta 42: “*Mas¹ é bom lembrar que isso não⁶ resolve todos os problemas*”.

No movimento de contraexpectativa, há uma expectativa presente que não foi aplicada ao evento enunciado. Esse recurso assemelha-se à negação, pois “em ambos a avaliação é apresentada e, em seguida, outro significado é revelado”. No entanto, na contraexpectativa quebra-se uma expectativa que subjaz no discurso e que não foi satisfeita no caso enunciado (CRUZ, 2015, p. 310).

Nas cartas ilustradas anteriormente, a expectativa refere-se ao prazo para votação da proposta (cartas 27 e 42), ao fato de a reforma da Previdência ser suficiente para solucionar os problemas financeiros do país e à quantidade de recursos que ela vai poupar (carta 27). Nesses discursos, o leitor-autor dialoga com discursos circulantes que afirmam que o prazo para votação da proposta é adequado, de que a reforma será a solução para o problema financeiro do país e de que poupará boa quantidade de recursos financeiros, para então, negá-los ao evento enunciado, o que leva a não aplicação, no evento enunciado, de que essas são ideias plausíveis e aceitáveis.

O recurso de contraexpectativa é utilizado, ainda, no discurso que indica que o país está estagnado e no qual a expectativa de piora na economia é quebrada (carta 27) nesse evento comunicativo, por se compreender que a reforma trará uma melhora econômica. Neste caso, é feita a quebra de uma expectativa ruim (estagnação da economia), que é substituída pela crença de que parte do problema será solucionado com a reforma e que levará o país rumo ao “progresso”.

Tal como afirmado por Ninin; Barbara (2013), ao engajar-se de forma contrativa, o leitor-autor reconhece discursos alternativos, mas age no sentido de desafiá-los com proposições que restringem ou anulam essas alternativas dialógicas e/ou vozes, que no caso em discussão, o posicionamento “a favor”, faz a voz autoral alinhar-se a discursos neoliberais sobre o tema da reforma, uma vez que prima por uma separação entre o fator econômico e o social, o que será discutido de forma pormenorizada em nossa análise discursiva.

No tipo de posicionamento “a favor”, o leitor-autor engaja-se de forma solidária com discursos circulantes que pregam que o Brasil se tornará insustentável financeiramente, caso a reforma não seja aprovada. Esse alinhamento estende-se às vozes externas que são a favor da reforma e aos discursos do governo que afirmam que há déficit no sistema previdenciário e que a reforma é necessária para manter a saúde financeira do país, tal como apresentado no trecho a seguir, disponível para consulta pública no site do governo federal:

E manter o sistema previdenciário sustentável é um dos maiores desafios que se impõe ao Estado brasileiro neste momento. Ao propor uma reforma, o governo quer evitar que seja colocado em risco o recebimento de aposentadorias, pensões e demais benefícios por esta e pelas próximas gerações. A cada mês são pagos, rigorosamente em dia, quase R\$ 34 bilhões correspondentes a cerca de 29 milhões de benefícios, somente no Regime Geral de Previdência Social (RGPS)/INSS. Se forem somados os assistenciais, o valor ultrapassa os R\$ 37,9 bilhões/mês. As despesas do INSS estão em torno de 8% do PIB e, se nada for feito, as projeções para 2060 apontam que o percentual deve chegar a 18%, índice que inviabilizaria a Previdência. No ano passado, o déficit do RGPS (coberto com recursos da Seguridade Social - da qual a Previdência faz parte - que também é deficitária) chegou perto de R\$ 150 bilhões (BRASIL, 2016c).

Nas avaliações desses leitores-autores, não há referência e preocupação destinados à perda de seus próprios direitos e nem da população em geral, decorrente da proposta de reforma. Ainda que a reforma tenha sido delineada para reduzir os valores das aposentadorias e para retardar sua conquista, isso não é fonte de preocupação e de insatisfação trazida no relato e na apreciação do leitor-autor que apoia a proposta e se posiciona a favor dela.

6.6.1.1 - Posicionamento contrário à reforma da Previdência

Os excertos das cartas e as cartas completas, a seguir, ilustram os recursos avaliativos e de posicionamento utilizados na avaliação do tema da reforma no tipo de posicionamento

“contra” e estarão destacados em negrito e com símbolos sobrescritos, os quais serão discutidos posteriormente:

(11) “(...). Hoje a Reforma da Previdência da forma que está **prejudica**⁹ o trabalhador mais humilde, aquele que ganha entre 1 e 3 salários mínimos, normalmente trabalhadores que "pegaram no pesado" a vida toda, trabalharam muito mais que os 35 anos para homens e 30 para mulheres, **porém**¹, na informalidade. O tal rombo da Previdência existe porque grandes empresas, assim como já **divulgado**⁷ pela mídia, devem o dobro ou mais de impostos que o tal rombo, as desonerações e a tal da DRU (Desvinculação de Receitas) também contribuem para o tal do rombo. (...)”. (carta 1/ JCNET)

Legenda:¹ contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valoração/ ³ contração proposição endosso/⁴contração proposição pronunciamento/ ⁵afeto de (in)segurança/ ⁶contração contraposição negação/¹¹ expansão ponderação

(12) “Verdadeira **palhaçadas**² essa nova previdência, **em quem está quebrando a mesma não**⁶ **se mexe**^{14inv}. Continua a ter gente que vai continuar a receber até 30 mil e o coitado que recebe, e quando consegue, um salário mínimo, **e esse que tá aumentando o rombo da previdência?**^{8inv}. Mais uma vez **enganando o povo**¹⁶”. (carta 2 completa/ Cruzeiro do Sul)

Legenda: ² apreciação valoração/ ⁶ contração contraposição negação/ ^{8inv} contração proposição expectativa confirmada invocada/ ^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(13) “O desenrolar dos fatos no Congresso nos **mostra que**³ somos cada vez mais **desiguais**^{14inv} na presente reforma da Previdência. Legisladores se deixam influenciar por lobbies que integram o poder público, mantendo seus privilégios e regras remuneratórias que sairão do bolso de todos (...)”. (carta 4/ O Estado)

Legenda:³ contração proposição endosso / ^{14inv} apreciação composição invocada

(14) “A proposta do governo é **absurda**² e beira a **irracionalidade**². Querem que a população morra trabalhando **sem nenhuma**⁶ possibilidade de ter acesso ao benefício previdenciário. Além disso, dificilmente alguém consegue manter se no emprego até os 65 anos de idade (...)”. (carta 13/ O Estado)

Legenda:² apreciação valoração/ ⁶ contração contraposição negação

(15) “Os políticos devem dar o exemplo aprovando, primeiramente, a reforma da previdência deles próprios. Depois, e só depois, começar a discutir a dos demais brasileiros. A proposta do governo, relegando a discussão da previdência dos políticos para um momento posterior, é absolutamente **imoral**²! No mínimo”. (carta 15 completa/ O Estado)

Legenda:² apreciação valoração

(16) “**Não**⁶ há o que comemorar nesta **desidratada**^{14inv} reforma. Manteve, e em alguns casos ampliou, a diferença de benefícios dos funcionários públicos em relação ao setor privado e **não**⁶ incluiu estados e municípios, que têm enorme peso no déficit”. (carta 19 completa/ Folha)

Legenda: ⁶ contração contraposição negação/ ^{14inv} apreciação composição invocada

(17) “(...). **Injustificável**¹⁶ o argumento do déficit na Previdência visto que praticamente metade do rendimento de todos os brasileiros, inclusive aposentados, retorna ao governo na forma de impostos. É **imoral**¹⁵, **ilegal**¹⁶ e **desumano**¹⁵ o governo retirar dos mais necessitados”. (carta 21/ JCNET)

Legenda: ¹⁵ julgamento de sanção social propriedade / ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(18) “O sr. Michel Temer, assim como toda a casta política brasileira, desde a esquerda, ao centro até a direita, de qualquer posição, estão a **brincar com fogo**^{12 inv} quanto à proposta da reforma da Previdência Social! Idem os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF)! Este povo está **farto**⁹ e **raivoso**⁹ e **não**⁶ aceitará o **absurdo de morrer em pé trabalhando**^{2inv} assim como os pensionistas e aposentados em terem 10% de seus **miseros estípidos**¹⁴ cortados... Está nação está a um passo da **revolta**⁹ popular espontânea causada unicamente pelos **desmandos**¹² e **imoralidade corruptiva**¹⁵ de seus **alienados**¹² e **sujos políticos**¹⁵, estejam eles no Legislativo ou no Executivo, nas prefeituras, estados e principalmente lá na ilha da fantasia chamada Brasília, bem como da faustosa, cara e inepta máquina do Judiciário igualmente em todos os níveis. Há tempos vocês estão cutucando a onça com vara curta. A **corda da paciência popular está esticadíssima**^{9 inv} a ponto de se romper diante de mais esta **torção nada leve e hipertemerária parida**² de quem se acha **seguro e inalcançável**^{12 inv}! Aprovevem esta **insanidade**² apostando na **folclórica pacatez “bovina”**^{10 inv} do brasileiro e vocês, políticos e juízes (há poucas exceções para ambos), verão dentro de suas próprias casas e vidas o que é um povo **irado**⁹... (...).” (carta 22/ JCNET)

Legenda: ² apreciação valoração/ ^{2inv} apreciação valoração **invocada** / ⁶ contração contraposição negação/ ⁹ afeto de (in)satisfação/ ^{9inv} afeto de (in)satisfação invocada/ ^{10 inv} julgamento de estima social tenacidade invocado/ ¹² julgamento de estima social (in)capacidade/ ^{12inv} julgamento de estima social (in)capacidade invocado/ ¹⁴ apreciação composição/ ¹⁵ julgamento de sanção social propriedade / ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(19) “(...) a proposta da reforma da Previdência Social, ofertada pelo Governo Federal através da PEC 287/2016, devido à **falta de transparência**¹⁶ e ausência de representação de dados técnicos e concretos quanto ao **alegado**¹⁷ déficit previdenciário, está **equivocada**² e representa um **duro ataque**² contra direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988. (...)”. (carta 23/ JCNET)

Legenda: ² apreciação valoração/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade/ ¹⁷ expansão atribuição distanciamento

(20) “(...). Essa é outra questão, fala-se da falência da Previdência "esquecendo" de que ela faz parte da Seguridade Social que, pasmem, é **superavitária**²! Ou seja, é **uma picaretagem atrás da outra**¹⁶, realizada pelo governo que aprovou o impedimento da ex-presidente em nome da salvação do país. (...) **Só ficam de fora, os amigos do rei**^{14 inv} do Legislativo, do Judiciário, das Forças Armadas. Ah! Quando um de nós os deixar, o outro cônjuge receberá **somente 50% de pensão**^{14 inv}. Afinal, 2 salários mínimos (o meu e o dela) para uma só pessoa que **não**⁶ faz mais nada, é muito dinheiro. **Não**⁶ é necessário viver como um **marajá**¹⁵! (...)”. (carta 25/ JCNET)

Legenda: ² apreciação valorção/ ⁶ contração contraposição negação/ ^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁵ julgamento de sanção social propriedade/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(21) “O texto-base da Previdência aprovado no Congresso **não⁶ vai atender à questão básica que é a premiação de quem trabalhou^{2inv}** por muitos anos fazendo a contribuição regulamentar. São milhões de trabalhadores da iniciativa privada e alguns das estatais. Enquanto isso, integrantes dos Executivos, dos Legislativos, do Judiciário e da área militar **não⁶** terão a preocupação com seus rendimentos quando se retirarem de suas funções. Por que a **desigualdade^{14?}**”. (carta 40 completa/ O Estado)

Legenda: ^{2inv} apreciação valorção invocada/ ⁶ contração contraposição negação/ ¹⁴apreciação composição

No posicionamento “contra”, a insatisfação do leitor-autor refere-se à reforma da Previdência e ao quanto ela prejudicará o trabalhador (afetado negativamente), o que gera o julgamento negativo de sanção social propriedade dirigido ao propositor, o que indica o questionamento do quanto o propositor elaborou uma reforma justa e igualitária, uma vez que há a exclusão e/ou protelação da inclusão de diversas categorias na reforma²⁵ (militares, políticos, Estados e Municípios), além de algumas delas entrarem na proposta com regras diferenciadas.

Além disso, os leitores-autores denotam que há outras medidas que se fazem necessárias antes da reforma, a fim de corrigirem as deturpações que atualmente afetam o saldo financeiro da Seguridade Social, como: a DRU (desvinculação das receitas da União); as desonerações na folha de pagamento das empresas e as isenções fiscais e tributárias, dos quais seus recolhimentos seriam destinados à Seguridade Social.

Em menor proporção, o julgamento de sanção social veracidade, dirigido ao propositor, foi utilizado para trazer a dúvida do quanto essa reforma é de fato necessária e para contestar o rombo da previdência apontado pelo governo. Por esse tipo de julgamento, o leitor-autor questiona o quanto os políticos que propõem a lei são verdadeiros na apresentação de contas que indicam o déficit do sistema e o quanto a medida é de fato viável, uma vez que outras deturpações não foram corrigidas, tal como discutido acima e de acordo com os recursos avaliativos utilizados nas cartas: 2, 21, 23 e 25.

²⁵ Até alguns meses antes da aprovação da reforma, cogitou-se de várias categorias ficarem de fora da proposta, em função de lobbies que se formavam no Congresso e da resistência que isso traria para sua aprovação final. De fato, várias categorias, incluindo Estados e Municípios, ficaram de fora da reforma quando da sua aprovação final. Esses foram incluídos, posteriormente, em uma reforma paralela. A categoria dos militares foi incluída ao final, em documento paralelo entregue pelo presidente Bolsonaro, com compensações para que os militares resistissem menos a fazer parte da reforma geral. Essas foram estratégias utilizadas pelos congressistas e pelo governo para driblarem a alta rejeição à reforma da Previdência e conseguirem aprová-la, rapidamente, em um texto mais básico.

Neste tipo de posicionamento (“contra”), há os que não acreditam na existência do déficit do sistema previdenciário e os que atribuem esse déficit a causas como: corrupção, desvio de dinheiro e má gestão do dinheiro da Seguridade Social.

Nos casos em que há a consideração da existência do déficit, o leitor-autor denuncia que o governo é o responsável e contribui para o saldo negativo do sistema previdenciário, uma vez que ele mantém e aumenta a DRU e desvia dinheiro da Seguridade Social para outros fins, além de deixar de arrecadar recursos ao desonerar a folha de pagamento, de perder receita por meio das isenções fiscais e previdenciárias dadas às grandes empresas e de pagar valores diferenciados e benefícios desproporcionais a várias classes, quando comparadas à população geral, conforme excertos das cartas: 1, 2, 4 e 25.

Esses casos alinham-se a discursos de economistas e estudiosos no assunto da Previdência que, também, questionam o saldo previdenciário e as fontes de escoamento do dinheiro da Seguridade Social, tal como em:

Com o acirramento da crise do capitalismo e seus efeitos retardatários no Brasil, o governo federal vem adotando como uma das estratégias para o socorro ao capital e a retomada das taxas de lucros do setor não financeiro da economia, a concessão de generosos incentivos fiscais - tecnicamente conhecidos como gastos tributários - a empresas, sem o controle democrático da sociedade e sem contrapartidas sociais. As renúncias tributárias comprometem o financiamento da seguridade social, assim como os fundos de participação dos estados e dos municípios, que são formados a partir da arrecadação dos impostos federais. Com isso, além do esvaziamento do financiamento da seguridade social na esfera federal, também ocorre uma diminuição de recursos dos fundos de participação de estados e municípios, implicando um menor volume de transferências para os gastos orçamentários dos entes subnacionais com educação e saúde. (...). O relatório "Demonstrativo dos gastos tributários - Ploa 2016" da RFB (2015) fornece pistas das renúncias tributárias sobre as contribuições previdenciárias. Conforme a RFB (2015), os gastos tributários da "contribuição para a previdência social" devem responder por 20,05% das renúncias tributárias em 2016. As três principais desonerações, em 2016, que atingem a contribuição para previdência social, em valores correntes, são: a desoneração sobre folha de pagamento (R\$ 14,5 bilhões), a não cobrança da contribuição previdenciária patronal das entidades filantrópicas (R\$ 11,01 bilhões) e o chamado Simples Nacional (R\$ 20,63 bilhões), que é um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte. Também merece destaque a imunidade tributária concedida ao agronegócio exportador, o que implica a necessidade de maior cobertura financeira do subsistema previdenciário rural. No ano de 2016, essa renúncia estava estimada em R\$ 6,5 bilhões (RFB, 2016). Conforme a Anfip (2013), essa situação implica a necessidade de maior solidariedade entre os trabalhadores urbanos e rurais. Essas desonerações da folha de pagamento afetam diretamente o Orçamento da Seguridade Social (OSS), pois a Contribuição de Empregados e

Empregadores, que integra a contribuição sobre a folha de pagamento, representa mais da metade do OSS (...) (SALVADOR, 2017, p. 436-437).

Para esse mesmo tipo de posicionamento (“contra”), há, ainda, discursos que contestam o déficit do sistema previdenciário e que trazem à tona informações que não são abordadas pelo governo e pela classe política na tratativa do tema. Até parte da mídia denuncia essa desinformação, que age como forma de manipulação e abuso de poder. Esses discursos corroboram as concepções apresentadas por estudiosos no assunto da Previdência, que aceitam a necessidade da reforma, mas não a proposta do governo (de “aceitação parcial”), tal como em:

Para aprovar sua reforma em prol do sistema financeiro e prejudicial aos trabalhadores, o governo Bolsonaro insiste na cantilena do “rombo” da Previdência, agora de R\$ 290,297 bilhões, que supostamente teria ocorrido no ano passado. Número fabricado, colocando tudo na mesma conta os resultados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores do setor privado, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os servidores públicos civis da União, e o sistema dos militares. O RGPS tem Orçamento próprio, com fontes de financiamentos determinadas pela Constituição: contribuição de trabalhadores e empregadores, a Cofins, a CSLL, o PIS/PASEP e receitas de prognósticos (loteria). Já o RPPS e o sistema dos militares são mantidos com recursos do Tesouro Nacional. Além disso, o governo omite receitas - como o desvio de 30% da Seguridade através da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e não consideração do rendimento financeiro da Previdência - e acrescenta despesas que nada têm a ver com o RGPS. Somente em 2017, as omissões diminuíram em R\$ 159 bilhões as receitas da Previdência. Some-se a isso a desonerações que garfaram R\$ 141,177 bilhões naquele ano, de acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). E mesmo assim o governo anunciou que este ano as renúncias com isenções previdenciárias deverão tirar dos cofres do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) R\$ 54,56 bilhões. São isentos ou têm cobrança reduzida para o INSS os exportadores agrícolas - “agro é pop” -, entidades filantrópicas e micro e pequenas empresas. Ano passado, foi deixado de arrecadar com isenções a esses setores R\$ 46,3 bilhões (ALBUQUERQUE, 2019).

Posto isso, temos no posicionamento “contra”, a contestação do déficit como gerado unicamente pelo pagamento de pensões e aposentadorias do regime geral (RGPS), uma vez que o governo inclui na conta o gasto com outros regimes previdenciários que, por terem regras próprias, deveriam ter suas reformas específicas e não terem seus déficits somados à conta do RGPS, conforme propõe o governo para justificar sua proposta de reforma, o que se constitui como uma manobra adotada pelo governo para gerir o dinheiro público, o qual direciona as quantias para seus próprios interesses e para o interesse do mercado. Nesse

sentido, o leitor-autor engaja-se de forma distante e não se solidariza com o discurso do governo a esse respeito.

Por meio da sua apreciação sobre o tema, o leitor-autor entende que a proposta mantém as injustiças sociais quanto ao recebimento da aposentadoria, enquanto ela protege uma parcela da população que tem lobbies de defesa no congresso, por meio de algumas bancadas e por meio de autoridades representantes de classes específicas que influenciam em sua defesa e mantêm essas classes fora da proposta ou com regras mais brandas de inclusão, enquanto a maioria (o afetado trabalhador) não é representada e gera ainda mais injustiças, no seu entendimento.

Essas injustiças e desigualdades decorrentes da proposta da reforma são avaliadas por meio do recurso avaliativo apreciação composição, em que o leitor-autor avalia os pontos da proposta e compreende se ela atende ou não a todos indistintamente e se ela é bem elaborada e clara.

Ao fazer essa apreciação (composição), o leitor-autor compreende que, deixar classes de fora da proposta (cartas 2, 4 e 25 - vide p. 146-147) e diminuir o valor da pensão dos viúvos/pensionistas (cartas 22 e 25 - vide p. 146-147) cria, mantém e eternaliza os privilégios gerados pelo sistema atual, o que acirra ainda mais as desigualdades (cartas 2, 4, 19 e 40 - vide p. 146-148). A influência da pressão que esses lobbies causam para mudarem a composição de pontos específicos da proposta, a fim de excluírem categorias da reforma ou abrandar a regras para algumas delas, também, contribuem para essa apreciação (composição) negativa.

Por conseguinte, o conteúdo da proposta não é avaliado como bem elaborado, como equilibrado e que contempla a todos indistintamente, além de não manter regras claras para a concessão dos benefícios, uma vez que, por influência externa (lobbies) que interfere em sua composição e conteúdo, as regras são constantemente alteradas, com inclusão de benefícios a classes que exercem poder no governo, que gera uma não conformidade com a própria Cartilha da Nova Previdência (BRASIL, 2019c) elaborada pelo governo, que promulga que a reforma “é para todos” e de que se busca um sistema mais justo e igualitário. Nesse cenário, há indícios de um discurso ideológico por parte do governo, que é denunciado nas avaliações feitas na carta do leitor, o que será discutido mais detalhadamente mais adiante, em nossa análise discursiva.

A partir dessa avaliação, por apreciação composição, feita nas cartas do leitor, e em conformidade com o que discutimos no posicionamento “a favor”, verificamos que eventos e

fenômenos semióticos podem ser avaliados pelo sistema da apreciação para além do caráter estético, tal qual um projeto de lei (reforma previdenciária) ou até mesmo outros fenômenos semióticos passíveis de avaliação, o que indica que a categoria pode ser ampliada para outros aspectos que não o estético e precisa ser adaptada conforme o fenômeno avaliado²⁶.

Ao entender que o conteúdo da proposta de reforma mantém e acirra desigualdades, a reforma é vista de forma negativa e avaliada por meio do recurso da apreciação valoração negativa, nomeada ²⁷ de: *“imoral”*; *“golpe liberal”*; *“duro ataque”*; *“impopular”*; *“absurda”*; *“palhaçada”*; *“tacanha”*; *“despropósito”*; *“equivocada”*; *“pena de 49 anos de trabalhos forçados”*, *“insanidade”*; *“velório da Previdência”* e *“irracionalidade”*.

A apreciação valoração avalia o valor social e o grau de inovação e autenticidade do fenômeno semiótico ou evento, conforme Martin; White (2005). Ao considerarmos nossa adaptação do conceito, o valor social dado à proposta de reforma leva em conta o quanto essa proposta trará as soluções propostas pelo governo na melhora da economia e de ser um bem para todas as pessoas e têm como parâmetro a avaliação que o leitor-autor faz dela, mediante análise da proposta que foi divulgada pelo próprio governo (BRASIL, 2019c).

Destarte, na avaliação do leitor-autor, podemos compreender que as pessoas de posicionamento “contra” consideram que a reforma não será algo benéfico e avaliam-na como uma medida impopular, que não considera outras questões como: a saúde do trabalhador para atender à idade mínima exigida nas novas regras; as condições do mercado de trabalho e a existência de vagas no mercado de trabalho, especialmente, para a faixa etária mais avançada (acima dos 50 anos), além de não corrigir as disparidades do sistema atual, que escoam dinheiro da Seguridade Social.

Por sua vez, o engajamento do leitor-autor indica uma leve predominância para a presença de enunciados heteroglóssicos, com restrição na abertura dialógica, o que reduz a disposição para a negociação com outros posicionamentos e vozes, representado predominantemente pelo engajamento de máxima responsabilidade autoral, a contração dialógica contraposição negação, na qual o leitor anula totalmente uma dada realidade como alternativa dialógica.

²⁶ Ressaltamos que mais estudos sobre essa adaptação do conceito precisam ser feitos, inclusive com outros fenômenos e eventos semióticos e naturais, para averiguação do escopo que o sistema da apreciação pode recobrir além do caráter estético, o que não cabe neste trabalho por contemplar outros objetivos.

²⁷ As cartas correspondentes a essas apreciações de valoração negativa referem-se respectivamente às cartas: 15; 39; 23; 1; 13; 2; 12; 13; 23; 23; 22; 9 e 13, que podem ser consultadas nos anexos, a partir da página 228.

Segundo Sobhie (2008), neste tipo de engajamento, a voz autoral se coloca em desacordo ou rejeita a posição contrária à enunciada, reconhecendo sua existência e negando-a, o que simula seu apagamento da rede dialógica. Assim, ao enunciar que “*não há déficit no sistema previdenciário*”, o leitor-autor reconhece a existência de um discurso circulante que afirma que o sistema previdenciário é deficitário, para, então, rejeitá-lo, e não aceita essa concepção do déficit.

Conforme White (2004), no movimento de contração dialógica contraposição negação, o leitor dialoga com enunciados contrários ao seu e a negação funciona como uma resposta a posicionamentos alternativos, ou seja, a crenças/alegações e discursos opostos proferidos por outros sobre o mesmo tema. A voz autoral reconhece a existência de outros posicionamentos da rede dialógica, ativa-os no texto e rejeita-os. Ao reconhecer outras vozes, fica claro o recurso dialógico e, ao negá-las, mostra a não abertura de espaço para essas outras proposições em seu discurso.

Excertos de diversas cartas ilustram o uso desses recursos de engajamento (contraposição negação), por vezes, combinados com outros recursos contrativos:

(22) “(...). Isso porque os cerca de 65 lobbies corporativos dos privilegiados servidores estatais dominam o processo, enquanto os segmentos privados **não**⁶ tem quem defenda seus interesses e estão a pé. (...) O corporativismo em Estados e municípios **nem sequer**⁶ será tocado”. (**carta 6/ O Estado**)

Legenda: ⁶ contração contraposição negação

(23) “A reforma da Previdência aprovada em primeiro turno na Câmara nada mais é do que **medida fiscal, antes de tudo**^{2inv}. De previdência tem muito pouco, **na verdade**⁴. **Não**⁶ acabou com a privilegiatura – pobre **não**⁶ tem lobby em Brasília, como o funcionalismo público e outras categorias protegidas. (...). Enquanto **não**⁶ houver uma reforma política séria no Brasil, os brasileiros continuarão a viver ao sabor das castas e do patrimonialismo de Brasília”. (**carta 8/ O Estado**)

Legenda: ^{2inv} apreciação valorção invocada/ ⁴ contração proposição pronunciamento/ ⁶ contração contraposição negação

(24) “A aprovação da reforma da Previdência **por certo**⁸ **não**¹ teve como base a **coerência do Executivo nacional e também de muitos parlamentares**^{12inv}. Os trabalhadores da iniciativa privada mais uma vez **arcarão com aposentadorias de valor menor**^{14inv}. “E mais, a idade maior **não**⁶ está levando em consideração que em muitos setores **não**⁶ é fácil manter o emprego com idade avançada”. Consequentemente, os recolhimentos que serão levados em conta para o cálculo da aposentadoria serão **insuficientes**¹⁴ para uma aposentadoria com valor adequado. **Será que os defensores da proposta do governo estão levando esta questão?**⁵”. (**carta 10/ O Estado**)

Legenda: ² apreciação valorção/⁶ contração contraposição negação /^{14inv} apreciação composição invocada/

(25) “**Será que esse pessoal é mesmo⁴ sem noção?**”. Principalmente o governo. Pois enquanto existirem funcionários públicos ganhando mais de 140 mil/mês jamais entrará na cabeça de um brasileiro, por mais modesto e analfabeto que seja, que ele não está sendo avaliado como **trouxa¹²** para mexerem na sua “rica” aposentadoria”. (**carta 11 completa/ O Estado**)

Legenda: ² apreciação valorção/⁶ contração contraposição negação /^{14inv} apreciação composição invocada/

(26) “O relator da PEC, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), **The Flash¹²**, conseguiu a **façanha^{15inv}** de em menos de 24 horas dar parecer sobre sua admissibilidade. **Mas¹** os brasileiros merecem resposta para duas perguntas: **1) Como se explica¹⁶ que um cidadão que contribuiu com 32% de seu salário (12% do segurado e 20% do empregador) após 30 ou 35 anos dependa de um novo segurado para garantir sua aposentadoria?⁸ 2) Para onde vai a arrecadação do PIS e da CSLL¹⁶, criados para fazer frente às aposentadorias rurais e dos idosos, instituídas pela Constituição de 1988?⁸”. (**carta 16 completa/ O Estado**)**

Legenda: ² apreciação valorção/⁶ contração contraposição negação/^{8inv} contração proposição expectativa confirmada invocada/^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(27) “(...) enquanto **não⁶** realizarmos a mãe de todas as reformas, a da política, **nada⁶** vai mudar na gestão pública”. (**cartas 17/ Folha**)

Legenda: ² apreciação valorção/⁶ contração contraposição negação/^{8inv} contração proposição expectativa confirmada invocada/^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(28) “(...). **Ocorre que⁴** tal benefício foi instituído ao longo da história humana para que as pessoas ao longo de suas vidas recolhendo ao Estado uma certa parcela de suas rendas, quando geralmente **não⁶** tem mais saúde para produzir, **possam¹¹** usufruir desses recursos e viver mais algum tempo com um mínimo de dignidade e **não⁶** ter que ir para a indigência como era no passado remoto”. (**carta 20/ JCNET**)

Legenda: ² apreciação valorção/⁶ contração contraposição negação/^{8inv} contração proposição expectativa confirmada invocada/^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(29) “(...). **Porém¹** toda essa parafernália carregada de moralismo cínico **não⁶** serviu para discutir a corrupção na Previdência, que se expressa por desonerações fiscais, dívidas imensas das grandes empresas e utilização do dinheiro para obras faraônicas que **não⁶** viraram nada. Desde a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em 1933, que os grandes empresários metem a mão no dinheiro do trabalhador. (...). Ou seja, a Previdência **não⁶** está falida, **mentira deslavada¹⁶**, mas sim **roubada descaradamente¹⁶** pelos integrantes desse governo que quer reformá-la. Para **agradar^{9 inv}** quem? O setor financeiro e os fundos de pensão. (...). Se tivéssemos mais de 50 anos, iríamos pagar um pedágio de acordo com o que falta para completar o nosso tempo de aposentadoria. **Mas¹** tudo bem, se estivermos com saúde, certo?”. (**carta 25/ JCNET**)

Legenda: ² apreciação valorção/⁶ contração contraposição negação/^{8inv} contração proposição expectativa confirmada invocada/^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

Nas cartas, o leitor-autor age dialogicamente de forma contrativa em face de discursos que consideram que a população com idade avançada tem condições de ser produtiva, de que o mercado absorverá essas pessoas, de que a proposta de reforma é igualitária, de que acabará com as desigualdades sociais na Previdência e de que afetará a todos indistintamente.

Esses discursos contrativos funcionam, também, como forma de negar a reforma como medida de solução para a economia do país e segue, assim, em defesa de uma reforma política como uma perspectiva viável para a resolução desses problemas enfrentados pelo Brasil. Com isso, o leitor-autor nega ao evento enunciado as concepções que entendem que a reforma da Previdência seja a solução e rejeita os discursos circulantes que apresentam perspectivas contrárias ao que enuncia, o que o leva a denunciar a permanência das desigualdades existentes e a defender uma reforma política e não a previdenciária.

Marcada por meio de seu posicionamento de contração dialógica por negação, o leitor-autor considera que o governo, ao excluir da reforma as classes que mais contribuem para a geração de déficit no sistema, em função de ser influenciado por lobbies que lutam por manter uma minoria fora das novas regras de aposentadoria, faz com que sua proposta passe a não trazer as soluções que ele mesmo prevê na Cartilha da Nova Previdência (BRASIL, 2019c), além de perpetuar as desigualdades.

Por meio da contração dialógica contraposição contraexpectativa, como uma forma de engajamento também relevante nas cartas, o leitor-autor que aceita a perspectiva de déficit da Previdência o atribui a causas diferentes das apresentadas pelo governo. Há no seu engajamento, a anulação da perspectiva de que o alegado “rombo” se justifica pelo pagamento de pensões e aposentadorias aos trabalhadores.

Nessas avaliações, o governo é indicado como o responsável pelo saldo negativo do sistema previdenciário, em função de ele retirar recursos da Previdência por meio da DRU; pela desoneração da folha, pelos benefícios fiscais e previdenciários dados às grandes empresas, o que, conseqüentemente, impacta negativamente o saldo do sistema. Essas avaliações corroboram os estudos de Gentil (2006); Paim; Mota; José (2017) e Albuquerque (2019), dos quais o leitor-autor engaja-se de modo a se alinhar a esses discursos circulantes.

Outros recursos contrativos, utilizados em proporção bem menor, reforçam a aceitação de que a reforma é vista como geradora de desigualdades, como na carta 4 (vide p. 146) (contração proposição endosso e de que a Previdência está perdendo seu caráter de

Seguridade Social, como indicado nas cartas 8 (vide p. 153) e 20 (vide p. 154) (contração proposição pronunciamento).

Trechos dos enunciados dos leitores, como os que serão discutidos a seguir, remetem a certos questionamentos, alguns retóricos, que foram classificados como contrativos (expectativa confirmada ou pronunciamento e outros como monoglóssicos), por reforçarem um posicionamento antecedente, também contrativo.

Na carta 2 (vide p. 146), o leitor-autor posiciona-se de forma contrativa e evidencia que a reforma não atinge as classes que pesam nas contas do sistema previdenciário, e na sequência traz um questionamento, por meio de uma pergunta retórica, que busca, por um lado, fazer com o que interlocutor reflita sobre quem está prejudicando o sistema e, por outro, reflita sobre quem está arcando com esse ônus, dado que não há correspondência entre eles. Nas palavras do leitor-autor: *“Continua a ter gente que vai continuar a receber até 30 mil e o coitado que recebe, e quando consegue, um salário mínimo, e esse que tá aumentando o rombo da previdência?”*.

Neste caso, o leitor-autor dialoga com discursos que dizem que os benefícios recebidos pelo trabalhador contribuem para o “rombo previdenciário”, a fim de justificar a proposta de uma nova reforma no sistema. Ao dialogar com esses discursos, aponta a incoerência de que a reforma não atingirá quem, de fato, está contribuindo para um suposto “rombo” no sistema, os quais continuarão com seus altos benefícios, portanto, distancia-se desses discursos e engaja-se contrativamente.

Desse modo, o leitor-autor entende que esse “rombo” não será solucionado, ao reafirmar que quem recebe apenas um salário mínimo não pode ser responsabilizado pelo suposto saldo deficitário da Previdência, o que marca seu posicionamento contrativo (contração proposição expectativa confirmada) em face desses discursos e que invalida os discursos que aceitam que os trabalhadores sejam os causadores desse saldo negativo do sistema.

Na carta 10 (vide p. 153), a pergunta ao final do enunciado (*“Será que os defensores da proposta do governo estão levando esta questão?”*) parece funcionar como forma de reafirmar um posicionamento contrativo expresso anteriormente, já no início do enunciado, marcado por contração dialógica contraposição negação e contração proposição expectativa confirmada: *“A aprovação da reforma da Previdência por certo não teve como base a coerência do Executivo nacional e também de muitos parlamentares”*.

Esse leitor-autor visita outros discursos que dizem que é necessário considerar a questão da idade das pessoas e as condições do mercado (“setores”) para propor uma reforma e age contrativamente ao formular uma pergunta (final) que põe em dúvida se o proponente considerou esses fatores (julgamento de estima social incapacidade implícito), que sugere afirmar que “certamente” não levaram em conta tais questões, uma vez que ele denuncia a “incoerência” dos proponentes já no primeiro parágrafo, no qual a expectativa confirmada se faz presente, conforme ilustrado.

Ao levarmos em conta esse contexto precedente, a pergunta ao final do enunciado, parece-nos ser uma pergunta retórica, na qual há um forte indício de ser uma expectativa confirmada, expressa por meio de uma sentença e não por um recurso lexical explícito.

Se não houvesse esse engajamento inicial, marcado explicitamente pela expectativa confirmada, a pergunta (final) poderia figurar como uma expansão dialógica ponderação, em que, ao perguntar “será”, o leitor-autor daria abertura para a entrada da voz do outro no discurso, a fim de possibilitar tal discussão (houve ou não a consideração por parte dos políticos das questões em apreço?). Portanto, a classificação como ponderação, no nosso entendimento, só poderia ser plausível se não houvesse a marcação de um posicionamento antecedente fortemente contrativo, o que nos fez revogar tal perspectiva e considerá-la como expectativa confirmada.

Caso semelhante aconteceu na carta 11 (vide p. 154), em que o leitor-autor questiona: “será que esse pessoal é *mesmo* sem noção”, que pela sequência enunciativa sugere um caso contrativo do tipo proposição pronunciamento, denotada pelo uso do “mesmo”, que funciona como correspondente ao recurso lexical “de fato” (“será que esse pessoal é **de fato** sem noção”) em que ele restringe o espaço para outras perspectivas e cria a polêmica entre a voz autoral e o interlocutor diante do evento enunciado.

Na carta 16 (vide p. 154), as duas perguntas feitas pelo leitor-autor sugerem um caso de contração proposição expectativa confirmada, por meio do uso de uma sentença que sugere que o leitor-autor não acredita (julgamento de sanção social veracidade) que um aposentado dependa do recurso pago por um trabalhador da ativa para receber sua aposentadoria, uma vez que tanto ele quanto muitos outros contribuíram a vida toda para o sistema previdenciário, justamente, para ter seu direito assegurado ao se aposentar. Nas palavras do leitor-autor: “*Como se explica que um cidadão que contribuiu com 32% de seu salário (...) após 30 ou 35 anos dependa de um novo seguro para garantir sua aposentadoria?*”.

Da mesma forma, na segunda pergunta (*“Para onde vai a arrecadação do PIS e da CSLL, criados para fazer frente às aposentadorias rurais e dos idosos (...)?”*), o leitor-autor coloca em evidência o fato de que o recurso financeiro foi desviado para outros fins e não aplicado na previdência.

Nesses casos, ao usar uma pergunta, o leitor-autor marca seu posicionamento por meio de uma estrutura que simula uma expansão dialógica, como se abrisse espaço para um diálogo e desse ao outro a oportunidade de resposta, no entanto, no contexto enunciativo, essa pergunta, aparentemente, já tem uma direção, marcada por duas perguntas retóricas (que nos parece ser o caso). Essa direção indica um posicionamento contrativo, no qual o leitor-autor visita outros discursos que afirmam que os inativos dependem dos ativos, para, então, desafiá-los e rejeitá-los, tornando-os inválidos como perspectivas dialógicas plausíveis.

Como hipótese de uma expectativa confirmada, podemos pensar que, por meio dessa sentença o leitor-autor direciona sua perspectiva para a aceitação da concepção de que (evidentemente) não é plausível uma pessoa contribuir por tanto tempo com o sistema previdenciário e depender de um trabalhador ativo para ter seu benefício garantido, o que busca construir um interlocutor que compartilhe de suas ideias. Nesse sentido, distancia-se de discursos que aceitam essa concepção (BRASIL, 2019e), como os propagados pelos propositores da reforma.

Essa forma de se posicionar, por meio de uma pergunta, sugere que o leitor-autor busca evitar um conflito direto com o interlocutor, já que não há uma contestação direta e mais evidente às perspectivas opostas à sua, no entanto, indiretamente, ele invalida essas outras perspectivas. Hipoteticamente, isso pode funcionar no discurso como meio de ser mais polido na relação intersubjetiva com seu interlocutor ou de marcar (invocadamente) sua indignação frente ao que ele desaprova, uma vez que para ele “é evidente” que essa concepção não é válida.

Tal como nos casos heteroglóssicos, a monoglossia, também, foi marcada por meio de uma pergunta nas cartas 9 (vide p. 159-160): *“Que dia será o sepultamento?”* e 40 (vide p. 148): *“Por que a desigualdade?”*, nas quais o leitor-autor não colocou em dúvida sua perspectiva de que a previdência foi “morta”, “aniquilada” ou de que há desigualdade, o que simula o apagamento da rede dialógica e, por meio de um engajamento monoglóssico, ele impõe seu ponto de vista como correto e verdadeiro e reforça seu posicionamento antecedente, também monoglóssico, tal como nos excertos apresentados das respectivas cartas.

Além desses dois casos de monoglossia, o engajamento monoglóstico está fortemente ligado a discursos específicos e foi usado nos seguintes trechos das cartas:

(30) “A importância da reforma da previdência é **agradar**^{9inv} ao PSDB que vai lançar Geraldo Alckmin com candidato à Presidência, com isso Michel Temer chama para si toda a responsabilidade de aprovar uma reforma **impopular**², de contrapartida garante seu ministério e o foro privilegiado em um futuro mandato de Alckmin (...)”. (**carta 1/ JCNET**)

Legenda: ² apreciação valorção/ ^{9inv} afeto de (in)satisfação invocado

(31) “(...). É **abominável**⁹ que o servidor público se aposente com a totalidade de seus vencimentos e a correção acompanhe aqueles da ativa, enquanto o restante dos aposentados tem um teto remuneratório corrigido anualmente abaixo da inflação. O remédio para corrigirmos essas **deturpações**¹⁴ é selecionarmos e apoiarmos ostensivamente uma bancada Brasil, formada por deputados e senadores que efetivamente tenham um compromisso com o coletivo, exigindo que votem de forma consciente e justa para com todos os brasileiros, e que apoiem o voto distrital e o nosso direito de retirar do poder aqueles que buscam exclusivamente eternizar privilégios, como está ocorrendo nestas **inaceitáveis alterações**¹³ de nossas aposentadorias”. (**carta 4/ O Estado**)

Legenda: ⁹ afeto de (in)satisfação/ ¹³ apreciação reação/ ¹⁴ apreciação composição

(32) “A reforma que deveria vir para reduzir privilégios do funcionalismo público, civil e militar, em relação aos **minguados**² benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada, vai manter o vergonhoso desequilíbrio. (...). O cálculo do benefício pela média de 100% das contribuições para o setor privado é o **tiro de misericórdia**^{14inv} na aposentadoria do trabalhador comum. O mote de que cada categoria tem de ceder um pouco é um **engodo**¹⁶. (...). Como sempre, os aposentados da iniciativa privada **vão pagar o pato**^{13inv}. Uma **vergonha**^{9!}”. (**carta 6/ O Estado**)

Legenda: ² apreciação valorção/ ⁹ afeto de (in)satisfação/ ^{13inv} apreciação reação confirmada invocada/ ^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(33) “(...). A Previdência passa a ter **conotação financeira**^{2inv} e deixa de ser social. É um fato **lamentável**¹³”. (**carta 7/ O Estado**)

Legenda: ^{2inv} apreciação valorção invocada / ¹³ apreciação reação

(34) “(...). A reforma da Previdência aprovada em primeiro turno na Câmara **nada mais é do que medida fiscal, antes de tudo**^{2inv} (...)”. (**carta 8/ O Estado**)

Legenda: ^{2inv} apreciação valorção invocada / ¹³ apreciação reação

(35) “(...). Ao invés de aprovar outras reformas necessárias ao País e tratar a Previdência com **mais cautela, mais estudos e menos desespero**^{12inv}, pois estamos tratando da fase da vida do ser humano na qual ele mais dependerá de um bom salário, uma vez que os atendimentos básicos, como saúde, em nosso país, são um caos, querem votar essa reforma **complexa**¹⁴

como um **raio**^{12inv}. Hoje se tenta votar o **velório**^{2inv}. Que dia será o sepultamento?”. (**carta 9/ O Estado**)

Legenda: ^{2inv}apreciação valorção invocada / ^{12inv} julgamento de estima social (in)capacidade invocado/
¹⁴apreciação composição

(36) “A proposta do governo é **absurda**² e **beira a irracionalidade**². (...). Um **despropósito**²¹!”. (**carta 13/ O Estado**)

Legenda: ^{2inv}apreciação valorção invocada / ^{12inv} julgamento de estima social (in)capacidade invocado/
¹⁴apreciação composição

(37) “Os políticos devem dar o exemplo aprovando, primeiramente, a reforma da previdência deles próprios. (...). A proposta do governo, relegando a discussão da previdência dos políticos para um momento posterior, é absolutamente **imoral**¹⁵! No mínimo”. (**carta 15/ O Estado**)

Legenda: ¹⁵julgamento de sanção social propriedade

(38) “(...). Se realmente estivessem preocupados com as finanças públicas, aprovariam sim as medidas de combate à corrupção que estão paralisadas, bem como dariam novos instrumentos de investigações para combate à enorme sonegação fiscal e previdenciária”. (**carta 20/ JCNET**)

(39) “(...). Injustificável o argumento de déficit na Previdência visto que praticamente metade do rendimento de todos os brasileiros, inclusive dos aposentados, retorna ao governo na forma de impostos. É **imoral, ilegal e desumano**¹⁵ o governo retirar dos mais necessitados”. (**carta 21/ JCNET**)

Legenda: ¹⁵julgamento de sanção social propriedade

(40) “(...). Desde a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em 1933, que os grandes empresários metem a mão no dinheiro do trabalhador. A indústria de base foi construída com o dinheiro dos IAPS, a Ditadura Militar agradou os grandes empresários com o dinheiro da Previdência. (...) Essa é outra questão, fala-se da falência da Previdência "esquecendo" de que ela faz parte da Seguridade Social que, pasmem, é **superavitária**²! Ou seja, é uma **picaretagem**¹⁶ atrás da outra, realizada pelo governo que aprovou o impedimento da ex-presidente em nome da salvação do país. (...)”. (**carta 25/ JCNET**)

Legenda: ²apreciação valorção / ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

Nessas cartas, os discursos monoglóssicos estão fortemente ligados a discursos de não aceitação da reforma da Previdência por considerarem que o sistema vigente é superavitário e por ela ser vista como uma reforma impopular, que não acabará com as desigualdades sociais, com as deturpações do sistema vigente e beneficiará apenas uma minoria da população, os considerados “privilegiados”.

Nesses discursos, a reforma é vista também como uma medida fiscal, com desmonte de seu caráter de proteção social, que terá seus custos arcados pelo afetado-trabalhador, com diminuição de seus benefícios em função das novas regras e cálculos para o recebimento do benefício, o que acirra ainda mais as desigualdades. E nesse sentido, o leitor-autor engaja-se de modo a se distanciar de discursos que aceitam a ideia de que a reforma diminuirá as desigualdades e acabará com os privilégios, como os propagados em Brasil (2019b) e Brasil (2019c).

Por sua vez, o uso do engajamento por expansão dialógica, com abertura para a aceitação de outras perspectivas, não ocorreu em discursos específicos que denotem uma relevância como padrão responsivo nas cartas sobre o tema da reforma, nos três tipos de posicionamento em discussão, além de seu uso ter sido mínimo, o que denota a pouca abertura para a aceitação de outras perspectivas sobre o tema em discussão.

Essa falta de padrão responsivo, no uso desse recurso, pode ter sido, também, influenciada pelo baixo uso desse recurso para a tratativa do tema, nas cartas dos leitores. No engajamento do leitor-autor, excertos de cartas em que foi usado o recurso da expansão dialógica²⁸ seguem adiante.

(41) “O presidente Bolsonaro **diz**⁷ que a reforma da Previdência atenderá e será benéfica para todos. **Mas**¹, os entendimentos **mostram**³ que **não**⁶ será bem assim, **privilégios serão mantidos e mais alguns, criados**^{14inv}. E a conta continuará sendo paga pelos mais pobres, pela base da pirâmide social. Estados e municípios devem ser incluídos na reforma (...)”. (**carta 3/ O Estado**)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ³ contração proposição endosso/ ⁶ contração contraposição negação/ ⁷ expansão atribuição reconhecimento/ ^{14inv} apreciação composição invocada

(42) “(...) A corda **só poderia**^{8inv} arrebentar do lado do mais fraco”(…). (**carta 5/ O Estado**)

Legenda: ^{8inv} contração proposição expectativa confirmada invocada

(43) “O cidadão **pode**¹¹ até resistir e trabalhar 49 anos para receber uma aposentadoria pelo teto e se aposentar aos 65. **A questão é**⁴ se ele terá emprego regular em cargo compatível com sua formação, após os 45, 50, 55 anos de idade. No Brasil, quem contrata profissionais com mais de 50 ou 55 anos de idade? E como complementar o tempo de contribuição sem um contrato celetista vinculado à previdência?”. (**carta 14 completa/ O Estado**)

Legenda: ⁴contração proposição pronunciamento/ ¹¹expansão ponderação

²⁸ Parte desses excertos contém recursos contrativos e foram apresentados nos exemplos por serem dados importantes para nossa discussão.

No caso da carta 3, ao usar o recurso de expansão dialógica atribuição reconhecimento, (“*diz*”) o leitor-autor reconhece a existência de um discurso que afirma que a Previdência “é para todos”, como se ela fosse atingir a todos igualmente, para, na sequência do enunciado, rejeitá-lo por meio do uso combinado de recursos de engajamento contrativos: contraexpectativa, negação e endosso, que anulam a validade desse discurso para o evento enunciado. Com isso, o leitor-autor endossa outro discurso circulante em que é afirmado o contrário: que os privilégios se mantêm e outros são criados na proposta de reforma, portanto, não afeta a todos indistintamente.

De acordo com Oliveira (2014); Gonçalves-Segundo (2011) e Ninin; Barbara (2013), o processo de expansão dialógica denota o reconhecimento de outras vozes e perspectivas e possibilita a abertura a um diálogo mais democrático, por reconhecer a existência de outros pontos de vista, do qual a voz autoral é uma das muitas possíveis.

Nesse contexto heteroglóssico, o enunciado é “uma estrutura intrinsecamente respondente a outros enunciados” e, por conseguinte, engaja-se de modo “resistente ou complacente” em relação aos “discursos, ações e representações de outros atores sociais e/ou instituições” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 175). Aplicado no caso em discussão, compreendemos que o leitor-autor reconheceu o discurso do governo e não se afiliou a ele.

Na carta 5, o uso do advérbio “*só*” diluiu o efeito de ponderação que a sentença poderia supostamente carregar pelo uso do “*poderia*” (expansão dialógica ponderação), o que gerou um efeito contrativo de que apenas o “*mais fraco*” será afetado na reforma e denunciou o sentido de desigualdade decorrente da proposta de reforma, tal como foi compreendido pelo leitor-autor. O efeito de sentido que se cria, portanto, é de uma restrição na aceitação de outras perspectivas.

Neste caso, a expressão “*só poderia*” fica como perspectiva mais próxima de ser compreendida como um recurso contrativo de expectativa confirmada, se entendermos que essa expressão poderia ser substituída pelos recursos lexicais que indicam a expectativa confirmada: “certamente”, “obviamente” ou “evidentemente”, lido como: “*A corda certamente⁸ arrebentar(ia) do lado do mais fraco*” e de que o sentido gerado é o mesmo que se obtém no uso desse recurso.

Conforme Martin; White (2005) e Gonçalves-Segundo (2014), na expectativa confirmada, constrói-se um interlocutor que partilha das ideias apresentadas pela voz autoral,

que neste caso, construiu o sentido de que há um interlocutor que partilha de sua ideia de que o afetado pela reforma será somente o afetado-trabalhador (população geral).

Quando a suposta expansão é seguida de uma contração dialógica, às vezes combinada com mais de um tipo em uma mesma sentença, ela também diminuiu a função de abertura dialógica que a expansão sugeriria em um primeiro momento do discurso, tal como nas cartas ilustradas anteriormente.

Na carta 14, o posicionamento de expansão dialógica de ponderação tem seu efeito “diminuído” por ser seguido do advérbio “até” (“*pode até*”) e de uma contração proposição pronunciamento (“*a questão é se*”) que ocorre na sequência do enunciado. A partícula “*se*” criou a condição de o trabalhador conseguir atender à regra de trabalhar por mais tempo somente sob a condição de o mercado de trabalho acompanhar as mudanças desta proposta de reforma, ao oferecer condições para que isso seja viável.

A inferência desse sentido, extraído do discurso trazido pelo leitor-autor, toca na questão de a proposta de reforma não levar em conta as condições atuais do mercado de trabalho e a cultura desse mercado, que é de considerar pessoas acima de certa idade (geralmente em torno de 50 anos) como “velhas para o mercado de trabalho”.

Tal como entendido pelo leitor-autor, a proposta de reforma não leva em conta a saúde de uma pessoa em idade avançada, a fim de atender a essa nova realidade a que se pretende por meio da mudança no sistema de pagamento das aposentadorias, uma vez que prevê um aumento na idade para que se conquiste o benefício, independente da profissão, das condições de saúde, do mercado ou de qualquer outra questão que afete o trabalhador, o que o faz avaliá-la com o uso de recursos de apreciação negativa, como nas cartas: 9; 10; 13; 20, 22 e 25, e a se engajarem de modo resistente frente a discursos que aceitam a perspectiva de que a reforma é bem elaborada e considerou tais questões.

De acordo com o Sistema da AVALIATIVIDADE, as várias opções e recursos avaliativos subjetivos que são usados para fazer negociações interdiscursivas, permitem que “a voz textual varie os termos de seu engajamento, com vozes e posições alternativas” (WHITE, 2004, p. 193-194).

A possibilidade de escolha dos recursos da língua permite “variações de perspectivas” e possibilita o estabelecimento de orientações diferentes da “diversidade heteroglóssica” presente no texto. Assim, o uso de palavras ou expressões que ativam o engajamento no discurso age de duas formas: tanto no sentido de levantar posições e vozes alternativas em um

movimento de expansão dialógica, ao considerar a voz textual como uma dentre tantas outras de uma ampla rede dialógica, quanto age no sentido de restringir, contestar ou simular seu apagamento na rede, o que caracteriza a contração dialógica (WHITE, 2004, p. 193-194).

Por conseguinte, o baixo uso da expansão dialógica no padrão responsivo do leitor-autor, independente do posicionamento por ele adotado no tema da reforma da Previdência, indica que seu padrão responsivo prima por restringir, contestar e simular o apagamento de outras perspectivas sobre o tema em voga, o que denota sua pouca abertura para a consideração de outras perspectivas e construções discursivas opostas ou divergentes da sua.

6.6.1.2 - Posicionamento parcialmente a favor da reforma da Previdência

Os excertos das cartas e as cartas completas, a seguir, ilustram os recursos avaliativos e de posicionamento utilizados na avaliação do tema da reforma no tipo de posicionamento de “aceitação parcial” e estarão destacados em negrito e com símbolos sobrescritos, os quais serão discutidos posteriormente:

(44) “**Não**⁶ sou contra a reforma da Previdência, pois **sem ela, o Brasil não**⁶ **anda**^{2inv}, muito **embora**¹ saiba que chegamos a esse fundo do poço pela corrupção, roubos nos cofres, incompetência e má gestão. Deputados e militares **ficaram fora da reforma**^{14 inv} e um **corte**^{14 inv} de 60% será feito na aposentadoria de viúvos? Justamente quando a pessoa está mais necessitada de ajuda, vem essa lei para **asfixiar**^{13 inv} os **sobreviventes**¹⁰? Quem aprova essa lei sabe como vivem os aposentados do INSS. Por que **não**⁶ há uma regra para aqueles que pagaram até o teto, determinando que não haverá corte? Foram essas pessoas que em vida sustentaram a Previdência e agora recebem como **castigo**¹⁴ um corte na sua pensão. Elas sequer conseguem pagar um convênio médico. (...)”. (**carta 32/ O Estado**)

Legenda: ^{2inv} apreciação valoração invocada / ⁶ contração contraposição negação/ ¹⁰ julgamento de estima social tenacidade/ ^{13inv} apreciação reação confirmada invocada/ ^{14inv} apreciação composição invocada/ ¹⁴ apreciação composição

(45) “(...). Mexer na aposentadoria dos trabalhadores do serviço público e privado é uma **covardia**⁹ dos nossos legisladores. (...). Alguém já se deu conta de que neste país pouquíssimas pessoas conseguem um emprego decente e com carteira assinada após os 45 anos de idade? (...). É esta a grande “**sacada**”¹⁶ dos nossos governantes”. (**carta 33/ O Estado**)

Legenda: ⁹ afeto de (in)satisfação/ ¹⁶ julgamento de sanção social veracidade

(46) “Presidente Michel Temer, se quiser acabar com a **rejeição**⁹ popular à reforma da Previdência é só aumentar de 35 anos de contribuição para 49 anos o tempo de contribuição para a aposentadoria de políticos. Sem falar que a aposentadoria média de deputados e senadores é muito superior à da Previdência Social, pois **segundo**⁷ levantamento feito por jornal de São Paulo, os segurados do PSSC (Plano de Seguridade Social dos Congressistas) recebem em média R\$ 14.100,00, enquanto o benefício médio do regime geral é de

R\$ 1.862,00. Fica difícil aceitar essa **disparidade**¹⁴ e ainda sofrer a ameaça de aumento de impostos e recriação da CPMF sob outro nome, caso os parlamentares **não**⁶ aprovem a reforma tal como está agora. (...)”. (**carta 35/ JCNET**)

Legenda: ⁶ contração contraposição negação / ⁷expansão atribuição reconhecimento/ ⁹ afeto de (in)satisfação/
¹⁴ apreciação composição

(47) “Viver num país onde se preza o estado democrático de direito é, ou ao menos deveria ser, o sonho de todo cidadão... **Não**⁶ no Brasil. Em nosso país o estado está corrompido... A democracia leiloadada em acordos espúrios e o direito totalmente divorciado da Justiça. Qualquer pessoa **lúcida**¹² sabe que a reforma da Previdência se faz **imprescindível**². “(...) **Porém**¹, o que se está se pretendendo é **atropelar os direitos**^{14inv} dos trabalhadores, **jogando sobre a população o ônus**^{13 inv} de séculos de **corrupção** e **má gestão**¹². (...) Trabalhadores que há alguns anos foram surpreendidos com a mudança da lei e um tal "pedágio", que lhes "privilegiou" com um acréscimo de 3, 4, 5 anos a mais de trabalho e contribuição... (...) **Mas**¹ aí vem a nova mudança... e mais uma vez o direito será **pisoteado**^{13inv}... (...). A sensação do trabalhador em relação à lei, no Brasil, é a de alguém que, após caminhar anos pelo deserto, avistou um oásis, **mas**¹ ao se aproximar dele viu a **miragem se afastar**^{13inv}... (...) ... a poucos passos do merecido descanso, ele vê, novamente, a **miragem se perder**^{13inv} em um **novo horizonte mutável e inatingível**^{13inv}. (...) Basta dizer que o senhor Michel Temer que quer impor aposentadoria aos 70 anos para o Zé Povinho, se aposentou aos 55 anos... (...). (Perdoem-me pela **indignação**⁹ e pelo eufemismo que a educação exige.)”. (**carta 36/ JCNET**)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ²apreciação valoração/ ⁶contração contraposição negação/ ⁹afeto de (in)satisfação/ ¹²juízo de estima social (in)capacidade/ ^{13inv}apreciação reação confirmada invocada/ ^{14inv}apreciação composição invocada

Nas cartas de “aceitação parcial”, a insatisfação relaciona-se à proposta apresentada pelo governo, ainda que o indivíduo aceite uma reforma no sistema previdenciário. Denota a indignação e o sentimento de injustiça com relação às mudanças no sistema de recebimento das aposentadorias devido às regras mais rígidas, ao maior tempo de contribuição e ao menor valor do benefício, em função dos novos cálculos previstos pela reforma.

O afeto de insatisfação direciona-se, também, ao fato de o trabalhador geral (setor privado) ser o mais afetado, dado que o leitor-autor questiona e não aceita a proposta do governo de deixar de fora, em um primeiro momento, ou abrandar as regras para algumas classes que se opõem à reforma, como: parte do funcionalismo público, os militares, os senadores, deputados e algumas outras categorias que tiveram regras mais brandas ou alguma vantagem na proposta.

Isso gera um julgamento negativo dirigido aos propositores, caracterizado pelo uso do recurso avaliativo do tipo julgamento sanção social propriedade, uma vez que envolve a questão de leis e normas, a qual se trata de uma proposta de mudança na lei, além de haver o questionamento do quanto os propositores são justos, éticos e imparciais na reforma.

Esses leitores-autores defendem a reforma da Previdência por entendê-la como necessária ao país (apreciação valorativa positiva), mas não concordam com a proposta do governo e questionam suas regras para tal reforma, do ponto de vista legal e moral, por entenderem que as injustiças serão acirradas, o que os levam a avaliarem e a discordarem de vários pontos do conteúdo dessa proposta (apreciação composicional negativa), do qual compreendem que ela descaracterizará o sistema previdenciário atual no que compete ao seu caráter de proteção social, uma conquista dos trabalhadores garantida pela Constituição de 1988 (BRASIL, 2016b).

Nesse sentido, a reforma, enquanto valor social, é avaliada de forma positiva por meio do uso de recursos linguísticos (inscritos) apreciativos positivos, vista como: “*necessária*” e “*imprescindível*”; e de forma invocada, ela é considerada como uma forma de melhorar a economia, expressa por meio do uso da expressão “*sem ela o Brasil não anda*”, conforme excertos e cartas citadas anteriormente.

No entanto, a proposta apresentada pelo governo para tal reforma, quando apreciada em sua totalidade, é avaliada negativamente, por meio do uso do recurso de apreciação valorativa e é considerada como: “*irracional*” e “*absurda*”, conforme ilustrado anteriormente.

Da mesma forma, a avaliação do conteúdo e da composição dessa proposta, que inclui as novas regras de aposentadoria (mudança no acesso à aposentadoria; aumento de idade para a conquista do direito de se aposentar; mudança no cálculo do valor do benefício, o que leva a um valor menor para recebimento do benefício; diminuição da pensão por morte, alteração no BCP etc.) é feita de forma negativa, por meio do uso do recurso de apreciação composicional, invocada e inscrita, categorizada de: “*desigualdade*”; “*castigo*” (*por cortar a pensão*); “*disparidade*”; “*atropelar os direitos*”, “*ficaram fora da reforma*”, tal como descrito nas cartas ilustradas anteriormente.

De modo geral, observou-se nas cartas de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial” que a apreciação do leitor-autor funciona em dois eixos relevantes no que compete à categoria da apreciação composicional. Primeiro, sua avaliação é geralmente direcionada a pontos específicos da proposta e ao quanto esses pontos afetarão sua vida e a vida da população. Segundo, sua avaliação é direcionada à avaliação do quanto a proposta trata a todos indistintamente, na qual o foco de sua atenção é dirigido aos que serão ou não afetados nesta proposta.

Nessa conformidade, entendem que a proposta sacrificará o trabalhador e o fará perder direitos, o qual arcará com todo o ônus dessa mudança e que “pagará o pato” (apreciação reação) por todas as distorções que não serão corrigidas no sistema atual e na gestão dos recursos públicos.

De acordo com Gonçalves-Segundo (2011), na apreciação reação, a avaliação estética é baseada na “afeição emotiva ou desiderativa” e remete à construção discursiva acerca de uma propriedade intrínseca a um objeto ou processo. Nessas cartas avaliadas, o uso do recurso de apreciação reação, ligado à proposta de reforma, indica que a apreciação reação, assim como a apreciação composição, não necessariamente precisam estar direcionadas ao fator estético de um determinado objeto, situação ou processo para que esses possam ser avaliados.

Em nossa adaptação sobre o uso do recurso da apreciação, a apreciação reação sobre a proposta do governo engloba a questão de compreender se ela é bem recebida ou não e o quão impacta (afeta) as pessoas, de forma positiva ou negativa, bem como de compreender se ela corresponde ou não às expectativas das pessoas, conforme detalhamos nos procedimentos metodológicos (vide p. 136).

No que concerne ao engajamento, no posicionamento de “aceitação parcial” predominam levemente discursos monoglóssicos acerca do tema da reforma. Nas cartas, o engajamento monoglóssico está fortemente ligado a discursos específicos, tal como seguem:

(48) “Tenho acompanhado com muito interesse a proposta de reforma da Previdência. (...). Vejo que existem grandes lobbies com muita influência na formação de bancadas para atender aos interesses de membros do Ministério Público, do Judiciário, dos funcionários públicos, da Polícias Federal, Militar, Rodoviária, Civil, Metropolitana, das Forças Armadas... (...). Quem é que defende os 90% dos trabalhadores do País, os maiores contribuintes e os mais necessitados?”. (carta 31/ O Estado)

(49) “Mexer na aposentadoria dos trabalhadores do serviço público e privado é uma **covardia**¹⁰ dos nossos legisladores. Já pagamos mensalidades exorbitantes para o sistema previdenciário e, além de aumentar a contribuição, ainda querem elevar a idade mínima para se conseguir o tal “benefício” (...).” (carta 33/ O Estado)

Legenda: ¹⁰ julgamento de estima social tenacidade
--

(50) “(...). Fiquei **preocupado**⁵ como esse governo **corrupto**¹⁵ de Michel Temer, que tenta colocar, **goela baixo, medidas terroristas**², contra o trabalhador brasileiro. (...). Agora, falando na reforma da Previdência, vamos a dados reais, da atual situação do sistema previdenciário. 70% dos aposentados no Brasil ganham em torno de 1 a 2 salários mínimos e 10% recebem até o teto. Agora, vocês, leitores, vão ficar chocados, que 20% restantes ganham acima do teto, às vezes mais que o salário do presidente da República. Além do mais, nessa categoria estão essa classe de **vagabundos**¹⁵ de políticos, gente do Legislativo e do Judiciário e altos escalões do funcionalismo público. Tanto que 70% do déficit da Previdência está

diretamente em pagar a esse **vagabundos**¹⁵ que representam 30% do total de aposentados. (...). (carta 34/ JCNET)

Legenda: ²apreciação valorção/ ⁵afeto de (in)segurança/ ¹⁵juízo de sanção social propriedade

(51) “O novo projeto esquece que essa **massa ativa** ^{12 inv} que aí está vem de uma geração que começava a trabalhar muito cedo, aos 12, 13, 14... Gente que contribui há muito, muito tempo... (...). “O cidadão comum será **“presenteado”**^{13 inv} com mais alguns anos de contribuição... Presente dado por **gente que tem aposentadoria diferenciada, jornada diferenciada, benefícios diferenciados, férias diferenciadas e salários diferenciados...**^{15 inv} Basta uma análise simplista para verificar que o direito do trabalhador é o mais frágil em nossa sociedade... (...). Pior é saber como funcionam as regras para quem as propõe, para que as aprova, para quem as interpreta...(...)”. (carta 36/ JCNET)

Legenda: ^{12 inv} juízo de estima social (in)capacidade invocado/ ^{13 inv} apreciação reação confirmada invocada/ ^{15 inv} juízo de sanção social propriedade confirmada invocada

No posicionamento de “aceitação parcial”, a monoglossia é usada como recurso de engajamento em discursos que indicam que quem “sustenta” a Previdência será o mais prejudicado, ou seja, os trabalhadores da iniciativa privada contribuintes do RGPS, os quais terão seus direitos “*pisoteados*”. Por meio do uso desse recurso, o leitor-autor também considera que os privilégios de uma minoria continuarão, justamente, para essas classes que mais causam o prejuízo no sistema de aposentadoria atual, os quais serão os únicos a terem quem os defenda na proposta de reforma, com lobbies no Congresso.

Na carta 31 (vide p. 167), a monoglossia aparece também pela estrutura de uma pergunta retórica, em que o leitor-autor já respondeu a ela na oração que a precede, configurando-a como uma pergunta direcionada a uma resposta dada, ao marcar seu posicionamento monoglóstico, portanto, simula o apagamento de outras perspectivas na cadeia dialógica.

Na carta 32 (vide p. 164), as duas perguntas retóricas também marcam um posicionamento monoglóstico. Na primeira (“*Deputados e militares ficaram fora da reforma e um corte de 60% será feito na aposentadoria de viúvos?*”), o leitor-autor denuncia a incompatibilidade de deixar, por um lado, categorias de fora da reforma ou de abrandar suas regras de inclusão, e por outro, de cortar parte do benefício dos pensionistas, o que acirra ainda mais as desigualdades no sistema previdenciário.

A segunda pergunta (“*Justamente quando a pessoa está mais necessitada de ajuda, vem essa lei para asfixiar os sobreviventes?*”) funciona como um complemento da primeira, na qual ela reforça que essa situação ocorre em um momento de maior fragilidade da vida

humana, ao considerar a disparidade entre a necessidade de um idoso e o recebimento de um benefício de aposentadoria insuficiente para despesas básicas e fundamentais.

Conforme Silva; Cabral (2014), a monoglossia opõe-se à heteroglossia, uma vez que age no sentido de fazer valer somente o discurso da voz autoral, com afirmações categóricas, construindo-se um contexto comunicativo restrito, pautado em um único discurso.

Discursos monoglóssicos, nesse sentido, acabam por não se constituírem como um campo fértil para a reflexão crítica, justamente por não abrirem espaço para a consideração e análise de outras perspectivas, ao convergirem todos os argumentos do leitor-autor para a defesa de um único ponto de vista e por manter esse ponto de vista como uma verdade absoluta, sem espaço para questionamentos, como se fosse aceita e partilhada pelos interlocutores.

A prática do diálogo é fundamental para o exercício de uma postura crítica. Desse modo, refletir acerca de diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema é imprescindível para se desenvolver o pensamento crítico, uma vez que eles representam outras concepções e vozes e servem de base para a reflexão acerca dos argumentos e razões que sustentam cada um dos posicionamentos (SILVA, 2003).

Como explicita Allen (2004 [1997], p. 182), o pensamento crítico está preocupado principalmente com o “relativismo social”, em que o conhecimento é construído intersubjetivamente, na interação entre as pessoas e na consideração de diferentes perspectivas.

Nas cartas, a predominância, em segundo plano, do uso do engajamento heteroglóssico contrativo indica a redução do espaço de discussão e de abertura para outras vozes e posicionamentos. O leitor-autor posiciona-se dialogicamente de forma contrativa mediante discursos que consideram válida a proposta do governo.

Desse modo, por meio da contração dialógica, ele rejeita, de forma parcial ou total, discursos que aceitam a proposta do governo e não abre espaço de diálogo com perspectivas que se aproximam desse tipo de discurso. Em vista disso, engaja-se de forma a não se alinhar com esses discursos (BRASIL, 2019c; BRASIL, 2019d; BRASIL, 2019e; BRASIL, 2015e; BRASIL, 2019h) e afasta-se das concepções que apoiam a proposta de reforma proposta pelo governo.

No padrão responsivo do leitor-autor com posicionamento de “aceitação parcial”, geralmente, após a valoração positiva da necessidade de reforma (apreciação valoração), há

um movimento contrativo que dialoga com discursos que afirmam que a reforma incluirá a todos “indistintamente”. O leitor-autor traz para seu texto discursos que afirmam que a reforma englobará a todos, como o preconizado na própria Cartilha da Nova Previdência, em Brasil (2019c), para, então, restringir o espaço de negociação com eles, tanto por meio de recursos de contração contraposição negação quanto de contraexpectativa.

Em alguns casos, há o uso combinado com o recurso contrativo de proposição pronunciamento, no qual se criou a polêmica entre a voz autoral e o interlocutor e há a rejeição parcial de uma dada perspectiva ao enunciado proferido. Em outros, está presente o uso combinado com o recurso de expectativa confirmada, em que se cria um leitor que partilha do discurso da voz autoral, tal como afirmado em Martin; White (2005) e em Gonçalves-Segundo (2011), conforme excertos a seguir:

(52) “(...). **Mas¹ não⁶** vejo **nenhum⁶** movimento para defender os interesses da população contribuinte do INSS! (...). A reforma da Previdência é **necessária²**, **não⁶** se discute, **mas¹** se for aprovada como está a proposta, **quem vai pagar a conta^{13 inv}** é o trabalhador contribuinte do INSS que ganha de dois a três salários mínimos. A reforma **pode¹¹** resolver parte do problema fiscal, **mas¹** vai aumentar a **desigualdade¹⁴** com relação à distribuição de renda”. (carta 31/ O Estado)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valorção/ ⁶ contração contraposição negação/ ^{13 inv} apreciação reação confirmada invocada/ ¹⁴ apreciação composição

(53) “(...). **Ocorre que⁴** quem vota e faz as leis **não⁶** passa dificuldades, **mas¹** aí ficar dizendo que estão do lado dos mais necessitados e **não⁶ fazerem nada¹²** é uma **vergonha⁹**, pois viúvos **não⁶** têm lobby, lobby só existe onde há dinheiro”. (carta 32/ O Estado)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ⁴contração proposição pronunciamento/ ⁶ contração contraposição negação/ ⁹ afeto de (in)satisfação/ ¹² julgamento de estima social (in)capacidade

(54) “**É claro que⁸** é **necessária²** uma reforma urgente no sistema previdenciário deste país, **mas tão somente¹** nas aposentadorias dos **marajás da previdência^{15 inv}**: deputados, senadores, desembargadores, juízes, ministros em geral, etc. (...). **O que vai acontecer é que⁴** os idosos **não⁶** conseguirão emprego, conseqüentemente **não⁶** terão dinheiro para pagar as contribuições mensais e jamais se aposentarão. (...)”. (carta 33/ O Estado)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ² apreciação valorção/ ⁴contração proposição pronunciamento/ ⁶ contração contraposição negação/ ⁸ contração proposição expectativa confirmada/ ^{15 inv} julgamento de sanção social propriedade invocado

(55) “(...). Pensando dessa maneira seria muito importante para nós, trabalhadores, apoiarmos tal reforma na Previdência, **mas¹ não⁶** da forma que o governo quer, ou seja, em cima dos que representam os 30% do déficit previdenciário. Existem estudos que somente mexendo na aposentadoria desses vermes sanguessugas bastaria para colocar as contas em ordem. (...)”. (carta 34/ JCNET)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ⁶contração contraposição negação

(56) “(...). Mude a proposta, presidente Temer, **mas**¹ mude para melhor, acabando com este **revoltante**⁹ privilégio que tanto nos **revolta**⁹!”. (carta 35/ JCNET)

Legenda: ¹contração contraposição contraexpectativa/ ⁹afeto de (in)satisfação

Nesses casos, por meio do uso de recursos dialogicamente contrativos, o leitor-autor entende que a população em geral não deveria ser incluída na proposta de reforma e somente os tidos como “privilegiados” do sistema atual é que deveriam ser afetados por ela, o que denuncia que a população acaba por arcar com o “ônus” decorrente da má gestão das contas públicas, tendo seus direitos prejudicados. Além do mais, denunciam o fato de haver a assimetria nas tratativas dadas a cada classe, não tendo grupos (*lobbies*) que lutem pelo trabalhador nesta proposta de reforma.

Nesse sentido, as classes detentoras de maior capital social têm mais vantagens nesse processo de reforma, pois se beneficiam de suas relações para defendê-los na proposta de reforma. Como preconizado por Bourdieu (1986), o capital social é constituído pela rede de contatos sociais que um indivíduo constrói, inclusive os contatos institucionalizados, que podem ser úteis para garantir ganhos materiais ou simbólicos.

Justamente, essas redes de relacionamentos que estão beneficiando os ditos “privilegiados” na reforma, pelo fato de terem *lobbies* que os defendam e conseguem o abrandamento das regras de aposentadoria para a classe/categoria a que pertencem.

O uso desses recursos de contração dialógica, também é feito para reforçar a necessidade de reforma do sistema previdenciário, tal como na carta 33, em que o uso da expectativa confirmada (“*É claro que*”) age no sentido de criar um interlocutor que compartilha da ideia de que a reforma é necessária e importante. No entanto, o uso desse recurso é seguido de um recurso contrativo de contraexpectativa que, em conjunto com o advérbio “*tão somente*”, restringe a aplicação dessa ideia (necessidade de reforma) a grupos específicos, que são os grupos considerados como privilegiados na sociedade.

Esses grupos considerados privilegiados possuem mais recursos financeiros (capital econômico) e estão em vantagem quanto ao capital social, como termos de Bourdieu (1986), julgados pelo leitor-autor como “*marajás da previdência*”. Nesse sentido, a prevalência dos recursos contrativos é direcionada tanto à proposta do governo quanto a restringir o alcance dos grupos a que ela precisa ser aplicada.

No tipo de posicionamento em discussão (de “aceitação parcial”), o caso de expansão dialógica ponderação ocorreu somente na carta 31, em que o leitor-autor pondera que a reforma trará parte da solução para a crise fiscal, porém, em contrapartida, aumentará a desigualdade social por manter a má distribuição da renda: “*A reforma **pode** resolver parte do problema fiscal, **mas** vai aumentar a **desigualdade** com relação à distribuição de renda*”. Na sequência do uso do recurso de ponderação, o leitor-autor utilizou um recurso contrativo de contraposição contraexpectativa (“*mas*”) e na sentença enunciativa dialoga com discursos circulantes que aceitam que a reforma trará maior igualdade (BRASIL, 2019c), resgatando-os em seu discurso, para, então, rejeitá-los enquanto uma alternativa dialógica válida.

Um exemplo de um discurso circulante com tal proposição, rejeitada pelo leitor-autor, pode ser ilustrada com uma afirmação feita, em entrevista, pelo ministro da Economia, Paulo Guedes: “A reforma da Previdência está baseada no combate à desigualdade e na redução de privilégios” (MÁXIMO, 2019).

O pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, em 20 de fevereiro de 2019, transcrito no site da Jovem Pan (JOVEM PAN, 2019), serve como outro exemplo ilustrativo de um tipo de discurso que o leitor-autor de posicionamento de “aceitação parcial” traz para o seu texto para, então, anulá-lo como uma alternativa dialógica válida, o que marca seu posicionamento e distanciamento desse tipo de concepção:

“Boa noite! Nação brasileira, estamos determinados a mudar o rumo do nosso País! Nossos objetivos são claros: resgatar a nossa segurança, fazer a economia crescer novamente e servir a quem realmente manda no País, a população brasileira. Sendo assim, ontem encaminhamos ao congresso um pacote anticrime. E hoje iniciamos o processo de criação de uma nova Previdência. É fundamental equilibrarmos as contas do país para que o sistema não quebre, como já aconteceu com outros países e em alguns estados brasileiros. Precisamos garantir que, hoje e sempre, todos receberão seus benefícios em dia e o governo tenha recursos para ampliar investimentos na melhoria de vida da população e na geração de empregos. A nova Previdência será justa e para todos. Sem privilégios. Ricos e pobres, servidores públicos, políticos ou trabalhadores privados, todos seguirão as mesmas regras de idade e tempo de contribuição. Também haverá a reforma dos sistemas de proteção social dos militares. Respeitaremos as diferenças, mas não excluiremos ninguém. E com justiça: quem ganha mais, contribuirá com mais, quem ganha menos, contribuirá com menos ainda. Quero lembrar que, hoje, os homens mais pobres já se aposentam com 65 anos e as mulheres com 60, enquanto isso, os mais ricos se aposentam sem idade mínima. Isso vai mudar. A nova Previdência fará a equiparação e as pessoas de todas as classes vão se aposentar com a mesma idade. Mas isso não ocorrerá do dia para a noite. Estão previstas regras de transição para que todos possam se adaptar ao novo modelo. No tocante aos direitos adquiridos,

todos estão garantidos, seja para quem já está aposentado ou para quem já completou os requisitos para se aposentar. Também fazem parte da nova previdência o combate às fraudes e medidas de cobrança aos devedores da Previdência. Os projetos seguiram hoje ao congresso nacional para um amplo debate social sob o comando dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. Nós sabemos que a nova previdência exigirá um pouco mais de cada um de nós. Porém, é para uma causa comum: o futuro do nosso Brasil e das próximas gerações. Estou convicto que nós temos um pacto pelo país, e que juntos, cada um com sua parcela de contribuição, mudaremos nossa história, com mais investimentos, desenvolvimento e mais empregos. Meu muito obrigado!” (JOVEM PAN, 2019).

Esse discurso traz a mensagem de que a reforma trará mais igualdade entre as pessoas, acabará com as injustiças e com os privilégios no pagamento das aposentadorias e de que cobrará os devedores da Previdência. Discursos visitados pelos leitores-autores e rejeitados como perspectivas dialógicas válidas, uma vez que o leitor-autor entende que a reforma manterá os privilégios e acirrará as desigualdades, representado pelo uso combinado de recursos dialogicamente contrativos e do uso (levemente) predominante da monoglossia, na qual nos deteremos em seguida.

Com o uso desses recursos contrativos e de engajamento monoglóssico, o leitor-autor distancia-se dos discursos do governo, de seus representantes e de outros que pregam o mesmo tipo de discurso. De acordo com Silva; Cabral (2014), o Sistema do Engajamento considera os recursos de afiliação e de distanciamento da voz autoral em relação a outras vozes, bem como os modos como a voz autoral se posiciona e/ou varia sua perspectiva em relação às demais alternativas e posicionamentos dialógicos, construindo, por conseguinte, a relação intersubjetiva com outros discursos e vozes circulantes.

No caso do posicionamento de “aceitação parcial”, o alinhamento discursivo ocorre, prioritariamente, com discursos que prezam pela necessidade de reforma, dirigida a grupos específicos (os “privilegiados”), nos quais há uma rejeição praticamente total à proposta do governo para tal reforma.

6.6.2 - Análise comparativa entre os três tipos de posicionamento

Ao compararmos os discursos circulantes nas cartas do leitor, encontramos semelhanças nas preocupações e considerações sobre o tema da reforma nas cartas “contra” e

de “aceitação parcial”, que diferem significativamente dos pontos de discussão trazidos nas cartas com posicionamento “a favor”.

Nas cartas com posicionamento “a favor”, o discurso comum entre os leitores-autores passa por questões de preocupação de ordem econômica, prioritariamente, o que inclui a preocupação em diminuir o “rombo” da Previdência e de atrair investimentos para o país, a fim de que o Brasil possa progredir. Esses discursos solidarizaram-se e replicam o discurso do governo de que o país só terá melhora na economia e geração de empregos se a reforma for aprovada, como podemos constatar nos excertos das cartas discutidas anteriormente.

Esses discursos, por meio das motivações que justificam a adoção de um posicionamento “a favor” da reforma, sustentam e propagam discursos neoliberais que concentram a atenção em fatores econômicos em detrimento de qualquer outro tipo de preocupação com o bem-estar da maioria, do direito individual e coletivo no que compete ao idoso e à aposentadoria, os quais se constituem como ideológicos, uma vez que sustentam relações assimétricas e desigualdades nos direitos dos cidadãos.

Discursos ideológicos que, por meio da estratégia de universalização, legitimam que todos precisam fazer um “sacrifício” em prol do bem do país, para o “Brasil voltar a crescer”, mas ocultam que o sacrifício não atinge a todos igualmente e penaliza uma grande parte da população (inclusive a mais vulnerável) em nome de uma causa que reverterá benefícios para uma minoria.

Nesse sentido, a operação da ideologia se sustenta por meio da assimetria de deveres e direitos, portanto, sustentam relações assimétricas de poder, conquanto quem tem mais poder aquisitivo (capital econômico) ou está em vantagem em termos de capital social (posição na sociedade/acesso a recursos) não será afetado pelo “sacrifício” cobrado de todos para que a reforma atinja as metas econômicas propostas pelo governo federal e por sua equipe econômica.

Segundo Thompson (2011 [1990]), a legitimação pode estabelecer e sustentar relações de dominação por serem vistas como legítimas e dignas de apoio. E a universalização viabiliza essa legitimação por meio de estratégias e acordos institucionais que servem ao interesse de grupos específicos, mas são apresentados como de interesse geral e universal.

Destarte, ao se afirmar na Cartilha da Nova Previdência, em Brasil (2019c): “É para todos” e “É melhor para o Brasil”, universaliza-se um custo e um benefício como se fosse

afetar (negativamente) ou beneficiar a todos igualmente, e que, no balanço desse processo, o ganho de todos fosse inexpressivamente maior do que qualquer sacrifício.

Tal concepção não corresponde à realidade prevista na proposta de reforma, uma vez que suas regras se apresentam como não equilibradas e não afeta igualmente toda a sociedade, já que ela sofre a influência e a interferência de lobbies no Congresso que defendem uma minoria e que têm o poder de alterar as regras previdenciárias antes de sua aprovação final, conforme interesses de classes específicas e das pressões impostas pelo mercado.

Nesse sentido, ao aderir a esse discurso ideológico do governo, os leitores-autores com posicionamento “a favor” da reforma, passam a propagar, sustentar e perpetuar essas mesmas ideologias de um discurso neoliberal e não há qualquer discussão ou reflexão que passe pelas assimetrias de poder, pelas diferenças na disponibilidade de recursos e condições entre as classes e pelas diferenças no tipo de “sacrifício” que será cobrado de cada pessoa, grupos e/ou classes.

A esse discurso, somam-se outros que reforçam a ideia de que o direito assistencial não deve fazer parte da Previdência, aniquilando o sentido inicial pelo qual o sistema previdenciário brasileiro foi integrado à Seguridade Social e pelo qual foi instituído no Brasil (BRASIL, 2016b), por meio da Constituição de 1988.

Nesse sentido, tem-se um direito garantido pela Constituição de 1988 que foi conquistado e está ameaçado de extinção pela nova reforma, mas que não passa pelo discurso dos leitores-autores que se posicionam “a favor” da reforma, os quais se alinham a discursos neoliberais sobre o tema da reforma da Previdência.

Conforme Brasil (2019c), a cartilha da Nova Previdência tem como um de seus princípios separar a “Assistência” da “Previdência”. Esse discurso, notadamente neoliberal, indica o dismantelamento do caráter social da Previdência, afastando-se do direito garantido na Constituição (1988) (BRASIL, 2016b).

Discursos que negam o caráter social da Previdência condenam o assistido pelo sistema a uma exclusão velada, posto que vê esse sistema como “paternalista” e julga que o mérito do recebimento deve ser proporcional à contribuição, compreendendo que se o assistido não contribuiu com o sistema não tem direito, o que discursivamente mostra a intolerância e o descaso com a proteção social e o bem-estar das pessoas, ao se primar por fatores econômicos.

A mesma Cartilha (BRASIL, 2019c) que se associa a um discurso que defende o bem de todos (“É para todos”, “É melhor para o Brasil”), paradoxalmente, segrega parte desse “todo”, justamente aquela parte mais vulnerável desprovida de um capital econômico, cultural e social, nos termos de Bourdieu (1986), suficientes para uma vida digna.

A carta 28 (vide p. 138 e 141), com posicionamento “a favor” da reforma, traz discursos semelhantes a esses, os quais reforçam essa ideologia neoliberal na medida em que legitima a ideia propagada na Cartilha da Nova Previdência (BRASIL, 2019c) e reforça a concepção de que a reforma previdenciária trará como benefício a justiça social, ao passo que o leitor-autor afirma: *“a fim de rumar para a justiça social eficaz, a ser espargida a todos numa efetiva justiça distributiva, quando se dá ‘o seu a seu dono’, na medida da necessidade e do mérito”*.

Na sequência dessa mesma carta (28), o sentido de seguridade social é subvertido e retirado de seu sentido genuíno - de proteção aos mais necessitados e vulneráveis - e transformado, nas palavras do leitor-autor, em a *“esmola que forma o mendigo e o indolente”*; ao passo que, ao pagar o benefício previdenciário somente a quem contribuiu é entendido por ele como uma ação que leva à *“justiça distributiva”*, o que denota a total falta de empatia para com a necessidade e vulnerabilidade alheias.

De certa forma, esse tipo de discurso traz à tona a falta de empatia dos próprios propositores da reforma para com a camada mais vulnerável da população, uma vez que a proposta não considera as diferenças entre as classes, as profissões, as condições e a cultura do mercado de trabalho e a saúde de uma pessoa em idade avançada, além de não levar em conta outras políticas públicas que precisam ser feitas para atender a essa nova realidade a que se propõe com a reforma previdenciária.

Por conseguinte, o leitor-autor destitui do conceito de “Seguridade Social” sua conotação positiva, a qual passa a receber, por deslocamento, a conotação negativa dos termos “mendigo” e “indolente”. Nesse sentido, seu discurso torna-se ideológico e opera por meio da dissimulação via estratégia de deslocamento, o qual sustenta relações de dominação que ocultam, negam ou obscurecem relações e processos existentes e desviam nossa atenção para outros contextos, conforme proposto por Thompson (2011 [1990]).

Ao transferir ao conceito de Seguridade Social uma conotação negativa, via estratégia de deslocamento, o termo passa a ser entendido como um sistema que gera seres humanos dependentes e incapazes de proverem a si mesmos, portanto, precisa ser extinto. E nesse passo, naturaliza-se a ideia de que o direito previdenciário deve ser destinado somente a quem

contribuiu, o que reforça a propagação de um discurso neoliberal e a aniquilação do sentido de proteção social.

Discursos desse tipo desviam nossa atenção de problemas políticos, econômicos e sociais de ordem mais ampla, como a existência das desigualdades sociais acirradas, a desigualdade na distribuição de renda, a falta de emprego, as assimetrias de poder e de acesso à formação educacional e cultural disponíveis em nossa sociedade.

Problemas esses que dificultam ou impedem de as pessoas poderem suprir suas próprias necessidades e a de seus familiares e que, se solucionados, as tornariam cada vez mais independentes da ajuda do Estado. Nessa medida, não é o sistema da Seguridade Social que produz a dependência das pessoas com relação ao Estado, mas sim essa dependência é gerada pelas condições precárias e recessivas advindas de um país que não investe em políticas públicas de emprego, de saúde, de melhor distribuição de renda e em programas para criar mecanismos para a diminuição e/ou combate à corrupção e não investe em políticas sociais.

Um país que não desenvolve programas eficazes de transparência da gestão e do dinheiro público, que não utiliza seus recursos para o bem social, mas que, em vez disso, destina seus recursos em prol do interesse do mercado e de uma minoria privilegiada. E nessa conformidade, o mesmo sistema político e econômico que contribui para a geração da pobreza de sua sociedade, lhes nega o direito a sair dela pela falta de políticas públicas adequadas e eficazes.

Por meio de um estudo estatístico, Campos (2017) verificou que há uma relação simétrica entre as reformas econômicas neoliberais e o desemprego e a pobreza. A virada do século XXI teve um aumento significativo de desempregados e de pessoas no nível de extrema pobreza, ambos justificados pelo ajuste estrutural neoliberal que se consagrou, uma vez que o neoliberalismo acarreta um mínimo benefício à comunidade e sua atenção volta-se aos interesses do mercado.

Leguizamón (2005) estudou a questão da fabricação da pobreza em um mundo capitalista e afirma que há uma tensão entre a lógica do capital e o bem-estar social, o que indica que um dos motivos do aumento da pobreza advém da falta de emprego no mundo capitalista.

Neffa (2005), no entanto, ressalta que não podemos deixar de considerar que o modo de funcionalismo capitalista gerou um grande progresso aos modos de produção, quando

comparado a modos de produção anteriores - como o trabalho escravo e o sistema feudal - e com ele novos processos de inovação tecnológica e científica deram origem à primeira revolução industrial, o que contribuiu para a organização das empresas, do trabalho e para a gestão dos negócios.

Contudo, Neffa (2005) corrobora o que é dito por Leguizamón (2005), ao afirmar que o capitalismo contribuiu para a geração da pobreza por não conseguir abranger a todos no mercado de trabalho. Para ele, a solução dos problemas referentes à questão da pobreza, nos países subdesenvolvidos, deve se concentrar no desenvolvimento das políticas de emprego, antes mesmo das políticas de assistência social. No entanto, ressalta que essas são fundamentais em momentos em que a vida humana está em jogo, mas que justamente essas políticas de cunho social que são minimizadas ou negadas em um sistema político e econômico neoliberal.

Nas cartas, a partir do momento em que o próprio afetado pela reforma apoia e propaga discursos neoliberais referentes a esse tema, ele contribui com o processo de sustentar ideologias que geram e alimentam as injustiças no sistema previdenciário, já que ao não reconhecer esses ideais como uma fonte de injustiça, dominação e perda de direitos, não age no sentido de querer se libertar dessa condição.

É como se o indivíduo sustentasse uma injustiça contra si mesmo em nome do Brasil, reforçando as assimetrias de poder e direitos, o que bloqueia sua possibilidade de questionar acerca da administração adequada dos recursos financeiros da Seguridade Social, para o fim a que eles deveriam, de fato, serem destinados.

Além do mais, nesse tipo de posicionamento (“a favor”), não há quaisquer questionamentos e preocupação ligados ao fato de o dinheiro de determinados impostos criados para suprir a Previdência serem desviados e aplicados para atender ao interesse do governo e do mercado. Desse modo, ao não reconhecer essas distorções e ao aceitar prontamente a proposta de reforma do governo, discursivamente, o indivíduo apoia e reforça essa estrutura que subverte e retira direitos previdenciários e de proteção social conquistados na Constituição de 1988.

Nas cartas de posicionamento a “favor”, não há indícios de preocupação e reflexão sobre a atual estrutura e cultura do mercado de trabalho brasileiro, no que compete a compreender se elas são adequadas e suficientes para acompanhar a proposta de reforma e ter disponibilidade de vagas de emprego, inclusive, para profissionais a partir dos 50 anos.

Não há o questionamento de como ficarão as pessoas que não conseguem contribuir com o sistema, por 40 anos, para se aposentar com a integralidade do salário, conforme exige a proposta de reforma. Para que esse tempo seja alcançado, tem-se que começar a trabalhar bem cedo e contar com a “sorte” de não ficar desempregado por nenhum período ao longo de sua vida.

Diante disso, cabe nos questionar: como um país como o Brasil, na atual recessão, e tendo enfrentado crises passadas de forma consecutiva, em que os índices de emprego são um dos primeiros afetados, pode garantir que as pessoas não fiquem desempregadas e que, assim, se justifique incluir na reforma um período tão longo de contribuição?

Ao buscar compreender se as condições do país são favoráveis e adequadas à instituição de uma reforma, tal qual a proposta pelo governo, a reflexão do leitor-autor tomaria um novo rumo: em vez de “aceitar” de antemão que o país não tem dinheiro e propagar um discurso de “fatalidade econômica”, ele passaria a questionar como é feita a gestão do dinheiro público e a compreender se a aplicação desse dinheiro atende ao direito de uma maioria ou se beneficia apenas a uma minoria.

Como um exemplo, essa reflexão caminharía no sentido de entender que, em um momento de crise alarmante como o que atualmente vivemos, se não há dinheiro público para investimentos em projetos sociais e, em nome dessa recessão, se justificam a retirada desses investimentos e a necessidade de se fazer uma reforma previdenciária, não haveria dinheiro público para os gastos constantes do governo federal em propagandas para convencer a população sobre a necessidade dessa reforma.

Contudo, mesmo com a recessão, foram gastos milhões (PRAZERES, 2019) em propagandas sobre a reforma, além de outros milhões em propagandas do governo federal, dos governadores dos estados e dos municípios para promover e divulgar suas ações.

Conforme informa Prazeres (2019), desde 2016, foram gastos R\$ 183 milhões em propagandas para convencer a população sobre a necessidade da reforma, mais um gasto de R\$12 milhões no governo atual, além de outros valores, ainda não estimados, todos para promover a reforma previdenciária. Ações incoerentes e incompatíveis com a falta de dinheiro público, como constantemente alegado pelo governo federal.

Essa reflexão centra-se em compreender que se não há recursos para aplicar na Previdência e na Seguridade Social, não deveria haver para aplicar em ações de marketing do

governo e, nessa disparidade, nossa atenção volta-se não à falta do dinheiro, mas na aplicação dos recursos disponíveis no que interessa ao mercado e ao governo.

Tal como afirmado por Rivânia Moura, em função do modelo econômico adotado, há uma tentativa em diminuir os gastos com as demandas dos trabalhadores e com a proteção social para se canalizar os recursos da previdência para o mercado financeiro e privilegiar as instituições financeiras (PAIM et al., 2017).

Nesse sentido, os bancos são um dos beneficiários que ganham com a dificuldade de acesso da população à Previdência Social, pois teriam aumento exponencial nas vendas dos seus Planos de Previdência Privada, uma vez que contribuir para a Previdência Social se tornaria desinteressante.

Silva (2004, p. 28) afirma que o que está em pauta não é somente “o equilíbrio atuarial das contas da previdência, como alega a equipe econômica do governo, mas o equilíbrio e a coesão da sociedade com base em formas mais justas de apropriação e fruição da riqueza social” e complementa: “As pressões pela reforma da previdência social respondem a uma estratégia de mercantilização da seguridade social, ou seja, a um processo de privatização”.

Assim, a Previdência se converte em um produto - portfólio de bancos e seguradoras - ou no caso da capitalização, passa a depender dos investimentos rentáveis, sem compromisso com o desenvolvimento social, a qual se constitui como uma das propostas também aventadas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, para substituir a Previdência Social, tal como é configurada atualmente. Estimular a Previdência Privada e/ou a capitalização são interesses neoliberais que se impõem nesse cenário em que a prioridade se converte aos interesses do mercado e não à proteção social (SILVA, 2004).

Por seu turno, as cartas de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial” divergem somente no que compete a aceitar ou não a necessidade de reforma, na qual o posicionamento de “aceitação parcial” é mais ponderado nesse quesito, embora ambos recusem a proposta apresentada pelo governo.

Os leitores-autores desses tipos de posicionamento trazem como preocupação a desigualdade na proposta e indicam que ela manterá os privilégios de certas classes em detrimento da população geral, que arcará com o ônus da reforma em função das mudanças propostas (BRASIL, 2016c), como: o aumento da idade para recebimento do benefício, a diminuição do valor recebido, devido aos novos cálculos para a composição do valor final do benefício, e a diminuição da pensão por morte.

Nesse sentido, trazem à tona discursos circulantes sobre o “desmonte da Previdência Social”, que afeta diretamente a maioria, ou seja, “os trabalhadores” do setor privado contribuintes do RGPS (INSS), entendido pelos leitores-autores como os “mais pobres” e realmente necessitados e, paradoxalmente, os que mais serão prejudicados pela proposta de reforma.

Desse modo, o discurso propagado pelo governo de que a Previdência será justa e para todos não se sustenta na perspectiva dos leitores-autores com posicionamento “contra” ou de “aceitação parcial”, os quais se distanciam e não aderem a discursos que pregam essa ideia, tal como a que circula no pronunciamento do presidente Bolsonaro, feito em rede nacional de televisão, no dia 20 de fevereiro de 2019, destacado no Portal G1, da Globo.com (2019), no qual ele afirmou que a reforma da Previdência é fundamental para o sistema “não quebrar” e que a mudança será “justa e para todos”, em suas palavras: "A nova Previdência será justa e para todos, sem privilégios".

Contrários a esse discurso do governo, é recorrente nas cartas de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial” a discussão de que os lobbies existentes em defesa de algumas classes aumentam a desigualdade entre essas e os trabalhadores do setor privado.

Em contrapartida, gera-se a discussão de que não há a defesa, de fato, pelo coletivo, do qual os leitores-autores concluem que: *“aposentado não tem lobby”* (carta 8/ “contra”), *“segmentos privados não têm quem defenda seus interesses”* (carta 6/ “contra”) e *“não vejo nenhum movimento para defender os interesses da população contribuinte do INSS”* (carta 31/ “de aceitação parcial”).

Nesse contexto, partem da compreensão de que essas classes que têm lobbies já são privilegiadas no sistema previdenciário atual, uma vez que a média de seus salários e as condições para o alcance de sua aposentadoria são mais vantajosas do que o da população geral.

Discursivamente, esses leitores-autores denunciam as disparidades entre as classes - entre os mais e os menos privilegiados - o que nos leva ao que Bourdieu (1986) diz acerca do capital econômico e social, no que compete aos recursos financeiros disponíveis e à posição social do sujeito como fatores determinantes à possibilidade de acesso a certos recursos não acessíveis a todos, os quais contribuem para a obtenção de mais benefícios e poder por parte de uma minoria privilegiada.

Essa assimetria de poder, evidenciada nas cartas, relaciona-se à posição social ocupada pelos representantes do governo e de instituições que defendem os interesses particulares de suas classes ou grupos como: políticos, militares, empresários, banqueiros e funcionários públicos do alto escalão.

Ao estarem em uma posição privilegiada, seu nível de poder e possibilidade de influenciar e modificar as discussões sobre a reforma são bem maiores do que o acesso e o poder da população para conseguir interferir nessas decisões sobre a reforma ou sobre qualquer outro tema de interesse social.

Essa questão faz referência ao sentido que esses lobbies têm para a população, às assimetrias de poder e às relações de dominação decorrentes desse corporativismo, que, em última instância, nos remete à questão das ideologias neoliberais subjacentes na tratativa do tema da reforma, tanto pelo governo quanto pelos representantes políticos e classes que influenciam na decisão final sobre a proposta em si.

Por terem o poder de fazer e modificar as leis, os políticos protegem uma minoria, conforme lhes convém, e cedem a lobbies e a classes específicas, o que não inclui a população mais vulnerável. Nesse sentido, as assimetrias de poder geram mais desigualdades no acesso a benefícios que são transformados em leis, como é o caso das regras que entrarão em vigor com o novo sistema previdenciário. Para Thompson (2011 [1990]), o poder relaciona-se à capacidade que o indivíduo tem de agir em busca de seus objetivos e interesses, o qual pode alterar e intervir em uma dada sequência de eventos, tal qual fazem esses lobbies.

Dentro de uma instituição, o indivíduo dotado de poder tem a capacidade de tomar decisões, seguindo uma trajetória que sem o poder não seria possível. Nesse cenário, o sentido do “sacrifício de todos”, na compreensão do leitor-autor, restringe esse “todos” à população mais vulnerável, pois ele entende que, principalmente, os trabalhadores do setor privado arcarão com o ônus da reforma, o que o leva a concluir que ela não acabará com privilégios, mas, sim, manterá e aumentará as desigualdades existentes no sistema previdenciário vigente.

Esse ônus que é acarretado à população gera no leitor-autor o sentimento de insatisfação e indignação, já que na contrapartida de seu “sacrifício” ele atesta a proteção a certas classes (por meio dos lobbies), o que o deixa descrente de que a reforma combaterá privilégios, tal como propagado no discurso do governo e dos defensores da proposta. E nesse sentido, não se solidariza com esses discursos.

Nas teorias sociológicas, o conceito de lobby é discutido tanto como uma ação positiva quanto negativa. Há teóricos que o defendem como algo positivo na medida em que ele auxilia o governo a ter acesso a dados mais palpáveis de cada nicho de mercado para tomar suas decisões; e há outros que defendem que os lobbies protegem certas camadas sociais, o que geram assimetrias no acesso a direitos (GRAZIANO, 1997; MANCUSO; GOZETTO, 2011).

Além da ação dos lobistas profissionais, as bancadas na Câmara defendem classes específicas e favorecem-nas na reforma, tanto pela amenização de suas regras de inclusão ou por conseguirem que algumas delas fiquem fora da proposta e, nesse sentido, também, exercem lobbies, os quais são referidos pelos leitores-autores, nas cartas.

De acordo com Graziano (1997), lobby é a representação técnica e especializada de interesses especiais. O lobista é o detentor de informações e o portador de conhecimentos técnicos e políticos especializados, os quais podem ser cruciais para a legislação e a regulamentação administrativa.

Segundo Graziano (1997), os lobbies que agem em função dos interesses públicos, os chamados lobbies dos cidadãos, são importantes, no entanto, sua força é desproporcionalmente menor se comparada à força dos lobbies que lutam por interesses específicos, como os lobbies dos empresários e banqueiros. A nosso ver, isso aponta, novamente, para as assimetrias de poder e para a sustentação de privilégios de uma minoria.

Para Mancuso; Gozetto (2011), o termo lobby, na política, refere-se à atuação de representantes de interesses, os lobistas, para apresentar seus pleitos aos políticos tomadores de decisão, no momento de sua passagem pelo salão de entrada dos edifícios, onde os políticos trabalham ou habitam. Tal prática se fortaleceu em 1980 com a redemocratização e é considerada legítima.

Mancuso; Gozetto (2011) esclarecem que essa atividade é vista tanto por um lado positivo e lícito quanto negativo e ilícito, porém desassocia-se da ideia dessa atividade como algo negativo e defendem o lobby como um instrumento democrático da representação de interesses, que contribui com a tomada de decisões, ao incluir a opinião pública.

No entanto, os autores alertam para o fato de que os diferentes segmentos sociais não são igualmente capazes de se organizar e formar grupos fortes para exercer o lobby em defesa de seus interesses, considerado algo mais factível para os empresários do setor econômico do que para os consumidores de um mercado competitivo ou para os contribuintes (lobbies dos

cidadãos). Reconhecem, também, que o capital financeiro disponível dos grupos de empresários ou banqueiros gera maior disponibilidade para se formarem lobbies ativos (MANCUSO; GOZETTO, 2011).

Ao considerarmos todas essas questões, à luz do que tratamos em nosso trabalho, certamente, a atividade oficial dos lobistas, tanto quanto os lobbies formados pelas bancadas na Câmara, geram desigualdades na defesa de interesses, conquanto os empresários e banqueiros têm maior vantagem financeira e maior força para formarem lobbies em defesa de seus interesses quando comparados aos lobbies dos cidadãos.

Notadamente, essas assimetrias de poder, geradas pelas assimetrias de capital social e capital econômico de cada grupo, levam os leitores-autores a compreenderem os lobbies como uma forma simbólica que sustenta relações assimétricas de poder e influência e que alimentam ainda mais as desigualdades na conquista de direitos e na defesa dos interesses da população mais vulnerável.

Decorre desse processo, o que Mancuso; Gozetto (2011) falam sobre o desequilíbrio da força dos lobbies:

(...) quando a força dos lobbies é muito desequilibrada e os mais fortes arrancam privilégios injustificáveis do poder público, as desigualdades já existentes podem ser ainda mais reforçadas e o interesse público é colocado sob grave ameaça (MANCUSO; GOZETTO, 2011, p. 125).

Justamente, o que ocorre no processo de definição das regras da reforma da Previdência, com o abrandamento de pontos específicos e vantagens para determinadas classes que possuem lobbies bem estruturados e com alto poder de influência no Congresso.

Mancuso; Gozetto (2011) reforçam que, mesmo por vias legais, lobbies fortes podem conseguir benefícios particulares que são aprovados sem qualquer transparência ou prova de sua eficiência, eficácia e efetividade, o que leva a sociedade a arcar com as perdas geradas por essas concessões e pela receita renunciada.

Esse cenário nos remete, exatamente, ao que ocorre no processo de reforma da Previdência, em que as isenções e renúncias fiscais dadas às grandes empresas geram prejuízos e levam à necessidade de mais reformas, pois tornam o sistema insustentável. Mancuso; Gozetto (2011) discutem essas questões como riscos da atividade dos lobbies e mostram projetos que transitam na Câmara para impor transparência e regulamentar a atividade.

No entanto, essa regulamentação não poderá mudar as assimetrias de poder inerentes às características do próprio grupo de lobistas, no que compete às diferenças na quantidade de capital e capacidade de organização desses grupos, o que por si só constituem-se como base de desigualdade no poder de articulação e influência que terão nas decisões políticas.

Nesse sentido, não temos como considerar a ação dos lobbies como algo positivo e que trará qualquer tipo de igualdade na defesa de trabalhadores ou pensionistas na reforma previdenciária. Pelo contrário, no caso, os lobbies acirram ainda mais as desigualdades na tratativa das classes e dos grupos na inclusão desses na reforma, o que é denunciado pelos leitores-autores de posicionamento “contra” ou de “aceitação parcial”.

Tal como descrito por Thompson (2011 [1990]), as qualificações associadas à posição que a pessoa ocupa na sociedade fornece-lhes diferentes níveis de poder, ou seja, é uma capacidade social ou institucional conferida a esses indivíduos que lhes dá poder para tomar decisões, alcançarem seus objetivos e interesses. Nesse sentido, a dominação se processa pelo fato de esses grupos que fazem o lobby possuírem um poder, de certa forma, permanente e significativo e não há acessibilidade, no mesmo grau, para outros agentes, como é o caso da população mais vulnerável.

O sentido dessa ação (lobby) é construído discursivamente pelos leitores-autores como relações que geram assimetrias de poder e, por conseguinte, levam às assimetrias de direitos, conquanto podem ser consideradas como ideológicas nos termos de Thompson (2011 [1990]), uma vez que as estratégias particulares de construção simbólica só são ideológicas se o sentido gerado ou difundido estabelece ou sustenta relações de dominação, o que ocorre tanto por meio da produção quanto pelo modo como as formas simbólicas são recebidas, tal qual ocorre nas cartas do leitor.

Nas cartas (“contra” e de “aceitação parcial”), o leitor-autor entende que os lobbies acirram as injustiças, já que categorias e classes são protegidas da reforma e outras excluídas pela influência e pressão que esses lobbies exercem para que o texto da proposta de reforma seja alterado e os proteja, ou aos seus, enquanto fere os trabalhadores do setor privado, por não contarem com esse mesmo recurso de interferência e proteção (os lobbies).

Mesmo que a população seja representada na Câmara e no Senado por uma pequena parte de deputados e senadores eleitos que possam defendê-los, a força e pressão que os lobbies exercem sobre suas decisões, somam-se aos interesses da maioria dos políticos que também fazem parte desse corporativismo, uma vez que, paralelamente à vida pública, são

donos de empresas, instituições geradoras de lucros e capital econômico, dos quais se assentam seu interesse em preservá-los.

Por conseguinte, a defesa em prol do coletivo torna-se, substancialmente, menor do que a defesa por uma minoria e constitui-se, em última instância, como assimetria de poder que leva à assimetria de direitos e benefícios recebidos.

A legalidade dos lobbies profissionais ou da formação de bancadas específicas no congresso, que defendem aos seus, tornam-se ações naturalizadas e legítimas, que perpetuam as injustiças. Tal como esclarecido por Thompson (2011 [1990]), relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por serem representadas como legítimas, justas e dignas de apoio e constituem-se como ideologias.

Nessa atividade de lobistas e das bancadas, a legitimação pode sustentar relações assimétricas de poder e funcionar por meio de estratégias típicas como a narrativização e a dissimulação, tal como entendido em Thompson (2011 [1990]).

Na narrativização, o presente é parte de uma tradição eterna e aceitável, conquanto se justifique a ação de lobistas e bancadas em defender certas classes, uma vez que essa ação é aceita e historicamente legalizada, naturalizada e legitimada.

Pela dissimulação, as relações de dominação e as assimetrias de poder ficam obscurecidas e nossa atenção é desviada da questão de que, o ato de defender uma minoria ou grupos específicos, oculta e nega o fato de que outras classes não recebem o mesmo tratamento, por conseguinte, são prejudicadas em seus direitos, por não terem grupos com o mesmo nível de poder atuando em sua defesa.

Consequência disso são as assimetrias de direitos e benefícios conquistados que ficam veladas em nome de um bem comum e em nome do bem do Brasil, unificados sob um rótulo que transmite uma mensagem de igualdade, de isonomia e de justiça, tal qual o discurso do governo federal, feito em pronunciamento público, transcrito no site da Jovem Pan (2019) e o propagado na Cartilha da Previdência (BRASIL, 2019c).

Ao se padronizar a reforma da Previdência, no sentido de um bem comum ao Brasil e aos seus cidadãos, unifica-se os indivíduos em uma identidade coletiva (os brasileiros) e nega-se, veladamente, suas diferenças em termos de acesso a recursos, de poder, de deveres e direitos e, em última instância, ofusca-se a falta de igualdade resultante das assimetrias nas regras da proposta da Nova Previdência, para cada uma das diferentes categorias, conquanto

não equilibra o risco de cada profissão e o sacrifício cobrado de cada um, de forma igualitária e justa.

Por meio dessa ideologia por unificação (THOMPSON, 2011 [1990]), que funciona via estratégia simbólica de padronização, perpetuam-se as relações assimétricas de poder e acirram-se as injustiças entre as classes quanto ao acesso ao benefício da aposentadoria. Benefícios esses que não são dados pelo governo, mas para o qual somos obrigados a contribuir, por meio do INSS (RGPS), para que, ao final, tenhamos o direito a recebê-lo em forma de aposentadoria.

Nos termos de Thompson (2011 [1990]), na unificação, relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma identidade coletiva e negligencia qualquer diferença e divisão que possam separá-los e distingui-los, o que transforma as formas simbólicas, via padronização, em um referencial padrão, em que um fundamento é partilhado e aceito como troca simbólica.

Dos casos dos lobbies feitos pelas Bancadas na Câmara, um exemplo é o caso dos policiais federais, rodoviários federais e policiais legislativos, em que a “Bancada da Bala” conseguiu diminuir a idade para conquista da aposentadoria deles em 53 anos para homens e 52 anos para mulheres. Fez parte desse lobby, o próprio presidente, os parlamentares componentes dessa Bancada e parte da Bancada do PSL, que fizeram acordos com a categoria para que diminuíssem sua aversão à reforma. Do mesmo modo, esses lobbies obtiveram regras mais brandas e a inclusão de benefícios para a classe dos militares e conseguiram a exclusão de Estados e Municípios na proposta, os quais participaram de propostas complementares, em momento posterior (FERNANDES; HAUBERT; MOURA, 2019).

No dia 03 de março de 2020, foi aprovada a reforma da Previdência (paralela) dos servidores estaduais do estado de São Paulo, a qual não foi considerada como uma proposta justa por todos os envolvidos, que entenderam que o governo estadual não levou em consideração todas as condições particulares de certas categorias, como a do policial civil, dos professores e a dos agentes penitenciários. No entanto, o governador do estado de São Paulo, João Doria, afirmou que levou em conta as insalubridades de cada uma dessas profissões. A PEC ainda passará por uma última fase de votação final (MUNIZ; MACHADO, 2020).

Um dos pontos questionados pelo funcionalismo público, além do aumento da idade em carreiras insalubres e desgastantes, foi a alíquota progressiva, que dos atuais 11% pode

chegar até 16% de desconto e o aumento para 16% ao se aposentar, conquanto que representantes da classe consideram que não há déficit atual no sistema de aposentadorias do funcionalismo público, mas que se pretende com esse aumento cobrir um déficit passado, o que penaliza os que se aposentarão a partir de agora, com essa nova reforma (DALL'AGNOL, 2020).

Com esses dados, temos a compreensão de que a categoria do funcionalismo público também foi afetada pela reforma e não recebeu a mesma paridade de tratativa que a classe militar. De acordo com o presidente Bolsonaro, o serviço público é “uma fábrica de marajás” e eles são o “grande problema da Previdência no Brasil”. Em contraponto, considera que os militares são os únicos dignos de tratamento diferenciado e não podem ser tratados da mesma forma que “o restante da classe trabalhadora brasileira”. Um discurso repetido de 1989, do então, presidente Fernando Collor (MELIM, 2018).

Desse modo, ao transformar o funcionalismo público em bode expiatório das contas da Previdência, o governo federal tira de si e de todos os governos anteriores a responsabilidade pela má gestão do país e a má gestão dos recursos públicos financeiros. Ele não põe em pauta todos os elementos que levam, de fato, a compreender o saldo da Previdência e não abre espaço para rever toda uma complexidade de questões envolvidas, mas sim age no sentido de guiar a atenção da população para se opor e lutar por aniquilar um inimigo comum, o funcionalismo público. Por conseguinte, seu discurso busca conseguir a adesão da população às suas justificativas para se aprovar a reforma.

Quando o leitor-autor adere a esse discurso generalista do governo e aceita esse bode expiatório, desenvolve um sentimento de que o funcionalismo público precisa ser combatido na reforma da Previdência, como se fosse o único responsável pelos gastos do governo com o pagamento de aposentadorias, e nesse sentido, passa a sustentar ideologias dominantes que perpetuarão as disparidades entre as classes.

Essa estratégia é uma manobra do governo que apela para uma aversão que parte do trabalhador do setor privado já tem em relação aos trabalhadores públicos, e nessa manobra, procura reforçar essa aversão, uma tática com boas chances de sucesso. Além do mais, essa manobra ofusca a reflexão acerca de outros fatores que impactam o saldo previdenciário, que incluiu o fato de as aposentadorias dos funcionários públicos serem pagas por um sistema específico, o RPPS, e não pelo regime geral da Previdência do setor privado, o RGPS (INSS),

que é o único sistema, segundo a Constituição de 1988 (BRASIL, 2016b), que faz parte da Previdência Social, portanto, da Seguridade Social.

Decorre daí outra manobra do governo para compor os saldos negativos do sistema previdenciário, na qual todos os sistemas de aposentadoria são colocados na mesma conta de modo inconstitucional, o que leva à confusão dos saldos e gastos de cada um dos sistemas e à falta de transparência, tal como denunciado no relatório da CPI da Previdência (PAIM et al., 2017).

Nesse discurso, há dois movimentos que subjazem ideologias do governo e que trazem à tona questões importantes a serem pensadas. Em um primeiro movimento, o funcionalismo público é representado como um grupo homogêneo (“*uma fábrica de marajás*”), destituído de quaisquer especificidades das diferentes carreiras e cargos dos servidores públicos, que vai desde um cargo de auxiliar de serviços gerais até cargos de diretorias e ministérios de altas patentes do governo.

Ao se considerar a classe de funcionários públicos como um grupo uno e homogêneo apagam-se todas as diferenças que perfaz o trabalhador público, o exercício de sua atividade e as especificidades dos diferentes cargos. Nesse sentido, a ideologia sustenta-se pelo fato de se fazer uma generalização ao se referir à categoria, tal como no discurso do presidente (MELIM, 2018), em que ele apaga todas as diferenças entre os servidores e considera um servidor público que exerce um cargo de auxiliar de serviços gerais no mesmo nível de um servidor da alta patente, que, certamente, recebe benefícios bem diferentes, o que revela as assimetrias do próprio sistema do serviço público.

Num segundo movimento, cria-se a polaridade e a segmentação de dois grupos que são referenciados em lados opostos no discurso do governo - o grupo dos funcionários públicos, de um lado, e o grupo dos trabalhadores do setor privado, de outro. Desse modo, outra forma de operacionalização da ideologia passa a funcionar, a fragmentação.

Na fragmentação, o grupo do funcionalismo público é fragmentado da classe de trabalhadores gerais e segmentado como um grupo que se tornou um “desafio real aos grupos dominantes”, um alvo projetado como perigoso e ameaçador às contas da previdência, portanto, um inimigo a ser aniquilado; configura-se, assim, a estratégia típica de construção simbólica de expurgo do outro, de acordo com o descrito por Thompson (2011 [1990], p. 87).

Quando nas cartas do leitor, os leitores-autores expressam sua aversão pela classe do funcionalismo público, de modo generalizado, sem tomar em conta o abismo das diferenças

entre eles, alinham-se ao discurso do governo de que essa categoria é a “culpada” pelo alegado “rombo” previdenciário e sustenta uma ideologia dominante que segmenta os trabalhadores do funcionalismo público e os transformam em bode expiatório.

Nesse compasso, afastam-se de um pensamento crítico-reflexivo que levaria nossa atenção a um processo mais complexo, composto por muitos elementos envolvidos na gestão do sistema previdenciário, e em última instância, que integram um problema ainda maior, a gestão do dinheiro público e a do próprio país no combate às desigualdades e na melhoria de vida e de bem-estar de sua população.

A disparidade na tratativa entre as classes no tema da reforma, frequentemente discutido pelo leitor-autor de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”, encontra respaldo em discursos circulantes na mídia e justifica-se em função das ações do governo, que não propôs regras iguais para as classes e beneficia uma minoria, principalmente, os militares.

Sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, em 17 de dezembro de 2019, a regra para aposentadoria dos militares foi a mais branda de todas. Diferente dos demais (setores públicos e privados), os militares não terão idade mínima e receberão salário integral ao entrarem para a reserva. Pagarão 10,5% de contribuição, ao contraponto de que a iniciativa privada paga de 7,5% a 11,68% e o funcionalismo público de 11% a 16%. Na mesma oportunidade, o presidente sancionou a reestruturação da carreira dos militares, ao ceder-lhes diversos benefícios, o que diminuiu expressivamente a economia prevista com a reforma, pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes (UOL, 2019b).

Com essa reestruturação e benefícios adicionais, a previsão de economia inicial com a reforma dos militares passou de R\$ 93,7 bilhões para R\$10,45 bilhões, com a justificativa oficial do governo e de políticos de que a categoria não recebe reajuste há anos. Paradoxalmente, de forma proporcional, a classe dos militares é a que mais impacta as contas do sistema previdenciário (ANDRETTA, 2019).

Quando representantes do Congresso defendem certas categorias, por meio de bancadas de apoio, trazem o fator merecimento como justificativa para o fato de uma minoria ter regras especiais na proposta de reforma. Seja por serem carreiras insalubres, com condições específicas que exigem mais desses profissionais ou, até mesmo, pela justificativa de reposição de salários defasados, portanto, para serem incluídas na reforma, essas categorias precisam de uma “compensação”, como é o caso dos militares.

Se caminharmos na mesma lógica, muitas outras categorias e profissionais do setor público ou privado mereceriam grandes compensações por sofrerem desigualdades históricas e sociais estruturais em termos de salário, benefícios e ausência de condições básicas, dignas e fundamentais no seu ambiente de trabalho. No entanto, para esses não há essa contrapartida para os incluírem na reforma, o que gera o sentido de que a reforma perpetua as disparidades entre as classes, tal como afirmado nas cartas de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”. Opositores da proposta de reforma fazem o mesmo tipo de denúncia.

O professor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), André Bittencourt, e o advogado Augusto Leitão, entrevistados pelo jornalista Andretta (2019), indicam que há outras categorias que, também, apresentam as mesmas desvantagens que a carreira militar; desvantagens usadas pelo presidente para justificar e abrandar as regras previdenciárias dos militares, dentre as quais são citadas: não terem o direito de fazerem greves, correrem risco de vida e não terem direito ao FGTS.

No entanto, algumas outras carreiras que passam pela mesma situação não foram beneficiadas na reforma, são lembrados pelos entrevistados: o “patrão da iniciativa privada”, que não pode fazer greves, funcionários públicos que também não recebem FGTS ou os mineradores, que correm constantes riscos de vida, diferentemente do militar, em que o risco é presumido, já que muitas vezes estão em trabalhos administrativos (ANDRETTA, 2019).

No processo de mudança do sistema previdenciário, ao transformar em lei todas essas vantagens dadas aos militares, legitima-se o direito do militar mediante uma cadeia de raciocínios e justificativas que se pretende considerar como justas e plausíveis, mas que, no fundo, são pautadas na injustiça social e no abuso de poder, já que as demais categorias que sofrem dos mesmos problemas não foram agraciadas na reforma, com tais vantagens e reparações.

A mesma linha de raciocínio se aplica quando altas patentes do governo, funcionários do judiciário e da classe política recebem aumento de salário exorbitante e benefícios extras, em nome de suas responsabilidades e atribuições da vida pública e justifica-se o merecimento dessas categorias para esse recebimento. Nesta ação, legitimam-se as disparidades entre as profissões/categorias, por meio de estratégias simbólicas como a racionalização e perpetuam-se os privilégios de uma minoria.

De acordo com Thompson (2011 [1990]), no caso de a legitimação ser realizada por meio da estratégia de racionalização, o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia

de raciocínio e busca defender ou justificar um conjunto de relações, tornando-as legítimas e aceitáveis.

Esse processo ocorre no exemplo citado anteriormente, ao se justificar o pagamento de benesses; no caso dos lobbies, em que há a defesa de classes específicas ou no caso da classe dos militares, no qual se justificou que há uma defasagem salarial que precisa ser reparada, para, e com isso, justificar sua inclusão na reforma com melhoras na carreira e regras mais brandas.

Desse processo, legitimam-se disparidades e injustiças como um direito plausível dessa minoria, justificados por seu merecimento, o que incoerentemente, não se estende o mesmo tipo de reflexão acerca dos direitos, do merecimento e da necessidade de reparação salarial de outros grupos e classes, o que geram assimetrias de direitos e mantém-se fortalecidas as relações de poder, e de modo velado, o abuso de poder.

Nesse sentido, Weber (apud Thompson, 2011 [1990]) diz que a legitimação se baseia em fundamentos específicos como os racionais, que apelam à legalidade de regras dadas. Assim, ao se transformar (legitimar) injustiças em leis, essas passam a valer e a justificar um direito como legítimo, plausível e digno de apoio.

Nas cartas, o que é considerado pelos leitores-autores como privilégios é visto pelos próprios beneficiários (“privilegiados”) como direitos legítimos decorrentes de sua posição social, dado que esses direitos e vantagens de seus cargos já foram naturalizados de modo tão arraigado que não entram mais em discussão do quanto são incompatíveis com a realidade da maioria e com a realidade de uma economia em recessão, citada e disseminada pelo governo federal e parlamentares, para justificar a necessidade de reforma do sistema previdenciário brasileiro, de outras reformas tributárias e da diminuição de investimentos em educação, saúde, segurança e projetos sociais.

Nesse sentido, ofusca-se o caráter de construção sócio-histórica desses benefícios, tornando-os naturalizados, um processo no qual se sustentam relações assimétricas por meio da reificação, viabilizados pela naturalização, nos termos descritos por Thompson (2011 [1990]).

Por meio da reificação, relações assimétricas de poder retratam uma situação transitória e histórica como se fosse permanente, natural e atemporal, o que ofusca seu caráter de construção sócio-histórica (THOMPSON, 2011 [1990]). Na estratégia simbólica de naturalização, uma criação social, tal como os privilégios dos militares e o elevado

reconhecimento do seu merecimento em detrimento de qualquer outra classe trabalhadora, é vista como um acontecimento natural e garante que eles mantenham seus direitos, benesses e posição social em patamar elevado, acima da maioria trabalhadora.

Com isso, legitima-se o discurso de que eles fazem sacrifício pelo país, portanto, merecem mais benefícios e reconhecimento do que os demais trabalhadores, que, veladamente, são desmerecidos no discurso do governo, uma vez que seus esforços e importância não são reconhecidos.

De acordo com Souza (2017), a injustiça advinda dos privilégios que se tornam permanentes só consegue se reproduzir por meio da legitimação. Essa legitimação precisa esconder o mundo social injusto e deslocar nossa atenção a outras questões de menor importância, e nesse sentido, ela se perpetua. Analogamente, é um processo em que entram em cena duas formas de operacionalização da ideologia, a legitimação por racionalização e a dissimulação por deslocamento, nos termos de Thompson (2011 [1990]).

Desse modo, os privilégios recebidos podem ser justificados como direitos especiais adquiridos pela ocupação de determinados cargos públicos ou posições sociais, que são legitimados por meio de leis, que os tornam como direitos adquiridos, que não são mais questionados, o que desvia nossa atenção de que a maioria da população não tem acesso a qualquer tipo de direito e, submetem-se, muitas vezes, a subempregos ou a empregos informais como única forma de não sucumbirem a longos anos de desemprego (SOUZA, 2017).

Se por um lado, o presidente Bolsonaro aprovou o aumento de direitos da classe militar, paradoxalmente, propôs a diminuição e a extinção de alguns direitos dos trabalhadores do setor privado, em nome do aumento do número de empregos, pela medida provisória 905 (“Programa Verde Amarelo”), instituída em 11 de novembro de 2019 (ALESSI, 2019; OHANA, 2019).

O discurso do presidente caminha na compreensão de que os empregos precisam “se aproximar da informalidade”, pois é um “tormento” ter uma empresa no Brasil, devido a todos os direitos que devem ser pagos a um trabalhador quando da sua demissão. Em entrevista, o presidente Bolsonaro afirmou: “O que o empresariado tem dito pra mim, e eu concordo, é o seguinte: o trabalhador vai ter que viver esse dia: menos direitos e [com mais] emprego, ou todos os direitos e desemprego” (ALESSI, 2019; OHANA, 2019).

Enquanto legitimam-se privilégios de uma minoria, como um direito inerente ao cargo, legitima-se a perda de direitos da população geral e mais vulnerável como “um direito a se ter um posto de trabalho”, e com isso, naturaliza-se a ideia de que ter “empregos com direitos” é algo incompatível em nosso país, uma disparidade que nos leva a pensar nas formas de desigualdade de poder e, conseqüentemente, de acesso a direitos, que se constitui como uma forma de injustiça social.

Ainda que os militares sejam a classe que, proporcionalmente, geram mais gastos ao sistema previdenciário se comparada às demais classes e, paradoxalmente, a mais agraciada na reforma, não podemos incorrer no erro de gerar discursos que os tornem culpados pelos saldos da previdência, tal qual faz o presidente Bolsonaro com o funcionalismo público, uma vez que, ao se encontrar alguns culpados, deixa-se de refletir sobre o tema sobre um aspecto mais amplo e complexo.

Nesse sentido, deixaríamos de analisar cada um dos pontos que beneficiam ou prejudicam os saldos do sistema previdenciário e isentaríamos o governo e os parlamentares de suas responsabilidades pela gestão do dinheiro público destinado à Seguridade Social, o que não levaria a mudanças que são realmente necessárias.

Ao passo que, ao se reconhecer essas autoridades políticas como responsáveis pela correta administração dos recursos da Seguridade Social e da Previdência, passamos a ter em pauta a discussão e consideração dos dados e situações que, de fato, contribuem para que o sistema não se torne sustentável.

Nessa conformidade, nossa atenção volta-se a uma forma de gestão do sistema que permite frequentes retiradas de recursos da Previdência para destinar a outros fins, um deles legalizado pela DRU, que faz retirar porcentagens cada vez maiores de recursos que deveriam ser destinados ao pagamento das aposentadorias dos trabalhadores do setor privado (RGPS/INSS); à uma gestão que coloca na mesma conta as despesas de outros sistemas de aposentadorias e pensões, que têm suas receitas contadas em seus sistemas próprios, o que leva à falta de transparência, à ofuscação e à omissão dos reais dados das receitas e gastos do sistema da Previdência Social, tal qual rege a Constituição de 1988.

Além do mais, os dados utilizados para compor as contas que resultam em saldo negativo do sistema Previdenciário foram mantidos em sigilo pelo Ministério da Economia, mesmo a proposta estando em tramitação para aprovação na Câmara, o que fez com que parlamentares contrários considerassem inconstitucional prosseguir com a votação, já que

faltavam os dados sobre a estimativa dos impactos orçamentários e financeiros, o que contraria o que determina o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2019a).

A consideração dos dados do saldo da Previdência como sigilosos pelo Ministério da Economia, configura-se, também, como abuso de poder e como manipulação e ocultação das informações, o que se constituiu como uma manobra que facilita justificar o déficit e a insustentabilidade do sistema, que busca cobrar da população a conta pelos benefícios e renúncias fiscais dadas às grandes empresas, aos privilégios dados a uma minoria e a conta das políticas que beneficiam o mercado de capital.

Para justificar a reforma, o governo federal considera os gastos com todos os sistemas previdenciários - regime geral (RGPS), funcionalismo público (RPPS), complementar e facultativo do funcionalismo público (RCP) e pensões dos militares - em uma mesma conta, somados à justificativa do envelhecimento da população, considerado como um agravante aos cofres da Previdência, conforme atesta Gentil (2006).

Essa conta, também, é uma manobra do governo que leva à desinformação, à confusão na tratativa dos dados e impossibilita que se façam as devidas correções, conforme necessidade de cada sistema, tal como vimos nos dados apresentados no primeiro capítulo que, enquanto o governo federal considera todos os sistemas juntos, os economistas contrários à reforma consideram somente o RGPS, respeitando a Constituição de 1988 (GENTIL, 2006; BRASIL, 2016b).

Cada um desses sistemas conta com recursos e gastos próprios, o que gera um balanço específico que não compete aos outros sistemas, mas que, como o governo coloca-os na mesma conta, gera-se um saldo final controverso e ofuscado, o que leva à desinformação e ao abuso de poder, uma vez que impede que haja uma avaliação clara do balanço financeiro de cada um desses sistemas separadamente, a fim de se verificar quais deles, de fato, comprometem mais as contas públicas e precisam ser corrigidos, para se tornarem sustentáveis.

Certas incompatibilidades são veladas sob forma de desinformação, portanto, de abuso de poder. Ao se admitir que o saldo da Previdência é negativo, a reflexão que se torna importante é buscar compreender como o sistema pode se tornar sustentável com constantes retiradas de seus recursos, por meio da DRU, das renúncias fiscais e das exonerações na folha de pagamento, que comprometem, substancialmente, as receitas da Seguridade Social.

Essas questões não são tratadas pelos que se posicionam favorável à reforma, mas sim trazidas como pontos de discussão pelos opositores da reforma e também pontos avaliados nas cartas do leitor de posicionamento “contra” ou de “aceitação parcial”, os quais apontam essas disparidades, portanto, consideram que os saldos negativos da previdência são fabricados pelo governo, por meio dessas manobras e pela proteção aos interesses do mercado.

Nas cartas, denunciam o fato de o governo contribuir substancialmente para esse déficit do sistema previdenciário, o qual é o responsável pela diminuição na arrecadação para as contas da Seguridade Social e da Previdência e, paradoxalmente, propõe uma reforma para melhorar o saldo negativo que ele mesmo produz, o que prejudica, principalmente, a parte mais vulnerável da população, já que terá mais dificuldade em se aposentar devido às novas regras.

Descrito nos tipos de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”, outro ponto em comum é o fato de que o endurecimento das regras para a conquista da aposentadoria, em especial, o aumento da idade para a conquista do benefício (62 para mulheres e 65 anos para homens) é incompatível com a realidade das oportunidades de emprego disponíveis no mercado de trabalho atual.

Na proposta do governo, tal cenário não foi levado à discussão. Não houve a reflexão de como o país na crise atual, com altíssimos índices de desemprego vai absorver tantas pessoas de idade avançada no mercado de trabalho. Soma-se a isso a preocupação com a saúde e a condição física de uma pessoa idosa no desempenho de atividades que necessitem de certo vigor e força física para a realização de suas funções. Preocupações essas levantadas nas cartas dos leitores de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”.

Ainda que idade avançada não seja correspondente à “falta de saúde”, há de se considerar que esse fator, somado à falta de políticas públicas de emprego, à falta de vagas disponíveis e à própria cultura do mercado de não empregar pessoas mais idosas, agravam o cenário.

Nas cartas de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”, ao evidenciar as desigualdades geradas pela proposta de reforma da Previdência, os leitores-autores trazem à luz da discussão questões que sustentam o discurso ideológico do governo, denunciando-as.

O governo alega que uma das propostas na nova reforma é separar “Assistência” de “Previdência”, como consta na Cartilha da Nova Previdência (BRASIL, 2019c). No entanto,

nenhum outro programa ou proposta de atendimento social foi elaborado para substituir ou “compensar” essa possibilidade de exclusão do caráter assistencial da Previdência.

Por conseguinte, o que é justificado como um “princípio” da Nova Previdência, assume um significado de “desmonte do caráter social” do sistema pelos que são atingidos pela reforma, tal qual compreendido nas cartas do leitor, o que corrobora os discursos circulantes de economistas e estudiosos que não concordam com a proposta do governo.

Nesse sentido, o discurso do governo reveste-se de um caráter ideológico na medida em que relações assimétricas se instauram nesse ponto da proposta. Conforme Thompson (2011 [1990]), relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas de modo a desviar nossa atenção ou ocultar relações e processos existentes, o que configura um modo de operação da ideologia por meio da dissimulação.

Quando o governo considera que excluir o caráter de proteção social da Previdência é apenas um ato de separar previdência e assistência, opera-se uma ideologia neoliberal por meio da estratégia de deslocamento (ideologia que opera por dissimulação), reduzindo o efeito negativo de se retirar da Previdência os direitos assistenciais dos cidadãos, conquistados na Constituição de 1988. Ou seja, a perda de um direito adquirido e garantido é velada por um discurso do governo de separação de processos, um discurso e uma ação que ignoram o fato de a necessidade de proteção social ter sido instituída como um direito constitucional.

De acordo com Thompson (2011 [1990]), no deslocamento, um termo usado para se referir a um objeto ou pessoa é deslocado para se referir a outros, como no caso supracitado, em que o termo “separar” oculta o desmantelamento da proteção aos idosos, prestada pelo sistema da Seguridade Social, do qual a Previdência faz parte.

Segundo Marçal; Zucchetti (2017, p. 448), a proteção social diz respeito a uma “proteção universal (saúde)”, “compensatória (assistência)” e “obrigacional (previdência)” e pauta-se no tripé da Seguridade Social, cabendo ressaltar que o caráter de universalização estende-se à assistência social e à saúde e não à Previdência, com exceção dos segurados especiais.

Paim; Mota; José (2017) afirmam que a solidariedade está prevista na Constituição de 1988 e que a Seguridade Social representa essa solidariedade, sistema no qual as contribuições devem ser em prol da coletividade e não exclusivas a quem contribui e busca-se, com isso, diminuir as diferenças sociais.

Nesse sentido, a “separação” de objetivos - direitos previdenciários de um lado e assistenciais de outro - descaracteriza a natureza primeira da instituição da Previdência Social no Brasil como forma de proteção social e incita a um dos princípios de uma política neoliberal, que prioriza os interesses do mercado e responsabiliza o indivíduo por seu próprio bem estar, conquistas e satisfação de suas necessidades individuais.

Conforme Harvey (2008), o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que entende que o bem-estar do indivíduo só é possível ao dar-lhe liberdade para que ele possa exercer sua capacidade empreendedora dentro de uma estrutura institucional, caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio.

Nesse cenário, o papel do Estado é o de agir para garantir essa liberdade e os direitos individuais, o qual pode usar como forma de defesa as funções militares, a polícia e os meios legais e fazer uso da força física e de coerções, se assim se fizer necessário. O processo de neoliberalização julga que as relações de mercado podem guiar e substituir as crenças éticas antes sustentadas, e desse modo, entende-se que o bem social só pode existir em função do alcance e da frequência das transações de mercado (HARVEY, 2008).

Uma vez neoliberalizado, o Estado passa a ser o responsável pelas políticas redistributivas e reverte o fluxo das altas classes para as baixas, das quais, as privatizações, o corte de gastos públicos, as revisões de códigos tributários (como impostos sobre consumo), os subsídios, as isenções a pessoas jurídicas são formas de viabilizar essa redistribuição de renda, que ocorre sempre em função de beneficiar o mercado, já que ele é considerado como o gerador de empregos, de produtividade, de renda, de riqueza e de acúmulo de capital (HARVEY, 2008).

Do funcionamento do mercado, origina-se o mercado de trabalho segmentado e emerge no cenário mundial leis que regulam as forças de trabalho para proteger o interesse dos empregadores, ao passo que a ideia de trabalho se constitui como uma “mercadoria qualquer”. Em contrapartida, o trabalhador funciona, para o capitalista, como um “mero fator de produção”, mas um fator que deve ser especializado, ter qualidades, habilidades, conhecimentos, força física, flexibilidade e docilidade, conforme a necessidade das tarefas a serem exercidas (HARVEY, 2008, p. 180-182).

Essa é a teoria Neoliberal. Contudo, de acordo com Harvey (2008), o Estado neoliberal, na teoria, afasta-se consideravelmente de sua prática e torna sua aplicação como

forma política um tanto quanto instável e contraditória, em função da evolução desigual de instituições, poderes e funções.

Teoricamente, deve favorecer fortemente os direitos individuais às propriedades privadas, às instituições do mercado de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. Os direitos da propriedade intelectual, também, devem ser protegidos (por meio de patentes e outros), a fim de estimular as mudanças tecnológicas (HARVEY, 2008).

Conforme Harvey (2008, p. 74), pela teoria neoliberal, as empresas privadas e a iniciativa dos empreendedores são julgadas como centrais para a inovação e a criação de riqueza. Ela sustenta que a eliminação da pobreza ocorre em função dessa liberdade individual, do livre mercado e do livre comércio, por meio de um “efeito multiplicador”, em que o aumento da produtividade proporciona um padrão de vida mais elevado a todos, o que é notadamente ilusório.

Harvey (2008) defende que a descrição de um Estado neoliberal típico, na prática, é uma tarefa complicada, mas algumas configurações permitem caracterizá-lo como tal, e naturalmente, passamos a compreender que o exercício prático do neoliberalismo está bem longe da própria teoria que ele sustenta.

Na prática, o ímpeto da restauração do poder de classes (elites), foco do neoliberalismo, busca criar um clima favorável aos investimentos e aos negócios. Para tanto, podem tratar o trabalho e o ambiente como mercadorias e, em casos de conflito, o Estado neoliberal favorecerá a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras em detrimento do bem-estar da população ou da qualidade ambiental (HARVEY, 2008).

No neoliberalismo, embora seja garantida a liberdade pessoal e individual no mercado, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e bem-estar, bem como deve responder por elas e isso se estende ao campo da educação, da assistência à saúde e do sistema previdenciário (HARVEY, 2008).

Nesse cenário, o Estado tira de si a responsabilidade por suprir as necessidades de seus cidadãos e passa a se constituir como um estado mínimo, e isso, diretamente, afeta a previdência e justifica a separação de “assistência” e “previdência”, conforme propagado na Nova Cartilha da Previdência do governo federal (BRASIL, 2019c), elaborada pela equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro.

No que compete à Previdência, Silva (2004) ressalta que as alternativas para a gestão do sistema previdenciário são polêmicas por se remeter ao papel do Estado e de sua relação com a sociedade, em um modelo econômico vigente ligado a um projeto neoliberal.

Nesse cenário político e econômico, a inclusão da assistência social na Constituição de 1988 é vista como assistencialização da Previdência pelos progressistas e como agravante do déficit pelos neoliberais, e é exatamente isso que ambos buscam diminuir ou extinguir nas reformas.

Na compreensão de Silva (2004), a Seguridade Social não pode sucumbir às pressões em favor da liberdade de mercado, princípio básico do neoliberalismo e, independentemente de os recursos da Seguridade Social serem contributivos ou fiscais, eles constituem uma parte da riqueza social e devem ser geridos e distribuídos de modo a atender critérios de solidariedade, universalidade e justiça social e não serem aplicados a outros fins.

No que se refere ao tema da reforma da Previdência, os jornais paulistas noticiam posicionamentos do governo, de seus representantes e de estudiosos no assunto que se posicionam tanto de forma favorável quanto contrários à reforma.

Do ponto de vista dos que são favoráveis, prevalecem nas notícias a reprodução das falas do governo e a apresentação de gráficos, dados e contas que sugerem que o sistema é deficitário, a fim de justificar a necessidade de reforma. No entanto, não são mencionadas as fontes de custeio do sistema previdenciário, os desvios dos recursos para outros fins, nem explicitado a junção das contas dos diferentes sistemas para compor o déficit da Seguridade Social.

Em geral, nessas notícias os funcionários públicos são apresentados, de forma indiscriminada, como uma classe que gera prejuízo ao sistema previdenciário, o que resulta em uma visão deturpada da categoria, apresentada à sociedade como o “vilão da Previdência”, o que leva à reprodução de um discurso dominante propagado pelo governo que encontra apoio em parte da população já avessa à categoria.

Desse modo, a mídia reproduz parte do discurso dominante e não esclarece todos os pontos do tema, o que, negativamente, influencia na opinião do leitor. Cabe, então, ao leitor ir em busca de mais informações, em fontes confiáveis, para que possa compreender o tema e se posicionar.

Tal como explicitado por Charaudeau (2013), o papel da mídia é o de atender a uma demanda social, no entanto, em função da concorrência, os jornais filtram o que é publicado

para terem público, respeitando suas posições ideológicas, o que pode entrar em conflito com o seu papel de serviço ao cidadão. Ela age não só como construtora da informação como, também, como uma empresa empenhada em lucrar.

Para compreender os diferentes pontos de vista publicados pela mídia sobre o tema da reforma, cabe ao leitor buscar outras fontes para comparar, filtrar e conseguir processar as informações que lhes pareça verossímeis, a fim de formar seu ponto de vista sobre o assunto. Esse processo demandará do leitor adotar uma postura crítica diante do que lê e do que ouve.

Contudo, devemos considerar que o fato de a mídia expor, constantemente, o leitor aos discursos hegemônicos dominantes pode dificultar ainda mais sua tarefa de filtrar e processar a grande quantidade de informações contraditórias a que está exposto diariamente. Nesse sentido, a mídia funcionará como uma instância de poder na construção da opinião pública. Desse modo, o que poderá ser limitante à adoção de um pensamento e postura mais crítica diante do tema não será a falta de informação, mas a capacidade do leitor em selecionar e processar o excesso de informações recebidas.

A influência dos jornais, enquanto instância de poder, não se limita às informações veiculadas por jornalistas ou autoridades, mas, também, atinge as seções específicas do jornal e as publicações nelas feitas, como nas “Cartas do Leitor”. Nos jornais de grande visibilidade, as cartas são editadas e sofrem a influência do recorte feito pelo jornalista e líderes responsáveis pela coluna “Cartas do Leitor”.

Além disso, a seleção das cartas a serem publicadas, também, é um ponto de corte e depende da decisão tomada pelos responsáveis pela coluna, os quais estarão influenciados pelas ideologias e posicionamentos adotados pelo Jornal para o qual trabalham.

Escolhidos, também, para compor o *corpus* desse trabalho, nos jornais de baixa visibilidade, que circulam no interior do estado de São Paulo, em suas cidades de origem (Bauru, Sorocaba e regiões), esse controle é menos exercido, posto que as cartas são publicadas integralmente e as restrições de publicação são feitas somente às que ferem as regras de ofensa pública, com palavras tidas como “baixo calão”.

Com isso, podemos verificar que a voz do leitor, nesses jornais, torna-se mais fidedigna e tem um espaço mais aberto para ser ouvida, se comparado aos jornais de grande circulação, posto que suas regras de produção e circulação são menos restritivas que nesses últimos.

Após termos identificado e compreendido os discursos que circulam e sustentam os posicionamentos pró, parcial e totalmente contrários à reforma, bem como compreendido os recursos linguísticos avaliativos relevantes nesse processo e o modo de engajamento do leitor-autor em relação aos seus próprios discursos e na negociação de suas perspectivas com outros discursos, dados que compõem nossos objetivos específicos, podemos depreender o nível de responsividade dos leitores-autores frente ao tema da reforma da Previdência, o que responde ao nosso objetivo geral.

Ao tomarmos as diferentes formas de responsividade dos leitores-autores nas cartas, podemos estabelecer alguns níveis preponderantes dessa responsividade, conforme o tipo de posicionamento adotado frente ao tema da reforma.

No tipo de posicionamento “a favor”, o espaço de responsividade do leitor-autor foi relevantemente marcado por discursos que sustentam as ideologias neoliberais acerca da reforma e seu engajamento ocorreu em direção a se alinhar ao discurso do governo, ao sustentar suas ideias e ao apoiá-lo na aprovação da proposta de reforma.

Nesse contexto, o modo como o leitor-autor compreende a forma simbólica, referente à reforma, reproduz as relações de poder e as ideias neoliberais que cercam o tema, portanto, podem ser consideradas como ideológicas, nos termos de Thompson (2011 [1990]).

Essas estratégias de construção simbólica podem ser consideradas ideológicas, pois o modo como são recebidas, compreendidas e reproduzidas pelos leitores-autores contribuem para reforçar as relações de poder e um discurso dominante sobre o tema da reforma na medida em que sustentam essas relações sistematicamente assimétricas de poder (THOMPSON, 2011 [1990]).

Essa ideologia pode ser considerada hegemônica em sua natureza, pois necessariamente serve para reproduzir a ordem social que favorece grupos e indivíduos dominantes, que no caso, são: o governo federal, os representantes políticos, empresários, banqueiros e investidores que apoiam a reforma previdenciária e se beneficiarão com as mudanças propostas (THOMPSON, 2011 [1990]).

Ao analisar a ideologia presente na recepção dessas formas simbólicas pelos leitores-autores, no campo específico do tema da reforma, podemos compreender o papel que elas desempenham e as consequências que trazem para a vida das pessoas, e nesse sentido, situamo-nos no “campo da mudança de sentido e das relativas desigualdades, da ambiguidade e do jogo de palavras, de diferentes graus de oportunidade e acessibilidade, da decepção e da

autodecepção, do ocultamento das relações sociais e do próprio processo de ocultamento”, conforme estabelecido em Thompson (2011 [1990], p. 94).

Thompson (2011 [1990]) deixa claro que a mobilização de sentido é somente uma das formas pelo qual podemos reproduzir a ordem social, mas sua investigação é importante para a compreensão de fenômenos sociais e de sua ligação com as relações de poder, abuso de poder e dominação.

Já nos tipos de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”, o espaço de responsividade do leitor-autor foi predominantemente marcado por discursos contestatórios críticos, nos quais há um engajamento não solidário ao discurso do governo e aos discursos que aceitam sua proposta de reforma.

No posicionamento de “aceitação parcial”, há a abertura para que seja feita uma reforma no sistema previdenciário, mas que leve em conta questões diversas da realidade do mercado de emprego, das condições de vida e saúde das pessoas, além de preservar o caráter social da Previdência. De modo relevante, esse foi o único ponto em desacordo com o tipo de posicionamento “contra”, que não aceita a necessidade de reforma.

Na compreensão de Thompson (2011 [1990], p. 91), discursos contestatórios críticos não são ideológicos na medida em que criticam, desafiam as ideologias dominantes e agem no sentido de denunciar as formas simbólicas ideológicas e as relações assimétricas de poder por elas estabelecidas e sustentadas, consideradas como “formas incipientes da crítica da ideologia”. De acordo com o autor:

Ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las, podem procurar esvaziar qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares. Fazendo isso, essas pessoas estão engajando-se não na promulgação de uma nova ideologia (embora, sob outros aspectos, elas possam estar também fazendo isso); ao contrário, elas estão se engajando numa versão incipiente de uma forma de crítica, que pode ser levada a efeito de uma forma mais sistemática, dentro do marco referencial de uma metodologia interpretativo-compreensiva (THOMPSON (2011 [1990], p. 91).

Em sua responsividade, nos posicionamentos “contra” e de “aceitação parcial”, os indivíduos levantam questionamentos, apresentam disparidades e fundamentam sua perspectiva ao discutirem dados contextuais que cercam o tema da reforma. Desse modo, priorizam a apreciação da proposta e não se resumem a atacar o proponente.

Valem-se, ainda, de discursos circulantes na mídia que mostram elementos variados para a abordagem do tema, os quais são omitidos pelo governo, e nesse sentido, sinalizam que

não aderiram, sem reflexão e de forma imediata, a esse discurso dominante, mas sim buscaram compreender a situação de modo mais amplo, para fundamentarem seu posicionamento.

Essa não aceitação imediata do discurso do governo, somada aos questionamentos acerca da necessidade de reforma e da proposta apresentada para tal, colocam o leitor-autor em um campo mais fértil para o desenvolvimento da reflexão crítica, a fim de que ele possa embasar seu posicionamento com argumentos mais consistentes.

Esse processo decorre, em última instância, da reflexão que ele faz acerca dos dados contextuais inerentes ao tema, os quais ele traz em seu discurso e que o faz levantar dúvidas, apresentar questões, apontar disparidades, comparar discursos, por fim, posicionar-se. Tais dados são-lhes acessíveis a partir de discursos circulantes na mídia que caminham em duas direções opostas.

Por um lado, os discursos que se pautam em contas unificadas do resultado de todos os sistemas previdenciários, que mostram que há um déficit, portanto, justificam a necessidade de reforma como a única solução plausível para equilibrar as contas do sistema previdenciário e para salvar o Brasil da crise econômica. Discursos hegemônicos dominantes que visam ao interesse do mercado prezam pela capitalização, pela Previdência privada e seguem ideais neoliberais. Em síntese, esses são os tipos de discursos circulantes que sustentam o posicionamento favorável à reforma nas cartas do leitor.

Por outro lado, os discursos que consideram uma gama de fatores, de condições, de processos e ações que interferem no saldo do sistema previdenciário atual e apontam outras questões que precisam ser avaliadas e corrigidas antes de se pensar na reforma, uma vez que se assim não for feito o sistema não será sustentável e novas reformas precisarão ser feitas com maior frequência e em um menor espaço de tempo. Em síntese, esses são os tipos de discursos circulantes que sustentam os posicionamentos de aceitação parcial e contrários à reforma nas cartas do leitor.

Nessa constante, os leitores-autores de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”, bem como estudiosos do tema e autoridades políticas que contestam os reais motivos da reforma, dirigem seu olhar e reflexão à composição do sistema previdenciário vigente no que compete aos recursos que lhe são disponíveis, ao modo como esses recursos são utilizados, bem como à compreensão desse sistema com um caráter mais abrangente, o de proteção social aos idosos.

A denúncia das disparidades, a contestação ou a aceitação parcial da proposta e a denúncia do escoamento do dinheiro público são indícios de uma postura crítica do leitor-autor sobre o tema da reforma. Ainda que no posicionamento de “aceitação parcial” ele esteja de acordo com o discurso do déficit no sistema previdenciário, ele não aceita que esse déficit advém do pagamento da aposentadoria paga aos trabalhadores, como prega o governo.

Mas sim, ele apresenta a disparidade do governo entre mostrar que há um déficit no sistema e continuar a retirar os recursos da Previdência por meio da DRU e das recorrentes isenções fiscais dadas às empresas, e desse modo, passa a questionar e a opor-se à proposta de reforma como a melhor e única saída para solucionar esse imbróglio. Portanto, o leitor-autor tem a ciência de que a reforma não trará as soluções previstas pela equipe econômica do governo, uma vez que as fontes de escoamento de recursos do sistema se manterão intactas.

Poderíamos chegar à compreensão de que os leitores-autores de posicionamento “a favor” distanciam-se dessa reflexão crítica e aceitam de imediato o discurso do governo. Com isso, se há falta de crítica neste tipo de posicionamento, ela não decorre de aceitar a existência de um déficit no sistema e de se posicionar favoravelmente à reforma, mas sim de aceitar passivamente um discurso dominante, sem levar em conta essas ambiguidades na tratativa do tema, a desinformação e a ocultação de dados e por não considerar todos os processos e ações do governo federal que levam ao prejuízo dos saldos da previdência, o que os faz se alinharem ao discurso de fatalidade econômica, portanto, apreciarem a reforma como a única solução para as contas da Previdência.

Da responsividade dos leitores-autores, podemos compreender, também, que o grupo que adota o posicionamento “a favor” reforça e reproduz o arsenal de concepções neoliberais a que estão constantemente expostos, ao construírem uma aliança com as ideias hegemônicas da classe política e econômica do governo que tratam do tema da reforma, o que favorece e propaga a ideologia dominante.

Já os que se posicionam contrários ou que aceitam parcialmente a reforma estabelecem, discursivamente, uma luta contra hegemônica e abrem espaço para que se possa pensar a solução do problema por meio de outras propostas alternativas. Ao proporem outras concepções e ações que tragam uma maior igualdade na tratativa das regras de inclusão das diferentes classes na reforma, buscam combater as concepções hegemônicas dominantes no campo político, econômico e social que se impõem ao tema da reforma da Previdência,

Com isso, visa-se a uma maior justiça social, a uma maior igualdade e à sustentabilidade do sistema previdenciário, com atenção às classes trabalhadoras e aos cidadãos mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que se defende a manutenção do sentido de proteção social no tema da Previdência, ao prezar pela seguridade social na fase de idade avançada da população, especialmente, no período da aposentadoria, o que os leva a querer preservar e a garantir os direitos constitucionais já conquistados pela nossa sociedade.

Conclusão

Nesta pesquisa, propusemo-nos a compreender de que modo os atores sociais respondem, na carta do leitor, ao discurso circulante sobre um tema de interesse social, a reforma da Previdência.

A escolha específica por esse tema foi por considerar que é atual e relevante, sensível à sociedade no contexto vigente, uma vez que sua importância permeia o fato de ser uma questão social que afetará a vida das pessoas e sua conquista da aposentadoria, fase em que as pessoas, muitas vezes, só têm esse benefício como fonte de renda, e na qual, questões de ordem de saúde e outras demandas podem atingi-las.

Paralelamente, sobre esse mesmo tema, concorrem interesses políticos e do mercado, com medidas neoliberais, no qual está presente o poder e controle por parte do governo com propostas que tramitaram no Congresso e se tornaram lei com a aprovação final da reforma da Previdência, ao modificarem e dificultarem o acesso à aposentadoria, com boa parte desta proposta em desacordo com o interesse da maioria, a qual corresponde a uma medida impopular que gerou um crescente número de manifestações e ações discursivas em oposição a essa proposta, além das manifestações de apoio.

No primeiro capítulo, trouxemos o posicionamento de estudiosos da previdência, economistas, políticos e outros - de apoiadores, de opositores ou dos que aceitam a reforma parcialmente e se opõem somente à proposta do governo. Adotamos essa mesma divisão para a análise do posicionamento nas cartas do leitor (posicionamento “a favor”, “contra” e de “aceitação parcial” à reforma).

Uma das principais contribuições desse primeiro capítulo foi a possibilidade de apresentarmos os posicionamentos diversos referentes ao tema da reforma e, assim, fomentarmos um espaço mais democrático e dialógico, propício à reflexão, o que permitiu-nos atingir uma compreensão mais profunda e clara sobre o tema e, conseqüentemente, sobre o posicionamento do leitor-autor.

Outra contribuição desse primeiro capítulo foi o breve resgate histórico que fizemos acerca da origem e implementação do Sistema Previdenciário no Brasil, no qual destacamos seu caráter de proteção social, que muitas vezes, fica esquecido na tratativa do tema e ofuscado por discursos neoliberais dominantes que circulam na sociedade atual, nas mídias e no governo.

Discursos esses que tratam o tema da Previdência apenas como medida fiscal e econômica, e que, nesse sentido, trazem a questão do equilíbrio das contas como o foco para a solução dos problemas do sistema previdenciário, em que a economia passa a ter primazia sobre os direitos e bem-estar dos cidadãos que contribuem para o sistema da Previdência, a fim de terem uma qualidade de vida e possibilidade de sustento na aposentadoria.

Nesse campo de interesses divergentes, motivou-nos pesquisar como os atores sociais avaliavam e se posicionavam sobre a reforma da Previdência, como eles compreendiam que isso afetaria sua vida, como respondiam aos discursos circulantes na mídia sobre esse tema e como negociavam suas perspectivas com outras circulantes.

Nesse sentido, a categoria de análise que nos pareceu bastante útil foi o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005), uma vez que ele atende à expressão do afeto no discurso, das avaliações de comportamento e das apreciações estéticas e de valor social, bem como atende à negociação das perspectivas do autor com leitores potenciais e com os discursos circulantes na sociedade.

Nossas perguntas de pesquisa foram desenvolvidas nesta direção, a fim de compreendermos os afetos, os julgamentos, os modos de apreciação, os valores mobilizados e o posicionamento adotado frente ao tema. Nesse sentido, a pergunta que completou nossa busca referiu-se a compreender se o leitor-autor se alinhava ou não aos discursos do governo sobre a reforma e, em sua base, compreender quais discursos sustentavam seu posicionamento.

No segundo capítulo, abordamos conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday; Matthiessen (2004), referencial teórico do qual emana o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005), nossa categoria de análise, e definimos este

Sistema propriamente dito, do qual abordamos seu escopo de estudo e subsistemas. Propusemos uma ampliação no uso do subsistema da *apreciação* (Sistema da ATITUDE), no qual consideramos seu uso para objetos semióticos que não apresentam um caráter estético.

A contribuição do nosso terceiro capítulo focou nos conceitos de responsividade e de dialogismo de Bakhtin; Volóchinov (2006 [1895-1975]), o que nos forneceu um arcabouço teórico importante para estabelecer as relações dialógicas entre os discursos circulantes na mídia sobre o tema da reforma e a responsividade do leitor-autor nas cartas, o que fez-nos compreender em que medida as vozes trazidas para o texto estabelecia relações de negociação com outras perspectivas circulantes e com potenciais interlocutores, o que gerou uma ponte importante de discussão com o Sistema da AVALIATIVIDADE, principalmente, no que compete ao subsistema do ENGAJAMENTO.

Neste terceiro capítulo, outros conceitos importantes que discutimos foram o de compreensão responsiva ativa, que antecede e influencia na responsividade do leitor, e o conceito de descodificação, que nos forneceu algum indício do uso da capacidade crítica de compreensão do leitor-autor sobre o tema da reforma, ao integrar o significado dos textos a valores sociais vigentes. Tal como afirmado por Angelo; Menegassi (2011), a avaliação do extralinguístico é fundamental para a compreensão do que se lê, uma vez que o processo de compreensão se associa ao processo de descodificação, que envolve o reconhecimento do código escrito e sua associação com o significado que esses signos pretendem no texto. Ao descodificar, o leitor considera a enunciação particular, os valores sociais e as significações ideológicas em curso.

Stella (2007) ratifica essa compreensão ao afirmar que, ao interagirmos com a palavra do outro, dialogamos diretamente com os valores sociais, meio pelo qual expressamos nosso ponto de vista em relação a esses valores.

Nossa hipótese, levantada inicialmente, foi de que o Sistema da AVALIATIVIDADE de Martin; White (2005) pudesse ser uma ferramenta útil para apreender o nível de responsividade nas avaliações e no posicionamento do leitor sobre o tema da reforma.

Os resultados encontrados e as possibilidades de discussão geradas pelo uso desse Sistema, como categoria de análise, confirmam que ele se mostrou como um Sistema útil para compreendermos as formas de avaliação, de apreciação e de engajamento do leitor sobre o tema, por ajudar a sistematizar os recursos linguísticos usados em tais avaliações, como

também, por permitir a compreensão de recursos implícitos no texto que indicam parte dessas avaliações, os quais puderam ser categorizados por meio de seus subsistemas.

Em nossa proposta de discussão e análise, a *apreciação-reação*, subsistema da ATITUDE, buscou compreender se a proposta do governo para a reforma foi bem recebida ou não e o quão impactou (afetou) as pessoas, de forma positiva ou negativa, e se ela correspondeu ou não às suas expectativas. Já a *apreciação-composição* referiu-se a compreender se o conteúdo do texto da proposta e suas regras foram claros ou não e se atendeu a todos indistintamente, parecendo equilibradas.

Por conseguinte, em nosso *corpus*, foi necessário adaptarmos esse subsistema (da *apreciação*) para recobrirmos a avaliação que foi feita acerca da proposta de reforma, que não abrange uma categoria semântica estética, mas sim de valor social, mas que por ser avaliada em função de diferentes aspectos, as apreciações que se fizeram dela não poderiam ser enquadradas unicamente como valor social, o que nos levaria a desprezar as nuances sutis e importantes das inscrições das avaliações subjetivas no texto, o que justifica, por conseguinte, sua adaptação para atendermos às necessidades de nosso objeto de pesquisa.

De acordo com Gonçalves-Segundo (2011), na *apreciação-reação*, a avaliação estética é baseada na afeição emotiva ou desiderativa e remete à construção discursiva acerca de uma propriedade intrínseca a um objeto ou processo. Na *apreciação-composição*, a avaliação estética dirige-se a aspectos da percepção e organização quanto ao *equilíbrio* e à *complexidade*. O subtipo *valoração* diz respeito a quanto o objeto ou processo é considerado importante, útil ou não e atende a um valor social.

Esse terceiro subtipo, a *valoração*, como se refere a um caráter de valor social e foi avaliada no tema da reforma e na proposta do governo, não precisou de nenhuma adaptação de nossa parte, para o qual seguimos o proposto em Martin; White (2005).

Nas cartas avaliadas, independentemente do posicionamento adotado pelo leitor-autor sobre o tema da reforma, os resultados e as análises decorrentes do uso do subsistema da apreciação pelo leitor-autor, principalmente dos subtipos - *reação e composição* - sugerem que ambas as subcategorias não necessariamente precisam estar direcionadas ao fator estético de um determinado objeto, situação ou processo para serem avaliadas (apreciadas), tal como é delimitado na proposta de Martin; White (2005).

Contudo, sugerimos que se façam mais pesquisas com a aplicação desta categoria (*apreciação*) a outros *corpora*, em cadeias de textos, que ajudem a formar um padrão de

resposta avaliativa nos discursos e nos tragam resultados mais sólidos e promissores no estudo da linguagem avaliativa e, conseqüentemente, forneçam um avanço ao Sistema da AVALIATIVIDADE.

O uso predominante do recurso do engajamento, baseado em posicionamentos monoglóssicos e contrativos, independentemente do posicionamento adotado, forneceu-nos indícios de que o padrão responsivo do leitor-autor prima por restringir, contestar e simular o apagamento de outras perspectivas em face do tema da reforma da Previdência, o que denotou sua pouca abertura para a consideração de outras perspectivas e construções discursivas opostas ou divergentes à sua e restringiu a abertura de um espaço mais democrático para a discussão do tema.

A partir dessa compreensão mais sistematizada dos recursos avaliativos e do engajamento do leitor sobre a reforma previdenciária, viabilizados pela nossa categoria de análise, o Sistema da AVALIATIVIDADE, conseguimos construir uma ponte para avançarmos para uma análise crítica discursiva, a fim de compreendermos os discursos circulantes que sustentam os posicionamentos do leitor e sua forma de avaliar o tema, o que atendeu aos nossos objetivos específicos. Permitiu-nos, também, ampliarmos nossa compreensão acerca do modo como os atores sociais respondem a esses discursos circulantes e marcam um espaço de responsividade, o que atendeu ao nosso objetivo geral.

Neste aspecto, os capítulos quatro e cinco foram primordiais para sustentar nossa análise crítica discursiva, posto que neles abordamos conceitos importantes da ACD: ideologia, hegemonia, relações de poder e dominação, aspectos do discurso da mídia, do discurso político, aspectos da comunicação de massa e o conceito de formas simbólicas, tratado pela teoria social de Thompson (2011 [1990]), conceito central para a compreensão da responsividade do leitor, uma vez que trata das formas de recepção, compreensão e interpretação de conteúdos circulantes na mídia e na sociedade.

Nessa análise crítica, compreendemos que a responsividade do leitor-autor de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial” são similares e sustentados por discursos circulantes semelhantes no que compete a não aceitação da proposta do governo para a reforma. No entanto, diferem no fato de aceitarem (de “aceitação parcial”) ou não (“contra”) a necessidade da reforma. Ambos divergem significativamente dos pontos de discussão trazidos nas cartas com posicionamento “a favor” e dos discursos circulantes que sustentam esse tipo de posicionamento.

Para o posicionamento favorável à reforma, a base de preocupação trazida é de ordem econômica e sustenta-se por meio de discursos neoliberais e ideológicos dominantes e, nesse sentido, o leitor-autor engaja-se de modo alinhado aos discursos do governo e de sua equipe, em que a questão econômica e os interesses do mercado têm primazia sobre o direito e o bem-estar da população.

Sustentam-se, ainda, em não reconhecer o caráter de proteção social do sistema previdenciário, o que, também, pautam-se em discursos neoliberais, uma vez que para o neoliberalismo o caráter de proteção social da Previdência é visto como assistencialização e como agravante no gasto do sistema, tal como afirmado por Silva (2004).

Portanto, no tipo de posicionamento “a favor”, o espaço de responsividade foi relevantemente marcado por discursos que sustentam as ideologias dominantes e reproduzem as relações de poder e as ideias neoliberais que cercam o tema da reforma. Nas cartas deste tipo de posicionamento, o discurso predominante prega a necessidade de crescimento do Brasil, usado como justificativa para se aceitar a proposta de reforma do governo e as políticas de austeridade e, nesse sentido, apresentamos algumas questões para reflexão, que caminham na direção de se compreender como, por que e para que um país vai crescer, se não por meio da sociedade e para a sociedade? E quem faz parte de e tem direito a esse Brasil a que se pretende fazer avançar e melhorar economicamente com a reforma?

Nesta lógica, a preocupação dos que se posicionam discursivamente a favor da reforma parece ficar dissociada da reflexão acerca de quem deveria ser o principal beneficiário do processo de crescimento de um país: a própria sociedade, e que a Previdência deveria ser um direito extenso a todos, o que de fato, não será, visto que a reforma não prevê um tratativa justa e igualitária a todos os que foram por ela afetados.

Já nos tipos de posicionamento “contra” e de “aceitação parcial”, o espaço de responsividade foi predominantemente marcado por discursos contestatórios críticos, no qual há um engajamento não solidário ao discurso do governo e ao dos que aceitam sua proposta de reforma. No posicionamento de “aceitação parcial”, há a abertura para que seja feita uma reforma no sistema previdenciário, mas que leve em conta questões diversas da realidade do mercado de emprego, das condições de vida e saúde das pessoas, além de preservar o caráter social da Previdência e da justiça social, no que compete à diminuição das desigualdades sociais e à melhor distribuição de renda.

Portanto, esses valores mobilizados foram sustentados por discursos circulantes que entendem que a Previdência Social deve manter os ideais pelos quais foi instituída no Brasil, ao preservar seu sentido de proteção e de Seguridade Social, prestado na fase de idade avançada da população, especialmente, no período da aposentadoria, o que os leva a querer assegurar os direitos garantidos pela Constituição de 1988.

Os posicionamentos “contra” e de “aceitação parcial” foram sustentados, também, por discursos que abordam a situação de uma forma mais ampla e que entendem que para que a reforma possa funcionar e o sistema previdenciário possa ser sustentável, as verbas advindas de impostos e contribuições criadas para sustentar a Seguridade Social devem atender, tão e somente, a esse fim. Por conseguinte, esses dois tipos de posicionamento abrem espaço para que a gestão das contas públicas e as formas de administração do sistema previdenciário passem por revisões, a fim de que se preservem os recursos da Previdência.

Da mesma forma, consideram que a transparência e a solução deste problema só podem ser feitas ao se separar os sistemas previdenciários e ao se corrigirem as distorções específicas, com o fim dos privilégios a uma minoria, que ficam velados sob formas de benefícios legitimados, o que indica, por fim, a cobrança por uma gestão pública mais eficiente, igualitária e menos corruptiva.

A consideração de um contexto favorável e que viabilize as mudanças propostas pelo governo é outro foco de discussão trazidos nas cartas de posicionamentos “contra” e de “aceitação parcial” e que ampliam a reflexão acerca do tema e indicam se tal proposta trará, de fato, os benefícios sugeridos pelo governo com essa reforma.

Assim, ao considerarem que o tema não foi tratado pelo governo e por sua equipe econômica com essas preocupações e não foram formuladas políticas de emprego e renda para dar conta dessas mudanças, fica claro que as medidas tomadas para a solução do suposto déficit do sistema previdenciário passou somente por questões de medidas fiscais e econômicas, em detrimento de qualquer tipo de preocupação com a população mais vulnerável, com o bem-estar das pessoas na idade avançada, ou seja, com a seguridade social.

A compreensão da capacidade crítica na avaliação de temas sociais é um dos aspectos que consideramos importante investigar, tal como sinalizamos em nossa introdução, no terceiro capítulo, ao tratarmos da descodificação no processo de interpretação de um discurso, e na discussão sobre a responsividade do leitor, em nosso sexto capítulo, o de análise.

Buscamos essa compreensão guiada, principalmente, por meio de duas de nossas perguntas de pesquisa: O leitor apresenta uma atitude responsiva ativa ou apassivada na compreensão do tema da reforma da Previdência? Ele consegue discriminar a manipulação da mídia e do governo em relação aos fatos?

No entanto, não nos foi possível aprofundarmos de forma mais consistente a compreensão do quanto os aspectos da capacidade de pensamento crítico do leitor-autor estariam correlacionados às formas das avaliações por ele realizadas sobre a reforma, uma vez que nosso arcabouço teórico não daria conta disso e, provavelmente, teorias ligadas ao estudo da argumentação seriam mais pertinentes e atenderiam mais a esse propósito, constituindo-se como uma das limitações de nossa pesquisa, uma vez que entendemos que o uso da capacidade crítica merece atenção no estudo das formas de recepção, compreensão e interpretação das formas simbólicas que tratam de temas sociais tão sensíveis à nossa sociedade.

No que compete, especificamente, à essa segunda pergunta, que carrega o pressuposto de que a mídia manipula a população, podemos compreender, pelas contribuições de Charaudeau (2013), que a manipulação da mídia pode se dar por meio da desinformação e da ocultação de dados e isso estaria basicamente ligado ao que o autor diz a respeito de a mídia agir em função de ideologias próprias e de ter que controlar o que ela publica em função da concorrência, de sua necessidade financeira e das pressões políticas que sofre, uma vez que sua fonte pagadora pode ser o próprio governo, que financia notícias a fim de divulgar suas próprias benfeitorias e/ou a de Estados e Municípios.

Nesse sentido, pode haver o comprometimento de seu papel de serviço ao cidadão, com o ocultamento de dados que tragam à tona a possibilidade de uma melhor compreensão dos fatos (CHARAUDEAU, 2013), tal como no caso da reforma da Previdência, em que, muitas vezes, a mídia não apresenta e discute o tema de uma forma ampla e não considera todos os elementos, as disparidades e interesses divergentes que permeiam a tratativa do tema.

Consideramos que o uso do pensamento crítico na avaliação de temas de interesse social pode facilitar a compreensão e a interpretação das formas simbólicas que circulam na mídia e em nossa sociedade e auxiliaria o leitor a compreender as ideologias dominantes subjacentes e as forças imbricadas que atuam em função do uso e do abuso de poder por figuras políticas e outras, que sagazmente, contribuem para a legitimação de discursos de

fatalidade econômica, que primam mais por questões dessa ordem a custo da retirada de direitos e da valorização da qualidade de vida das pessoas.

Sobretudo, é importante que o cidadão compreenda que a aposentadoria é um direito que não é dado pelo governo, mas do qual o próprio cidadão contribuiu, via de regra, por toda sua vida produtiva, para ser retribuído ao final ou, no caso de não ter contribuído por tempo suficiente, ser um direito de proteção social garantido por lei (BRASIL, 2016b), por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC). É um recurso para garantir-lhe o mínimo de dignidade quando da vivência da terceira idade e da aposentadoria.

Como contribuição para nossa área, a presente pesquisa espera trazer como subsídio o aprofundamento da compreensão de como se instauram as avaliações subjetivas e o posicionamento no discurso sobre temas sociais importantes que afetam as pessoas. E como contribuição social, espera-se levar luz a como nós, como cidadãos integrantes de uma sociedade, podemos, a partir da compreensão crítica discursiva desses eventos que nos afetam, agir no sentido de reconhecermos as formas de poder e as ideologias subjacentes nos discursos, o que nos fará receber as formas simbólicas que circulam em nossa sociedade de modo mais crítico-reflexivo, a fim de participarmos mais ativamente da vida em sociedade, de primarmos pela manutenção e conquista de direitos e de lutarmos pela conservação e fortalecimento do estado democrático.

Referências Bibliográficas

ABREU, D. B. de. A. **Previdência Social como instrumento de intervenção do Estado Brasileiro na Economia**. Tese de Doutorado - Concentração de Direito Econômico, Financeiro e Tributário. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo (USP), 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-26082016-141751/publico/DimitriBrandideAbreuPrevienciasocialcomoinstrumentoIntegral.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

AGENDA DE AUTORIDADES. Ministério da Economia. **Estrutura do Ministério da Economia entra em vigor**. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <<http://antigo.economia.gov.br/Economia/noticias/2019/01/estrutura-do-ministerio-da-economia-entra-em-vigor>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ALBUQUERQUE, V. Governo fabrica rombo na Previdência para abandonar idosos à própria sorte. **Hora do Povo**, 7 fev. 2019. Disponível em: <<https://horadopovo.org.br/governo-fabrica-rombo-na-previdencia-para-abandonar-idosos-a-propria-sorte/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ALESSI, G. Bolsonaro: “Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista. **El país**. 04 jan. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html>. Acesso em: 11 mai. 2020.

ALLEN, M. **Smart Thinking: Skills for critical understanding and writing**. 2. ed. Singapore: Bookpac Production Services, 2004 [1997].

ANDRADE, M. L. da C. V. de O. Cartas do leitor: a interatividade na correspondência publicada em jornais. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 25, 2008. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/58/52>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ANDRETTA, F. Desvantagens da carreira militar justificam privilégios na Previdência? **UOL**. 17 dez. 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/17/desvantagens-carreira-militar-previdencia-reforma.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

ANFIP; Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário. **Análise da Seguridade Social 2015**. Brasília, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.anfip.org.br/publicacoes/analise-da-seguridade-social-2015/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

ANFIP; DIEESE. **Previdência: Reformar para Excluir?** Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da Previdência social brasileira. Brasília: ANFIP / DIEESE, 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/evento/2017/reformarParaExcluirCompleto.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J. Manifestações de Compreensão responsiva em avaliações de leitura. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 201-221, jan.- jun. 2011.

AVELAR, A.; AZUAGA, L; A Teoria da Avaliatividade: Breve Apresentação. In: AZUAGA, L. (org.). **Relatos de Viagem: Representações e Codificações Linguísticas de Portugal no Século XIX**. Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 2, 2003, p. 19-54.

BAKHTIN, M. M. **The Dialogic Imagination: four essays**. Austin, Texas: University of Texas, 1981, p. 259-272.

_____. Os gêneros do discurso. Trad. Maria Ermantina Galvão. In: _____ **Estética da Criação Verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

BAKHTIN, M. M.; VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12. ed. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira e colaboradores. São Paulo: Hucitec, 2006 [1895 - 1975].

BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev., Campinas: Ed. UNICAMP, 2005, p. 25-36.

BATISTA DA SILVA, M. S. O gênero carta do leitor na mídia impressa: dialogismo, responsividade e avaliação. **Letras Magna**, ano 09, n. 17, 2. sem. 2013. Disponível em: <http://www.letramagna.com/17_9.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York, Greenwood, 1986, p. 241-258.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Conheça a tramitação de PECs**. Brasília: Câmara dos Deputados, 05 jul. 2005. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/67762-conheca-a-tramitacao-de-pecs/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Fator 85/95**. De acordo com a Lei 13.183/2015, foi a opção proposta pelo governo federal ao fator previdenciário. O novo fator garante aposentadoria integral para quem se enquadrar nas novas regras. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 2015a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fator-85-95>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Medida provisória nº 676, de 17 de junho de 2015**. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Brasília: Presidência da República. Secretaria- Geral, 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/mpv/mpv676impresao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Previdência Social: perguntas frequentes**. Brasília: Ministério da Economia, ago. 2015c. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/previdencia-social/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BRASIL. Secretaria de Governo. **Fórum de Debates sobre Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social é instalado nesta quarta-feira**. Brasília: Secretaria de Governo, 02 set. 2015d. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2015/setembro/02-09-2015-forum-de-debates-sobre-emprego-trabalho-e-renda-e-de-previdencia-social-e-instalado-nesta-quarta-feira>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Senado aprova MP que estabelece novas regras para aposentadoria**. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 07 Out. 2015e. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/07/senado-aprova-mp-que-estabelece-novas-regras-para-aposentadoria>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Dilma sanciona novas regras de aposentadoria e veta desaposentação**. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 06 nov. 2015f. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/05/dilma-sanciona-novas-regras-de-aposentadoria-e-veta-desaposentacao>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição n. 31, de 2016**. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 2016a. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126094>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. - Agência Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Reforma da Previdência garantia dos benefícios no futuro**. Brasília: Governo Federal, 2016c. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/12/Carilha-Reforma-da-Previd%C3%Aancia-vf.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **PEC 287/2016**. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016d. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 28 dez. 2016e. Disponível

em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Tipos de Previdência**. Brasília: Governo Federal, 2017a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/tipos-de-previdencia>>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Reforma da Previdência**. Brasília: Ministério da Economia, 21 mar. 2017b. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/reforma/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **CCJ aprova parecer que considera constitucional a reforma da Previdência**. Brasília: Câmara dos Deputados, 23 abr. 2019a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/556039-ccj-aprova-parecer-que-considera-constitucional-a-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Nova Previdência**. Brasília: Governo Federal, 2019b. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/novaprevidencia/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Cartilha da Nova Previdência**. Brasília: Governo Federal, 2019c. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/02/2019-02-20_nova-previdencia_v2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Um novo Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2019d. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/novaprevidencia/um-novo-brasil/>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Paulo Guedes: Nova Previdência é reforma de Estado**. Brasília: Ministério da Economia, 09 mai. 2019e. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2019/05/paulo-guedes-nova-previdencia-e-reforma-de-estado/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. **PEC 06/2019**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019f. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2192459>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **PEC 133/2019**. Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, 2019g. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138555>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **PEC 1645/2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9.12.1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4.5.1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17.8.1964 - Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10.11.1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8.8.2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do

Exército; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019h. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194874>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda Constitucional**. Agência Senado. Brasília: Senado Federal, s./d. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CABRAL, S. R. S.; BARROS, N. C. A. de. Linguagem e Avaliação: Uma análise de texto opinativo. 34 ev., p. 722-734. **33. Congresso Internacional de Linguística Sistêmico-Funcional**, PUC-São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/isfc/proceedings/list_of_all_articles.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CABRAL, S. R. S.; NUNES, G. G. Avaliatividade e julgamento: uma análise de texto. **Nonada – letras em Revista**, v. 1, n. 20, p. 249-265, 2013. Disponível em: <<https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=nonada&page=article&op=view&path%5B%5D=624&path%5B%5D=410>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CAETANO, M. A. R. Desafios para a Previdência no Brasil. ed. 36, ano 4, 10 out. 2007. **Repositório do Conhecimento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7771>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMPOS, R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **POLIS Revista Latino Americana**, n. 47, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/12585#quotation>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CASTRO, J. A. de. Política Social no Brasil Contemporâneo. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, n. espec, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CASTRO, A. **Especialistas divergem sobre os cálculos do governo para justificar a reforma da Previdência**. Senado Notícias, 16 out. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/16/especialistas-divergem-sobre-os-calculos-do-governo-para-justificar-a-reforma-da-previdencia>>. Acesso: em 06 jun. 2020.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTANZI, R. N. Reforma da Previdência e Mercado de trabalho. In: CORSEUIL, C. H. L. (edit.). **IPEA - Ministério do Trabalho**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, ano 23, p. 79-90, abr. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7796/1/bmt_62_completo.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

COSTANZI, R. N.; SIDONE, O. J. G. Previdência: tendências internacionais das reformas. In: **Repositório do Conhecimento do Ipea**, Coleção: Previdência. Previdência Social: Relatórios de Atividades/ Técnicos, n. 49, jun. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8580/1/NT_49_Disoc_Previdência.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

CRUZ, O. M. S. e S. Contração ou expansão? Posicionamentos em pareceres de revista científica sob a perspectiva sistêmico-funcional. **Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 303-332, jan. - jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/20214/pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CRUZ, V.; DIAS, M. **‘Vamos encarar a reforma da Previdência’, afirma Dilma**. Brasília, 07 jan. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1726862-ajuste-e-prioridade-e-inflacao-ficara-dentro-da-meta-em-2016-afirma-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DALL’AGNOL, L. Servidores públicos vão à justiça contra reforma da Previdência de SP. **Folha de S.Paulo**. Agora, 15 mai. 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/05/servidores-publicos-vao-a-justica-contra-reforma-da-previdencia-de-sp.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ELIAS, J. Nova Previdência dificulta acesso e pode aumentar pobreza, diz economista. **UOL**. 21 fev. 2019a. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/21/especialistas-avalia-reforma-previdencia.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. Reforma da Previdência não é perfeita, mas necessária, dizem economistas. **UOL**. 23 fev. 2019b. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/23/economistas-reforma-previdencia-necessaria.htm>>. Acesso em: 27 out. 2019.

EL PAÍS BRASIL: Proposta de reforma da Previdência impõe primeiro teste ao Governo Bolsonaro. **El País Brasil**. 20 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/20/politica/1550665728_241052.html>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London e New York: Longman, 1995.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília, Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2004.

FERNANDES, A.; HAUBERT, M.; MOURA, R. M. Bancada da Bala e governo fecham acordo para suavizar regras para policiais. **Estadão**. Caderno de Economia e Negócios, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-para-policiais-foi-fechado-relatam-negociadores-do-governo,70002916>>. Acesso em 01 jun. 2020.

FERREIRA DA SILVA, M. A. Construção do gênero artigo de opinião na Escola: posicionamento dos estudantes sob a ótica da avaliatividade. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**, v. 19, n. 2, p. 175-189, jul.-dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/41170>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FIORIN, J. L. O Romance e a Simulação do Funcionamento Real do Discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev., Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005, p. 218-234.

FOLHA DE S.PAULO. Governadores criticam pontos da reforma da previdência. **Folha de S.Paulo**. 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/governadores-criticam-pontos-da-reforma-da-previdencia.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FRANÇA, J. M. de. A didatização de um gênero do argumentar: a carta do leitor. **Interdisciplinar: revista de língua e literatura**, ano 5, v. 12, p. 151-166, jul-dez de 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1214/1052>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GENTIL, D. L. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social**: Análise financeira do período 1990 - 2005. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GLOBO.COM. Reforma é fundamental para Previdência não quebrar e será 'justa e para todos', diz Bolsonaro em pronunciamento. **Globo.com**. 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/20/reforma-e-fundamental-para-que-previdencia-nao-quebre-diz-bolsonaro-em-pronunciamento.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. 2011. 447f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: 10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141.

_____. O papel da Avaliatividade na construção da polêmica: uma abordagem semântico-discursiva das cartas do leitor acerca do falecimento de Hugo Chávez. **Metalinguagens**, v. 1, n. 1, p. 9-28, 2014. Disponível em: <<http://seer.spo.ifsp.edu.br/index.php/metalinguagens/article/view/471>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Engajamento e processamento discursivo: diálogos entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva. **Estudos Linguístico**, v. 45, n. 1, p. 153-169, 2016. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/704>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Discurso e Prática Social. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (org.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 78-103.

GRAZIANO, L. O Lobby e o Interesse Público. **Revista brasileira Ci. Soc.**, São Paulo, v. 12, n. 35, Out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_Arttext&pid=S0102-69091997000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GUIMARÃES, C. Está sobrando (muito) dinheiro na Previdência; entenda os números. **CartaCapital**, São Paulo, 22 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/22/esta-sobrando-muito-dinheiro-na-previdencia-entenda-os-numeros/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed., London: Arnold, 2004.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. trad. Adail Sobral e M Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JOVEM PAN. Em pronunciamento, Bolsonaro diz que reforma da Previdência é justa e combate privilégios. **JOVEM PAN**. 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-diz-em-pronunciamento-que-reforma-da-previdencia-e-justa-e-combate-privilegios.html>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LEGUIZAMÓN, S.A. (org.). **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe: estructuras, discurso y actores**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano das Ciencias Socialis - CLACSO, 2005.

LIMA, S.; COROA, M. L. M. S. Configuração e papel do sistema de avaliatividade no gênero reportagem. **Calidoscópico**, v. 8, n. 2, p. 127-137, mai.-ago. 2010. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/471>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

LIRA, L. C. E; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguístas e não linguístas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 105-122.

LOVATO, C. dos S. Avaliação na Linguagem: Configuração e Função do Subsistema de Engajamento em Notícias de Popularização Científica. **Cadernos do IL**. Porto Alegre, n. 38, p. 155-165, jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/24998>>. Acesso em: 06 set. 2018.

MACHADO, I. A. Os gêneros e o corpo do acabamento estético. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev., Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 131-148.

_____. Gêneros Discursivos. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin Conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MANCUSO, W.; GOZETTO, A. C. O. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? **Revista USP**, ano 8, n. 14, p. 118 -128, 1. sem. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139088/134437>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MARÇAL, P. F.; ZUCCHETTI, D. T. A proteção social no campo da seguridade à luz do discurso solidarista. **Cadernos de Direito**. Piracicaba, v. 17, n. 32 p. 439-458, jan.-jun. 2017. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/age/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Cad-Dir_n.32.17.pdf> Acesso em: 11 mai. 2020.

MARINHO, M. C. N. Transmissão do discurso alheio e formas de dialogismo em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev., Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 235-248.

MARQUES, R. M.; BATICH, M.; MENDES, A. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan.-mar. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000100011>>. Acesso em: 25 out. 2019.

MARQUES, R. M.; UGINO, C. K. Governo Temer: reflexões sobre a proposta de reforma da Previdência. **Plataforma Política Social: caminhos para o desenvolvimento**, 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/governo-temer-reflexoes-sobre-a-proposta-de-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of Evaluation: appraisal in English**. New York / Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MÁXIMO, W. Guedes: reforma da Previdência combate privilégios e aumenta igualdade. **Agência Brasil EBC**. 08 mai. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/guedes-reforma-da-previdencia-combate-privilegios-e-aumenta-igualdade>>. Acesso em: 26 out. 2019.

MELIM, T. Bolsonaro ataca funcionalismo e culpa servidores por problemas na Previdência. **CUT Notícias**. 26 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-ataca-funcionalismo-e-culpa-servidores-por-problemas-na-previdencia-bc46>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MELO, I. F. de. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Revista Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1335-1346, set-dez 2011. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1257>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MENEGASSI, R. J. Aspectos da Responsividade na interação verbal. **Línguas & Letras**, v.10, n.18, p. 147-170, 1. sem. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/2257/1750>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MUNIZ, B.; MACHADO, L. Reforma da Previdência do funcionalismo público de SP é aprovada sob tumulto e protestos. **Portal G1**. 03 mar. 2020. Disponível em:<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/03/reforma-da-previdencia-do-funcionalismo-publico-de-sp-e-aprovada-sob-tumulto-e-protestos.ghtml>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

NEFFA, S. C. Pobreza y producción de La pobreza em Latinoamérica y El Caribe. In: LEGUIZAMÓN, S.A. (org.). **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y El Caribe: estructuras, discurso y actores**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano das Ciencias Socialis - CLACSO, 2005.

NININ, M. O. G.; BARBARA, L. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. **Trab. Ling. Aplic**, Campinas, v. 52, n. 1, p.

127-146, jan.-jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000100008&Ing=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 jul. 2018.

O'DONNELL, M. **Programa UAM Corpus Tool**. Versão 3.3, 31 de mai. 2019. Text annotation for the 21 st Century. Disponível em: <<http://www.corpustool.com/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

OHANA, V. 5 direitos dos trabalhadores que o governo Bolsonaro negou em 2019. **CartaCapital**. 27 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/5-direitos-dos-trabalhadores-que-o-governo-bolsonaro-negou-em-2019/>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

OLIVEIRA, D. M. de. O Sistema de Avaliatividade: aspectos teóricos e práticos. **Revista fórum identidades**, Itabaiana: Gepiadde, ano 08, v. 15, n. 15, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/3037>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

OTONNI, B.; BARBOSA FILHO, F. H. Nota sobre as perdas decorrentes das aposentadorias precoces no Brasil. In: CORSEUIL, C. H. L. (edit.). **IPEA -Ministério do Trabalho**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, ano 23, p. 37-48, abr. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7796/1/bmt_62_completo.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

PAIM, P. et al. **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CPIPREV**. Brasília, 13 jul. 2017. Disponível em: <<http://cpidaprevidenciaoficial.org/wp-content/uploads/2017/07/Balan%C3%A7o-CPI-PREV.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PAIM, P.; MOTA, T.; JOSÉ, H. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos (CPIPREV): Relatório Final**. Brasília, 23 out. 2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/c20f0635-1112-4636-bc0c-49a2ca4b919a>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PRAZERES FILHO, P. H.; MAGALHÃES, C. M. **Audiodescrições de pinturas são neutras?** Descrição de um pequeno corpus via sistema de avaliatividade. In: PONTES, V. de O.; CUNHA, R. B.; CARVALHO, E. P. de; TAVARES, M. da G. G. (org). Tradução e suas interfaces: Múltiplas Perspectivas. Curitiba: CRV, 2015, p. 99-130.

PRAZERES, L. Governo gasta R\$183 mi em campanhas para reforma da Previdência desde 2016. **UOL**. 08 abr. 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/08/governo-gasta-r-183-milhoes-em-campanhas-para-reforma-da-previdencia.htm>>. Acesso em 31 mai. 2020.

R7. Após aprovação, reforma impulsiona previdência privada. **R7 Notícias**, 29 dez. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/apos-aprovacao-reforma-impulsiona-previdencia-privada-29122019>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

RODRIGUES, D. L.; CABRAL, S. R. S. Eu deixo o mundo mais pink - Uma análise das instâncias avaliativas. **Letrônica**. v. 3, n. 2, p. 17-28, dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/7341/5922>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ROMERO, V. A. A falácia no rombo da Previdência. **Plataforma Política Social: caminhos para o desenvolvimento**. 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/a-falacia-do-rombo-na-previdencia/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SANTOS, et al. Previdência Social e sua proposta de reforma. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 87-98, nov.-dez. 2018. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/download/814/754/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, Z. B. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. **SOLETRAS - Revista do Dep. de Letras da FFP/VERJ.**, n. 28, jul.-dez., 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/viewFile/12994/12487>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SCHERER, A. S. **Engajamento e Efeito de Monologismo no Gênero Notícia de Popularização Científica**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

SCHERER, A. S.; MOTTA-ROTH, D. Engajamento e redução do espaço dialógico no gênero notícia de popularização científica. **Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 261-302, jan.-jun. 2015.

SILVA, E. R. da. O desenvolvimento do senso crítico no exercício de identificação e escolha de argumentos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 3, n. 1, p. 57-184, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982003000100005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 jan. 2020.

SILVA, A. A. da. A reforma da Previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-32, Set. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003>. Acesso em: 31 mai. 2020.

SILVA, E. A. da; CABRAL, S. R. S. Monoglossia e nominalização no discurso de professoras sobre letramento. **Textura Revista de Educação e Letras**, v. 16, n. 31, p. 83-99, maio -ago. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1204/911>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SOBHIE, M. T. B. **Análise comparativa de avaliação em press releases e notícias**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, J. J. F. de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, S. J. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: Polifonia, Alegoria e o Conceito de Verdade no Discurso da Ciência Contemporânea. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev., Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 315-334.

STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, B (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 177-190.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011 [1990].

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. de Wagner de Oliveira Brandão. Revisão da Trad. Leonardo Avritizer. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 2014 [1995].

UOL. Leia a íntegra da proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro. **UOL**. 20 fev. 2019a. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/20/leia-a-integra-da-proposta-de-reforma-da-previdencia-do-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

UOL. Bolsonaro assina Previdência militar sem idade mínima e com mais vantagens. **UOL**. 17 dez. 2019b. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/17/Bolsonaro-sanciona-reformaprevidencia-militares.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. Organização de Judith Hoffagne e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

VIAN JR, O. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **DELTA [online]**, 2009, v. 25, n.1, p. 99-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502009000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. **Conceitos-chave em análise de discurso crítica**. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (org.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 48-78.

WHITE, P. R. R. Valoração: a linguagem da Avaliação e da Perspectiva. Trad. Débora de Carvalho Figueiredo. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 178 - 205, 2004. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/295>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ZAVALA, I. O que estava presente desde a origem. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: Dialogismo e Polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 151-187.

ZOPPI-FONTANA, M. G. O Outro da Personagem: Enunciação, Exterioridade e Discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev., Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 108-118.

Fontes:**Cartas**

Carta 1: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=251798

Carta 2: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/opiniaodo-leitor/do-facebook-26/>

Carta 3: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002909265>

Carta 4: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002910748>

Carta 5: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002910748>

Carta 6: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002910748>

Carta 7: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002917148>

Carta 8: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002918859>

Carta 9: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002918859>

Carta 10: <https://opiniaodo-estadao.com.br/noticias/geral/forum-dos-leitores,70002918859>

Carta 11: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161207-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 12: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161207-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 13: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161207-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 14: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161211-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 15: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161211-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 16: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161211-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 17: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2019/07/parece-piada-fachin-afirmar-que-juizes-devem-ser-punidos-diz-leitor.shtml>

Carta 18: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2019/07/leitores-comentam-fala-de-bolsonaro-sobre-vaga-evangelica-no-stf.shtml>

Carta 19: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2019/07/reforma-da-previdencia-prova-que-a-democracia-e-o-melhor-sistema-diz-leitor.shtml>

Carta 20: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247228

Carta 21: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=246124

Carta 22: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=246142

Carta 23: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247256

Carta 24: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247348

Carta 25: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247347

Carta 26: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002903716>

Carta 27: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002917148>

Carta 28: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002918859>

Carta 29: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/brasil/reforma-da-previdencia-chega-ao-congresso-nacional/>

Carta 30: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2019/07/moro-e-surrado-por-impostores-mas-abracado-pelo-povo-afirma-leitor.shtml>

Carta 31: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002903716>

Carta 32: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70002920355>

Carta 33: <https://acervo.estado.com.br/pagina/#!/20161211-38349-spo-2-opi-a2-not/busca/leitor+F%C3%B3rum>

Carta 34: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247298

Carta 35: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247314

Carta 36: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=246234

Carta 37: https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=247470

Carta 38: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003060154>

Carta 39: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Carta 40: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Carta 41: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Carta 42: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Carta 43: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Carta 44: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Carta 45: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,forum-dos-leitores,70003061453>

Anexos

Cartas²⁹

CARTA 1 F. R.



22/03/18 07:00 - **Tribuna do Leitor**

Qual é a importância real da reforma da Previdência?

A importância da reforma da previdência é agradar ao PSDB que vai lançar Geraldo Alckmin com candidato à Presidência, com isso Michel Temer chama para si toda a responsabilidade de aprovar uma reforma impopular, de contrapartida garante seu ministério e o foro privilegiado em um futuro mandato de Alckmin (claro caso vença a corrida presidencial).

Hoje a Reforma da Previdência da forma que está prejudica o trabalhador mais humilde, aquele que ganha entre 1 e 3 salários mínimos, normalmente trabalhadores que "pegaram no pesado" a vida toda, trabalharam muito mais que os 35 anos para homens e 30 para mulheres, porém, na informalidade.

O tal rombo da Previdência existe porque grandes empresas, assim como já divulgado pela mídia, devem o dobro ou mais de impostos que o tal rombo, as desonerações e a tal da DRU (Desvinculação de Receitas) também contribuem para o tal do rombo.

Precisamos eleger deputados, senadores e presidente de coragem, que realmente recuperem esse rombo, primeiramente cobrando esses devedores e ao mesmo tempo reforma fiscal e tributária, onde aumente os repasses com impostos e tributos arrecadados ao municípios (afinal, é onde o cidadão é realmente atendido, usa serviços públicos e paga impostos.), aonde diminua a carga tributária em cima dos empresários para gerarem mais empregos e renda, precisamos de políticos que extingam cargos inúteis que serve apenas como cabides de empregos, precisamos fortalecer os municípios, para que não fiquem dependente de emendas e projetos de secretarias de Estados e ministérios.

Que nessa eleição o candidato não fiquem somente na TV, ou gravações em carros de som, posts no facebook, que vá para as ruas, que fale com o cidadão, que o eleitor possa conhecer quem está votando e possa ter um canal para cobrar, em contrapartida, que o eleitor não se venda por um presentinho ou algo assim, analise e escolha de acordo com o seu ideal, e o principal que o eleitor realmente cobre depois de eleito seu candidato.

²⁹ Em todas as cartas, optou-se por incluir somente as iniciais dos nomes para a preservação da identidade do leitor-autor.

CARTA 2 R. F. da S.



Online desde 1998, relevante desde 1903. Atual, como a notícia.

🕒 07/07/2019 00:01 🧑 Online 📖 2 Min de Leitura

Verdadeira palhaçadas essa nova previdência, em quem está quebrando a mesma não se mexe. Continua a ter gente que vai continuar a receber até 30 mil e o coitado que recebe, e quando consegue, um salário mínimo, e esse que tá aumentando o rombo da previdência? Mais uma vez enganando o povo.

CARTA 3 V. T.



Fórum dos Leitores

-

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo

07 de julho de 2019 | 03h00

Me engana que eu gosto

O presidente Bolsonaro diz que a reforma da Previdência atenderá e será benéfica para todos. Mas os entendimentos mostram que não será bem assim, privilégios serão mantidos e mais alguns, criados. E a conta continuará sendo paga pelos mais pobres, pela base da pirâmide social. Estados e municípios devem ser incluídos na reforma, o Poder Legislativo está com a solução em mãos. Sem mais proteções! Sugiro também que os vencimentos públicos sejam limitados ao teto de 20 salários mínimos, incluídos todos os penduricalhos, e com apenas 13 salários anuais. Para todos.

CARTA 4 H. R. P. P.



Fórum dos Leitores

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo
08 de julho de 2019 | 03h00

Desiguais na reforma

O desenrolar dos fatos no Congresso nos mostra que somos cada vez mais desiguais na presente reforma da Previdência. Legisladores se deixam influenciar por lobbies que integram o poder público, mantendo seus privilégios e regras remuneratórias que sairão do bolso de todos. É abominável que o servidor público se aposente com a totalidade de seus vencimentos e a correção acompanhe aqueles da ativa, enquanto o restante dos aposentados têm um teto remuneratório corrigido anualmente abaixo da inflação. O remédio para corrigirmos essas deturpações é selecionarmos e apoiarmos ostensivamente uma bancada Brasil, formada por deputados e senadores que efetivamente tenham um compromisso com o coletivo, exigindo que votem de forma consciente e justa para com todos os brasileiros, e que apoiem o voto distrital e o nosso direito de retirar do poder aqueles que buscam exclusivamente eternizar privilégios, como está ocorrendo nestas inaceitáveis alterações de nossas aposentadorias.

CARTA 5 J. G. C.



Fórum dos Leitores

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo
08 de julho de 2019 | 03h00

Do lado mais fraco

Na época em que as transmissões por radiodifusão eram o passatempo dos brasileiros novelistas, havia na Rádio Nacional uma novela que parecia não ter fim: "O Direito de Nascer". A reforma previdenciária, proposta pelo governo Bolsonaro, parece se transformar numa novela sem fim, pois, por um lado o governo pretende economizar trilhões, usando um garrote vil no trabalhador, impondo novos padrões para aposentadoria. O déficit da Previdência chamou atenção a partir do momento em que a crise econômica tirou do trabalho milhões de contribuintes. A corda só poderia arrebentar do lado mais fraco. Muita verbosidade gasta nas discussões, com uma oposição encolerizada pela perda do protagonismo político, a reforma do governo encontrou no Congresso um oponente de peso. Se o governo quer conseguir reduzir ou até dar fim ao fabuloso déficit da Previdência, privatize estatais com subsidiárias sem razão de existir. Grande parte do déficit pode ser eliminado sem o sacrifício dos que ainda estão trabalhando. O Congresso virou um Coliseu, enquanto o governo Brasileiro flerta com Donald Trump, que, por sua vez, está às voltas com os Aiatolás nucleares. "Todo indivíduo é produto do ambiente em que vive" (Arthur Schopenhauer).

CARTA 6 J.R. S.



Fórum dos Leitores

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo
08 de julho de 2019 | 03h00

Privilégios renitentes

A reforma que deveria vir para reduzir privilégios do funcionalismo público, civil e militar, em relação aos minguados benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada, vai manter o vergonhoso desequilíbrio. Isso porque os cerca de 65 lobbies corporativos dos privilegiados servidores estatais dominam o processo, enquanto os segmentos privados não têm quem defenda seus interesses e estão a pé. O cálculo do benefício pela média de 100% das contribuições para o setor privado é o tiro de misericórdia na aposentadoria do trabalhador comum. O mote de que cada categoria tem de ceder um pouco é um engodo. O corporativismo em Estados e municípios nem sequer será tocado. Como sempre, os aposentados da iniciativa privada vão pagar o pato. Uma vergonha!

CARTA 7 U. V. B.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas para a edição impressa e portal estadao.com.br

Notas e Informações, O Estado de S.Paulo
11 de julho de 2019 | 03h00

LIMITADO

A tramitação do projeto de reforma da Previdência ainda na Câmara mostra procedimentos inaceitáveis. Como entender que um tema da maior importância fique limitado a uma imposição da área econômica do governo federal? Por que não foram feitos debates transparentes, com a participação dos mais diferentes segmentos sociais? E para completar, há informações da liberação de verbas para emendas de parlamentares que votarem pela aprovação da proposta. A Previdência passa a ter conotação financeira e deixa de ser social. É um fato lamentável.

CARTA 8 M. A. M de C.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas dos leitores do 'Estado'

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo

12 de julho de 2019 | 03h00

Reforma política

A reforma da Previdência aprovada em primeiro turno na Câmara nada mais é do que medida fiscal, antes de tudo. De previdência tem muito pouco, na verdade. Não acabou com a privilegiatura - pobre aposentado não tem lobby em Brasília, como o funcionalismo público e outras categorias protegidas. E reforçou mais ainda o carma brasileiro da distinção dos cidadãos em diversas categorias e classes diferentes. Enquanto não houver uma reforma política séria no Brasil, os brasileiros continuarão a viver ao sabor das castas e do patrimonialismo de Brasília. Exercitar a democracia apenas a cada dois anos nas eleições é tirar todo o poder do povo de controlar os seus eleitos.

CARTA 9 M. A. R.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas dos leitores do 'Estado'

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo

12 de julho de 2019 | 03h00

VELÓRIO DA PREVIDÊNCIA

Tentam desesperadamente votar uma reforma previdenciária que nós prováveis beneficiários não sabemos claramente como vai ficar. Pelas notícias que pude ver em jornais e pelas propagandas carregadas de marketing a favor da aprovação pude tirar uma simples conclusão: com a aprovação desta reforma estamos velando a Previdência e aguardaremos o seu sepultamento. Qualquer ser humano com o mínimo de inteligência vai perceber que aposentar por idade não irá compensar. Diante disso, quem for um contribuinte facultativo ou autônomo vai perceber que é muito mais viável optar por uma previdência privada e com isso favorecer os bancos que formam esse tipo de previdência, pois por idade ninguém mais vai conseguir aposentar com 100% do salário. Por tempo de contribuição, para a maioria é preciso contribuir por mais da metade da vida, pois chegar aos 80 anos não é fácil. Viúvas e viúvos, coitados. Isso, como muito outros pontos, não é mostrado nas propagandas. Ao invés de aprovar outras reformas necessárias ao País e tratar a Previdência com mais cautela, mais estudos e menos desespero, pois estamos tratando da fase da vida do ser humano na qual ele mais dependerá de um bom salário, uma vez que os atendimentos básicos, como saúde, em nosso país, são um caos, querem votar esta reforma complexa como um raio. Hoje se tenta votar o velório. Que dia será o sepultamento?

CARTA 10 U.V. B.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas dos leitores do 'Estado'

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo

12 de julho de 2019 | 03h00

RECOLHIMENTO INSUFICIENTE

A aprovação da reforma da Previdência por certo não teve como base a coerência do Executivo nacional e também de muitos parlamentares. Os trabalhadores da iniciativa privada mais uma vez arcarão com aposentadorias de valor menor. E mais, a idade maior não está levando em consideração que em muitos setores não é fácil manter o emprego com idade avançada. Conseqüentemente, os recolhimentos que serão levados em conta para o cálculo da aposentadoria serão insuficientes para uma aposentadoria com valor adequado. Será que os defensores da proposta do governo estão levando esta questão?

CARTA 11 A. M.



A2 | Espaço aberto QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Reforma da Previdência

Será que esse pessoal é mesmo sem noção? Principalmente o governo! Pois enquanto existirem funcionários públicos ganhando mais de 140 mil/mês, jamais entrará na cabeça de um brasileiro, por mais modesto e analfabeto que seja, que ele não está sendo avaliado como trouxa para mexerem na sua "rica" aposentadoria.

CARTA 12 S.C. U.


ESTADÃO

PUBLICIDADE

A2 | Espaço aberto QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Simplista e tacanha

Incrível que especialistas só consigam fazer uma reforma da Previdência tacanha como essa. Para eles, tudo se resume a impedir que os beneficiários se aposentem. E o beneficiário faz outra leitura: vai pagar a aposentadoria por muito tempo apenas para que os atuais aposentados, que se aposentaram cedo, recebam seus benefícios. É óbvio que há uma tremenda deformação nisso e está gerando profunda revolta. Aqui em casa, a minha empregada já me disse que não quer mais contribuir, que não tem obrigação de pagar a aposentado-

ria dos outros. Afinal, ela tem 36 anos, trabalha aqui há 18 e precisará trabalhar mais 29 anos para se aposentar aos 65. O governo não fez reforma. Apenas acabou com a aposentadoria por tempo de serviço. Será que não conseguiriam fazer algo mais inteligente, incluindo algum fundo de previdência, algum tipo de aplicação? Vamos lá, especialistas! Pontham a cabeça para funcionar, antes que o povo a peça! E estamos aguardando as novas regras para o serviço público.

CARTA 13 W. M.


ESTADÃO

PUBLICIDADE

A2 | Espaço aberto QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Mata o velho...

A proposta do governo é absurda e beira a irracionalidade. Querem que a população morra trabalhando sem nenhuma possibilidade de ter acesso ao benefício previdenciário. Além disso, dificilmente alguém consegue man-

ter-se no emprego até os 65 anos de idade. Imaginem conseguir uma ocupação profissional remunerada e devidamente registrada quando estiver próximo dessa idade... Um despropósito!

CARTA 14 C. L. G.

A2 | Espaço aberto DOMINGO, 11 DE DEZEMBRO DE 2016

O ESTADO DE S. PAULO

tar o tempo de contribuição sem um contrato celetista vinculado à previdência?

Teto inatingível

O cidadão pode até resistir e trabalhar 49 anos para receber uma aposentadoria pelo teto e se aposentar aos 65. A questão é se ele terá emprego regular em cargo compatível com sua formação, após os 45, 50, 55 anos de idade. No Brasil, quem contrata profissionais com mais de 50 ou 55 anos de idade? E como comple-

CARTA 15 G. M. de S.

A2 | Espaço aberto DOMINGO, 11 DE DEZEMBRO DE 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Primeiro, eles

Os políticos devem dar o exemplo aprovando, primeiramente, a reforma da previdência deles próprios. Depois, e só depois, começar a discutir a dos demais brasileiros. A proposta do governo, relegando a discussão da previdência dos políticos para um momento posterior, é absolutamente imoral! No mínimo.

CARTA 16 L. A. A. de S.

A2 | Espaço aberto DOMINGO, 11 DE DEZEMBRO DE 2016

O ESTADO DE S. PAULO

REFORMA DA PREVIDÊNCIA 'The Flash'

O relator da PEC, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), *The Flash*, conseguiu a façanha de em menos de 24 horas dar parecer sobre sua admissibilidade. Mas os brasileiros merecem resposta para duas perguntas: 1) Como se explica que um cidadão que contribuiu com 32% de seu salário (12% do segurado e 20% do empregador) após 30 ou 35 anos dependa de um novo segurado para garantir sua aposentadoria? 2) Para onde vai a arrecadação do PIS e da CSLL, criados para fazer frente às aposentadorias rurais e dos idosos, instituídas pela Constituição de 1988?

CARTA 17 J. de A. N. de A.

FOLHA DE S.PAULO



10.jul.2019 às 2h00

A liberação pelo atual governo de R\$ 2,5 bilhões em emendas parlamentares para acelerar a reforma da Previdência, nada se difere do que ocorreu nas gestões anteriores. Tal realidade prova que enquanto não realizarmos a mãe de todas as reformas, a da política, nada vai mudar na gestão pública.

CARTA 18 J. S.

FOLHA DE S.PAULO

11.jul.2019 às 2h00

Previdência

Enquanto policiais federais, incluindo os rodoviários e os legislativos, que recebem salários muito acima da média nacional e trabalham em ótimas condições com risco baixíssimo, são vergonhosamente beneficiados por essa corriola fascista, os operários da construção civil vão carregar tijolos até os 65 anos ("Bancada da bala consegue acordo por aposentadoria mais branda para policiais" (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/bancada-da-bala-consegue-acordo-por-aposentadoria-mais-branda-para-policiais.shtml>)). O sacrifício não era de todos?

CARTA 19 R. A. C.

FOLHA DE S.PAULO

12.jul.2019 às 2h00

Não há o que comemorar nesta desidratada reforma. Manteve, e em alguns casos ampliou, a diferença de benefícios dos funcionários públicos em relação ao setor privado e não incluiu estados e municípios, que têm enorme peso no déficit.

CARTA 20 A. A.



07/03/17 07:00 - **Tribuna do Leitor**

Previdência

A tentativa de se criar uma relação entre aumento da atividade econômica e o aumento da idade mínima para se aposentar é um grande engano, para não dizer que também é pura maldade.

Se pensarmos assim, então deveríamos acabar definitivamente com tal benefício social e voltar a instituir também a escravidão para acumularmos junto ao Estado recursos infundáveis.

Ocorre que tal benefício foi instituído ao longo da história humana para que as pessoas ao longo de suas vidas recolhendo ao Estado uma certa parcela de suas rendas, quando geralmente não tem mais saúde para produzir, possam usufruir desses recursos e viver mais algum tempo com um mínimo de dignidade e não ter que ir para a indigência como era no passado remoto.

Infelizmente, nossos parlamentares, em sua grande maioria, assumem um discurso sem qualquer cientificidade e beirando a raia do desumano apenas para garantir seus privilégios no poder, sem perceber que certamente poderão amanhã serem vítimas de suas próprias ações impensadas e que irão prejudicar milhões de pessoas que ainda sequer entraram no mercado de trabalho.

Se realmente estivessem preocupados com as finanças públicas, aprovariam sim as medidas de combate à corrupção que estão paralisadas, bem como dariam novos instrumentos de investigações para combate à enorme sonegação fiscal e previdenciária.

CARTA 21 D. M.



07/12/16 07:00 - **Tribuna do Leitor**

Reforma na Previdência

A reforma da Previdência proposta pelo governo de Michel Temer basicamente será aumentar a idade para os mais pobres receberem o benefício de 65 anos para 70 anos, desvincular os reajustes do salário mínimo, trabalhadores rurais terão que pagar contribuição e não somente comprovar atividade e as viúvas perderão parte dos direitos. Ou seja, só os pobres perderão direitos.

Mas nenhuma palavra sobre a aposentadorias milionárias dos políticos ou dos outros que conseguem um jeitinho. Nenhum burocrata está ciente do calor escaldante que o trabalhador rural suporta na roça e sequer pode cultivar milho, feijão ou outras culturas tradicionais, pois é impossível competir com os produtos transgênicos produzidos em larga escala.

Injustificável o argumento de déficit na Previdência visto que praticamente metade do rendimento de todos os brasileiros, inclusive dos aposentados, retorna ao governo na forma de impostos. É imoral, ilegal e desumano o governo retirar dos mais necessitados.

CARTA 22 P. B.



08/12/16 07:00 - Tribuna do Leitor

Aposentadoria e pensões

O sr. Michel Temer, assim como toda a casta política brasileira, desde a esquerda, ao centro até a direita, de qualquer posição, estão a brincar com fogo quanto à proposta da reforma da Previdência Social! Idem os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF)!

Este povo está farto e raivoso e não aceitará o absurdo de morrer em pé trabalhando assim como os pensionistas e aposentados em terem 10% de seus míseros estipêndios cortados...

Está nação está a um passo da revolta popular espontânea causada unicamente pelos desmandos e imoralidade corruptiva de seus alienados e sujos políticos, estejam eles no Legislativo ou no Executivo, nas prefeituras, estados e principalmente lá na ilha da fantasia chamada Brasília, bem como da faustosa, cara e inepta máquina do Judiciário igualmente em todos os níveis.

Há tempos vocês estão cutucando a onça com vara curta. A corda da paciência popular está esticadíssima a ponto de se romper diante de mais esta torção nada leve e hipertemerária parida de quem se acha seguro e inalcançável!

Aprovem esta insanidade apostando na folclórica pacatez "bovina" do brasileiro e vocês, políticos e juízes (há poucas exceções para ambos), verão dentro de suas próprias casas e vidas o que é um povo irado...

Não sou eu ameaçando nada e ninguém, mas sim alertando para a espada da história, que volta e meia retorna nas mãos do povo diante dos mesmos desmandos!

CARTA 23 A. B. C. C. e A. P. R. M.



09/03/17 07:00 - **Tribuna do Leitor**

Reforma da previdência

A 21ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Bauru, através de sua Comissão de Assuntos Previdenciários, vem informar que, através de reunião realizada em 16/02/2017, acompanhando o posicionamento da Seccional da OAB São Paulo e do Conselho Federal, avaliou que a proposta da reforma da Previdência Social, ofertada pelo Governo Federal através da PEC 287/2016, devido à falta de transparência e ausência de apresentação de dados técnicos e concretos quanto ao alegado déficit previdenciário, está equivocada e representa um duro ataque contra direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988.

Na mencionada reunião foi elaborada a Carta Aberta, cujo teor pedimos seja divulgado por este meio de comunicação. Informamos também que no próximo dia 11 de março (sábado) a Comissão realizará um ato público, com início às 10 horas, na Praça Rui Barbosa, seguindo para o Calçadão da Batista de Carvalho até a Rua 13 de Maio, no Centro da cidade.

CARTA 24 A. A. A.



16/03/17 07:00 - Tribuna do Leitor

Reforma da Previdência, um caso real de desumanidade e as ruas!

Sentado na sala pequena depois de um duro dia de trabalho, coluna dolorida, olhou com afeto para o filho mais velho acudindo o mais novo de um quase tombo. Foram várias quase quedas em um espaço estreitinho de tempo. Era uma espécie de abdominal cai não cai. A mulher da casa ainda trabalhando. Estava esperando o horário da liberdade para então esperar do lado de fora o ônibus, apelidado de coletivo. Andando o tempo, avistou um coletivo irônico chacoalhando em sua direção, transbordava gente lutando por privacidade. Saltando de uma inevitável experiência de micro invasões de espaço, o corpo teve um momento de alívio e ânsia de se afetar com as suas crianças. Chegou em casa e ela ficou mais apertada, ao mesmo tempo, mais feliz.

O tempo dos afagos da chegada foi curto, pois o pouso em casa tinha que ser tomado pela razão de preparar mais um dia de amanhã, mais um dia dureza da vida. O lapso de tempo dos afagos foi sentido longo e duradouro, como que deixando um registro da vida que vale na memória. Vale a pena! Depois da labuta - segunda jornada - descansaram casal com pouca conversa para esvaziar a cabeça e folgar as dores. Ele percebia que desemprego provoca busca - andança, que por sua vez constrói dores, aquela das pernas e a outra da humilhação. Esta mais difícil de explicar, pois carrega a cabeça e o peito fica angústia.

Numa espécie de anestesia televisiva escutavam conselhos de especialistas engravatados ou descolados: a solução para vida de pouca renda é poupar para depois, mas antes de tudo quitar dívidas; a solução para muitas dívidas é renegociar e financiar uma dívida em 49 meses; a solução para as dores é trabalhar mais; a solução para desemprego é da sua conta; a solução para doença é da sua conta. Contribua... Contribua por quarenta e nove anos que seu dia virá... Vale a pena! Quase pegando no sono, sentindo a madeira do sofá vencido, ouviam lá longe um mantra: saiam da zona de conforto... saiam da zona de conforto...

Parece que os conselheiros eram apelidados de economistas e não se interessavam por gente. O casal enfim pegou no sono e sonharam quase juntos o mesmo pesadelo. Em imagem preto e branco se viam deixando como herança para os filhos, já sofridos na infância, uma pena de 49 anos de trabalhos forçados. Deixavam como herança o abandono e o desamparo. Era o presente de um tempo em que os mais velhos não acudiam os mais novos e riam de seus tombos. Tempo em que os mais velhos seriam apenas peso para os mais novos. No pesadelo, os filhos passariam a vida com um lastro, espécie de tornozeleira de uma condenação, âncora que os puxava sempre para baixo. Os velhos morreriam ao próprio azar e ninguém reparava. O peso da condenação de ambos ia sendo reforçado maquiavelmente dica após dica...

Acordaram assustados com a sensação de que o futuro nunca chegaria, nem para os filhos! Acordaram novamente assustados e logo de manhã foram para a rua. Acordaram e outra manhã foram para rua. Acordaram e foram para as ruas!

CARTA 25 O. G. J.



16/03/17 07:00 - Tribuna do Leitor

Explicando aos familiares a reforma da Previdência

Os movimentos políticos recentes no país tinham como bandeira principal a corrupção realizada por um único grupo de poder, ou como diziam, tratava-se da mais extensa corrupção da história do país. Discurso antigo e apelativo pois Carlos Lacerda falava a mesma coisa de Getúlio Vargas e tivemos poucas mudanças em relação a isso nos últimos anos no Brasil. Se formos a fundo, o tradicional jeitinho brasileiro é a apologia da corrupção, independente da escala e todos se orgulham disso quando resolvem suas pendengas dessa forma. O patriarca da Odebrechet confirmou ao Juiz Moro que a história do caixa dois é muito antiga. Porém toda essa parafernália carregada de moralismo cínico não serviu para discutir a corrupção na Previdência, que se expressa por desonerações fiscais, dívidas imensas das grandes empresas e utilização do dinheiro para obras faraônicas que não viraram nada.

Desde a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em 1933, que os grandes empresários metem a mão no dinheiro do trabalhador. A indústria de base foi construída com o dinheiro dos IAPS, a Ditadura Militar agradou os grandes empresários com o dinheiro da Previdência. Ou seja, a Previdência não está falida, mentira deslavada, mas sim roubada descaradamente pelos integrantes desse governo que quer reformá-la. Para agradar quem? O setor financeiro e os fundos de pensão. Precisam obrigar os trabalhadores a fazerem previdência complementar privada e sustentar esse setor, responsável pelas crises sucessivas do capitalismo e do endividamento dos Estados.

O setor financeiro é a expressão máxima da exploração capitalista, pois não produz nenhuma riqueza e nenhum bem a sociedade. Somente os especuladores que não produzem nada é que se beneficiam com isso, ou aqueles que querem esconder o dinheiro da corrupção ou ganho ilegalmente.

Nesse sentido, o que os integrantes desses movimentos vão dizer a suas esposas, seus filhos e netos no futuro? Queridos familiares, fizemos um grande movimento nas ruas e derrubamos os corruptos de um único partido e em troca fomos agraciados com uma proposta de Reforma da Previdência que não era nossa bandeira, mas seria a salvação do país! Essa reforma salvadora impõe que eu e sua mãe, que ainda não completamos 50 anos, só poderemos aposentar quando tivermos 65 anos, independente de quanto tempo já trabalhamos e quanto tempo já contribuimos com a Previdência. Mas tudo bem, o trabalho enobrece! Se tivéssemos mais de 50 anos, iríamos pagar um pedágio de acordo com o que falta para completar o nosso tempo de aposentadoria. Mas tudo bem, se estivermos com saúde, certo?

Para receber o teto integral da Previdência precisamos contribuir com 49 anos, o que para quem começou aos vinte anos e nunca parou de trabalhar, serão somente aos 69 anos. Afinal com essa idade estaremos em plena forma física e mental. Seria um desperdício para a produção se eu aposentasse antes. O teto da Previdência hoje equivale a praticamente um salário mínimo do DIEESE, que é calculado a partir da série histórica do poder de compra do salário mínimo na sua origem. Ou seja, trata-se somente do necessário para sobreviver, caso nada aconteça ou não ocorrer nenhum problema de saúde.

Essa é outra questão, fala-se da falência da Previdência "esquecendo" de que ela faz parte da Seguridade Social que, pasmem, é superavitária! Ou seja, é uma picaretagem atrás da outra, realizada pelo governo que aprovou o impedimento da ex-presidente em nome da salvação do país. Porém, "esqueceu" de avisar aos manifestantes que seriam eles que pagariam a conta junto com todos os trabalhadores. Só ficam de fora, os amigos do rei do Legislativo, do Judiciário, das Forças Armadas.

Ah! Quando um de nós os deixar, o outro cônjuge receberá somente 50% de pensão. Afinal, 2 salários mínimos (o meu e o dela) para uma só pessoa que não faz mais nada, é muito dinheiro. Não é necessário viver como um marajá!

Se não lutarmos hoje, não teremos futuro! Exceção: o Michelzinho!

CARTA 26 P. R. G.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas para a edição impressa e portal estadao.com.br

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo

04 de julho de 2019 | 03h00

Legado

Durante as discussões sobre a reforma da Previdência na Comissão Especial, constatou-se que alguns deputados da nossa desorientada esquerda pregaram a necessidade de mais tempo para examinar o tema, o que certamente traria como consequência um desastroso atraso ao cronograma de aprovação. Alegaram que buscavam não prejudicar os pobres. Ora, durante os mais de 14 anos em que estiveram no poder, pelo receio de enfraquecimento do pilar populista do seu discurso, nunca deram prioridade à possibilidade de salvar o sistema de aposentadorias do perigo, que já era concreto, de calote sobre as próximas gerações. Pensar nos mais pobres? Ora, seu triste legado é exatamente a presente legião de brasileiros desempregados e retornando à miséria, além da economia esfacelada, cuja recuperação ainda levará tempo.

CARTA 27 T. L.



Fórum dos Leitores

Notas e Informações, O Estado de S. Paulo

11 de julho de 2019 | 03h00

DISCUSSÕES DA REFORMA

Ou se aprova de uma vez por todas a reforma da Previdência ou o País continua a andar em marcha ré. Estamos no segundo semestre do ano, lá se foram seis meses e alguns dias de economia fraca, desemprego em ascensão, famílias cada vez mais endividadas e o desespero batendo à porta. A economia ficou estagnada, o desânimo chegou, a desesperança está cada vez mais presente e tudo parece estar andando a passos lentos. No entanto, a grande aposta para o Brasil voltar a crescer e poupar os cofres públicos, a reforma da Previdência apresentada pelo governo em fevereiro, que continua nas mãos dos 594 congressistas, esta semana finalmente começa a andar. Julho começou gelado em grande parte do País e com pelo menos uma "boa nova": o texto base da reforma da Previdência foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara. A proposta seguiu para o Plenário da casa, onde terá de passar por dois turnos de votação. Como sabemos, tudo agora vai depender do "é dando que se recebe" e "uma mão lava outra" na Câmara e no Senado. Para os trabalhadores urbanos, a idade mínima da aposentadoria para homens será de 65 anos e para mulheres de 62 anos, com tempo de contribuição mínima de 20 e 15 anos respectivamente e ainda poderá sofrer modificações. O fato é que o Estado brasileiro está quebrado e precisa retomar o mais rápido possível sua credibilidade junto aos organismos nacionais e internacionais para que retornem os investimentos. Por isso que a equipe do governo tem se empenhado para garantir a votação. A previsão inicial do governo era de poupar R\$ 1,2 trilhões em dez anos, mas com as alterações da Comissão o valor já baixou para algo em torno de R\$ 900 a R\$ 933 bilhões e a grande preocupação do governo é exatamente a mudança que o texto sofre ao passar pelos trâmites democráticos. Talvez por isso as discussões continuarão acirradas até os 45 minutos do segundo tempo com opositores. No meio desse jogo político, o ministro da Economia Paulo Guedes, esperança dos bolsonaristas para recuperar a economia, no melhor estilo "Brasil: ame ou deixe-o", ameaçou sair do País caso os parlamentares não colocassem o projeto da reforma em votação. Não tem milagre se tratando de política, agora ou vai ou racha, senhores congressistas.

CARTA 28 A. B. C.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas dos leitores do 'Estado'

Fórum dos Leitores, O Estado de São Paulo

12 de julho de 2019 | 03h00

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Câmara cumpre seu dever

Parabéns ecoam dos rincões da Pátria para o plenário da Câmara: por 379 votos a 131, os deputados aprovaram o texto-base da reforma. Fato notável, não só por acordar o “gigante adormecido”, como a passos gigantes rumar para o progresso. Ontem amanhecemos outros. Não mais só celeiro do mundo, pulmão do planeta, mas, efetivamente, agora a promessa se cumpre e, aprovada a reforma no Senado, teremos um Brasil que assume sua vocação de país líder, que, corajoso, sacode de sua aba os apaniguados que lhe dificultam os passos, a fim de rumar para a justiça social eficaz, a ser espargida a todos numa efetiva justiça distributiva, quando se dá “o seu a seu dono”, na medida da necessidade e do mérito. A esmola forma o mendigo e o indolente, já a justiça distributiva forma o forte, o impávido colosso, cujo futuro de grandeza, retratado no nosso Hino, enfim, chegou.

CARTA 29 R. P.



Reforma da Previdência

15/03/18 | Equipe Online - online@jcruzero.com.br

Muito louvável a decisão do presidente Michel Temer de decretar a intervenção na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, onde a violência e a criminalidade atingiram níveis inaceitáveis. Este ano, a partir da guerra entre facções, cresceram paulatinamente os roubos, assaltos, furtos, latrocínios, arrastões e assassinatos de policiais.

Por isso, é correto o ato do presidente, pois a população não pode ficar, indefinidamente, como refém do crime. Entretanto, causa espanto a solução apresentada por Temer, de suspender temporariamente o decreto para que se vote a reforma da Previdência, diante da impossibilidade constitucional de mudança da Carta Magna simultaneamente a uma intervenção do governo federal em qualquer unidade federativa.

Trata-se de um exemplo enfático da definição pejorativa do tal "jeitinho brasileiro". Seria cômico não fosse absolutamente sem propósito. Tanto assim que a ideia não prosperou. A reforma da Previdência morreu, embora também seja uma prioridade nacional.

Esse episódio expõe de modo claro a falta de planejamento das políticas públicas. Não é de hoje que os economistas alertam, com análises demográficas e matemáticas inquestionáveis, que a conta da Previdência ficaria insustentável; e as áreas de inteligência dos diversos organismos de segurança já identificaram há tempos a gravidade da situação no Rio de Janeiro. Se as medidas necessárias, em ambos os casos, tivessem sido tomadas no momento certo, não estaríamos hoje assistindo, com imensa preocupação, ao choque constitucional de duas prioridades nacionais.

Além da Previdência, da segurança e da educação, o fracasso do "jeitinho" nas políticas públicas reflete-se com clareza em graves gargalos brasileiros, como saneamento básico, habitação, infraestrutura e saúde. São problemas que vêm retardando nosso ingresso no rol das nações desenvolvidas.

Somos reféns de uma safra de péssimos homens públicos, que somente as urnas podem aposentar.

CARTA 30 D. C. G.

FOLHA DE S.PAULO

6.jul.2019 às 2h00

Previdência

O policial é um profissional diferenciado. O exercício de sua atividade exige condicionamento e vigor físico. É impossível que o policial fique na ativa até os 65 anos. A reforma da Previdência é necessidade nacional, mas precisa ser justa e, principalmente, não impor aos trabalhadores esforço maior do que permitem sua dignidade e capacidade física.

CARTA 31 A. de T. B. F.



Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas para a edição impressa e portal estadao.com.br

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo

04 de julho de 2019 | 03h00

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Aumento da desigualdade

Tenho acompanhado com muito interesse a proposta de reforma da Previdência. Assisto ao vivo às reuniões da Comissão Especial e acompanho as opiniões nos principais veículos de divulgação. Vejo que existem grandes lobbies com muita influência na formação de bancadas para atender aos interesses de membros do Ministério Público, do Judiciário, dos funcionários públicos, da Polícia Federal, Militar, Rodoviária, Civil, Metropolitana, das Forças Armadas... Mas não vejo nenhum movimento para defender os interesses da população contribuinte do INSS! Quem é que defende os 90% dos trabalhadores do País, os maiores contribuintes e os mais necessitados? A reforma da Previdência é necessária, não se discute, mas se for aprovada como está a proposta, quem vai pagar a conta é o trabalhador contribuinte do INSS que ganha de dois a três salários mínimos. A reforma pode resolver parte do problema fiscal, mas vai aumentar a desigualdade com relação à distribuição de renda.

CARTA 32 I. A.

Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estado.com.br

Fórum dos Leitores, O Estado de S. Paulo

13 de julho de 2019 | 03h00

ONDE ESTÁ O LOBBY

Não sou contra a reforma da Previdência, pois sem ela, o Brasil não anda, muito embora saiba que chegamos a esse fundo do poço pela corrupção, roubos nos cofres, incompetência e má gestão. Deputados e militares ficaram fora da reforma e um corte de 60% será feito na aposentadoria de viúvos? Justamente quando a pessoa está mais necessitada de ajuda, vem essa lei para asfixiar os sobreviventes? Quem aprova essa lei sabe como vivem os aposentados do INSS. Por que não há uma regra para aqueles que pagaram até o teto, determinando que não haverá corte? Foram essas pessoas que em vida sustentaram a Previdência e agora recebem como castigo um corte na sua pensão. Elas sequer conseguem pagar um convênio médico. Como depender do SUS? Ocorre que quem vota e faz as leis não passa dificuldades, mas aí ficar dizendo que estão do lado dos mais necessitados e não fazerem nada é uma vergonha, pois viúvos não têm lobby, lobby só existe onde há dinheiro.

CARTA 33 M. L. Z. B.

A2 | Espaço aberto DOMINGO, 11 DE DEZEMBRO DE 2016

O ESTADO DE S. PAULO

A grande sacada

É claro que é necessária uma reforma urgente no sistema previdenciário deste país, mas tão somente nas aposentadorias dos marajás da previdência: deputados, senadores, desembargadores, juízes, ministros em geral, etc. Mexer na aposentadoria dos trabalhadores do serviço público e privado é uma covardia dos nossos legisladores. Já pagamos mensalidades exorbitantes para o sistema previdenciário e, além de aumentar a contribuição, ainda querem elevar a idade mini-

ma para se conseguir o tal “benefício”. Alguém já se deu conta de que neste país pouquíssimas pessoas conseguem um emprego decente e com carteira assinada após os 45 anos de idade? O que vai acontecer é que os idosos não conseguirão emprego, consequentemente não terão dinheiro para pagar as contribuições mensais e jamais se aposentarão. É esta a grande “sacada” dos nossos governantes.

CARTA 34 E. A.

12/03/17 07:00 - **Tribuna do Leitor**

A verdade sobre a Previdência

Não sou nenhum especialista em reforma previdenciária do Brasil, mas, através de pesquisas, eu tive oportunidade de conhecer. Fiquei preocupado como esse governo corrupto de Michel Temer, que tenta colocar, goela baixo, medidas terroristas, contra o trabalhador brasileiro. Em primeiro lugar, o atual quadro de deputados, senadores e o próprio governo federal, não tem legitimidade e nem moral para fazer tal reforma, pois foi eleito juntamente na chapa desses ladrões do PT.

Como podemos aceitar em tirar a Dilma e ficar com esse esgoto do PMDB? Agora, falando na reforma da Previdência, vamos a dados reais, da atual situação do sistema previdenciário. 70% dos aposentados no Brasil ganham em torno de 1 a 2 salários mínimos e 10% recebem até o teto. Agora, vocês, leitores, vão ficar chocados, que 20% restantes ganham acima do teto, às vezes mais que o salário do presidente da República.

Além do mais, nessa categoria estão essa classe de vagabundos de políticos, gente do Legislativo e do Judiciário e altos escalões do funcionalismo público. Tanto que 70% do déficit da Previdência está diretamente em pagar a esse vagabundos que representam 30% do total de aposentados. Pensando dessa maneira seria muito importante para nós, trabalhadores, apoiarmos tal reforma na Previdência, mas não da forma que o governo quer, ou seja, em cima dos que representam os 30% do déficit previdenciário.

Existem estudos que somente mexendo na aposentadoria desses vermes sanguessugas bastaria para colocar as contas em ordem. Portanto, vamos aproveitar e fazer um movimento terrorista para acabar com tais privilégios desses ratos que temos que conviver nesse Brasil. Acorda, moçada, pois o gigante voltou a dormir!

CARTA 35 M. M. A.

13/03/17 07:00 - **Tribuna do Leitor**

Reforma da reforma

Presidente Michel Temer, se quiser acabar com a rejeição popular à reforma da Previdência é só aumentar de 35 anos de contribuição para 49 anos o tempo de contribuição para a aposentadoria de políticos.

Sem falar que a aposentadoria média de deputados e senadores é muito superior à da Previdência Social, pois segundo levantamento feito por jornal de São Paulo, os segurados do PSSC (Plano de Seguridade Social dos Congressistas) recebem em média R\$ 14.100,00, enquanto o benefício médio do regime geral é de R\$ 1.862,00.

Fica difícil aceitar essa disparidade e ainda sofrer a ameaça de aumento de impostos e recriação da CPMF sob outro nome, caso os parlamentares não aproveem a reforma tal como está agora. Mude a proposta, presidente Temer, mas mude para melhor, acabando com este revoltante privilégio que tanto nos revolta!

CARTA 36 B. J. A. F



15/12/16 07:00 - Tribuna do Leitor

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A LEI, ORA A LEI...

Viver num país onde se preza o estado democrático de direito é, ou ao menos deveria ser, o sonho de todo cidadão... Não no Brasil. Em nosso país o estado está corrompido... A democracia leiloadada em acordos espúrios e o direito totalmente divorciado da Justiça.

Qualquer pessoa lúcida sabe que a reforma da Previdência se faz imprescindível... Porém, o que se está se pretendendo é atropelar os direitos dos trabalhadores, jogando sobre a população o ônus de séculos de corrupção e má gestão. O novo projeto esquece que essa massa ativa que aí está vem de uma geração que começava a trabalhar muito cedo, aos 12, 13, 14... Gente que contribui há muito, muito tempo... Trabalhadores que há alguns anos foram surpreendidos com a mudança da lei e um tal "pedágio", que lhes "privilegiou" com um acréscimo de 3, 4, 5 anos a mais de trabalho e contribuição... Na época, a Justiça, em suas interpretações mirabolantes, transformou, em bom jurídicês, o direito dessas pessoas em "perspectiva de direito". Todos se resignaram...

Já estavam até se acostumando com a idéia... Mas aí vem a nova mudança... e mais uma vez o direito será pisoteado... O cidadão comum será "presenteado" com mais alguns anos de contribuição... Presente dado por gente que tem aposentadoria diferenciada, jornada diferenciada, benefícios diferenciados, férias diferenciadas e salários diferenciados... Basta uma análise simplista para verificar que o direito do trabalhador é o mais frágil em nossa sociedade... Vejamos: Enquanto o direito de criminosos é blindado pela irretroabilidade da lei, o direito do trabalhador se altera ao sabor dos ventos... Enquanto o nascituro tem direitos assegurados o trabalhador tem "perspectivas de direito"... No direito que rege os contratos (e consequentemente interesses financeiros, em sua quase totalidade), as regras estabelecidas entre as partes têm força de lei, e devem ser cumpridas... é o conhecido pacta sunt servanda... Porém, essa regra não serve para o trabalho! No meu caso, como funcionário público, ao ingressar no Estado assinei um contrato com direitos e deveres... e vi, ao longo dos anos, novas funções e deveres serem sistematicamente incorporados a minha rotina, enquanto meus direitos desapareciam, alterados unilateralmente...

A sensação do trabalhador em relação à lei, no Brasil, é a de alguém que, após caminhar anos pelo deserto, avistou um oásis, mas ao se aproximar dele viu a miragem se afastar... Reiniciada a marcha, após outros tantos anos de caminhada e, a poucos passos do merecido descanso, ele vê, novamente, a miragem se perder em um novo horizonte mutável e inatingível... Será essa a chamada segurança jurídica em nosso país? Pior é saber como funcionam as regras para quem as propõe, para quem as aprova, para quem as interpreta... Basta dizer que o senhor Michel Temer que quer impor aposentadoria aos 70 anos para o Zé Povinho, se aposentou aos 55 anos... Quer saber mais?... Deixa um pouco de lado os sites e WhatsApp de pornografia e vai conferir... Você vai descobrir o que é p...ornografia de verdade! (Perdoem-me pela indignação e pelo eufemismo que a educação exige.)

CARTA 37 B. C.



25/03/17 07:00 - Tribuna do Leitor

Reforma total e irrestrita!

Uma amostra fiel do que poderá acontecer se a Reforma da Previdência não incluir estados e municípios é o que aconteceu no Rio de Janeiro, onde existe mais funcionário público dependurado na Previdência do que trabalhando.

Numa determinada hora, o governo quebra. Só que quando quebra, quem socorre é o governo federal, com dinheiro de toda a população brasileira, que agora, como noticiado, deverá pagar com mais aumento de impostos.

Qual Estado enfrentará greves do funcionalismo? Melhor deixar quebrar e jogar a responsabilidade no governo federal. Porque todo governo um dia passa, mas o povo é que fica com o ônus.

Ou faz-se a Reforma da Previdência total e irrestrita já ou achem outro discurso para convencer a população brasileira.

CARTA 38 U.V. B.

Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estadoao.com.br

Fórum dos Leitores, O Estado de S.Paulo
23 de outubro de 2019 | 03h00

O BRASIL AMANHÃ?

As manifestações populares no Chile têm como base o reajuste de passagens de transporte coletivo e, também, do regime previdenciário, que foi implementado levando em conta a capitalização. Cabe, então, uma reflexão, ou seja, pesquisas apontam que o nível social no Brasil é preocupante. E o projeto do governo sobre a Previdência por certo terá efeitos negativos, com reflexos nos rendimentos dos futuros aposentados. É uma situação que precisa de uma avaliação sobre as formas de superar um problema de tal magnitude. Para evitar uma crise que, por certo, tende a acontecer.

CARTA 39 T. R. T.

Fórum dos leitores

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estado.com.br

Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

NOVA PREVIDENCIA

A "reforma" da Previdência está aprovada. Consumou-se o golpe liberal contra os trabalhadores. Qual será a justificativa, daqui para a frente, para a não melhora da economia, uma vez perdido o pretexto do déficit previdenciário?

CARTA 40 U. V. B.

Fórum dos leitores

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estado.com.br

Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

Desigualdade

O texto-base da Previdência aprovado no Congresso não vai atender à questão básica que é a premiação de quem trabalhou por muitos anos fazendo a contribuição regulamentar. São milhões de trabalhadores da iniciativa privada e alguns das estatais. Enquanto isso, integrantes dos Executivos, dos Legislativos, do Judiciário e da área militar não terão a preocupação com seus rendimentos quando se retirarem de suas funções. Por que a desigualdade?

CARTA 41 A. P. R.

 **ESTADÃO**

PUBLICIDADE

Fórum dos leitores

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estado.com.br

Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

Correção de distorções

A aprovação da fundamental reforma da Previdência é evidente que deve ser comemorada, independentemente de uma análise mais crítica que se possa fazer sobre o seu real alcance, com destaque para os setores que dispõem de lobbies para pressionar, pois nos permite pensar que outras reformas essenciais possam avançar e distorções sejam corrigidas mais à frente. Dentre estas, a grandiosa, injusta e injustificável disparidade entre o teto de aposentadoria de assalariados do setor privado e o dos servidores públicos.

CARTA 42 D. C. G.



Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

PREVIDÊNCIA

É só o começo

A duras penas o governo conseguiu aprovar a reforma da Previdência, que há pelo menos quatro décadas se tem como necessária, mas só agora avança. A votação no Senado foi tão importante que o mercado reagiu imediatamente, com a bolsa chegando a 107 mil pontos e o dólar recuando 1,34% (23/10, B1 e B8). Mas é bom lembrar que isso não resolve todos os problemas. Executivo e Legislativo têm agora de se debruçar sobre as reformas administrativa e tributária, que desinche a máquina pública e racionalize os impostos. E fazer as reformas sem que haja paternidades institucionais ou pessoais, lembrando que elas são imperativos da Nação. É só com elas que o País finalmente poderá vencer o paternalismo que vem desde a era Vargas e ingressar para valer no competitivo mundo globalizado. Precisamos oferecer segurança para atrair os necessários investimentos.

CARTA 43 H. S. S.



Fórum dos leitores

Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

Finalmente a reforma foi aprovada, após longas discussões e atendidas exigências dos congressistas, algumas fora do contexto da Previdência. Menos mal, pois reduziu o rombo da Previdência. A proposta original de R\$ 1,1 trilhão foi diminuída para R\$ 800 bilhões por causa do tratamento diferenciado para algumas categorias. Melhorou, mas poderia ter melhorado mais. Vida que segue.

CARTA 44 R. C. de O.

 **ESTADÃO**

PUBLICIDADE

Fórum dos leitores

Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

IMPOPULAR E NECESSÁRIA

É o fim desta novela que durava anos, vespeiro em que somente Bolsonaro teve a coragem de mexer, descascando o abacaxi. Era a reforma necessária para o País seguir adiante. Uma medida impopular, sim, mas que vai colocar o Brasil nos trilhos. Antes tarde do que nunca.

CARTA 45 J. G. C.

 **ESTADÃO**

PUBLICIDADE

Fórum dos leitores

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estadao.com.br

Fórum dos leitores, O Estado de S.Paulo
24 de outubro de 2019 | 03h00

A PEDRA FILOSOFAL

O que os sábios, magos e feiticeiros procuravam durante toda a Idade Média, a pedra filosofal, foi descoberto no século 21 no Senado Federal do Brasil, por 60 votos a favor e 19 contra: a aprovação definitiva da reforma da Previdência Social. A pedra filosofal teria poderes de transformar qualquer metal em ouro. O que a imprensa está publicando hoje é que essa reforma veio como a pedra que transformará a maioria dos problemas dos incompetentes magos morubixabas do Planalto. A aprovação da reforma da Previdência só foi ofuscada pela desistência do filho do presidente de assumir a embaixada brasileira nos Estados Unidos. Isso para o governo, que acompanhava a posse do imperador do Japão, não sabendo o custo da caravana "Holiday" para os cofres do governo. Enquanto o Senado exulta sentindo ter salvado o País, a Floresta Amazônica continua ardendo em chamas, reduzindo o oxigênio essencial para o mundo; e praias são invadidas pelo derramamento de óleo despejado no mar, não havendo até agora para isso uma solução, por falta de fiscalização e pessoal competente no Ibama. E *la nave va*, mesmo sem timoneiro e com a bússola danificada.

Tabela 1 - Tabela Comparativa do Subsistema da ATITUDE - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005) nos três tipos de posicionamento

Comparative Statistics: Features

Project: UAM 15 02 2020
Counting: global
Unit: <Atitude/>
Date: Mon Jul 27 13:53:51 2020

	a_favor_da_reforma		contra_a_reforma		aceita_a_reforma__mas	
Feature	N	Percent	N	Percent	N	Percent
ATITUDE-TYPE	N=22		N=120		N=49	
afeto	3	13.64%	16	13.33%	8	16.33%
juízo	3	13.64%	48	40.00%	17	34.69%
apreciação	16	72.73%	56	46.67%	24	48.98%
AFETO-TYPE	N=22		N=120		N=49	
satisfação	1	4.55%	11	9.17%	7	14.29%
segurança	2	9.09%	3	2.50%	1	2.04%
felicidade	0	0.00%	2	1.67%	0	0.00%
inclinação	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
JULGAMENTO-TYPE	N=22		N=120		N=49	
sanção_social	0	0.00%	29	24.17%	11	22.45%
estima_social	3	13.64%	19	15.83%	6	12.24%
SANÇÃO_SOCIAL-TYPE	N=22		N=120		N=49	
propriedade	0	0.00%	19	15.83%	10	20.41%
veracidade	0	0.00%	10	8.33%	1	2.04%
ESTIMA_SOCIAL-TYPE	N=22		N=120		N=49	
normalidade	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
tenacidade	0	0.00%	1	0.83%	2	4.08%
capacidade	3	13.64%	18	15.00%	4	8.16%
APRECIÇÃO-TYPE	N=22		N=120		N=49	
reação	0	0.00%	12	10.00%	9	18.37%
composição	2	9.09%	16	13.33%	8	16.33%
valorização	14	63.64%	28	23.33%	7	14.29%

Fonte: Extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019)

Tabela 2 - Dados do Subsistema do Afeto - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado

Comparative Statistics: Features						
Project:	UAM SETEMBRO					
Counting:	global					
Unit:	<Atitude feature="afeto"/>					
Date:	Mon Sep 21 12:05:18 2020					
	a_favor_da_reforma		contra_a_reforma		aceita_a_reforma_mas	
Feature	N	Percent	N	Percent	N	Percent
AFETO-TYPE	N=3		N=16		N=8	
satisfação						
segurança						
felicidade						
inclinação						
RESPONSABILIDADE	N=3		N=16		N=8	
autoral	3	100.00%	16	100.00%	8	100.00%
não_autoral	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
POLARIDADE	N=3		N=16		N=8	
positiva	0	0.00%	1	6.25%	0	0.00%
negativa	3	100.00%	15	93.75%	8	100.00%
MANIFESTAÇÃO	N=3		N=16		N=8	
inscrita	3	100.00%	11	68.75%	6	75.00%
invocada	0	0.00%	5	31.25%	2	25.00%
REFERENTE	N=3		N=16		N=8	
reforma	0	0.00%	0	0.00%	1	12.50%
sistema_vigente	0	0.00%	0	0.00%	1	12.50%
propositor	2	66.67%	3	18.75%	2	25.00%
afetado	1	33.33%	13	81.25%	4	50.00%
AFETADO-TYPE	N=3		N=16		N=8	
político	0	0.00%	1	6.25%	0	0.00%
militar	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
trabalhador	1	33.33%	11	68.75%	4	50.00%
banco	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
todos	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
funcionário_público	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
viúvos_pensão	0	0.00%	1	6.25%	0	0.00%

Fonte: Extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019)

Tabela 3 - Dados do Subsistema do Julgamento - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado

Comparative Statistics: Features						
Project:	UAM SETEMBRO					
Counting:	global					
Unit:	<Atitude feature="julgamento"/>					
Date:	Mon Sep 21 12:05:48 2020					
	a_favor_da_reforma		contra_a_reforma		aceita_a_reforma_mas	
Feature	N	Percent	N	Percent	N	Percent
JULGAMENTO-TYPE	N=3		N=48		N=17	
sanção_social						
estima_social						
SANÇÃO_SOCIAL-TYPE	N=3		N=48		N=17	
propriedade						
veracidade						
ESTIMA_SOCIAL-TYPE	N=3		N=48		N=17	
normalidade						
tenacidade						
capacidade						
RESPONSABILIDADE	N=3		N=48		N=17	
autoral	3	100.00%	48	100.00%	17	100.00%
não_autoral	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
POLARIDADE	N=3		N=48		N=17	
positiva	1	33.33%	0	0.00%	3	17.65%
negativa	2	66.67%	48	100.00%	14	82.35%
MANIFESTAÇÃO	N=3		N=48		N=17	
inscrita	2	66.67%	22	45.83%	4	23.53%
invocada	1	33.33%	26	54.17%	13	76.47%
REFERENTE	N=3		N=48		N=17	
reforma	0	0.00%	1	2.08%	0	0.00%
sistema_vigente	0	0.00%	1	2.08%	2	11.76%
propositor	3	100.00%	37	77.08%	12	70.59%
afetado	0	0.00%	9	18.75%	3	17.65%
AFETADO-TYPE	N=3		N=48		N=17	
político	0	0.00%	1	2.08%	0	0.00%
militar	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
trabalhador	0	0.00%	5	10.42%	2	11.76%
banco	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
todos	0	0.00%	2	4.17%	1	5.88%
funcionário_público	0	0.00%	1	2.08%	0	0.00%
viúvos_pensão	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%

Fonte: Extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019)

Tabela 4 - Dados do Subsistema da Apreciação - Sistema da AVALIATIVIDADE (Martin; White, 2005): responsabilidade autoral, forma de manifestação, polaridade, referente e afetado

Comparative Statistics: Features						
Project:	UAM SETEMBRO					
Counting:	global					
Unit:	<Atitude feature="apreciação"/>					
Date:	Mon Sep 21 12:06:06 2020					
	a_favor_da_reforma		contra_a_reforma		aceita_a_reforma_mas	
Feature	N	Percent	N	Percent	N	Percent
APRECIACÃO-TYPE	N=16		N=56		N=24	
reação						
composição						
valoração						
RESPONSABILIDADE	N=16		N=56		N=24	
autoral	16	100.00%	56	100.00%	24	100.00%
não_autoral	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
POLARIDADE	N=16		N=56		N=24	
positiva	11	68.75%	3	5.36%	5	20.83%
negativa	5	31.25%	53	94.64%	19	79.17%
MANIFESTAÇÃO	N=16		N=56		N=24	
inscrita	9	56.25%	26	46.43%	9	37.50%
invocada	7	43.75%	30	53.57%	15	62.50%
REFERENTE	N=16		N=56		N=24	
reforma	15	93.75%	46	82.14%	17	70.83%
propositor	0	0.00%	0	0.00%	2	8.33%
afetado	0	0.00%	5	8.93%	4	16.67%
AFETADO-TYPE	N=16		N=56		N=24	
político	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
militar	0	0.00%	0	0.00%	1	4.17%
trabalhador	0	0.00%	4	7.14%	2	8.33%
banco	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
todos	0	0.00%	1	1.79%	0	0.00%
funcionário_público	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%
viúvos_pensão	0	0.00%	0	0.00%	1	4.17%

Fonte: Extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019)

Tabela 5 - Tabela Comparativa dos três tipos de posicionamento acerca da Reforma da Previdência - Sistema do ENGAJAMENTO, extraída do Programa UAM Corpus

Tool 3.3, de O'Donnell (2019)

Comparative Statistics: Features

Project:	UAM 15 02 2020
Counting:	global
Unit:	<Engajamento/>
Date:	Mon Jul 27 13:58:46 2020

Feature	a_favor_da_reforma		contra_a_reforma		aceita_a_reforma_mas	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
REDE_DIALÓGICA	N=63		N=196		N=118	
monoglossia	33	52.38%	92	46.94%	63	53.39%
heteroglossia	30	47.62%	104	53.06%	55	46.61%
ABERTURA_DIALÓGICA	N=63		N=196		N=118	
expansão_dialógica	5	7.94%	15	7.65%	6	5.08%
contração_dialógica	25	39.68%	89	45.41%	49	41.53%
EXPANSÃO_DIALÓGICA-TYPE	N=63		N=196		N=118	
ponderação	3	4.76%	9	4.59%	3	2.54%
atribuição	2	3.17%	6	3.06%	3	2.54%
ATRIBUIÇÃO-TYPE	N=63		N=196		N=118	
reconhecimento	0	0.00%	5	2.55%	3	2.54%
distanciamento	2	3.17%	1	0.51%	0	0.00%
CONTRAÇÃO_DIALÓGICA-TYPE	N=63		N=196		N=118	
proposição	3	4.76%	20	10.20%	7	5.93%
contraoposição	22	34.92%	69	35.20%	40	33.90%
PROPOSIÇÃO-TYPE	N=63		N=196		N=118	
expectativa_confirmada	2	3.17%	10	5.10%	4	3.39%
endosso	0	0.00%	5	2.55%	2	1.69%
pronunciamento	1	1.59%	5	2.55%	1	0.85%
CONTRAPOSIÇÃO-TYPE	N=63		N=196		N=118	
contraexpectativa	9	14.29%	9	4.59%	15	12.71%
negação	13	20.63%	60	30.61%	25	21.19%

Fonte: Extraída do Programa UAM Corpus Tool 3.3, de O'Donnell (2019)